



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 870

Terça-feira - 22 de Novembro de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2
Antônio Carlos .....	9
Ascurra.....	15
Biguaçu .....	15
Braço do Trombudo .....	16
Caçador .....	31
Camboriú.....	32
Campos Novos .....	33
Canoinhas.....	105
Capinzal .....	107
Catanduvas.....	124
Chapadão do Lageado .....	149
Concórdia .....	168
Cordilheira Alta .....	170
Coronel Martins.....	173
Corupá .....	173
Ermo .....	174
Forquilha .....	175
Fraiburgo.....	180
Garuva .....	188
Gaspar .....	188
Governador Celso Ramos .....	190
Guaramirim.....	191
Herval do Oeste .....	192
Imbituba .....	193
Irineópolis .....	194
Itaiópolis .....	196
Joaçaba.....	196
Lages .....	197
Leoberto Leal.....	197
Lindóia do Sul .....	198
Luzerna .....	198
Massaranduba.....	199
Meleiro .....	202
Navegantes.....	205
Nova Trento .....	218
Novo Horizonte .....	233
Palhoça .....	233
Passo de Torres.....	241
Paulo Lopes .....	245
Pinheiro Preto .....	253
Porto Belo.....	253
Porto União.....	253
Rio do Sul.....	256
Salto Veloso.....	307
São Bento do Sul.....	307
São Lourenço do Oeste.....	308
São Pedro de Alcântara.....	309
Schroeder.....	309

Siderópolis.....	325
Timbó .....	325
Vargeão.....	327
Videira.....	327
Vitor Meireles.....	338

### Consórcios

AGIR .....	338
CIS/AMMVI .....	338

**CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### Demonstrativo Simplificado - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 5º Bimestre

Município de AGUA DOCE - SC

#### DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre		
RECEITAS					
Previsão Inicial		—	17.619.659,00		
Previsão Atualizada		—	17.587.575,00		
Receitas Realizadas		4.163.669,44	16.767.846,42		
Déficit Orçamentário		—	0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	717.859,38		
DESPESAS					
Dotação Inicial		—	17.619.659,00		
Créditos Adicionais		—	2.776.852,10		
Dotação Atualizada		—	20.396.511,10		
Despesas Empenhadas		3.899.317,97	15.481.682,11		
Despesas Liquidadas		3.611.636,29	13.888.767,20		
Superavit Orçamentário		—	2.879.079,22		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		3.899.317,97	15.481.682,11		
Despesas Liquidadas		3.611.636,29	13.888.767,20		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida			18.830.574,71		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	202,75		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	-202,75		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-1.668.280,16	0,00	
Resultado Primário		0,00	2.241.233,72	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		51.977,57	630,55	51.347,02	0,00
EXECUTIVO		51.977,57	630,55	51.347,02	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		1.081.645,76	13.707,76	926.048,55	141.889,45
EXECUTIVO		1.081.645,76	13.707,76	926.048,55	141.889,45
TOTAL:		1.133.623,33	14.338,31	977.395,57	141.889,45
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.972.275,52	25%	22,29	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.065.120,33	60%	56,19	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre		Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		550.000,00		450.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.129.143,30		3.049.854,06	

Continua 1/2



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			60.500,00	78.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			60.500,00	78.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.986.415,61	15,00	14,89
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: SEC. ADM. FAZENDA E NEG. JURID

AGUA DOCE, 16/11/2011

\_\_\_\_\_  
 NELCI F. TRENTO BORTOLINI  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 JOSELI A. S. M. R. TRENTO  
 Contador CRC 022069/0-8

\_\_\_\_\_  
 CÂRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI  
 Coordenadora do Sist. Controle Interno

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Educação 5º Bimestre**

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	577.890,00	577.890,00	299.929,41	2.277.317,22	394,07
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	164.000,00	164.000,00	1.619,00	183.872,85	112,12
1.1.1- IPTU	156.000,00	156.000,00	1.187,03	164.353,23	105,35
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	98,76	560,31	112,06
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.500,00	5.500,00	208,88	12.123,67	220,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	124,33	6.835,64	341,78
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	65.000,00	65.000,00	5.228,40	130.318,79	200,49
1.2.1- ITBI	65.000,00	65.000,00	5.228,40	130.318,79	200,49
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	208.300,00	208.300,00	258.852,38	1.812.617,89	870,20
1.3.1- ISS	205.000,00	205.000,00	258.665,12	1.810.495,44	883,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.300,00	3.300,00	21,86	911,29	27,61
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	128,68	851,57	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	54,72	377,59	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(18,00)	(18,00)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.590,00	140.590,00	34.229,63	150.507,69	107,05
1.4.1- IRRF	140.590,00	140.590,00	34.229,63	150.507,69	107,05
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	12.444.500,00	12.444.500,00	2.354.669,48	11.059.815,04	88,87
2.1- Cota-Parte FPM	5.100.000,00	5.100.000,00	679.563,61	3.898.840,04	76,45
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.100.000,00	5.100.000,00	679.563,61	3.898.840,04	76,45
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.636.000,00	6.636.000,00	1.384.414,82	6.362.534,60	95,88
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	7.115,20	35.576,00	88,94
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	26.320,19	121.825,53	110,75
2.5- Cota-Parte ITR	183.500,00	183.500,00	171.712,17	256.518,21	139,79
2.6- Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	85.543,49	384.520,66	102,54
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>13.022.390,00</b>	<b>13.022.390,00</b>	<b>2.654.598,89</b>	<b>13.337.132,26</b>	<b>102,42</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	305.035,00	305.035,00	60.714,84	260.171,64	85,29
5.1- Transferências do Salário-Educação	204.000,00	204.000,00	38.148,94	181.190,99	88,82
5.2- Outras Transferências do FNDE	101.035,00	101.035,00	22.565,90	78.980,65	78,17
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>305.035,00</b>	<b>305.035,00</b>	<b>60.714,84</b>	<b>260.171,64</b>	<b>85,29</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.488.900,00	2.488.900,00	470.859,74	2.211.565,73	88,86
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.020.000,00	1.020.000,00	135.912,68	779.767,73	76,45
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.327.200,00	1.327.200,00	276.882,81	1.272.506,13	95,88
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.423,04	7.115,20	88,94
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	5.264,03	24.365,09	110,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	36.700,00	36.700,00	34.268,62	50.908,18	138,71
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	75.000,00	75.000,00	17.108,56	76.903,40	102,54
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.000.000,00	2.000.000,00	401.368,88	1.895.679,16	94,78
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	393.959,84	1.869.309,23	93,47
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	7.409,04	26.369,93	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-488.900,00</b>	<b>-488.900,00</b>	<b>-76.899,90</b>	<b>-342.256,50</b>	<b>70,01</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.537.270,00	1.614.308,27	273.627,52	1.142.158,60	70,75
13.1- Com Educação Infantil	385.270,00	385.270,00	64.309,88	278.158,17	72,20
13.2- Com Ensino Fundamental	1.152.000,00	1.229.038,27	209.317,64	864.000,43	70,30
14- OUTRAS DESPESAS	467.730,00	680.226,04	102.229,46	320.647,37	47,14
14.1- Com Educação Infantil	192.500,00	214.996,04	33.614,28	73.130,99	34,02
14.2- Com Ensino Fundamental	275.230,00	465.230,00	68.615,18	247.516,38	53,20
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.005.000,00	2.294.534,31	375.856,98	1.462.805,97	63,75
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					77.038,27
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					77.038,27
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 - 18) / (11) x 100) %					56,19
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				77.038,27	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.255.597,50	3.255.597,50	663.649,72	3.334.283,07	102,42
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	742.770,00	765.266,04	115.846,21	468.061,38	61,16
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	577.770,00	600.266,04	97.924,16	351.289,16	58,52
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	165.000,00	165.000,00	17.922,05	116.772,22	70,77
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.571.661,00	3.162.212,98	697.402,97	2.265.399,59	71,64
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.427.230,00	1.694.268,27	277.932,82	1.111.516,81	65,60
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.144.431,00	1.467.944,71	419.470,15	1.153.882,78	78,61
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.314.431,00	3.927.479,02	813.249,18	2.733.460,97	69,60
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-342.256,50
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 - h)					26.369,93
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					77.038,27
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO:					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					33,75
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-238.814,55
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.972.275,52
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,29

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	204.000,00	204.262,28	38.152,34	180.956,58	88,59
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	341.195,00	352.342,72	108.926,86	310.264,63	88,06
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	995.195,00	1.006.605,00	147.079,20	491.221,21	48,80
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.309.626,00	4.934.084,02	960.328,38	3.224.682,18	65,36
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		33,75		



MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	79.988,08	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.869.309,23	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.465.581,84	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	26.369,93	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	510.085,40	0,00

AGUA DOCE, 16/11/2011

NELCI F. TRENTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R.TRENTO  
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI  
Coordenadora do Sist. Controle Interno

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 77.038,27, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Saúde 5º Bimestre**

Município de AGUA DOCE - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.025.954,00	13.025.954,00	13.340.313,31	102,41
Impostos	566.590,00	566.590,00	2.255.675,15	398,11
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	156.000,00	156.000,00	164.353,23	105,35
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	65.000,00	65.000,00	130.318,79	200,49
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	205.000,00	205.000,00	1.810.495,44	883,17
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	140.590,00	140.590,00	150.507,69	107,05
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	11.300,00	11.300,00	21.660,07	191,68
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.800,00	3.800,00	1.471,60	38,73
Dívida Ativa dos Impostos	5.500,00	5.500,00	12.975,24	235,91
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	2.000,00	2.000,00	7.213,23	360,66
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	12.448.064,00	12.448.064,00	11.062.978,09	88,87
Da União	5.323.500,00	5.323.500,00	4.190.934,25	78,73
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	5.100.000,00	5.100.000,00	3.898.840,04	76,45
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	183.500,00	183.500,00	256.518,21	139,79
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	40.000,00	40.000,00	35.576,00	88,94
Do Estado	7.124.564,00	7.124.564,00	6.872.043,84	96,46
Cota-Parte do ICMS	6.636.000,00	6.636.000,00	6.362.534,60	95,88
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.000,00	110.000,00	121.825,53	110,75
Cota-Parte do IPVA	375.000,00	375.000,00	384.520,66	102,54
Outras Transferências do Estado	3.564,00	3.564,00	3.163,05	88,75
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	618.120,00	618.120,00	560.736,19	90,72
Da União para o Município	554.400,00	554.400,00	501.926,19	90,54
Do Estado para o Município	63.720,00	63.720,00	58.810,00	92,29
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	6.464.485,00	6.432.401,00	5.078.362,65	78,95
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.488.900,00	-2.488.900,00	-2.211.565,73	88,86
<b>TOTAL</b>	<b>17.619.659,00</b>	<b>17.587.575,00</b>	<b>16.767.846,42</b>	<b>95,34</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	2.878.714,00	3.559.998,00	2.581.441,21	72,51
Pessoal e Encargos Sociais	2.061.180,00	2.251.965,28	1.699.879,09	75,48
Outras Despesas Correntes	817.534,00	1.308.032,72	881.562,12	67,40
DESPESAS DE CAPITAL	151.000,00	202.470,36	140.641,30	69,46
Investimentos	151.000,00	202.470,36	140.641,30	69,46

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	151.000,00	202.470,36	140.641,30	69,46
Investimentos	151.000,00	202.470,36	140.641,30	69,46
TOTAL (IV)	3.029.714,00	3.762.468,36	2.722.082,51	72,35

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	3.029.714,00	3.762.468,36	2.722.082,51	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	997.514,00	1.169.598,19	734.665,92	26,99
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	661.550,00	790.081,16	573.766,15	21,08
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	335.964,00	379.517,03	160.899,77	5,91
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.032.200,00	2.592.870,17	1.987.416,59	73,01

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	127.609,13	1.000,98

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	14,89
---	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.846.484,00	3.553.738,69	2.585.982,99	95,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	140.000,00	140.000,00	102.000,00	3,75
Vigilância Sanitária	30.015,00	53.668,07	21.383,33	0,79
Vigilância Epidemiológica	16.215,00	18.061,60	12.716,19	0,47
TOTAL	3.032.714,00	3.765.468,36	2.722.082,51	100,00

FONTE: SEC. ADM. FAZENDA E NEG. JURID

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

AGUA DOCE, 16/11/2011

NELCI F. TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTA  
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI  
Coordenadora do Sist. Controle Interno



**Antônio Carlos****PREFEITURA****Decreto N° 131/2011**

DECRETO N° 131/2011.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1.287/2010 - LDO,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 531.091,00 (quinhentos trinta e um mil e noventa e um reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o 5º bimestre de 2011 em anexo a este Decreto:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA**

FONTE 0.1.59.000000 - Programa Dinheiro Direto na Escola - R\$ 1.890,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0401.12.361.0002.2008 Manutenção do Ensino Fundamental 1.030,00

3.3.50.00 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 180,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 850,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0401.12.365.0002.2014 Manutenção do Ensino Infantil 860,00

3.3.50.00 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 490,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 370,00

FONTE 0.1.54.000000 - Melhoria do Trânsito - Polícia Militar - R\$ 2.870,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0601.06.181.0007.2031 Melhoria do Trânsito - Polícia Militar 2.870,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 2.366,00

4.4.90.00 Investimentos 504,00

FONTE 0.1.55.000000 - Melhoria do Trânsito - Polícia Civil - R\$ 3.150,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0601.06.181.0007.2031 Melhoria do Trânsito - Polícia Civil 3.150,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.400,00

4.4.90.00 Investimentos 1.750,00

FONTE 0.1.56.000000 - Melhoria do Trânsito - Prefeitura - R\$ 2.720,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0601.06.181.0007.2031 Melhoria do Trânsito - Prefeitura 2.720,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 2.720,00

FONTE 0.1.24.000016 - Pavimentação de Ruas - R\$ 100.000,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0601.15.451.0007.1022 Pavimentação de Ruas 100.000,00

4.4.90.00 Investimentos 100.000,00

FONTE 0.1.24.000009 - Manut. dos Serviços de Abastecimento de Água - R\$ 45.000,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0601.17.512.0005.2039 Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água 45.000,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 45.000,00

FONTE 0.1.22.000021 - Conv. SDR - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0401.12.361.0002.1002 Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental 50.000,00

4.4.90.00 Investimentos 50.000,00

FONTE 0.1.83.000011 - BADESC - Pavimentação de Ruas

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0601.15.451.0007.1022 Pavimentação de Ruas 317.890,00

4.4.90.00 Investimentos 317.890,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.64.000032 - ASPS/PAB - R\$ 3.701,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1101.10.301.0005.2020 ASPS/PAB 3.701,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 3.701,00

FONTE 0.2.64.000037 - ASPS/PSF- R\$ 3.870,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1101.10.301.0005.2022 ASPS/PSF 3.870,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 3.870,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora IPREANCARLOS que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, sendo que o déficit apurado até o bimestre de referência está coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 18 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

<b>DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO</b>										
<b>REFERÊNCIA 5º BIMESTRE DE 2011</b>										
<b>Código</b>	<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR</b>			<b>NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA</b>			<b>ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA</b>		
		<b>PREVISTA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>	<b>PREVISTA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>	<b>PREVISTA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>
	<b>UNIDADE GESTORA PREFEITURA</b>									
	<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>									
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.745,00	6.398,04	653,04	1.426,00	1.521,44	95,44	7.171,00	7.919,48	748,48
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/MDEB - Mínimo de 25%	795,40	946,54	151,14	199,30	189,47	(9,83)	994,70	1.136,01	141,31
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%	1.795,40	1.947,16	151,76	446,00	460,15	14,15	2.241,40	2.407,31	165,91
0.1.17.000000	Iluminação Pública	126,40	143,80	17,40	31,60	35,31	3,71	158,00	179,11	21,11
0.1.16.000000	Infra-Estrutura em Transporte	26,40	21,06	(5,34)	6,60	8,12	1,52	33,00	29,18	(3,82)
0.1.58.000000	MDEB	80,00	103,47	23,47	20,00	27,93	7,93	100,00	131,40	31,40
0.1.59.000000	Manutenção de Escolas	-	13,41	13,41	15,00	-	(15,00)	15,00	13,41	(1,59)
0.1.60.000000	Merenda Escolar - Ensino Fundamental	20,00	26,52	6,52	8,00	8,84	0,84	28,00	35,36	7,36
0.1.61.000000	Manutenção do Transporte Escolar	56,00	72,92	16,92	28,00	29,17	1,17	84,00	102,09	18,09
0.1.62.000000	Outras Transferências do FNDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.18.000000	Remuneração Profis. Magistério - Mínimo 60%	619,40	679,72	60,32	163,20	181,55	18,35	782,60	861,27	78,67
0.1.19.000000	Manut. Desenv. Ensino Básico - Máximo 40%	265,70	453,14	187,44	69,90	121,03	51,13	335,60	574,17	238,57
0.1.54.000000	Melhoria do Trânsito - Parte Polícia Militar	10,80	8,35	(2,45)	2,70	2,35	(0,35)	13,50	10,70	(2,80)
0.1.55.000000	Melhoria do Trânsito - Parte Polícia Civil	10,80	8,35	(2,45)	2,70	2,35	(0,35)	13,50	10,70	(2,80)
0.1.56.000000	Melhoria do Trânsito - Parte PMAC	11,60	8,98	(2,62)	2,90	2,53	(0,37)	14,50	11,51	(2,99)
0.1.63.000000	Manutenção do FMAS	3,00	5,43	2,43	1,00	0,69	(0,31)	4,00	6,12	2,12

0.1.47.000000	Atendimento à Pessoa Idosa	7,20	8,00	0,80	2,40	2,00	(0,40)	9,60	10,00	0,40
0.1.24.000015	Implantação do Sistema de Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000016	Pavimentação de Ruas	-	-	-	100,00	-	(100,00)	100,00	-	(100,00)
0.1.24.000020	Sinalização Turística	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.22.000005	Manut. Transp. Escolar – Ensino Fundamental	80,00	104,82	24,82	32,00	32,50	0,50	112,00	137,32	25,32
0.1.22.000072	Aquisição de Veículo Escolar	-	331,65	331,65	-	-	-	-	331,65	331,65
0.1.22.000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	100,00	306,40	206,40	-	-	-	100,00	306,40	206,40
0.1.22.000021	Ampliação da Rede Física Ensino Fundamental	-	-	-	50,00	-	(50,00)	50,00	-	(50,00)
0.1.24.000006	Manutenção Transporte Escolar – Segundo Grau	50,00	84,01	34,01	20,00	26,05	6,05	70,00	110,06	40,06
0.1.24.000023	Pavimentação de Ruas	400,00	-	(400,00)	200,00	600,00	400,00	600,00	600,00	-
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
0.1.24.000073	Construção Centro de Reciclagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000069	Construção de Rede Pluvial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000025	Construção de Pontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000027	Reforma e Revitalização do Centro Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000009	Manutenção dos Serviços de Abast. De Água	90,00	65,00	(25,00)	30,00	10,00	(20,00)	120,00	75,00	(45,00)
0.1.81.000000	Operação de Crédito - Aquis. Veículo Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.83.000011	BADESC - Pavimentação de Ruas	-	82,11	82,11	400,00	-	(400,00)	400,00	82,11	(317,89)
0.1.89.000000	Alienação de Veículos	-	-	-	-	114,50	114,50	-	114,50	114,50
0.1.43.000000	Serviços Especiais PM/Bombeiros	-	5,91	-	-	3,52	3,52	-	9,43	9,43
	RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS									

0.1.00.000000	Receitas Ordinárias	66,40	98,51	32,11	16,60	18,37	1,77	83,00	116,88	33,88
0.1.18.000000	Remuneração Profis. Magistério	4,00	4,37	0,37	1,00	0,62	(0,38)	5,00	4,99	(0,01)
0.1.58.000000	MDEB	2,00	1,73	(0,27)	0,50	0,73	0,23	2,50	2,46	(0,04)
0.1.63.000000	Bolsa Família	0,30	0,94	0,64	0,10	0,22	0,12	0,40	1,16	0,76
0.1.59.000000	PDDE	0,10	-	(0,10)	0,20	-	(0,20)	0,30	-	(0,30)
0.1.16.000000	Infra Estrutura em Transporte	0,30	4,62	4,32	0,10	1,02	0,92	0,40	5,64	5,24
0.1.47.000000	FNAS - API	0,30	0,19	(0,11)	0,10	0,03	(0,07)	0,40	0,22	(0,18)
0.1.62.000000	Outras Transferências do FNDE	0,30	0,04	(0,26)	0,10	0,01	(0,09)	0,40	0,05	(0,35)
0.1.22.000005	Transporte Escolar Estadual	0,64	1,60	0,96	0,16	0,86	0,70	0,80	2,46	1,66
0.1.60.000000	PNAE	0,20	0,58	0,38	0,15	0,16	0,01	0,35	0,74	0,39
0.1.61.000000	PNATE	0,30	1,30	1,00	0,10	0,68	0,58	0,40	1,98	1,58
0.1.54.000000	Polícia Militar	0,30	0,28	(0,02)	0,10	0,05	(0,05)	0,40	0,33	(0,07)
0.1.55.000000	Polícia Civil	0,30	0,04	(0,26)	0,10	0,01	(0,09)	0,40	0,05	(0,35)
0.1.56.000000	Trânsito/Município	0,30	0,49	0,19	0,10	0,18	0,08	0,40	0,67	0,27
0.1.17.000000	Iluminação Pública	-	1,78	1,78	-	0,59	0,59	-	2,37	2,37
0.1.89.000000	Alienação de Veículos	-	0,18	0,18	-	0,38	0,38	-	0,56	0,56
0.1.22.000000	Rendimentos - Diversas Receitas de Capital	-	26,83	26,83	-	6,12	6,12	-	32,95	32,95
0.1.24.000000	Rendimentos - Diversas Receitas de Capital	-	50,13	50,13	-	4,46	4,46	-	54,59	54,59
	<b>SOMA</b>	<b>10.368,84</b>	<b>12.018,40</b>	<b>1.649,56</b>	<b>3.276,71</b>	<b>3.413,99</b>	<b>137,28</b>	<b>13.645,55</b>	<b>15.432,39</b>	<b>1.786,84</b>

Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
	<b>UNIDADE GESTORA FUNDO DA SAÚDE</b>									
	<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>									
0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	5,50	14,67	9,17	1,50	1,82	0,32	7,00	16,49	9,49
0.2.64.000032	ASPS/PAB	92,80	90,01	(2,79)	23,20	22,40	(0,80)	116,00	112,41	(3,59)
0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	1,20	5,82	4,62	0,40	-	(0,40)	1,60	5,82	4,22
0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	24,00	25,39	1,39	6,00	9,52	3,52	30,00	34,91	4,91
0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle de Doenças	9,60	12,18	2,58	2,40	-	(2,40)	12,00	12,18	0,18
0.2.64.000036	ASPS/PACS	92,80	113,67	20,87	23,20	26,11	2,91	116,00	139,78	23,78
0.2.64.000037	ASPS/PSF	160,00	155,40	(4,60)	40,00	41,10	1,10	200,00	196,50	(3,50)
0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	16,00	18,20	2,20	4,00	4,30	0,30	20,00	22,50	2,50
0.2.64.000039	ASPS/PSF - Estadual	12,00	35,50	23,50	4,00	7,00	3,00	16,00	42,50	26,50
0.2.67.000040	ASPS/Farmácia Básica	20,00	22,36	2,36	5,00	5,59	0,59	25,00	27,95	2,95
0.2.23.000043	Ampliação Unidade Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.2.23.000044	Aquisição de Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.2.023.00068	Aquisição de Veículo p/ Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	1,20	2,55	1,35	0,40	0,48	0,08	1,60	3,03	1,43
0.2.02.000000	Recursos Próprios	3,20	6,47	3,27	0,80	2,39	1,59	4,00	8,86	4,86
0.2.64.000032	ASPS/PAB	0,64	0,46	(0,18)	0,16	0,23	0,07	0,80	0,69	(0,11)
0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	0,32	0,05	(0,27)	0,08	0,10	0,02	0,40	0,15	(0,25)
0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	0,32	0,29	(0,03)	0,08	0,14	0,06	0,40	0,43	0,03

0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle de Doenças	0,32	0,03	(0,29)	0,08	0,05	(0,03)	0,40	0,08	(0,32)
0.2.64.000036	ASPS/PACS	0,64	0,65	0,01	0,16	0,07	(0,09)	0,80	0,72	(0,08)
0.2.64.000037	ASPS/PSF	0,64	0,08	(0,56)	0,16	0,35	0,19	0,80	0,43	(0,37)
0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	0,32	0,68	0,36	0,08	0,22	0,17	0,40	0,90	0,50
0.2.64.000039	ASPS/PSF - Estadual	0,32	3,95	3,63	0,08	1,06	0,98	0,40	5,01	4,61
0.2.67.000040	ASPS/Farmácia Básica	0,32	0,36	0,04	0,08	0,07	(0,01)	0,40	0,43	0,03
	<b>SOMA</b>	<b>442,14</b>	<b>508,77</b>	<b>66,63</b>	<b>111,86</b>	<b>123,00</b>	<b>11,14</b>	<b>554,00</b>	<b>631,77</b>	<b>77,77</b>
<b>Código</b>	<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR</b>			<b>NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA</b>			<b>ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA</b>		
		<b>PREVISTA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>	<b>PREVISTA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>	<b>PREVISTA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>
	<b>UNIDADE GESTORA IPREANCARLOS</b>									
	<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>									
0.2.03.000000	Pagamento de Inativos e Pensionistas	599,90	570,67	(29,23)	179,60	172,27	(7,33)	779,50	742,94	(36,56)
	<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.2.03.000000	Pagamento de Inativos e Pensionistas	552,00	708,84	156,84	150,00	178,10	28,10	702,00	886,94	184,94
	<b>SOMA</b>	<b>1.151,90</b>	<b>1.279,51</b>	<b>127,61</b>	<b>329,60</b>	<b>350,37</b>	<b>20,77</b>	<b>1.481,50</b>	<b>1.629,88</b>	<b>148,38</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.962,88</b>	<b>13.806,68</b>	<b>1.843,80</b>	<b>3.718,17</b>	<b>3.887,36</b>	<b>169,19</b>	<b>15.681,05</b>	<b>17.694,04</b>	<b>2.012,99</b>

Antônio Carlos, 18 de Novembro de 2011.

**GERALDO PAULI**  
Prefeito Municipal

**MAURO CEZAR SILVEIRA**  
Secretário Adm. e Finanças

**CARLICE B. SCHMITZ**  
Contadora

**Decreto Nº 132/2011**

DECRETO Nº 132/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento  
Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.697,43 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 6.697,43

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 6.697,43

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 18 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

**Ascurra****PREFEITURA****Errata ao Edital 13/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO N. 13/2011

ERRATA Nº2/2011 AO EDITAL DE PREGÃO 13/2011

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 30/11/2011, PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE 1 VEÍCULO FURGÃO LONGO, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 14 de novembro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

1. Altera-se a data de abertura, para a seguinte redação:

Onde se lê: 30/11/2011 leia-se: 05/12/2011

2. Altera-se a cláusula primeira do Edital, 1 - DO OBJETO

Onde se lê:

VEICULO FURGÃO LONGO, ENTRE 12 E 13,4M3 CV, ZERO KM, ANO E MODELO 2011 OU SUPERIOR, DIREÇÃO COM SISTEMA HIDRÁULICO, COR BRANCA, TRAVAS E VIDROS ELÉTRICOS, COM RADIO (SOM) PARA CABINE MOTORISTA, TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA PARA CABINE DE MOTORISTA E PASSAGEIRO, PNEUS RADIAIS SEM CAMARA, AR CONDICIONADO EM TODO VEICULO, TRACAO TRASEIRA, SEM ACABAMENTO INTERNO NO FURGÃO.

Leia-se

VEICULO FURGÃO LONGO, ENTRE 11,3 E 13,4M3 CV, ZERO KM, ANO E MODELO 2011 OU SUPERIOR, DIREÇÃO COM SISTEMA HIDRÁULICO, COR BRANCA, TRAVAS E VIDROS ELÉTRICOS, COM RADIO (SOM) PARA CABINE MOTORISTA, TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA PARA CABINE DE MOTORISTA E PASSAGEIRO, PNEUS RADIAIS SEM CAMARA, AR CONDICIONADO EM TODO VEICULO, TRACAO TRASEIRA, SEM ACABAMENTO INTERNO NO FURGÃO.

**Biguaçu****PREFEITURA****Pregão Presencial 009/2011 - FUNREBOM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2011 - FUNREBOM

OBJETO: aquisição de móveis para o serviço de arquivamento do SAT de biguaçu.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 07 de dezembro de 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 07 de dezembro de 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 18 de novembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Pregão Presencial 233/2011 - PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 233/2011 - PMB

OBJETO: aquisição de concreto usinado para uso na pavimentação da Rua Vidal Mendes (Estrada Geral), Bairro Boa Vista

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 06 de dezembro de 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 06 de dezembro de 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante



a apresentação de um CD ou pen-drive.  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 18 de novembro de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial 241/2011 - PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 241/2011 - PMB

OBJETO: aquisição de equipamentos para execução do trabalho técnico socioambiental - TTS, referente ao projeto de macrodrenagem urbana de Biguaçu.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 16:00 horas, do dia 06 de dezembro de 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:30 horas, do dia 06 de dezembro de 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 18 de novembro de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

## **Braço do Trombudo**

### **PREFEITURA**

#### **Lei 0695/2011**

LEI 0695/2011

Denomina, prolonga e revoga Ruas e dá outras providências.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, etc

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Vitória (BRT-435), a via pública que, partindo da Rua 25 de Julho (BRT-446), possui extensão de 127 metros do lado direito e 124 metros do lado esquerdo.

Art. 2º - Fica denominada Rua 25 de Julho (BRT-446), a via pública que, partindo da Rua Dom Pedro, possui extensão de 1740 metros do lado direito e 1720 metros do lado esquerdo.

Art. 3º - Fica denominado Beco Flores da Cunha, a via pública que, partindo da Rua das Águas, possui extensão de 167 metros do lado direito e 150 metros do lado esquerdo.

Art. 4º - Fica denominada Rua Morro Boa Vista, a via pública que, partindo da Rua Duque de Caxias, possui extensão de 425 metros do lado direito e 420 metros do lado esquerdo.

Art. 5º - Fica denominada Rua das Águas (BRT-470), a via pública

que, partindo do início do Núcleo Urbano, conforme Lei 0683/2011 de 06 de julho de 2011, possui extensão de 242 metros do lado direito e 246 metros do lado esquerdo.

Art. 6º - Fica denominada Rua Leopoldo Joenck, a via pública, com início na Rua Dom Pedro (Ginásio), até o final da Área de Expansão Urbana, possuindo extensão de 708 metros do lado direito e 706 metros do lado esquerdo.

Art. 7º - Fica denominada Rua Travessa Kindel (BRT-105), a via pública, que partindo da Rua Dom Pedro, possui extensão de 540 metros do lado direito.

Art. 8º - Fica prolongada a Rua Dom Pedro em 1.425 m do lado direito, a partir da propriedade da Sra. Doris Neu, até o acesso da BRT-105 (Travessa Kindel); do lado esquerdo em 1.444 m, a partir da propriedade do Sr. Arno Correia, até o acesso da BRT-105 (Transfeller).

Art. 9º - Fica Prolongada a Rua Prefeito Ervino Vermoehlen, em 68 m do lado direito e 70 m com o lado esquerdo, até a propriedade do Sr. Denílson Joenck e outros.

Art. 10 - Ficam revogados o inciso V, do Art. 1º da Lei nº 318, de 15 de janeiro de 1973 e inciso 8º, do Art. 1º da Lei 485, de 22 de setembro de 1981.

Art. 10 A - A contar da data de publicação da presente Lei, terá o Executivo Municipal, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para a colocação das placas de identificação nas ruas acima mencionadas.

Art. 11 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de novembro 2011.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### **Lei 0696/2011**

LEI Nº 0696/2011

Autoriza Adquirir área de terra, por compra, e dá outras providências.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir, por compra, uma área de terra sem benfeitorias de 3.587,00 m², (três mil, quinhentos e oitenta e sete metros quadrados) localizado na Rua Clara Stuve - Centro, conforme levantamento planimétrico em anexo, parte integrante desta Lei, contendo as seguintes confrontações:

Frente: com 45,00 metros com a Rua Clara Stuve;

Fundos: com 45,00 metros com a propriedade do Sr. Curt Roeder;

Lado Direito: com 80,00 metros com a propriedade do Sr. Ronald Stuve;



Lado esquerdo: com 79,40 metros com a propriedade do Sr. Ronald Stuve.

Art. 2º - O valor total da aquisição importa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme Ata da Comissão de Avaliação de Imóvel, em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º - A aquisição do referido imóvel destina-se a construção de um ginásio poliesportivo.

Art. 4º - Todas as despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de novembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### Portaria 139/2011

PORTARIA 139/2011

Concede Progressão Vertical

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 86, inciso V, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc

#### RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Vertical, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Marilei Regueira da Silva	20 hs	06.02.2006	Professor 01-A	Professor 02-A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 08.07.2011.

Braço do Trombudo, em 18 de novembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### Portaria 140/2011

PORTARIA 140/2011

Vilberto Müller Schovinder, Prefeito Municipal, do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.1999, etc

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os efeitos da portaria 133/2011, que designou servidores para comporem a Comissão de Inquérito Administrativo, destinada a apurar os fatos que envolvem o servidor Carlos Koerich, bem como prorrogar o prazo para conclusão do Inquérito, nos termos do art. 101 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, por um prazo de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de novembro de 2011.

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### Retificação do Termo Aditivo 1º do Contrato 34/2011 RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 1º DO CONTRATO 34/2011.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve retificar o TERMO ADITIVO 1º DO CONTRATO 34/2011 da seguinte forma:

a) Cláusula Primeira: Do valor contratual

#### ONDE SE LÊ:

Fica aditada a cláusula décima segunda deste contrato, reajustado o valor total do contrato em 7% (R\$ 488,50), que equivale ao acréscimo de um cargo, nível superior de "Assessor Jurídico", o qual não estava previsto no edital de licitação, ficando o valor total do contrato em R\$ 7.468,60 (sete mil quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos), Lê-se R\$ 488,60 (quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).

Braço do Trombudo em, 21 de novembro 2011.

Contratante

Prefeitura Municipal

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

CPF -185.255.479-72

Testemunhas

DENISE SCHUSSLER WERTER

CPF 022.538.329-28

### 1º Termo Aditivo ao Convênio Nº 5/2011

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 5/2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E O ASILO DE VELHOS RECANTO DO SOSSEGO, NA FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, na qualidade de CONCEDENTE, representada pelo Sr. Vilberto Muller Schovinder e a entidade Asilo de Velhos Recanto do Sossego, com sede na Rodovia SC 426 KM 49,5 Divisa, cidade de Braço do Trombudo - SC, registrada no CNPJ sob nº 83.781.807/0001-36, neste ato representada por seu representante legal, Senhor João Bartsch, na qualidade de CONVENIENTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Convênio nº 5/2011 em epígrafe, pelo que passam a dispor:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL

A entidade Asilo de Velhos Recanto do Sossego, com sede na Rodovia SC 426 KM 49,5 Divisa, cidade de Braço do Trombudo - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.781.807/0001-36, passou sua denominação Social para Asilo de Velhos de Braço do Trombudo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 21 de novembro de 2011.

Concedente

Pref. Mun. de Braço do Trombudo

Conveniente  
Asilo de Velhos de Br.do Trombudo

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal  
CPF - 185.255.479-72

JOÃO BARTSCH  
Presidente Asilo  
CPF - 605.772.230-20

Testemunhas

Denise Schussler Werter	Deizi Baade Knappmann
CPF - 022.538.329-28	CPF - 037.164.409-73

## Ata de Registro de Preço 23/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011

Número do Registro de Preços: 23/2011

Data do Registro: 17/11/2011

Válido até: 17/11/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	VASSOURA NYLON (659)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CONDOR haracem	0 0	7,6400 8,1800	1 2
2	PAPEL TOALHA ( PCT C/ 02 ROLOS ) (1556)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LOG dalmata	0 0	2,2946 2,4500	1 2
3	VASSOURA DE PALHA (1567)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	COLONIAL haracem	0 0	13,8800 14,8200	1 2
4	LUSTRA MÔVEIS (200 ML) (1948)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BRILHOL pratik	0 0	2,8097 3,0000	1 2
5	PANO DE CHÃO ALVEJADO (TRAMA BEM FECHADA) (1950)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARTELUX martins	0 0	3,1094 3,3200	1 2
6	RODO BORRACHA (1951)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ALTERNATIVA haracem	0 0	7,2304 7,7200	1 2
7	PANO MULTI-USO (PCT C/ 5 UND) (1952)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPEX sany bril	0 0	3,5777 3,8200	1 2
8	ESPONJA DE LOUÇA (ESPUMA) DUPLA FACE (1953)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TININDO sany bril	0 0	0,7212 0,7700	1 2
9	LÃ DE AÇO (PCT C/ 8 UN) (1954)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOMBRIL sany bril	0 0	2,4164 2,5800	1 2
10	LIMPA VIDROS 500 ML (2158)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	UAU zavaski	0 0	3,6995 3,9500	1 2
11	FOSFORO (MAÇO C/ 10 UND) (2159)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GABOARDI fiat lux	0 0	2,5943 2,7700	1 2
12	SACO LIXO DE 30 LTS (PCT C/ 10 UND) (2161)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOSSO LIXO pega lixo	0 0	2,7629 2,9500	1 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011**

Número do Registro de Preços: 23/2011

Data do Registro: 17/11/2011

Válido até: 17/11/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	SACO LIXO DE 50LTS (PCT C/ 10 UN) (2162)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NOSSO LIXO	0	4,1678	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	4,4500	2
14	SACO DE LIXO DE 100 LTS (PCT C/ 5 UND) (2222)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NOSSO LIXO	0	5,1980	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	5,5500	2
15	LEITE EM PO (LATA 400 GR) (2381)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NINHO	0	7,9459	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	itambé	0	7,9900	2
16	OLEO PEROBA (200 ML) (2605)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	OLEO PEROBA	0	8,3355	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	king	0	8,9000	2
17	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PEDRA) (2855)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANI SOL	0	1,0771	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	1,1500	2
18	PAPEL HIGIÊNICO (PCT C/8 UNID) BRANCO COM 60 MT (4724)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOB	0	5,2355	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	blumy	0	5,5900	2
19	RODO C/ESPUMA (4725)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOHMAR	0	5,5445	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	5,9200	2
20	Açúcar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CARAVELAS	0	9,9254	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	caravelas	0	9,9800	2
21	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NESCAFE	0	7,8468	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	amigo	0	7,8900	2
22	Café torrado e moído (cx 500gr) (7437)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MELITTA	0	6,9518	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	cremoso	0	6,9900	2
23	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra pak) (7438)	LTS	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	AURORA	0	1,8399	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	longa vida	0	1,8500	2
24	Saco plástico - rolo c/ 50und e capacidade de 5 kg (7441)	RL	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MULTI FORTE	0	4,3270	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pic	0	4,6200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011**

Número do Registro de Preços: 23/2011

Data do Registro: 17/11/2011

Válido até: 17/11/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Sabão em pó ( pct 1kg) (7447)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHANTE	0	4,7765	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	5,1000	2
26	Desinfetante líquido - frasco de 2lt (7452)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	3,3436	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,5700	2
27	Amaciante de roupas - frasco de 2lt (7453)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	4,3925	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	4,6900	2
28	Água sanitária - frasco de 2lt (7454)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,3500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	4,3925	2
29	Detergente de louça - frasco de 500ml (7458)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	YPE	0	1,6390	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	1,7500	2
30	Vassoura tipo escova c/cabo (7494)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CONDOR	0	11,8383	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	12,6400	2
31	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor maracujá. (7685)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	6,4247	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nutrinctar	0	6,4600	2
32	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor uva. (7686)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,2014	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nutrinctar	0	5,2300	2
33	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor laranja. (7687)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,2014	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nutrinctar	0	5,2300	2
34	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor abacaxi. (7688)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,2014	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nutrinctar	0	5,2300	2
35	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,3769	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,3900	2
36	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	3,1725	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011**

Número do Registro de Preços: 23/2011

Data do Registro: 17/11/2011

Válido até: 17/11/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	3,1900	2
37	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,3769	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,3900	2
38	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	3,7593	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	3,7800	2
39	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,3900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	3,7593	2
40	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,1780	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,1900	2
41	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,1780	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,1900	2
42	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,2874	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,3000	2
43	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ (7700)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,1780	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,1900	2
44	Chá em sachês, no sabor NOITE TRANQUILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7702)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,8742	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,8900	2
45	Adoçante Dietético Líquido Ciclamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ADOCIL	0	5,1716	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zero cal	0	5,2000	2
46	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEVE	0	6,4545	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	santa catarina	0	6,4900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011**

Número do Registro de Preços: 23/2011

Data do Registro: 17/11/2011

Válido até: 17/11/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEVE	0	20,2784	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	santa catarina	0	20,3900	2
48	Papel higiênico rolão, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MH	0	4,9638	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	blumy	0	5,3000	2
49	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MH	0	15,9218	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	17,0000	2
50	Álcool líquido - volume 92,8° - frasco de 1lt (7727)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	DA ILHA	0	4,0273	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	coperalcool	0	4,3000	2
51	Luvras de borracha tamanho M (7728)	PAR	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANRO	0	4,4956	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	4,8000	2
52	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BASSO	0	10,2930	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	arq plast	0	10,9900	2
53	Saponáceo de detergente cremoso -frasco de 300ml (7730)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ASSOLAN	0	3,3248	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	3,5500	2
54	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (7731)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SHARK	0	9,0192	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	tubarão	0	9,6300	2
55	Cera em pasta vermelha - lata com 350g (7732)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	POLIFLOR	0	11,6604	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	andreia	0	12,4500	2
56	Cera líquida auto-brilho incolor (750ml) (7733)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHO FACIL	0	6,9119	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	andreia	0	7,3800	2
57	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas: 42x70cm. (7734)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	COPA	0	3,4841	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	3,7200	2
58	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOTA	0	4,1678	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011**

<p><b>Número do Registro de Preços: 23/2011      Data do Registro: 17/11/2011      Válido até: 17/11/2012</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	4,4500	2
59	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	3,4000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOTA	0	4,1678	2
60	Copos plásticos descartáveis de 180ml - pct com 100und (7737)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TOTAL PLAST	0	3,0439	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	coposul	0	3,2500	2
61	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contém CFC (clorofluorcabono), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (7740)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	8,8881	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	bom ar	0	9,4900	2
62	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	13,0371	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	13,9200	2
63	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	9,6561	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	10,3100	2
64	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM AR	0	28,0973	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	30,0000	2
65	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM AR	0	25,6903	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	27,4300	2
66	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico.Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	42,1459	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	45,0000	2
67	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água (8544)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	11,2389	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	12,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011****Número do Registro de Preços: 23/2011****Data do Registro: 17/11/2011****Válido até: 17/11/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	15,4535	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	16,5000	2
69	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SUPER GASBRAS	0	44,0000	1
70	Gás (GLP) com casco, botijão de 13kg (8547)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SUPER GASBRAS	0	143,0000	1
71	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SUPER GASBRAS	0	199,0000	1
72	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHO FACIL	0	6,9119	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	andrea	0	7,3800	2

BRACO DO TROMBUDO , 17 de Novembro de 2011.

**Ata de Registro de Preço 5/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011****Número do Registro de Preços: 5/2011****Data do Registro: 07/02/2011****Válido até: 22/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Paleta direita (7782)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	20,0000	1
2	Paleta esquerda (7783)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	20,0000	1
3	Eixo do disco esquerdo direito (7784)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	45,0000	1
4	Disco líder (7785)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	335,0000	1
5	Braço de ligação (7786)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	158,0000	1
6	Cunha da faca (7787)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	26,0000	1
7	Eixo estriado direito (7319)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	156,0000	1
8	Bucha protetora (7788)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	30,0000	1
9	Disco de fricção jg com 6 und (7789)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	78,0000	1
10	VOLANTE (5921)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	540,0000	1
11	Eixo estriado esquerdo (7318)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	156,0000	1
12	Rosca de alimentação (7346)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	295,0000	1
13	Cubo da roda (7790)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	57,0000	1
14	Condutor do adubo (7791)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	10,0000	1
15	Caixa de distribuição de semente (7792)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	48,0000	1
16	Corrente 60-1 c/3.540+emenda (7793)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	DID	0	290,0000	1
17	Pino de segurança p/ encil/4100 (7794)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	1,0000	1
18	Faca picadeira (7795)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	24,0000	1
19	Faca de espera (7796)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	62,0000	1
20	Faca ceifadora (7797)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	20,0000	1
21	Rebolo jumil 4100 (7798)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	161,0000	1
22	Engrenagem dupla maior (7799)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	137,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011****Número do Registro de Preços: 5/2011****Data do Registro: 07/02/2011****Válido até: 22/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Engrenagem dupla menor (7800)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	95,0000	1
24	Corrente RC 80R (7801)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TEC	0	65,0000	1
25	Prato distribuidor do adubo (7802)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	58,0000	1
26	Alimentador maior. (7347)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	525,0000	1
27	Cilindro alimentador n 3 (7803)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	325,0000	1
28	Porca borboleta M12 (7804)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	23,0000	1
29	Porca ficção da bica (7805)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	32,0000	1
30	Conjunto depósito de semente (7806)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	228,0000	1
31	Porca ficção tampa da ventoinha (7807)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	25,0000	1
32	Porca ficção km4 (7808)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	15,0000	1
33	SUPORTE DO DISCO DE CORTE (5092)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	156,0000	1
34	Esteira dupla p/ calcário (7809)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	1.440,0000	1
35	Carenagem direita (7810)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	32,0000	1
36	Carenagem esquerda (7811)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	32,0000	1
37	Peneira Cilindrica c/ capa c/ flange (7812)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	960,0000	1
38	Mancal orelha 90mm (7813)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	84,0000	1
39	Balancin (7814)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	32,0000	1
40	Braçadeira do mancal (7815)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	23,0000	1
41	Sapata direita (7816)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	132,0000	1
42	Pino argola (7817)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	SGT	0	1,0000	1
43	Bucha p/ subsolador (7818)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	6,0000	1
44	Mola do disco (7819)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	35,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011****Número do Registro de Preços: 5/2011****Data do Registro: 07/02/2011****Válido até: 22/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Cubo do disco completo (7820)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	154,0000	1
46	Cubo do disco s/rol/s/eixo (7821)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	110,0000	1
47	Cubo carreta 5t rd completo (7822)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	210,0000	1
48	Cubo carreta 5t rd s/ rolamento (7823)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	95,0000	1
49	Selo mecânico (7824)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	85,0000	1
50	Cone c/ haste válvula de alivio (7825)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	55,0000	1
51	Rotor prensado bomba lomb s/ mec. (7826)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	85,0000	1
52	Cruzeta cc-36 (7827)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	35,0000	1
53	Cruzeta cc-101/3 (7828)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	29,0000	1
54	Aro 6 furos rodado duplo (7829)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	146,0000	1
55	Correia c-144 (7830)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	0	59,0000	1
56	Correia c-138 (7831)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	0	40,0000	1
57	Mangote p/ plant. jumil 2090 (7832)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BEGEBOR	0	16,0000	1
58	Disco de grade 20" recortado (7833)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	59,0000	1
59	Disco de grade 18" recortado (7834)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	48,0000	1
60	Haste roscada da mola (7835)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REX	0	8,0000	1
61	Ponta escarificador giro (7836)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	44,0000	1
62	Parafuso c/p-3/4x6.5 (7837)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REX	0	6,0000	1
63	Parafuso c/p-1x2x2.1/2 (7838)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REX	0	3,0000	1
64	Disco reto 17" 5f (7839)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	62,0000	1
65	Disco plano 17" ranhur. 6f (7840)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	70,0000	1
66	Ponta de arado (7841)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MADUBAR	0	94,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011****Número do Registro de Preços: 5/2011      Data do Registro: 07/02/2011      Válido até: 22/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Aiveca arado (7344)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MADUBAR	0	190,0000	1
68	Cabo de aço (7842)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	13,0000	1
69	Kit facas jf 92 z10 (7843)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	550,0000	1
70	Contra faca h2f4 (7844)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	38,0000	1
71	Faca interior da plataforma (7845)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	16,0000	1
72	Pino de segurança (7846)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	2,0000	1
73	Jogo de facas do recolhedor (7847)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	160,0000	1
74	Base e pedra do afiador (7848)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	221,0000	1
75	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	97,0000	1
76	Mola do cilindro denta móvel (7849)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	28,0000	1
77	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	178,0000	1
78	Eixo do rotor c/arr/vedação (7850)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	148,0000	1
79	Engrenagem do cilindro liso (7851)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	65,0000	1
80	Engrenagem do comando (7852)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	76,0000	1
81	Mola da bica quebra jato (7853)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	12,0000	1
82	Mancal atrito completo (7854)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	70,0000	1
83	Carretel liso fundido (7855)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	32,0000	1
84	Correia c 75 (7856)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	POWERMAKE	0	32,0000	1
85	Correia c 63 (7857)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	POWERMAKE	0	33,0000	1
86	Peneira da bateteira TR 791 (7858)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	480,0000	1
87	Limpador dianteiro (7859)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	37,0000	1
88	Limpador traseiro (7860)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	37,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011****Número do Registro de Preços: 5/2011      Data do Registro: 07/02/2011      Válido até: 22/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	Sapata (7861)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TATU	0	88,0000	1
90	Correia c-156 (7862)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	POWERMAKE	0	45,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 7 de Fevereiro de 2011.

# Caçador

## PREFEITURA

### Ata Análise Propostas CV 04-2011 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### RESUMO ATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS CV 04-2011 - FMS

Após abertos os envelopes contendo as propostas de preço a Comissão constatou que o valor cotado ficou dentro do previsto, desta forma encaminha-se o presente processo para homologação da autoridade competente após decorrido o prazo recursal uma vez que os representantes legais não encontram-se presentes, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para apresentação de eventuais recursos.

Menor preço global - Empresa: IDS Desenvolvimento de Software e Consultoria Ltda - Valor: R\$ 69.300,00.

### Aviso PR 42-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br)

EDITAL: Pregão Presencial nº 42/2011 - FMS

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15:00 Horas do Dia 05/12/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 15:05 Horas do Dia 05/12/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)

Caçador, 18 de novembro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

### Contrato 53-2011 SAÚDE

Contrato 53/2011 FMS - Prorrogação de prazo ao contrato 93/10 para contratação de serviços médicos especializados em neurocirurgia, para realização de consultas, referente ao processo licitatório nº 70/2010, PR 36/2010. Contratada: STEFAN SZYLEWICZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. Valor: saldo remanescente. Prazo: 17/11/2012.

### Ata Nº 27 do Conselho Municipal de habitação de Interesse Social

Ata nº27

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e onze, reuniram-se nas dependências físicas da Câmara de Vereadores de Caçador, os Conselheiros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, senhores Antônio Vanderlei Moreira, Brigida Kindermann, Luciana Marques, Aline de Matos Roessler, Romulo Machado de Souza, Débora Cunha Almeida, Prefeito Municipal senhor Imar Rocha, a Vice Prefeita senhora Luciane Pereira, representante da Caixa Econômica Federal senhor Carlos Tissiane, Presidente do

Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social senhora Marinês Colaço, Diretora do Departamento de Habitação de Interesse Social senhora Eliane Aparecida França, Gestora do Programa Bolsa Família senhora Isolete Renon Farias, equipe do Departamento de Habitação senhora Elizete Farias, senhora Rafaela Vargas, senhor Paulo Roberto Stanislawski, secretaria executiva dos Conselhos Municipais senhora Vanderléia de Cássia Fernandes Campos, os inscritos no "Programa Minha Casa Minha Vida - Residencial Meu Lar". O objetivo desse ato é o sorteio de vagas remanescentes dos apartamentos do empreendimento Minha Casa Minha Vida - Residencial Meu Lar. A presidente do conselho senhora Marinês inicia dando as boas vindas a todos e cumprimenta a mesa. Fala ainda que os trabalhos de hoje é para a realização do sorteio das vagas remanescentes dos apartamentos do empreendimento residencial "Meu Lar", cita que esse empreendimento ira beneficiar cento e quarenta e quatro famílias com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial o qual foi repassado em total de R\$ seis milhões quatrocentos e oitenta mil reais (R\$6.480.000,00) dinheiro este que foi destinado a construção da obra de nove prédios de dezesseis apartamentos cada um. Salienta ainda que a gestão deste programa é do Ministério das Cidades - e o Trabalho Técnico Social será realizado pela Secretaria de Assistência Social de Caçador e o Departamento de Habitação o responsável pelo planejamento e execução. A Diretora do Departamento de Habitação senhora Eliane França explica a todos como vai ser o sorteio das vagas remanescentes. Com a palavra o Prefeito Imar Rocha que discorre sobre a importância de cada família ter um lar onde possa dizer com orgulho que é seu, onde não precisa pagar aluguel para morar com conforto e dignidade. Diz ainda que é fundamental o ser humano ter uma residência fixa para morar, e parabeniza e enaltece a mulher que hoje por muitas vezes é a chefe da família. Fala ainda que talvez não seja a casa dos sonhos, mas é uma moradia a qual vai poder dizer com orgulho: "Esta é minha casa". O gerente da Caixa Econômica Federal senhor Carlos Tissiane explica que já houve sorteio para este empreendimento em abril deste ano, mas pelo fato de termos muitas famílias que desistiram ou mudaram de endereço ou cidade, o motivo pelo qual precisamos fazer novo sorteio. Coloca ainda que este empreendimento do Governo Federal é modelo, são cento e quarenta e quatro novas moradias, que irão beneficiar famílias Caçadorenses que ainda não tiveram oportunidade de ter uma casa própria. Senhor Carlos diz que a caixa Econômica Federal esta em todo país. Fala ainda que o valor do imóvel esta avaliado em quarenta e cinco mil reais (R\$ 45.000,00) e que as famílias contempladas irão pagar somente seis mil reais (R\$ 6.000,00) o restante quem paga é o Governo Federal. Com a palavra a Vice Prefeita senhora Luciane Pereira a qual fala da importância deste empreendimento que ira beneficiar essas famílias, mas como Secretaria de Educação já esta preocupada com escola para as crianças que irão residir ali. Pensando nisso fala que deveremos de forma emergencial construir uma escola nas proximidades do empreendimento e ampliar O Centro de Educação Infantil para absorvermos estas crianças nas escolas e creches, facilitando assim para que as famílias permaneçam em suas novas residências, e se coloca a inteira disposição enquanto Secretaria da Educação e Vice Prefeita, parabenizando as famílias que foram sorteadas. Com a palavra a Gestora do Programa Bolsa Família senhora Isolete Renon Farias, a qual explica a todos que o cadastro único serve para inserir as pessoas no sistema e ter acesso aos programas federais sendo assim é um pré-requisito inicial para poder se cadastrar. No Programa "Minha Casa Minha Vida". Explica ainda a todos que foi detectado dois casos onde uma pessoa possui duplicidade de cadastro a senhora Gesiele de Souza Mello com o cadastro (101 e 102) cento e um e cento e dois, sendo excluído o cento e dois indo somente um para sorteio. E tivemos ainda o caso da senhora Mercedes Bueno da Cruz que por motivo pessoal, seu filho Luiz que tem deficiência também fez cadastro. Neste caso foi excluído o cadastro do senhor Luiz em vinte e um de setembro de dois mil e onze. Ficando assim excluídos do sorteio de hoje os cadastros cento e um e o duzentos e



quinze. Passa-se a realização do sorteio chamando dois conselheiros senhor Romulo e senhora Brigida para fiscalizarem os nomes que irão para o sorteio, também foi chamado um representante das pessoas inscritas para a fiscalização da urna. A presidente senhora Maninês fez as rubricas nos nomes que irão para a urna sendo que os conselheiros senhor Romulo e senhora Brigida fiscalizavam. Foram trezentos e um nomes para o sorteios. Nomes estes que seguem em anexo por ordem de sorteio do primeiro ao tricentésimo primeiro toda a lista de sorteado estará disponível a qualquer tempo nos veículos de comunicação Municipal bem como no site: [WWW.diariomunicipal.sc.gov.br](http://WWW.diariomunicipal.sc.gov.br) e nos murais da Prefeitura e entidades afins. O Conselho delibera ainda que as demais determinações referentes a este sorteio segue o edital (003/2001) zero zero três de dois mil e onze e resoluções zero zero dois de dois mil e onze (002/2011) deste Conselho do Programa Minha Casa Minha Vida. Nada mais a vendo a tratar eu Vanderléia de Cássia Fernandes Campos encerro essa ata que será assinada por mim e por todos os conselheiros e demais autoridades presentes.

### Convocação Sorteados Programa Minha Casa Minha Vida

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA  
CONVOCAÇÃO DE SORTEADOS

A Secretaria Municipal de Assistência Social, representado pela Secretária Sr. Marinês Delavechia Colaço, TORNA PÚBLICA a relação dos 30 (trinta) primeiros sorteados no processo de seleção do Programa Minha Casa, Minha Vida - Residencial Meu Lar, abaixo descritos, conforme ordem de sorteio realizado no dia 04/11/2011, e os CONVOCA para atualizar os cadastros junto ao programa Bolsa Família CAD Único, até às 18:00 horas do dia 25 de novembro de 2011.

Ordem	Nome	NIS
1	Rozeli Soares Rodrigues	13222970725
2	Cristiane Aparecida Zipperer Lima Santos	16510968445
3	Jerusa Karen Dellani de Lima Hackel	12848800722
4	Juscelia Rodrigues Tavares	20996768712
5	Alvete Alizete Scheidt	21243526027
6	Juraci Correa Alves da Costa	12116472883
7	Lourdes Aparecida Correa Goncalves Lins	16516466506
8	Salvador Cristaldo	10096830295
9	Noeli Teresinha Ribeiro	10731688241
10	Rogerina Farias da Silva Rodrigues de Quadros	12223877933
11	Noemi Terezinha Vieira Goncalves	12330669617
12	Adriana Fátima Lima Sauer de Oliveira	16009593132
13	Ema dos Santos Littes	13794470728
14	Zenaide Rodrigues de Lima Campos	12147794912
15	Maria de Jesus Borges Hinz	12436668770
16	Marli Terezinha Cesca	12063810577
17	Fransoize Freitas Pereira	16335879574
18	Matilde Rodrigues dos Santos	12227454301
19	Luciane Horning Carvalho	13737145724
20	EudesSonego	13532242728
21	Edson Gribinski	12638572723
22	Joao Maria Emidio Sobrinho	12436497526
23	Rita de Fátima de Almeida M de Lima	12879652725
24	Doraci da Silva Marcolla	10640843597
25	Ely Santos Rodrigues	12591803813
26	Maria Bernadeth Sampaio	10121988160
27	Rose Teresinha de Moraes	16534661404
28	Gisele Didrich	13534158724
29	Mirto Gonçalves Pedroso	10378340821
30	Rose Alves da Silva	20999929962

Os sorteados acima nominados que não comparecerem até a data

prevista acima para atualização dos cadastros serão desclassificados.

Caçador, 18 de novembro de 2011.

MARINES DELAVECHIA COLAÇO,  
Secretária Municipal de Assistência Social

### Resolução Nº 003 do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social

Resolução nº 003/2011 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - Caçador - SC:

Dispõe sobre a convocação dos 30 (trinta) primeiros sorteados às vagas remanescentes do Programa Minha Casa Minha Vida - Residencial Meu Lar, conforme ordem da lista geral de sorteados publicada na Edição nº 862, do Diário Oficial dos Municípios do dia 09/11/2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA - CMHIS, em cumprimento à Lei Municipal nº 2534/2008 e 2552/2008, que regulamentam o CMHIS, RESOLVE:

Art. 1º - No dia 18/11/2011 os Conselheiros reunidos em Assembléia Geral Extraordinária decidiram pela publicação da relação dos 30 (trinta) primeiros sorteados objetivando a convocação para atualização dos respectivos cadastros no CAD-Único, situado junto ao programa Bolsa Família.

Art. 2º - Na mesma ocasião ficou decidido que os sorteados referidos no artigo anterior terão o prazo até às 18:00 horas do dia 25/11/2011 para que atualizar o cadastro, sob pena de desclassificação do Programa Minha Casa Minha Vida.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

Caçador, 18 de novembro de 2011.

MARINES DELAVECHIA COLAÇO  
Presidente do CMHIS

**Camboriú**

**PREFEITURA**

### Lei Nº. 2.382/2011

LEI Nº 2.382/2011

Dispõe sobre a instalação de recipientes com álcool gel anti-séptico ou produtos similares, nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos Públicos e Privados que prestam serviços ao público no Município de Camboriú, ficam obrigados a instalar ou disponibilizar recipiente abastecido com álcool gel anti-séptico ou outro produto similar, para higienização das mãos dos usuários, clientes e funcionários.

Parágrafo único. Os recipientes abastecidos com o produto deverão ser instalados nos lugares de maior circulação de pessoas, de fácil visualização e acesso, bem como em número suficiente para atender à demanda do respectivo estabelecimento, e, que



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



atendam também às necessidades dos portadores de necessidades especiais.

Art. 2º Os estabelecimentos privados que vierem a descumprir o disposto nesta Lei ficam passíveis das seguintes sanções administrativas, de forma alternada ou cumulativamente, a ser definidas por ato do Poder Executivo:

I - advertência, quando da ocorrência da primeira, com prazo de dez dias para regularização;

II - multa no valor de 5 (cinco) UFM's (Unidade Fiscal do Município);

III - suspensão do alvará de funcionamento, por 10 (dez) dias, quando já aplicadas as penalidades anteriores.

Art. 3º Os estabelecimentos atingidos por esta norma deverão adequar-se aos mandamentos impostos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 16 de novembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### **Lei Complementar Nº 10, de 19 de Outubro de 2011**

LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

REESTRUTURA O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, FUNDAÇÃO CULTURAL CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos servidores do Poder Executivo, Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Fundação Cultural Cid Caesar de Almeida Pedroso e Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, obedecendo ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, plano fundamentado nos princípios de qualificação profissional e desempenho, objetivando dar continuidade com maior eficiência e eficácia aos serviços públicos, baseado nos princípios de:

I - Organização Técnica e Administrativa do Trabalho;

II - Desenvolvimento da Política de Recursos Humanos;

III - Qualificação Profissional;

IV - Valorização Profissional do Servidor.

§ 1º. A Prefeitura Municipal de Campos Novos tem sede e foro na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

§ 2º. O plano de carreiras, cargos e salários dos servidores do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos está regulado em lei própria.

§ 3º. O plano de carreira, cargos e salários aos cargos que integram o Quadro de Pessoal do Magistério são as determinadas em legislação específica.

§ 4º. Os servidores que exercem emprego público nos Programas Especiais e os Cargos Eletivos, não serão abrangidos por esta Lei, sendo regulado por legislação municipal específica.

Art. 2º - O Quadro de Pessoal da Administração Municipal Direta é composto por:

I - Cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração;

II - Cargos de Agentes Políticos;

III - Cargos de provimento efetivo

Art. 3º. Esta Lei Complementar dispõe sobre os Planos de Carreira, Cargos e Salários:

I. Quadro Permanente de Cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, Anexo I;

II. Quadro Permanente de Cargos da Fundação Hospitalar, Anexo II;

III. Quadro Permanente de Cargos da Fundação Cultural, Anexo III;

IV. Quadro Permanente de Cargos da Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, Anexo IV;

V. Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo, Anexo V;

VI. Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Fundação Hospitalar, Anexo VI;

VII. Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Fundação Cultural, Anexo VII;

VIII. Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Fundação de Meio Ambiente - FUNDEMA, Anexo VIII;

IX. Quadro de Funções Gratificadas do Poder Executivo, Anexo IX;

X. Quadro de Funções Gratificadas da Fundação Hospitalar, Anexo X;

XI. Quadro de Adicional por Titulação, Anexo XI.

Art. 4º. Os cargos do pessoal do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA são organizados e providos em carreira, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º - O regime laboral dos servidores do Poder Executivo, da Fundação Hospitalar, da Fundação Cultural e da Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA é o estatutário, criado pela Lei Municipal 1742/90 de 26/11/90 e alterado pela Lei Complementar nº 03 de 04/12/2000.

Art. 6º. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I. CARREIRA: agrupamento de cargos integrantes da estrutura organizacional, observada a natureza e complexidade das atribuições de acordo com a habilitação profissional e compreendem níveis e referências do cargo do mesmo grupo profissional, distribuídos em Categorias Funcionais reunidas em segmentos distintos de acordo com a escolaridade exigível para o ingresso.

II. QUADRO DE PESSOAL: conjunto de carreiras, cargos e funções públicas de um mesmo órgão ou poder, agrupadas segundo as

respectivas ocupações, natureza de atribuições e graus de complexidade;

III. **QUADRO PERMANENTE DE CARGOS:** o conjunto de classes de cargos de carreira e de cargos de provimento efetivo;

IV. **GRUPO FUNCIONAL:** conjunto de categorias funcionais agrupadas no mesmo padrão, segundo a natureza e complexidade das atribuições e grau de conhecimento.

V. **CARGO PÚBLICO:** a unidade simples e indivisível de competência a ser expressada por um agente, previstas em número certo, com denominação própria, atribuições específicas, com vencimentos pagos pelos cofres públicos, ou seja, é o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma da lei;

VI. **CARGO DE CARREIRA:** cargo de provimento efetivo que se escalona em padrões de vencimento para acesso privativo de seus titulares;

VII. **CARGO EM COMISSÃO:** cargo declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VIII. **CLASSES DE CARGOS:** o agrupamento de cargos da mesma natureza funcional e grau de responsabilidade, mesmo padrão inicial de vencimento, mesma denominação e substancialmente idênticos quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício;

IX. **GRUPO OCUPACIONAL:** o conjunto de cargos de carreira com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de escolaridade e conhecimento exigido para seu desempenho;

X. **CATEGORIA:** é o conjunto de cargos públicos segundo as respectivas ocupações, natureza de atribuições e graus de complexidade;

XI. **INTERSTÍCIO:** o lapso de tempo mínimo fixado para que o servidor se habilite às promoções;

XII. **FUNÇÃO GRATIFICADA:** o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor ocupante de cargo efetivo.

XIII. **NÍVEL:** fração menor da unidade de carreira e correspondem à graduação ascendente existente em cada padrão profissional, determinando a progressão funcional.

XIV. **REFERENCIA:** graduação ascendente, em cada nível, determinando a progressão funcional horizontal, a que correspondem os respectivos vencimentos.

XV. **GRUPO DE VENCIMENTOS:** conjunto de profissões, agrupadas segundo o seu grau de complexidade, vinculadas ao mesmo padrão de vencimentos.

XVI. **ESTABILIDADE:** é a garantia constitucional de permanência no serviço público outorgada ao servidor que, nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, tenha transposto o estágio probatório de três anos, após ser submetido a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

XVII. **LOTAÇÃO:** é o número de servidores que devem ter exercício em cada repartição;

XVIII. **SERVIDOR:** a pessoa legalmente investida em cargo ou

função pública;

Art. 7º. Os cargos de carreira do Quadro Permanente do Poder Executivo e Fundações são os constantes dos Anexos previstos no artigo 3º desta Lei Complementar, que contém suas categorias, denominações, grupos ocupacionais, quantidades, jornadas semanais de trabalho e padrões de vencimento.

Art. 8º. As atribuições, as exigências mínimas de escolaridade e conhecimento para ocupação dos cargos previstos nesta Lei Complementar, são:

I. do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, Anexo XII;

II. do Quadro Permanente de Cargos da Fundação Hospitalar, Anexo XIII;

III. do Quadro Permanente de Cargos da Fundação Cultural, Anexo XIV;

IV. do Quadro Permanente de Cargos da Fundação de Meio Ambiente - FUNDEMA, Anexo XV.

## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA NORTEADORA DOS PLANOS DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS

Art. 9º. A política norteadora do Plano de Carreira, Cargos e Salários do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação de Meio Ambiente - FUNDEMA, fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, tem por objetivos:

I. A valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;

II. Proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de acesso na carreira;

III. Estabelecer um clima participativo e de confiança mútua entre a Administração Pública e o servidor sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

IV. Motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

V. Criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal;

VI. Criar estrutura de cargos e definições de ocupações para contemplar os fluxos funcionais das esferas da estrutura administrativa municipal, promovendo a memória de informações pertinentes ao município e incentivando a realização de concursos;

VII. Buscar a equidade interna na estrutura organizacional da administração pública municipal;

VIII. Alinhar a estrutura de remuneração.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DAS CLASSES DE CARGOS DE CARREIRA

Art. 10. A estruturação das classes de cargos de carreira dos Quadros Permanentes de Cargos do Poder Executivo e Fundações, resultante de avaliação sobre a natureza, o grau de responsabilidade e complexidade, bem como as peculiaridades de cada cargo, observa os seguintes fatores:

I. Instrução;

II. Iniciativa/complexidade;

III. Supervisão recebida;

IV. Esforço mental e visual;

V. Impacto dos erros;

VI. Responsabilidade por contatos;

VII. Responsabilidade por patrimônio;

VIII. Responsabilidade por supervisão exercida;

IX. Ambiente de trabalho;

X. Riscos/segurança.

## CAPÍTULO IV

**DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS**

Art. 11. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I. A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- II. O gozo dos direitos políticos;
- III. A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V. A idade mínima de dezoito anos;
- VI. Aptidão física e mental.

Parágrafo único. As atribuições do cargo poderão justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei Complementar ou no edital de concurso público.

Art. 12. Os cargos públicos se classificam em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Art. 13. As vagas criadas no presente Quadro Permanente de Cargos serão providas através de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 14. O provimento de cargos e das funções, no serviço do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA obedecerá, a rigor, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e, também, ao seguinte:

- I. Os cargos e funções do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA são acessíveis aos brasileiros que preencherem os requisitos estabelecidos nesta Lei Complementar e na Constituição Federal da República;
- II. A investidura em cargo no Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA depende sempre de prévia habilitação em concurso público;
- III. Os concursos públicos terão validade de até dois (2) anos, prorrogáveis uma vez até por igual período (art. 37, III CF);
- IV. Durante os prazos improrrogáveis fixados pelo Edital de Convocação, aquele aprovado em concurso público, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo.

Art. 15. A admissão temporária para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse e necessidade pública, será permitida na forma prevista na Lei Municipal nº 1968/93 de 28/06/1993.

**CAPÍTULO V  
DOS CARGOS DE CARREIRA**

Art. 16. Os cargos de carreira de provimento efetivo constantes dos Quadros Permanentes de Cargos do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA são preenchidos:

- I. Por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal;
- II. Pelo enquadramento dos atuais servidores;
- III. Pelas demais formas de provimento previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos.

Art. 17. O provimento dos cargos de carreira no âmbito do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo e dos Superintendentes, Diretores das Fundações, respectivamente, ou por ato de preposto definido em lei.

Art. 18. Os valores dos padrões de vencimento dos cargos de carreira são os constantes dos Quadros Permanentes de Cargos previstos nos Anexos de que trata o artigo 3º desta Lei Complementar.

**CAPÍTULO VI****DAS CARREIRAS**

Art. 19. O ingresso do servidor na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento do cargo.

Art. 20. Para os efeitos desta Lei Complementar, compreende-se como:

- I. Vencimento: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;
- II. Vencimentos: o vencimento do cargo efetivo fixado em lei acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e irredutível;
- III. Remuneração: o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes e temporárias estabelecidas em lei.

Art. 21. O vencimento dos servidores públicos do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, somente poderá ser fixado ou alterado por lei, observada a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

**CAPÍTULO VII  
DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS E DAS GRATIFICAÇÕES  
DE FUNÇÃO POR DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

Art. 22. São Funções Gratificadas e Gratificações de Função por Dedicção Exclusiva (GFDE) os adicionais pelo exercício de função de confiança, as funções descritas no Anexo IX, para o Poder Executivo e Anexo X, para a Fundação Hospitalar, desta Lei Complementar.

Art. 23. Considera-se Função Gratificada e GFDE, o exercício de supervisão, chefia, coordenação e assessoramento, intermediárias e de responsabilidade adicional, atribuída exclusivamente ao servidor de carreira.

§ 1º. As Funções Gratificadas são concedidas por ato do Prefeito Municipal, com critérios de confiança e destituídas "adnutum", nesse momento também cessará o pagamento.

§ 2º. O servidor designado para exercer Função Gratificada perceberá a gratificação cumulativamente com o vencimento do cargo.

§ 3º. O servidor de carreira que contar com doze meses consecutivos, ininterruptos ou não, de exercício de Função Gratificada ou GFDE terá adicionado aos vencimentos de seu cargo, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais, a importância equivalente a 10% (dez por cento) do valor da Função Gratificada ou GFDE, não podendo ultrapassar a 100% (cem por cento) dos valores das funções ou GFDE nele indicados.

**CAPÍTULO VIII  
DAS PROGRESSÕES**

Art. 24. A progressão funcional dos servidores do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente, ocorrerá da seguinte forma:

- I. Por cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação;

Art. 25. O desenvolvimento da carreira dos servidores públicos efetivos do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente dar-se-á por meio de progressões por cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação.

§ 1º. Essa progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação, de que trata o "caput" deste artigo, será fundamentada na apresentação de certificado de participação em



cursos de aperfeiçoamento, visando a melhoria da qualidade de trabalho e a valorização dos servidores públicos municipais.

Art. 26. Estão enquadrados todos os servidores ocupantes de cargo ou emprego, cujo ingresso tenha ocorrido através de concurso público, ou estável por dispositivos constitucionais, observados os requisitos mínimos de habilitação estabelecidos para o cargo, já relacionados pela Lei Complementar nº. 003/00 de 04/12/2000, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, com exceção dos servidores que estejam enquadrados/lotados no Plano de Carreira do Magistério.

Art. 27. É proibida qualquer promoção ao servidor que não respeitar as exigências expressamente previstas neste capítulo, bem como possibilitar ao servidor avançar padrão de percentual que não seja aquele imediatamente posterior àquele que estiver enquadrado.

Art. 28. O acréscimo pecuniário decorrente do aperfeiçoamento e/ou capacitação será pago automaticamente no mês subsequente ao término do interstício, se o servidor preencher os requisitos previstos nos incisos I e II, do artigo 36 desta Lei Complementar.

§ 1º. Se o servidor preencher o requisito definido nesta Lei Complementar, após o término do interstício mínimo, o acréscimo pecuniário decorrente da promoção será pago no mês subsequente ao deferimento do requerimento.

§ 2º. A progressão por cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação será paga em rubrica própria e em linha à parte no demonstrativo de pagamento de vencimentos do servidor, a contar do mês seguinte da aprovação/deferimento do requerimento.

Art. 29. A Administração Pública municipal viabilizará a realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento do servidor público efetivo para fins de promoção. Os cursos devem ser previamente autorizados pelo Poder Executivo.

§ 1º. Os servidores que receberem cursos de atualização e aperfeiçoamento e/ou capacitação, ministrados por outros servidores do município, previamente autorizados e registrados pela Administração Pública Municipal, poderão, após certificação, averbá-los para fins de promoção.

§ 2º. Aos servidores que, convidados ou convocados pela Administração Pública municipal, ministrarem cursos de atualização e aperfeiçoamento e/ou capacitação, para outros servidores, ou cursos para a comunidade local, fica assegurado o direito de averbação na íntegra de toda carga horária ministrada para fins de promoção.

Art. 30. O servidor cedido não será prejudicado para fins de obtenção de promoção se, no período da cessão, tiver preenchido os requisitos exigidos nesta Lei Complementar.

Art. 31. O servidor, no exercício de cargo em comissão, terá a contagem do tempo de serviço assegurada, bem como garantida a possibilidade de reconhecimento dos cursos de atualização e aperfeiçoamento realizados no exercício do cargo em comissão para fins de progressão.

Parágrafo único. Os cursos de atualização, aperfeiçoamento e/ou capacitação, realizados no período do exercício do cargo em comissão poderão ser relacionados às atribuições do cargo efetivo e também àquelas do cargo em comissão.

Art. 32. O servidor de carreira, que for nomeado para cargo comissionado, poderá optar pela remuneração da função para a qual foi nomeado ou do cargo efetivo.

Art. 33. Fica garantido aos servidores do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente, o direito da continuidade das progressões por aperfeiçoamento e/ou capacitação, no mesmo percentual e obedecido os requisitos exigidos, até a exoneração ou o afastamento por aposentadoria.

Art. 34. As progressões por cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação, dos servidores do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente, aqui mencionadas, não possibilitam em nenhuma hipótese, a mudança de cargo e/ou nível.

Art. 35. O progresso por curso de aperfeiçoamento e/ou capacitação, será realizado a cada dois anos de efetivo exercício, sempre no mês de outubro dos anos ímpares, atendendo os requisitos estipulados, terão adicional de 2%, calculado sobre o salário base do nível de seu cargo efetivo, sendo acumulativos progressivamente, os percentuais adquiridos subsequentes.

Parágrafo Único. Para habilitar-se ao progresso funcional previsto no "caput" do artigo, o servidor deverá ser efetivo, incluindo os servidores que estão em período de estágio probatório.

Art. 36. O servidor fará jus ao progresso por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, ao apresentar requerimento protocolado, juntamente com a(s) cópia(s) autenticada(s) do(s) certificado(s), os quais deverão totalizar no mínimo:

I - 60 (sessenta) horas/aula, para os ocupantes de cargos do quadro permanente do Poder Executivo e Fundações Municipais.

§ 1º. A primeira progressão será realizada no mês de outubro de 2013 e para a primeira progressão de acordo com esta Lei Complementar, serão utilizados todos os cursos frequentados a partir de novembro de 2011, até a data da avaliação.

§ 2º. A carga horária excedente da progressão não poderá ser utilizada para novas progressões.

§ 3º. Somente serão computados e válidos os cursos voltados para a Administração Pública, correlacionados com a área de atuação ou função do servidor.

Art. 37. Para apreciação e despacho dos pedidos requeridos para esta progressão, será nomeada pelo Prefeito Municipal, uma comissão de análise, composta por 03 (três) servidores efetivos, sendo obrigatório, um destes, do Departamento de Recursos Humanos e 01 (um) indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

#### CAPÍTULO IX DA GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO

Art. 38. O servidor efetivo e estável ocupante de cargo integrante do Quadro Permanente, além das progressões previstas no capítulo anterior, receberá gratificação por titulação, condicionada à conclusão de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, relacionada às atribuições do cargo efetivo que ocupa, conforme tabela constante no anexo XI.

Art. 39. Os servidores efetivos poderão adquirir o adicional por titulação, mediante apresentação de requerimento protocolado, juntamente com a(s) cópia(s) autenticada(s) do(s) diploma(s) de conclusão e a comprovação de no mínimo 03 (três) anos de trabalho contínuo, no município.

Parágrafo Único. Terão direito a gratificação por titulação prevista no "caput" deste artigo, todos os servidores que preencherem os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 40. A gratificação por titulação ocorrerá através de adicional especificado e descrito em folha de pagamento conforme o Anexo XI, sendo incluído aos proventos.

Parágrafo Único. O adicional funcional de que trata este artigo, poderá ser requerido a qualquer momento, quando o servidor estiver de posse do diploma de conclusão, devidamente registrado no MEC e incluído na folha de pagamento no mês seguinte ao deferimento do requerimento, desde que preenchidos os demais requisitos previstos nesta Lei, e obedecida à titulação, conforme o Anexo XI.

Art. 41. Não poderão ser acumuladas as gratificações por titulação relacionadas ao mesmo grau de instrução, a gratificação por titulação é progressiva, conforme a escolaridade especificada no Anexo XI, ou seja, somente uma gratificação por titulação por grau de instrução.

§ 1º. Para a gratificação por titulação e/ou capacitação, os servidores que já ocupam e exercem funções, em cargos com titulação (grau de escolaridade), igual ao definido no anexo XI, ou seja, que tenha sido exigida como requisito essencial para aprovação no concurso, nomeação, investidura e exercício no cargo, não terão direito a gratificação por titulação, estes somente terão direito a gratificação por titulação, a partir do próximo nível superior da escolaridade exigida pelo seu cargo.

§ 2º. A gratificação por titulação será paga em rubrica própria e em linha à parte no demonstrativo de pagamento de vencimentos do servidor, a contar do mês seguinte da aprovação/deferimento do requerimento.

§ 3º. Somente será considerado a titulação concluída a partir da data de publicação da presente lei.

§ 4º. O servidor efetivo somente terá direito a gratificação por titulação, prevista neste capítulo, após aprovação em estágio probatório e adquirida a estabilidade.

Art. 42. O servidor efetivo e estável, no exercício de cargo em comissão, terá garantida a possibilidade de reconhecimento dos cursos de Ensino Fundamental, Ensino Médio, da(s) Graduação(ões), da(s) Pós-Graduação(ões), Mestrado e Doutorado realizada(as) e concluída(as) no exercício do cargo em comissão.

Parágrafo único. O(s) cursos de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Graduação(ões), Pós-Graduação(ões), Mestrado e Doutorado realizada(s) e concluída(s) no período do exercício do cargo em comissão poderá(ão) estar relacionada(s) às atribuições do cargo efetivo ou àquelas do cargo em comissão.

Art. 43. O servidor que receber a gratificação prevista neste capítulo estará à disposição do Município de Campos Novos para, no exercício do seu cargo de carreira, atuar na área de formação da Graduação ou Pós-Graduação, sempre que requerido.

Art. 44. Os valores descritos no anexo XI serão reajustados na data base e com o mesmo percentual estipulado na revisão geral anual.

#### CAPÍTULO X DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 45 - Os servidores admitidos através de concurso público do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente, passarão pelo estágio probatório de três (3) anos e demais requisitos regulamentados pelo Decreto nº 4.941/04 de 25/11/2004 e disposto na Lei Complementar nº 03/2000 de 04/12/2000.

#### CAPÍTULO XI DA COMISSÃO DOS PLANOS DE CARGOS E CARREIRAS

Art. 46. O Poder Executivo constituirá e designará, através de Portaria, Comissão dos Planos de Cargos e Carreiras, composta por 3 (três) membros, servidores integrantes do serviço público municipal, efetivos e estáveis, Sendo 1 (um) indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Em caso de motivada necessidade, poderá haver criações de subcomissões, obedecidos os requisitos do caput.

Art. 47. A Comissão dos Planos de Cargos e Carreiras ou as Subcomissões serão compostas por 1 (um) Presidente, 1 (um) Secretário e 1 (um) Relator.

Art. 48. A constituição da Comissão dos Planos de Cargos e Carreiras ou das Subcomissões deverá ser renovada a cada 3 (três) anos, sendo vedada a recondução de 1 (um) de seus membros.

Art. 49. Competência da Comissão dos Planos de Cargos e Carreiras ou das Subcomissões:

- a) Estar à disposição da administração municipal, quando solicitado;
- b) Ficar em constante análise do plano de carreira, para possíveis alterações, ajustes, correções ou atualizações, emitindo parecer quanto a viabilidade destas;
- c) Receber sugestões para o aperfeiçoamento do plano de carreira, sempre visando à melhoria das condições de serviços dos servidores, objetivando dar continuidade com maior eficiência e eficácia aos serviços públicos.

#### CAPÍTULO XII DO TRIÊNIO

Art. 50. Para os servidores do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, pagar-se-á progressão por tempo de serviço, em rubrica própria e em linha à parte no demonstrativo de pagamento de vencimentos do servidor efetivo, a cada 3 (três) anos de efetivo exercício, conforme a Lei nº 3.048/06 de 13/04/2006.

#### CAPÍTULO XIII DA LICENÇA PRÊMIO

Art. 51. Os servidores do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, terão direito a Licença Prêmio conforme a Lei Complementar Municipal nº 008/2010 de 08/12/2010.

#### CAPÍTULO XIV AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Art. 52. Os servidores do Poder Executivo, Fundação Hospitalar, Fundação Cultural e Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, terão direito Ao Auxílio Alimentação na forma prevista na Lei Municipal nº 2.933/05 de 13/04/2005.

#### CAPÍTULO XV DA MANUTENÇÃO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL

Art. 53. Os cargos poderão ser criados, transformados e modificados nos Quadros Permanentes de Cargos do Poder Executivo e Fundações, observadas as disposições dos Planos de Cargos e Carreiras.

Parágrafo único. As secretarias e os órgãos de igual nível hierárquico e as Fundações poderão, quando da realização do estudo

de sua lotação, propor a criação de novos cargos, sempre que necessário.

Art. 54. Na proposta de criação de cargos deverá constar:

I. Denominação, quantitativo, padrão de vencimento, jornada semanal de trabalho, atribuições e requisitos de instrução para provimento dos cargos;

II. Justificativa de sua criação.

Art. 55. O padrão de vencimento dos novos cargos será definido, observadas as disposições desta Lei.

Art. 56. A Administração Municipal, juntamente com a Comissão do Plano de Cargos e Carreiras, analisará as propostas e verificará a existência de dotação orçamentária para a criação dos cargos.

Parágrafo único. Aprovada a criação dos cargos ou não, justificadamente, pela Administração Municipal, as propostas serão enviadas ao Chefe do Poder Executivo para decisão.

## CAPÍTULO XVI DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 57. Os cargos de provimento em comissão, quantidade, denominação e vencimento, constam dos Anexos definidos no artigo 3º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As vantagens pecuniárias para os cargos de provimento em comissão são as previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos.

Art. 58. Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

Art. 59. Se o servidor efetivo optar pela remuneração do cargo em comissão, durante o seu exercício receberá a remuneração relativa ao cargo em comissão, com todas as vantagens pessoais.

Parágrafo único. O servidor de carreira, do Poder Executivo, das Fundações e da Autarquia Municipal, que contar com doze meses consecutivos, ininterruptos ou não, de exercício de cargo em comissão terá adicionado aos vencimentos de seu cargo, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais, a importância equivalente a 10% (dez por cento) da diferença entre o vencimento/salário do cargo em comissão e os do cargo de origem, não podendo ultrapassar a 100% (cem por cento) do valor do cargo.

## CAPÍTULO XVII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários ao cumprimento desta Lei Complementar, auxiliado, no que couber, pelos secretários municipais, superintendentes e dirigentes das Fundações, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 61. A criação de novos cargos de provimento efetivo e sua estruturação poderá determinar a ampliação do número de categorias fixadas nos Quadros Permanentes previstos nos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 62. Os direitos e vantagens já adquiridos, constante na remuneração dos servidores, e que, eventualmente, não constem nesta lei, serão mantidos.

Art. 63. Os valores da gratificação e adicionais previstos por esta Lei Complementar, não serão incorporadas ao valor do vencimento normalmente percebido pelos servidores públicos, bem como, não

servirão de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto no caso de licenças gestação, paternidade, prêmio, férias e 13º salário.

Art. 64. Os cargos e carreiras dos membros do Magistério Público do Município de Campos Novos são instituídos e regulados por lei complementar própria, em obediência à Lei federal de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 65. O servidor que prestar serviços em caráter temporário e que vier a ocupar um cargo efetivo terá o tempo de serviço prestado em caráter temporário observado apenas para fins de aposentadoria, nunca para fins de enquadramento ou qualquer outro benefício previsto nesta Lei Complementar.

Art. 66. O Chefe do Poder Executivo indicará representantes para tratar de assuntos relacionados à política de trabalho e remuneração com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campos Novos.

Art. 67. As despesas decorrentes da implantação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 68. Observados os requisitos legais, o servidor poderá requerer e renunciar a qualquer tempo, quaisquer dos benefícios previstos nestes Planos de Cargos e Carreiras ou em outra legislação municipal.

Art. 69. Os reajustes de vencimentos, das gratificações e adicionais, serão estabelecidos nas mesmas datas e índices fixados na revisão geral anual.

Art. 70. Serão consideradas como de efetivo exercício as hipóteses previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos.

Art. 71. Fica ajustado o quadro geral de vencimentos dos Servidores Públicos Municipais efetivos, em conformidade com o descrito no Anexo I, II, III e IV da presente Lei.

Art. 72. Fica assegurado aos servidores públicos municipais Aposentados pelo Regime Próprio Municipal, o ajuste de seu vencimento no mesmo percentual assegurado aos servidores públicos municipais na ativa, observando o cargo ocupado na aposentadoria.

Art. 73. Fica revogada a Gratificação a Título de Adicional de Função por Dedicação Exclusiva, prevista na Lei nº 3.037/06 de 22/03/06, somente para os servidores municipais efetivos ocupantes do cargo de Operador de Máquinas Pesadas e Operador de Máquina Retroescavadeira Hidráulica e ao responsável pela Usina de Britagem, permanecendo as demais GFDE prevista na Lei nº 3.037/06.

Art. 74. Ficam criados na Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, 01 (uma) vaga de Costureira, 02 (duas) vagas de Enfermeiro Obstetra, e 01 (uma) vaga de Fisioterapeuta.

Parágrafo Único. Os vencimentos, a carga horária, o enquadramento e as atribuições dos cargos criados por este Artigo, constam nos Anexos XIII e XVI da presente Lei.

Art. 75. Fica ampliada o número de vagas do Cargo de Provimento Efetivo da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio da seguinte forma:

I - Enfermeiro ampliado em mais 3 (três) vagas, totalizando 8 (oito) vagas.

Parágrafo Único. Os vencimentos, a carga horária e o enquadramento do cargo ampliado por este Artigo, consta no Anexo XVII da presente Lei.

Art. 76. Ficam criados na Fundação Cultural Cid Caesar de Almeida Pedroso, 02 (duas) vagas de Auxiliar de Serviços Gerais, 02 (duas) vagas de Técnico em Apoio Administrativo e 02 (duas) vagas de Historiador.

Parágrafo Único. Os vencimentos, a carga horária, o enquadramento e as atribuições dos cargos criados por este Artigo, constam nos Anexos XIV e XVIII da presente Lei.

Art. 77. Ficam criadas no Poder Executivo, 02 (duas) vagas de Médico Clínico Geral, 01 (uma) vaga de Médico Pediatra, 01 (uma) vaga de Médico Ginecologista, 01 (uma) vaga de Médico Psiquiatra, 01 (uma) vaga de Médico Cardiologista, 01 (uma) vaga de Médico Oftalmologista, 01 (uma) vaga de Médico Ortopedista, 01 (uma) vaga de Médico Urologista, 01 (uma) vaga de Médico Neurologista, 01 (uma) vaga de Médico Otorrinolaringologista, 01 (uma) vaga de Arquiteto e 01 (uma) vaga de Advogado.

Parágrafo Único. Os vencimentos, a carga horária, o enquadramento e as atribuições dos cargos criados por este Artigo, constam nos Anexos XII e XIX da presente Lei.

Art. 78. Ficam extintas 04 (quatro) vagas de Médico conforme Anexo XX da presente Lei.

Art. 79. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei Complementar em, 19 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**ANEXO I****QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO**

<b>Grupos</b>	<b>Cargo</b>	<b>Horas</b>	<b>Nível</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
I	Auxiliar de Obras	40	1	60	650,00
I	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1	170	650,00
I	Gari	40	1	32	650,00
I	Guarda	40	1	32	650,00
I	Zelador	40	1	2	650,00
I	Auxiliar de Mecânico	40	2	4	797,00
I	Calceteiro	40	2	2	797,00
I	Carpinteiro	40	2	9	797,00
I	Pedreiro	40	2	8	797,00
I	Pintor	40	2	1	797,00
I	Encanador	40	2	1	797,00
I	Auxiliar de Topógrafo	40	3	1	961,00
I	Motorista	40	4	60	1.001,00
I	Operador de Máquinas	40	5	35	1.167,00
I	Soldador	40	6	2	1.236,00
I	Mecânico	40	6	6	1.236,00
I	Eletricista Predial	40	6	1	1.236,00
II	Atendente de Enfermagem	40	1	2	650,00
II	Auxiliar de Odontologia	40	1	1	650,00
II	Instrutora	40	1	8	650,00
II	Agente de Serviços Operacionais	40	2	12	767,00
II	Atendente de Farmácia	40	3	3	776,00
II	Auxiliar de Enfermagem	40	4	15	843,00
II	Auxiliar Administrativo	40	4	17	843,00
II	Operador de Central Telefônico	40	5	4	885,00
III	Fiscal de Obras	40	1	2	1.091,00
III	Fiscal de Tributos	40	1	4	1.091,00
III	Técnico em Apoio Administrativo	40	1	46	1.091,00
III	Técnico em Epidemiologia	40	1	2	1.091,00
III	Técnico em Saúde Pública	40	1	4	1.091,00



III	Técnico em Tributos Municipais	40	1	2	1.091,00
III	Técnico em Agropecuária	40	1	1	1.091,00
III	Técnico em Desenho	40	2	2	1.259,00
IV	Biblioteconomista	40	1	2	1.993,00
IV	Assistente Social	40	1	8	1.993,00
IV	Enfermeiro	40	1	5	1.993,00
IV	Nutricionista	40	1	1	1.993,00
IV	Farmacêutico	40	1	2	1.993,00
IV	Psicólogo	40	1	8	1.993,00
IV	Fiscal Sanitário	40	1	1	1.993,00
IV	Médico Veterinário	40	2	2	4.514,00
IV	Engenheiro Civil	40	2	3	4.514,00
IV	Engenheiro Agrônomo	40	2	1	4.514,00
IV	Contador/Consultor	40	2	2	4.514,00
IV	Arquiteto	40	2	1	4.515,00
IV	Advogado	40	2	1	4.515,00
IV	Psicólogo/Saúde	20	3	2	1.430,00
IV	Bioquímico	20	4	1	1.545,00
IV	Fonoaudiólogo	20	4	3	1.545,00
IV	Fisioterapeuta	20	5	1	1.555,00
IV	Odontólogo	10	6	5	1.545,00
IV	Médico	10	7	5	3.000,00
IV	Médico Pediatra	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Ginecologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Psiquiatra	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Cardiologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Oftalmologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Ortopedista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Urologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Neurologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Otorrinolaringologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Clínico Geral	20	9	2	6.000,00

**ANEXO II**  
**QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO**

<b>Grupos</b>	<b>Cargo</b>	<b>Horas</b>	<b>Nível</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
I	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1	30	650,00
I	Porteiro	40	1	4	650,00
I	Cozinheira	40	1	4	650,00
I	Costureira	30	1	1	650,00
II	Auxiliar de Farmácia	40	1	4	776,00
II	Auxiliar de Enfermagem	40	2	70	843,00
II	Auxiliar Administrativo	40	2	9	843,00
II	Telefonista	40	3	3	885,00
III	Técnico em Enfermagem	40	1	5	1.070,00
III	Faturista	40	1	2	1.070,00
III	Técnico em Raio X	40	2	6	1.091,00
IV	Bioquímico	40	1	1	1.993,00
IV	Assistente Social	40	1	1	1.993,00
IV	Enfermeiro	40	1	8	1.993,00
IV	Nutricionista	40	1	1	1.993,00
IV	Farmacêutico	40	1	1	1.993,00
IV	Psicólogo	40	1	1	1.993,00
IV	Fisioterapeuta	40	1	1	1.993,00
IV	Enfermeiro Obstetra	40	2	2	2.193,00
IV	Contador	40	3	1	2.860,00

**ANEXO III**  
**QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL**

<b>Cargo</b>	<b>Horas</b>	<b>Nível</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
Auxiliar de Serviços Gerais	40	I	2	650,00
Técnico em Apoio Administrativo	40	II	2	1.091,00
Historiador	40	III	2	1.493,27

**ANEXO IV**  
**QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FUNDEMA**

<b>Cargo</b>	<b>Horas</b>	<b>Nível</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
Agente de Serviços	40	1	2	1.091,00
Fiscal Ambiental	40	1	2	1.091,00
Gerente Administrativo	40	2	1	1.258,00
Gerente de Projetos, Controle e Fiscalização	40	2	1	1.258,00

**ANEXO V**  
**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO**

<b>Cargo</b>	<b>Código</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
Assistente de Gabinete	DAS – 1	6	953,30
Gerente Executivo	DAS – 2	12	1.143,99
Ouvidor Geral	DAS – 3	1	1.525,31
Assessor de Comunicação Social	DAS – 3	1	1.525,31
Assessor de Imprensa	DAS – 3	1	1.525,31
Assessor de Assistência Social	DAS – 3	1	1.525,31
Diretor de Departamento	DAS – 4	36	2.097,29
Assessor Especial de Controle Interno	DAS – 5	1	2.859,93
Assessor Especial de Gabinete	DAS – 5	1	2.859,93
Executivo de Gabinete	DAS – 5	1	2.859,93
Secretário Municipal	DAS – 6	9	4.948,24
Chefe de Gabinete	DAS – 6	1	4.948,24
Subsecretário	DAS – 7	2	3.411,48
Coordenador de Atividades Operacionais	DAS – 8	5	1.895,27

**ANEXO VI**  
**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA**  
**FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO**

<b>Cargo</b>	<b>Código</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
Administrador Geral	DAS – 2	1	4.948,24
Diretor Técnico	DAS – 3	1	3.869,55
Diretor Financeiro	DAS – 3	1	3.869,55

**ANEXO VII**  
**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL**

<b>Cargo</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
Superintendente	1	2.859,93
Auxiliar Administrativo	1	953,30

**ANEXO VIII**  
**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA**  
**FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE – FUNDEMA**

<b>Cargo</b>	<b>Código</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
Diretor Superintendente	DC	1	4.948,24
Diretor Operacional	DC	1	2.097,28



**ANEXO IX**  
**QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DO PODER EXECUTIVO**

**TABELA I – FGR – FUNÇÃO GRATIFICADA**

<b>Função Gratificada</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vagas</b>	<b>Valor</b>
FGR – 01	Supervisão de Serviços	22	150,00
FGR – 02	Chefe de Setor	16	250,00
FGR - 03	Coordenador de Setor	9	350,00

**TABELA II – GFDE – GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO POR DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

<b>GFDE</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
GFDE – CI	Gratificação de Função por Dedicção Exclusiva – Controle Interno	321,71
GFDE - Tesouraria	Gratificação de Função por Dedicção Exclusiva – Tesouraria	321,71
GFDE – Licitação	Gratificação de Função por Dedicção Exclusiva – Licitação	208,00
GFDE - Pregão	Gratificação de Função por Dedicção Exclusiva - Pregão	208,00

**ANEXO X**  
**QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO**

<b>Quantidade</b>	<b>Denominação da Chefia</b>	<b>Gratificação Proporcional sobre o Salário Base</b>
01	Chefe de Limpeza	20%
01	Chefe de Cozinha	20%
01	Chefe de Lavanderia	20%
01	Chefe de Serviços Gerais	20%
01	Chefe de Farmácia	20%
01	Chefe de Faturamento	20%
01	Chefe de Secretaria	20%
12	Chefe de Turnos de Enfermagem	20%
01	Chefe Geral de Enfermagem	30%

**ANEXO XI**  
**QUADRO DE ADICIONAL POR TITULAÇÃO**

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Ensino Fundamental (1º Grau)	100,00
Ensino Médio (2º Grau)	150,00
Graduação/Habilitação	200,00
Pós Graduação/Especialização	300,00
Mestrado	400,00
Doutorado	500,00

**ANEXO XII****GRUPO/CATEGORIA, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO  
QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO**

<b>CARGO: AUXILIAR DE OBRAS</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Auxiliar no assentamento de tijolos e outros materiais de construção, para edificar muros, paredes abóbadas, chaminés e outras obras, bem como assentar tijolos de material refratário, para construir e fazer reparos;</li><li>▪ Auxiliar na construção de passeios nas ruas e meios fios;</li><li>▪ Revestir as paredes, muros e fachadas dos edifícios com argamassa de cimento, gesso ou material similar;</li><li>▪ Misturar as quantidades adequadas de cimento, areia e água para obter argamassa a ser empregada no assento de alvenarias, tijolos, ladrilhos e materiais afins;</li><li>▪ Auxiliar na construção de alicerces, muros e demais construções similares, assentando tijolos ou pedras em fileiras ou seguindo o desenho e forma indicados e unindo-os com argamassa;</li><li>▪ Efetuar o reboco das estruturas construídas, atentando para o prumo e o nivelamento das mesmas;</li><li>▪ Auxiliar nas construções de “boca de lobo”, calhas com grades para captação de águas pluviais das ruas, com o auxílio do mestre de obras;</li><li>▪ Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outros;</li><li>▪ Colaborar com a limpeza e organização do local que está trabalhando;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

<b>CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Fazer o serviço de faxina em geral;</li><li>▪ Remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos;</li><li>▪ Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;</li><li>▪ Limpar e arrumar banheiros;</li><li>▪ Lavar e encerar assoalhos;</li><li>▪ Lavar e passar vestuários e roupas de cama e mesa;</li><li>▪ Coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados;</li><li>▪ Lavar vidros, espelhos e persianas;</li><li>▪ Varrer pátios;</li><li>▪ Fazer café, chá, e, eventualmente servi-lo;</li><li>▪ Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;</li><li>▪ Responsabilizar-se pelos trabalhos de cozinha, entre eles, preparar dietas e refeições de acordo com cardápios; preparar refeições ligeiras, mingaus, café, chá e outras; encarregar-se de todos os tipos de cozimento em larga escala, tais como: vegetais, cereais, legumes, carnes de variadas espécies; preparar sobremesas e sucos; eventualmente fazer pães, biscoitos, sorvetes e artigos</li></ul>	

de pastelaria em geral; encarregar-se da guarda e conservação de alimentos; fazer os pedidos de suprimento de material necessário à cozinha ou a preparação de alimentos; operar os diversos tipos de fogões, aparelhos e demais equipamentos de cozinha; distribuir, fiscalizar e orientar os trabalhos dos auxiliares; zelar pela conservação e higiene dos equipamentos e instrumentos de cozinha; limpar e preparar cereais, vegetais e carnes de variadas espécies para cozimento; auxiliar no preparo de dietas especiais e normais; preparar e servir merendas; preparar mesas e ajudar na distribuição de refeições;

- Proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos;
- Auxiliar no controle do estoque de material, auxiliar no recebimento, conferência e guarda de gêneros alimentícios;
- Manter a higiene dos locais de trabalho; conservar os alimentos em vasilhame e locais apropriados;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e / ou determinadas pelo superior imediato

<b>CARGO: GARI</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Alfabetizado
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Executar o serviço de limpeza das vias, utilizando pás, vassouras apropriadas, ferramentas e máquinas, para manter a conservação da limpeza e condições de higiene do município;</li> <li>▪ Separar os entulhos em tipos, empilhando-os para processar o reaproveitamento ou sucateamento, a fim de proteger o meio ambiente;</li> <li>▪ Reunir, amontoar e recolher a poeira, fragmentos e detritos espalhados, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos munícipes, empregando os instrumentos apropriados para recolhê-los;</li> <li>▪ Efetuar a capinação de ervas daninhas que prejudiquem o aspecto e asseio do município;</li> <li>▪ Zelar pela conservação dos equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento;</li> <li>▪ Receber orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;</li> <li>▪ Zelar pela conservação da limpeza do pátio, vias e locais públicos;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e / ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	

<b>CARGO: GUARDA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Receber, orientar, encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão;</li> <li>▪ Exercer vigilância do pátio e instalações das dependências da Prefeitura, escolas e outros setores, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades que atentem à segurança dos bens públicos;</li> <li>▪ Executar ronda diurna e noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente;</li> <li>▪ Relatar as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho;</li> <li>▪ Manter a organização do local de trabalho;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e / ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	

CARGO: ZELADOR	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>Realizar serviços de manutenção e conservação de equipamentos;</li><li>Exercer atividades rotineiras, envolvendo a execução de limpeza e conservação das instalações dos órgãos públicos municipais;</li><li>Manter a higiene possibilitando o ambiente propício do trabalho;</li><li>Organizar pedidos de materiais necessários ao funcionamento dos serviços sob sua responsabilidade;</li><li>Executar outras atividades correlatas ao cargo e / ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

CARGO: AUXILIAR DE MECÂNICO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>Examinar veículos automotores, para determinar defeitos de funcionamento;</li><li>Auxiliar no desmonte de peças do motor com ajuda de chaves comuns e especiais;</li><li>Proceder a substituição, ajuste ou retificação de peças, conforme a necessidade;</li><li>Auxiliar na substituição ou regulagem total ou parcial do sistema de freios, sistema de ignição, sistema de alimentação de combustível, sistema de lubrificação e de arrefecimento, sistema de transmissão, sistema de direção e sistema de suspensão utilizando ferramentas e instrumentos apropriados;</li><li>Auxiliar na montagem do motor e demais componentes dos veículos e máquinas, auxiliando o mecânico;</li><li>Testar o funcionamento dos veículos uma vez terminado o trabalho;</li><li>Executar tarefas simples nas instalações elétricas dos veículos;</li><li>Lubrificar sempre que necessário pontos determinados das partes móveis do motor e sistemas dos veículos;</li><li>Localizar defeitos em máquinas e / ou equipamentos mecânicos complementares, examinando o funcionamento ou diretamente a peça defeituosa, para providenciar a sua recuperação;</li><li>Reparar a peça defeituosa ou substituí-la, utilizando ferramentas como limas, serra, rasqueteador, chaves diversas e dispositivos de bancada, para reconstituir o sistema danificado;</li><li>Lubrificar pontos determinados das partes móveis, utilizando graxa, óleo e produtos similares para proteger a máquina e assegurar-lhe um ótimo rendimento;</li><li>Deixar limpo e organizado o local que está trabalhando;</li><li>Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: CALCETEIRO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Alfabetizado
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrimdo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos.</li><li>Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

<b>CARGO: CARPINTEIRO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Realizar serviços de reparos e de manutenção em instalações de madeira;</li><li>Realizar serviços específicos dentro de sua área de habilitação profissional;</li><li>Auxiliar profissionais nas tarefas técnicas de construção e realização de obras públicas, sob orientação e supervisão;</li><li>Manusear, acondicionar e operar máquinas, equipamentos e ferramentas de serviço;</li><li>Efetuar limpeza das dependências internas e externas do órgão, bem como nas construções e obras públicas;</li><li>Manter em condições de funcionamento os equipamentos de uso profissional;</li><li>Controlar os materiais usados, evitando perdas e desperdício;</li><li>Manter a organização do local de trabalho;</li><li>Transportar o material e ser usado nos serviços;</li><li>Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

<b>CARGO: PEDREIRO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Realizar serviços de reparos e de manutenção em instalações de alvenaria;</li><li>Realizar serviços específicos dentro de sua área de habilitação profissional;</li><li>Auxiliar profissionais nas tarefas técnicas de construção e realização de obras públicas, sob orientação e supervisão;</li><li>Manusear, acondicionar e operar máquinas e ferramentas de serviço;</li><li>Realizar tarefas de pintura e reformas;</li><li>Operar equipamentos, instrumentos e ferramentas;</li><li>Efetuar a limpeza das dependências internas e externas do órgão, bem como nas construções e obras públicas;</li><li>Manter em condições de funcionamento os equipamentos de uso profissional;</li><li>Construir passeios nas ruas e meios fios;</li><li>Controlar os materiais usados, evitando perdas e desperdício;</li><li>Manter a organização do local de trabalho;</li><li>Transportar o material e ser usado nos serviços;</li><li>Receber orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;</li><li>Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

<b>CARGO: PINTOR</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Preparar tintas e vernizes em geral;</li><li>Combinar tintas de diferentes cores;</li><li>Preparar superfícies para pintura;</li><li>Remover e retocar pinturas;</li></ul>	

- Pintar, laquear e esmaltar objetos de madeira, metal, portas, janelas, paredes, estruturas, etc...;
- Pintar postes de sinalização, meios-fios, faixas de rolamentos, etc...;
- Executar molde a mão livre e aplicar, com o uso do modelo, letreiros, emblemas, dísticos, placas, entre outros;
- Calcular orçamentos e organizar pedidos de material;
- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- Atender as normas de segurança e higiene no trabalho.
- Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

CARGO: ENCANADOR	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão do Ensino Fundamental com experiência e treinamento na área de atuação
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Operacionalizar projetos de instalação de tubulações;</li><li>▪ Definir traçados e dimensionar tubulações;</li><li>▪ Realizar testes operacionais de pressão de fluídos e testes de estanqueidade;</li><li>▪ Estudar o trabalho a ser executado, marcando os locais por onde deverão passar as tubulações a fim de quebrar a parede, piso, muro ou outros, abrindo velas e introduzindo as tubulações, confeccionando assim, o sistema de canalização;</li><li>▪ Executar a manutenção de instalações hidráulicas, redes de tubulação, distribuição e coleta de água, vapor, gases, esgotos e outros;</li><li>▪ Executar reparos em encanamento, vedando, rosqueando, soldando, regulando;</li><li>▪ Testar os trabalhos realizados, procedendo aos ajustes necessários;</li><li>▪ Executar limpeza em caixa d'água, telhas e telhados;</li><li>▪ Instalar e consertar registros, torneiras, válvulas, sifões, condutores, caixas d'água, caixas de decantação, chuveiros, louças e aparelhos sanitários e outros;</li><li>▪ Abrir valetas no solo, quebrar e furar paredes para colocação de canos, observando as condições de segurança e melhor aproveitamento do espaço para execução dos trabalhos solicitados;</li><li>▪ Executar desentupimento de esgotos, galerias e canos para manter as condições de higiene e limpeza dos mesmos;</li><li>▪ Executar a manutenção das instalações hidráulicas, de gás, ar comprimido e outros fluídos, trocando peças defeituosas e fazendo pequenos reparos;</li><li>▪ Manter todo o sistema inerente à sua responsabilidade em perfeitas condições de uso e funcionamento;</li><li>▪ Anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, encaminhando os itens faltantes para providencias de compra, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços;</li><li>▪ Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios, quando da execução dos serviços;</li><li>▪ Transportar materiais, peças, ferramentas e o que mais for necessário à realização dos serviços;</li><li>▪ Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, ferramentas e dos materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais inclusive, aqueles onde forem realizados os serviços;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	



CARGO: AUXILIAR DE TOPOGRAFO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Auxiliar em levantamentos topográficos, altimétricos e planimétricos, para determinar altitudes, distancias, ângulos, coordenadas de nível e outras características da superfície terrestre;</li><li>▪ Auxiliar na análise mapas, plantas, títulos de propriedade, registros especificações;</li><li>▪ Auxiliar nos cálculos topográficos necessários;</li><li>▪ Auxiliar no Registro dos dados obtidos em cadernos específicos, anotando os valores lidos e cálculos numéricos efetuados, para posterior análise;</li><li>▪ Zelar pela manutenção e guarda dos instrumentos de trabalho, montando-os e desmontando-os adequadamente, bem como retificando-os, quando necessário para conservá-los nos padrões requeridos;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: MOTORISTA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Dirigir automóveis, caminhões e outros veículos destinados ao transporte de cargas;</li><li>▪ Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;</li><li>▪ Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;</li><li>▪ Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidade ou avarias com a sua viatura;</li><li>▪ Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;</li><li>▪ Proceder o mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;</li><li>▪ Tratar os passageiros com urbanidade;</li><li>▪ Manter atualizada a Carteira Nacional de Habilitação e a documentação do veículo;</li><li>▪ Portar os documentos do veículo e zelar pela sua conservação;</li><li>▪ Atender as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências;</li><li>▪ Programar práticas de direção defensiva;</li><li>▪ Respeitar a legislação de trânsito;</li><li>▪ Relatar as irregularidades verificadas em seu trabalho;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: SOLDADOR	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Examinar as peças a serem soldadas, verificando especificações e outros detalhes para organizar o roteiro de trabalho;</li><li>▪ Selecionar o tipo de material a ser empregado consultando o desenho, especificações e outras instruções para garantir a segurança da soldagem;</li><li>▪ Soldar as partes utilizando solda oxigás ou elétrica e comandando as válvulas de regulação da chama de gás ou da corrente elétrica através de vareta ou eletrodo, conforme equipamento a ser utilizado.</li></ul>	

- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

<b>CARGO: MECÂNICO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Examinar veículos automotores, para determinar defeitos de funcionamento;</li> <li>▪ Realizar o desmonte de peças do motor com ajuda de chaves comuns e especiais;</li> <li>▪ Proceder a substituição, reparação ou regulagem total ou parcial do sistema de freios, sistema de ignição, sistema de alimentação de combustível, sistema de lubrificação e de arrefecimento, sistema de transmissão, sistema de direção e sistema de suspensão utilizando ferramentas e instrumentos apropriados;</li> <li>▪ Montar o motor e componentes dos veículos e máquinas;</li> <li>▪ Testar o funcionamento dos veículos uma vez terminado o trabalho;</li> <li>▪ Executar tarefas simples nas instalações elétricas do veículo;</li> <li>▪ Operar equipamentos de soldagem;</li> <li>▪ Lubrificar, sempre que necessário, determinados pontos das partes móveis do motor e sistemas dos veículos;</li> <li>▪ Localizar defeitos em máquinas e /ou equipamentos mecânicos complementares, examinando o funcionamento ou diretamente a peça defeituosa, para providenciar a sua recuperação;</li> <li>▪ Reparar peças defeituosas e substituí-las, utilizando ferramentas específicas para reconstituir o sistema danificado;</li> <li>▪ Lubrificar pontos determinados das partes móveis, para proteger a máquina e assegurar-lhe um ótimo rendimento;</li> <li>▪ Deixar limpo e organizado o local que está trabalhando;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	

<b>CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Executar limpeza, regulagem e acondicionamento de peças e equipamentos;</li> <li>▪ Realizar serviços específicos dentro de sua área de habilidade profissional sob supervisão;</li> <li>▪ Auxiliar profissionais habilitados nas tarefas relacionadas com a operação de máquinas pesadas;</li> <li>▪ Operar tratores com pneus ou esteiras, como retroescavadeiras, roçadeiras, perfuratrizes, pás carregadeiras ou carregadeira sobre esteiras, para efetuar escavações, remoção de terras, pedras, cascalho e outros materiais;</li> <li>▪ Operar motoniveladora, tratores de esteira equipados com escarificador ou "scraper" para nivelar terrenos para construção de rodovias;</li> <li>▪ Efetuar a manutenção dos equipamentos, lubrificando-os e efetuando pequenos reparos de emergência;</li> <li>▪ Manter em condições de funcionamento os equipamentos de uso profissional;</li> <li>▪ Relatar as anormalidades verificadas em seu turno de trabalho;</li> <li>▪ Controlar os materiais usados, evitando perdas e desperdício;</li> <li>▪ Manter a organização do local de trabalho;</li> <li>▪ Transportar o material a ser usado nos serviços;</li> <li>▪ Fazer a limpeza e lubrificação da máquina que está trabalhando;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	

CARGO: ELETRICISTA PREDIAL	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Transportes e Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo e curso na área de atuação
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Instalar, fazer manutenção e reparação de fiação elétrica predial, em equipamentos elétricos e/ou eletrônicos;</li><li>▪ Estudar e interpretar desenhos técnicos de fiação elétrica;</li><li>▪ Executar reparos ou substituição de equipamentos elétricos com problemas;</li><li>▪ Testar a segurança de serviços elétricos;</li><li>▪ Registrar histórico de problemas com equipamentos e o reparo que foi Executado;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: ATENDENTE DE ENFERMAGEM	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Auxiliar no atendimento a pacientes sob a supervisão e orientação do médico, e enfermeiro;</li><li>▪ Cumprir ou fazer cumprir prescrições médicas;</li><li>▪ Esterilizar e conservar o instrumental médico;</li><li>▪ Observar e registrar sintomas e sinais vitais apresentados pelos pacientes para reconhecimento de autoridade superior;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: ATENDENTE DE FARMÁCIA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo e curso na área de atuação
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Compreende o conjunto de atividades destinadas a separar medicamentos e produtos afins, de acordo com a prescrição ou receita médica, sob orientação do profissional farmacêutico;</li><li>▪ Receber, conferir, organizar e encaminhar medicamentos e produtos correlatos;</li><li>▪ Entregar medicamentos diariamente e produtos afins nas unidades de interação;</li><li>▪ Separar requisições e receitas;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

CARGO: AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo e curso na área de atuação
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Compreende o conjunto de atividades destinadas a auxiliar nas tarefas de odontologia em geral, como preparar os pacientes para as consultas;</li><li>▪ Auxiliar o profissional de odontologia na execução das técnicas;</li><li>▪ Ficar responsável pela esterilização e ordenamento do instrumental;</li><li>▪ Participar de atividades de educação em saúde bucal;</li><li>▪ Auxiliar nos programas de educação em saúde bucal;</li></ul>	

- Realizar o serviço de limpeza geral das unidades odontológicas;
- Recolher resíduos e colocá-los nos recipientes adequados;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

CARGO: INSTRUTORA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Ministrar aulas que capacitem os treinandos nas áreas de, bordado a mão, crochê, pintura, reciclagem, artesanatos e outras áreas afins;</li><li>▪ Realizar planejamento das atividades e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades ministradas;</li><li>▪ Participar de reuniões;</li><li>▪ Fomentar a participação democrática dos alunos;</li><li>▪ Desenvolver aulas com conteúdos teóricos e práticos;</li><li>▪ Participar das atividades de capacitação, quando solicitado;</li><li>▪ Fiscalizar o manuseio do material utilizado nos trabalhos;</li><li>▪ Introduzir novas abordagens de trabalhos artesanais, em consonância com a demanda do mercado;</li><li>▪ Realizar atividades artesanais, utilizando-se materiais diversos;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar serviços de operacionalização, manutenção e execução de serviços burocráticos;</li><li>▪ Receber e prestar informações, digitar material inerente ao setor, organizar e manter atualizados os arquivos;</li><li>▪ Prestar assessoramento na área administrativa e outras atividades inerentes à função;</li><li>▪ Receber, classificar, numerar, registrar, distribuir e manter o controle de todos os documentos e papéis que derem entrada e tramitarem no setor;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio e curso específico na área
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar atividades de apoio, preparando os pacientes para consulta e organizando as chamadas ao consultório e o posicionamento adequado;</li><li>▪ Verificar os dados vitais, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão, a fim de registrar anomalias nos pacientes;</li><li>▪ Realizar curativo, utilizando medicamentos específicos para cada caso, fornecendo esclarecimentos sobre os cuidados necessários, o retorno, bem como procede a retirada de pontos;</li></ul>	

- Atender crianças e pacientes que dependem de ajuda, auxiliando na alimentação e higiene dos mesmos, para proporcionar-lhes conforto e recuperação mais rápida;
- Prestar atendimentos de primeiros socorros, conforme a necessidade de cada caso;
- Prestar atendimentos básicos em nível domiciliar;
- Auxiliar na coleta de material para exame preventivo de câncer ginecológico;
- Participar de campanhas de educação em saúde e prevenção de doenças;
- Orientar e fornecer métodos anticoncepcionais, de acordo com a indicação;
- Preencher carteiras de consultas, vacinas, aprazamento, formulários e relatórios;
- Preparar e acondicionar materiais para a esterelização em autoclave e estufa;
- Requisitar os materiais necessários para o desempenho de suas funções;
- Orientar o paciente no período pós-consulta;
- Administrar vacinas e medicações, conforme agendamentos e prescrições, respectivamente;
- Identificar os fatores que estão ocasionando, em determinado momento, epidemias e surtos de doenças infecto-contagiosas, para atuar de acordo com os recursos disponíveis no bloqueio destas doenças notificadas;
- Acompanhar junto com a equipe, o tratamento dos pacientes com doenças infecto-contagiosas notificadas para o devido controle das mesmas;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

<b>CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Examinar processos;</li> <li>▪ Redigir pareceres e informações;</li> <li>▪ Redigir expedientes administrativos tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios;</li> <li>▪ Revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de Lei, minutas de decretos e outros;</li> <li>▪ Realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos, alterações de tributos, avaliação de imóveis e vantagens financeiras e descontos determinados por lei;</li> <li>▪ Realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem decorrência;</li> <li>▪ Efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos;</li> <li>▪ Manter atualizados os registros de estoque;</li> <li>▪ Fazer ou orientar levantamentos de bens patrimoniais;</li> <li>▪ Eventualmente realizar trabalhos datilográficos, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem;</li> <li>▪ Atender contribuintes/usuários dos serviços públicos municipais com profissionalismo, lealdade e ética;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	

<b>CARGO: OPERADOR DE CENTRAL TELEFÔNICA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagem pelo telefone;</li> <li>▪ Manter em condições de funcionamento os equipamentos de telefonia;</li> <li>▪ Executar serviços internos e externos de agendamento e entrega de mensagens e dados;</li> </ul>	

- Controlar o uso de equipamentos telefônicos, evitando uso para fins particulares sem a devida autorização;
- Receber e realizar ligações telefônicas, transferi-las aos órgãos competentes;
- Executar trabalhos referentes a registro, análise e controle de serviços de telefonia;
- Controlar os materiais usados, evitando perdas e desperdício;
- Manter a organização do local de trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

<b>CARGO: FISCAL DE OBRAS</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades operacionais e de administração geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Verificar e orientar o cumprimento da regulamentação urbanística concernente a obras públicas e particulares;</li> <li>▪ Verificar imóveis recém-construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se";</li> <li>▪ Verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado;</li> <li>▪ Embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas;</li> <li>▪ Solicitar à autoridade competente a vistoria de obras que lhe pareçam em desacordo com as normas vigentes;</li> <li>▪ Verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, bem como a carga e descarga de material na via pública;</li> <li>▪ Verificar a existência de "habite-se" nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido obras de vulto;</li> <li>▪ Acompanhar os arquitetos e engenheiros da Prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição;</li> <li>▪ Inspeccionar a execução de reformas de próprios municipais;</li> <li>▪ Verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos;</li> <li>▪ Intimar, autuar, interditar, estabelecer prazos e tomar outras providências com relação aos violadores das leis, normas e regulamentos concernentes às obras particulares;</li> <li>▪ Realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;</li> <li>▪ Emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas;</li> <li>▪ Coletar dados para a atualização do cadastro urbanístico do Município;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	

<b>CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades operacionais e de administração geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Orientar os contribuintes no que diz respeito à legislação fiscal municipal;</li> <li>▪ Fiscalizar licenças relativas à publicidade, colocação de toldos, utilização dos passeios públicos e outras;</li> <li>▪ Verificar, em estabelecimentos comerciais a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica;</li> </ul>	

- Fiscalizar a obediência às posturas municipais referentes ao funcionamento de cinemas, parques, circos, casas de diversões, bares, colégios, hospitais, sonorização de veículos, carga e descarga de materiais e outros;
- Executar a apreensão de mercadorias clandestinas na municipalidade;
- Emitir o termo de fiscalização, assim como notificações ou memorandos;
- Lavrar autos de infração;
- Dar plantão de fiscalização;
- Emitir parecer técnico sobre assuntos de sua competência;
- Redigir relatórios mensais das atividades;
- Responsabilizar-se pelo controle e utilização dos documentos, equipamentos e materiais colocados a sua disposição;
- Encaminhar a seus superiores, qualquer irregularidade, quanto ao não cumprimento dos dispositivos legais pelos usuários;
- Fiscalizar licenças e manter arquivo de feirantes e ambulantes;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

<b>CARGO: TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades operacionais e de administração geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar programas, dar pareceres e realizar pesquisas sobre um ou mais aspectos dos diversos setores da administração;</li> <li>▪ Participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de novos serviços;</li> <li>▪ Auxiliar o profissional de nível superior na realização de estudos de simplificação de rotinas administrativas, executando levantamento de dados, tabulando e desenvolvendo estudos organizacionais;</li> <li>▪ Colaborar com o técnico da área na elaboração de manuais de serviço e outros projetos afins, coordenando as tarefas de apoio administrativo;</li> <li>▪ Redigir, rever a redação ou aprovar minutas de documentos legais, relatórios, pareceres que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratem de assuntos de maior complexidade;</li> <li>▪ Interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação;</li> <li>▪ Analisar processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções;</li> <li>▪ Coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos;</li> <li>▪ Examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Prefeitura;</li> <li>▪ Coordenar a preparação de publicações e documentos para arquivo, selecionando os papéis administrativos que periodicamente se destinem à incineração, de acordo com as normas que regem a matéria;</li> <li>▪ Orientar a preparação de tabelas, quadros, mapas e outros documentos de demonstração do desempenho da unidade ou da administração;</li> <li>▪ Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas da classe;</li> <li>▪ Atender ao público com atenção e cortesia;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	



CARGO: TECNICO EM EPIDEMIOLOGIA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades operacionais e de administração geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo e técnico em enfermagem
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Compreende a análise e acompanhamento do comportamento epidemiológico das doenças e agravos de interesse no âmbito municipal;</li><li>▪ Coleta e análise de dados, fluxos, periodicidade, variáveis e indicadores necessários da situação de saúde municipal;</li><li>▪ Elaboração e difusão de boletins epidemiológicos e participação em estratégias de comunicação social;</li><li>▪ Notificação e investigação epidemiológica de casos e surtos;</li><li>▪ Conhecimento em informática para preenchimento de relatórios e alimentação de programas na área de epidemiologia;</li><li>▪ Cumprir determinações superiores fazendo sugestões de melhorias em seu campo de atividade;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: TECNICO EM SAUDE PUBLICA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades operacionais e de administração geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Participar, orientar, executar, supervisionar e responder tecnicamente por atividades de vigilância sanitária por meio de ações de verificação, de análise, de controle sanitário, de controle de produtos, estabelecimentos, bens e substâncias de interesse para a saúde, compreendida todas as etapas e processos, da produção ao consumo, e da prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde, dentre outras ações pertinentes, quando designados para tanto.</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: TECNICO EM TRIBUTOS MUNICIPAIS	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades operacionais e de administração geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária;</li><li>▪ Coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;</li><li>▪ Fazer cadastramento de contribuintes, imóveis, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento dos tributos;</li><li>▪ Verificar registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes;</li><li>▪ Investigar a evasão ou fraude no pagamento dos tributos;</li><li>▪ Informar processos referentes à avaliação de imóveis;</li><li>▪ Propor a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal;</li><li>▪ Promover o lançamento e a cobrança de contribuições de melhoria, conforme diretrizes previamente estabelecidas;</li><li>▪ Propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal, bem como ao aprimoramento das práticas do sistema arrecadador do Município;</li><li>▪ Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições da área;</li></ul>	

- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

CARGO: TECNICO EM AGROPECUARIA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades operacionais e de administração geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão de Curso Técnico na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar tarefas de caráter técnico relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agropecuários, orientando os agricultores nas tarefas de preparação do solo, plantio e beneficiamento de espécies vegetais, combate a parasitas e outras pragas, para auxiliar os especialistas de formação superior no desenvolvimento da produção agrícola e pecuarista;</li><li>▪ Exercer as atividades e funções inerentes à profissão, de acordo com as normas técnicas;</li><li>▪ Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades;</li><li>▪ Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: TECNICO EM DESENHO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades operacionais e de administração geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo e curso específico na área
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Desenhar plantas, cortes, fachadas e detalhes de prédios;</li><li>▪ Elaborar gráficos e desenhos em perspectiva;</li><li>▪ Preparar croquis e passar para escala;</li><li>▪ Executar desenhos arquitetônicos e de projetos de obras;</li><li>▪ Fazer cálculos de coordenadas geográficas;</li><li>▪ Elaborar e desenhar letreiros e cartazes, clichês, organogramas, fluxogramas e gráficos em geral;</li><li>▪ Fazer desenhos didáticos em geral;</li><li>▪ Executar plantas em face de cadernetas de campo hidrográficas;</li><li>▪ Desenhar projetos de ajardinamento;</li><li>▪ Elaborar esquemas de sistema elétrico e telefônico;</li><li>▪ Proceder a reconstituição de plantas;</li><li>▪ Desenhar plantas de alinhamento, traçados de ruas, cortes, curvas de nível;</li><li>▪ Executar a redução e ampliação de plantas;</li><li>▪ Colaborar na confecção de maquetes;</li><li>▪ Responsabilizar-se pela guarda e conservação do material de trabalho, bem como por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

CARGO: BIBLIOTECONOMISTA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organizar e dirigir bibliotecas;</li><li>▪ Executar serviços de classificação e catalogação de material bibliográfico e documentos em geral;</li><li>▪ Utilizar os recursos de processamento de dados nos sistemas de biblioteca, centros de documentação e serviços de informações;</li><li>▪ Realizar estudos, pesquisas, relatórios, pareceres, resumos, índices e bibliografias sobre assuntos compreendidos no seu campo profissional;</li><li>▪ Atender ao serviço de referência e tomar medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento;</li><li>▪ Orientar os usuários na escolha de livros, periódicos e demais documentos, bem como na utilização de catálogos e índices;</li><li>▪ Considerar sugestões dos usuários e recomendar a aquisição de livros e periódicos;</li><li>▪ Registrar e apresentar dados estatísticos relativos a movimentação em geral;</li><li>▪ Orientar a preparação do material destinado à encadernação;</li><li>▪ Orientar o serviço de limpeza e conservação dos livros e documentação;</li><li>▪ Estabelecer serviços de intercâmbio para atualização do acervo bibliográfico;</li><li>▪ Extrair e distribuir cópias de matéria de interesse das Repartições;</li><li>▪ Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução de atividades próprias do cargo;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ação que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social;</li><li>▪ Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social;</li><li>▪ Promover o auxílio às pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, quanto à agilização de exames, fornecimento de medicamentos e outros fatores que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde;</li><li>▪ Elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual;</li><li>▪ Assistir às famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico ou de outra natureza, para melhorar a situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;</li><li>▪ Organizar programas de planejamento familiar, materno-infantil, atendimento a hansenianos e desnutridos, bem como demais enfermidades graves;</li><li>▪ Elaborar e emitir pareceres socioeconômicos, relatórios mensais de planejamento familiar e</li></ul>	

- relação de material e medicamentos necessários para atender a demanda dos atendimentos;
- Participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoa física ou mentalmente deficiente por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho;
  - Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: ENFERMEIRO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem;</li><li>▪ Aplicar a sistematização da assistência de enfermagem aos pacientes e implementar a utilização dos protocolos de atendimento;</li><li>▪ Assegurar e participar da prestação de assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos pacientes;</li><li>▪ Prestar assistência ao paciente e prescrever ações de enfermagem;</li><li>▪ Prestar assistência direta a pacientes graves e realizar procedimentos de maior complexidade;</li><li>▪ Registrar observações e analisar os cuidados e procedimentos prestados pela equipe de enfermagem;</li><li>▪ Padronizar normas e procedimentos de enfermagem e monitorar o processo de trabalho;</li><li>▪ Planejar ações de enfermagem, levantar necessidades e problemas, diagnosticar situação, estabelecer prioridades e avaliar resultados;</li><li>▪ Implementar ações e definir estratégias para promoção da saúde, participar de trabalhos de equipes multidisciplinares e orientar equipe para controle de infecção;</li><li>▪ Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, comissões e eventos;</li><li>▪ Realizar consultoria e auditoria sobre matéria de enfermagem;</li><li>▪ Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;</li><li>▪ Participar de programa de treinamento, quando convocado;</li><li>▪ Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;</li><li>▪ Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

CARGO: NUTRICIONISTA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Planejar e elaborar cardápios, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de preparação dos mesmos;</li><li>▪ Prestar assistência dietoterápica hospitalar e ambulatorial de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos;</li><li>▪ Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição;</li></ul>	

- Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento;
- Realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestras em nutrição e dietética;
- Atualizar diariamente as dietas de pacientes, mediante prescrição médica;
- Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente;
- Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas;
- Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;
- Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

<b>CARGO: FARMACÊUTICO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação farmacêutica do receituário;</li> <li>▪ Guarda de medicamentos e drogas e sua conservação;</li> <li>▪ Registro de entorpecentes e psicotrópicos requisitados, receitados e fornecidos no aviamento das receitas conforme procedimentos exigidos pela vigilância sanitária;</li> <li>▪ Organização e atualização dos controles de produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de substâncias e medicamentos;</li> <li>▪ Controle do estoque de medicamentos;</li> <li>▪ Coordenar a elaboração da relação de Medicamentos padronizados pelo Serviço de Saúde do Município, assim como suas revisões periódicas;</li> <li>▪ Análise do consumo e da distribuição dos medicamentos;</li> <li>▪ Elaboração e promoção dos instrumentos necessários, objetivando desempenho adequado das atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos pelas Unidades de Saúde;</li> <li>▪ Realização de supervisão técnico-administrativo em Unidades da Saúde do Município no tocante a medicamentos e sua utilização;</li> <li>▪ Orientação, coordenação e supervisão de trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares;</li> <li>▪ Emissão de pareceres sobre assuntos de sua competência;</li> <li>▪ Realização de estudos de farmacovigilância e procedimentos técnicos administrativos no tocante a medicamentos vencidos;</li> <li>▪ Acompanhar a validade dos medicamentos e seus remanejamentos;</li> <li>▪ Auxiliar no desenvolvimento de ações em vigilância sanitária;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	

CARGO: PSICÓLOGO E PSICÓLOGO/SAÚDE	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Avaliar pacientes, utilizando métodos e técnicas próprias, analisando, diagnosticando e emitindo parecer técnico, para acompanhamento, atendimento ou encaminhamento a outros serviços especializados;</li><li>▪ Elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomenda a terapia adequada;</li><li>▪ Prestar atendimento psicológico de ordem psicoterápica e ou de curso preventivo, através de sessões individuais e grupais;</li><li>▪ Participar das atividades relativas ao processo de recrutamento, seleção, acompanhamento, treinamento e reciclagem de servidores e estagiários, quando solicitado pela Administração Municipal, utilizando métodos e técnicas apropriadas aos objetivos da Prefeitura Municipal;</li><li>▪ Diagnosticar a existência de possíveis problemas na área de psicomotricidade, disfunções cerebrais mímicas, disritmias, dislexias e outros distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades;</li><li>▪ Participar de programa de saúde mental, através de atividades com a comunidade, visando o esclarecimento e coparticipação;</li><li>▪ Colaborar nos serviços de assistência social, analisando e diagnosticando casos na área de sua competência;</li><li>▪ Participar na elaboração de normas programáticas de materiais e de instrumentos necessários a realização de atividades da área, visando dinamizar e padronizar serviços para atingir objetivos estabelecidos;</li><li>▪ Encarregar-se dos aspectos psicológicos dos programas e medidas de prevenção de acidentes nas atividades;</li><li>▪ Participar da equipe multiprofissional, em atividades de pesquisas e de projetos, de acordo com padrões técnicos propostos, visando o incremento, aprimoramento e desenvolvimento de áreas de trabalho e de interesse do município;</li><li>▪ Colaborar nas atividades de readaptação de indivíduos incapacitados por acidentes e outras causas;</li><li>▪ Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: FISCAL SANITARIO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior em qualquer área da saúde, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Compreende o conjunto de atribuições que se destinam a Executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene pública e sanitária, como inspecionar ambientes e estabelecimentos de alimentação pública, verificando o cumprimento das normas de higiene sanitária contidas na legislação em vigor;</li><li>▪ Proceder à fiscalização dos estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios, inspecionando a</li></ul>	

qualidade, o estado de conservação e as condições de armazenamento dos produtos oferecidos ao consumo;

- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MEDICO VETERINARIO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Prestar assessoramento técnico aos criadores do Município, sob o modo de tratar e criar os animais;</li><li>▪ Planejar e desenvolver campanhas de serviços de fomento;</li><li>▪ Atuar em questões legais de higiene dos alimentos e no combate às doenças transmissíveis dos animais;</li><li>▪ Estimular o desenvolvimento das criações já existentes no Município, bem como a implantação daquelas economicamente mais aconselháveis;</li><li>▪ Instruir os criadores sobre problemas de técnica pastoril;</li><li>▪ Realizar exames, diagnósticos e aplicação de terapêutica médica e cirúrgica veterinárias;</li><li>▪ Atestar o estado de sanidade de produtos de origem animal;</li><li>▪ Fazer a vacinação antirrábica em animais e orientar a profilaxia da raiva;</li><li>▪ Pesquisar necessidades nutricionais dos animais;</li><li>▪ Estudar métodos alternativos de tratamento e controle de enfermidades de animais;</li><li>▪ Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;</li><li>▪ Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Serviços técnicos de engenharia civil, abrangendo a programação, controle, fiscalização, avaliação e execução de projetos arquitetônicos de obras públicas, incluindo-se construção e conservação de estradas de rodagem e vias públicas, bem como obras de captação, abastecimento de água, drenagem e irrigação e saneamento urbano e rural;</li><li>▪ Projetar, fiscalizar e dirigir trabalhos relativos a máquinas, oficinas e serviços de urbanização em geral;</li><li>▪ Realizar perícias, avaliações, laudos e arbitramentos;</li><li>▪ Examinar projetos e proceder a vistorias de construções;</li><li>▪ Exercer atribuições relativas à engenharia de trânsito e técnicas de materiais;</li><li>▪ Efetuar cálculos de estruturas de concreto armado, aço e madeira;</li><li>▪ Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;</li><li>▪ Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;</li><li>▪ Executar cálculos estruturais e orçamentos de obras públicas via sistema de informática;</li></ul>	



- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

<b>CARGO: ENGENHEIRO AGRONOMO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar métodos e técnicas de cultivo, de acordo com o tipo de solos e clima, efetuando estudos, experiências e analisando os resultados obtidos para melhorar as germinações das sementes, crescimento de plantas e o rendimento das colheitas;</li> <li>▪ Operacionalizar as ações da política do setor agropecuário do Município gerenciando os recursos humanos, financeiros e materiais sob sua responsabilidade;</li> <li>▪ Supervisionar as tarefas de campo, visando o aprimoramento das técnicas agropecuárias;</li> <li>▪ Coordenar trabalhos desenvolvidos nas feiras municipais;</li> <li>▪ Promover ações de proteção aos mananciais adotando medidas de recuperação da vegetação florestal e dos cursos d'água existentes;</li> <li>▪ Elaborar plano integrado da propriedade com o objetivo de orientar o produtor rural quanto à aptidão da sua propriedade visando o aumento da produtividade das culturas;</li> <li>▪ Conscientizar o agricultor quanto a necessidade de adoção de práticas de manejo e coordenação do solo através de palestras, reuniões e demonstrações; efetuar a demarcação de curvas de nível, manipulando os aparelhos necessários para tal fim;</li> <li>▪ Estudar os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubação e condições climáticas sobre culturas agrícolas;</li> <li>▪ Elaborar novos métodos de combate à ervas daninhas, enfermidades da lavoura, pragas e insetos visando assegurar um maior rendimento do cultivo;</li> <li>▪ Promover assistência técnica e científica;</li> <li>▪ Orientar a técnica agrícola: semeadura, plantio, adubação, melhoramento e aumento das espécies vegetais, colheita, armazenamento, rendimento de produtos, reflorestamento, regulação das águas por meio de diques, barragens e canais;</li> <li>▪ Orientar as tarefas de podas de árvores do município, respeitando a legislação de normas existentes;</li> <li>▪ Planejar a execução de construções rurais (edifícios agrícolas) e instalações de indústrias rurais;</li> <li>▪ Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	

<b>CARGO: CONTADOR/CONSULTOR</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<p>I - Execução de trabalhos de contabilidade das entidades abaixo relacionadas, e outras que porventura forem criadas na administração direta do município de Campos Novos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundo Municipal de Saúde;</li> <li>- Fundo Municipal de Assistência Social;</li> <li>- Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;</li> <li>- Fundo Municipal Rotativo Habitacional;</li> </ul>	

- Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros;
- Fundação Cultural Camponovense;
- Fundação Municipal do Meio Ambiente;
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência.
- Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;
- Elaborar e assinar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar e assinar os balanços gerais com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar os registros de operações contábeis;
- Organizar dados para a proposta orçamentária, bem como acompanhar as alterações que se fizerem necessárias;
- Classificar e registrar as despesas conforme plano de contas orçamentário. Registrar, controlar e corrigir os atos de atendimento das condições para a realização das despesas em todos os estágios de: Fixação, Programação, Licitação, Empenho, Liquidação, Suprimento, Pagamento.
- Realizar, acompanhar, revisar e corrigir todos os atos relativos aos estágios da receita: Previsão, Lançamento, Arrecadação, Recolhimento;
- Organizar e Executar, antecipadamente aos prazos, todos os procedimentos de registros e lançamentos de dados nos Sistemas de Informações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – e-Sfinge e dos outros Órgãos Estaduais e Federais.
- Elaborar e encaminhar dentro dos prazos estabelecidos pela administração as informações necessárias ao responsável pela contabilidade geral do município, para correta consolidação das contas do município de Campos Novos, mensal e anualmente.
- Supervisionar a contabilização de documentos, classificando e orientando o seu registro, para assegurar as exigências legais e do plano de contas;
- Realizar análise e conciliação de contas, conferindo saldo, corrigindo os possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis;
- Prestar esclarecimentos aos auditores do tribunal de contas e demais interessados;
- Preparar e Executar a publicação, antecipadamente aos prazos, dos instrumentos e documentos exigidos pela legislação.
- Registrar e escriturar sistemática e diariamente todas as receitas e despesas das entidades supracitadas;
- Calcular e reavaliar ativos, fazer depreciação de veículos, máquinas, utensílios, móveis e instalações, utilizando-se de métodos e procedimentos legais;
- Estar atento às mudanças que envolvam matérias relacionadas à Contabilidade Pública.
- Executar outras atribuições afins.

II - Preparar e elaborar em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral o Orçamento Público do Município de Campos Novos e as Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentária e Orçamentária anual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como acompanhar e auxiliar nas alterações orçamentárias que se façam necessárias no decorrer do exercício contábil.

III - Participar e auxiliar na elaboração das audiências públicas de avaliação das metas fiscais previstas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

IV – Acompanhar os Convênios firmados pelo município e elaborar as prestações de contas aos devidos órgãos competentes;

<b>CARGO: BIOQUIMICO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Realizar experiências, testes e análises em organismos vivos, observando os mecanismos químicos de suas funções vitais, como respiração, digestão, crescimento e envelhecimento, para determinar a composição química desses organismos;</li><li>Executar e/ou supervisionar a realização de todos os exames laboratoriais, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos sobre os exames efetuados;</li><li>Coordenar, executar e acompanhar as atividades específicas do laboratório de análises clínicas, desde a recepção (coleta) do material para exame e análise, até a entrega do laudo final ao paciente;</li><li>Estudar a ação química de alimentos, medicamentos, soros, hormônios e outras substâncias sobre tecidos e funções vitais, analisando os aspectos químicos da formação de anticorpos no sangue e outros bioquímicos, para verificar os efeitos produzidos no organismo e determinar a adequação relativa de cada elemento;</li><li>Supervisionar e/ou executar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas, cronológicas e outras se utilizando de aparelhos e técnicas específicas do laboratório;</li><li>Utilizar técnicas específicas de cultura e antibiograma, comparando os resultados com gráficos de interpretação para fornecer o diagnóstico laboratorial, visando complementar o diagnóstico médico;</li><li>Assumir a responsabilidade pelos resultados dos exames realizados no laboratório, assinando os laudos para dar maior segurança aos requisitantes;</li><li>Fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados pelos médicos;</li><li>Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

<b>CARGO: FONOAUDIOLOGO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Elaborar programas de prevenção ao nível de saúde auditiva;</li><li>Avaliar as deficiências de comunicação do paciente, tanto verbal como não verbal, tais como: fala, linguagem, voz, audição, leitura e escrita;</li><li>Realizar exames fonéticos da linguagem audiométrica e outras técnicas próprias, para o diagnóstico de limiares auditivos, bem como visando estabelecer o plano de treinamento ou fonoterapia;</li><li>Programar, desenvolver e supervisionar o treinamento de voz, fala, linguagem, compreensão do pensamento verbalizado e outros;</li><li>Fazer demonstração de técnicas de respiração e empostação da voz, orientando o treinamento fonético, auditivo de dicção e organização do pensamento em palavras, visando a reeducação ou reabilitação do paciente;</li><li>Auxiliar no diagnóstico de lesões auditivas do ouvido externo, médio e interno, fornecendo dados para indicação de aparelhos auditivos;</li><li>Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica,</li></ul>	

- elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico;
- Participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer de sua especialidade, para estabelecer o diagnóstico e tratamento;
  - Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

<b>CARGO: FISIOTERAPEUTA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliar e reavaliar o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares e funcionais;</li> <li>▪ Fazer pesquisas de reflexos, provas de esforço, de sobrecarga e de atividades para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados;</li> <li>▪ Planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, sequelas de acidentes vascular-cerebral e outros;</li> <li>▪ Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, fazendo demonstrações e orientando a parturiente para facilitar o trabalho de parto;</li> <li>▪ Prestar atendimento a pessoas com membros amputados, fazendo treinamentos nas mesmas, visando à movimentação ativa e independente com o uso das próteses;</li> <li>▪ Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;</li> <li>▪ Manipular aparelhos de utilidade fisioterápica;</li> <li>▪ Controlar o registro de dados, observando as anotações das aplicações e tratamentos utilizados, para elaborar boletins estatísticos;</li> <li>▪ Ensinar exercícios corretivos, orientando e treinando o paciente em exercícios ginásticos especiais, para promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;</li> <li>▪ Supervisionar e avaliar atividades dos auxiliares, orientando-os na execução das tarefas, para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;</li> <li>▪ Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia preparando informes, relatórios, documentos e pareceres;</li> <li>▪ Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	

<b>CARGO: ODONTOLOGO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar exames nos dentes e na cavidade bucal, utilizando aparelhos específicos para verificar a presença de cáries e outras afecções;</li> <li>▪ Priorizar o atendimento a pacientes que apresentem quadros de infecção e dor;</li> <li>▪ Identificar afecções, quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos e exames adequados para estabelecer o tipo de tratamento;</li> </ul>	

- Efetuar administração de anestésicos, para dar conforto ao paciente e facilitar o tratamento;
- Efetuar restaurações, extrações, limpeza profilática, selante, aplicação de flúor e demais procedimentos necessários;
- Realizar a limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraíndo o tártaro para eliminar a instalação de focos de infecção;
- Prescrever ou administrar medicamentos para prevenir hemorragia pós-cirúrgica ou tratar de infecções da boca e dentes;
- Participar da equipe multidisciplinar, efetuando treinamentos e desenvolvendo programas e projetos;
- Registrar os dados coletados lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento;
- Prescrever medicamentos quando necessário;
- Providenciar o preenchimento das fichas e relatórios informando as atividades dos serviços prestados;
- Aconselhar os pacientes quanto aos cuidados de higiene, orientando-os na proteção dos dentes e gengivas;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MEDICO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicinae registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Receber e examinar os pacientes de sua especialidade, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidade requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outras especialidades médicas;</li><li>▪ Analisar e interpretar resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio-X e outros para informar ou confirmar diagnóstico;</li><li>▪ Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos;</li><li>▪ Prestar orientações aos pacientes sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde;</li><li>▪ Anotar e registra em fichas específicas, o devido registro sobre os pacientes examinados, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso;</li><li>▪ Atender determinações, emitindo atestados conforme a necessidade de cada caso;</li><li>▪ Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e / ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade, decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais;</li><li>▪ Participar de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo e vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

<b>CARGO: MEDICO CLÍNICO GERAL</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li><li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Clínica Médica, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li><li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li><li>▪ Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li><li>▪ Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li><li>▪ Prestar atendimento de urgência em Clínica Médica;</li><li>▪ Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</li><li>▪ Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;</li><li>▪ Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);</li><li>▪ Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

<b>CARGO: MEDICO PEDIATRA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Pediatria e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li><li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Pediatria e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li><li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li><li>▪ Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li><li>▪ Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li><li>▪ Prestar atendimento de urgência em Pediatria e Clínica Geral;</li><li>▪ Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</li><li>▪ Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;</li><li>▪ Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);</li><li>▪ Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;</li></ul>	

- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

CARGO: MEDICO GINECOLOGISTA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Ginecologia e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li><li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Ginecologia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li><li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li><li>▪ Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li><li>▪ Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li><li>▪ Prestar atendimento de urgência em Ginecologia e Clínica Geral;</li><li>▪ Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</li><li>▪ Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;</li><li>▪ Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);</li><li>▪ Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

CARGO: MEDICO PSIQUIATRA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Psiquiatria e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li><li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Psiquiatria e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li><li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li><li>▪ Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li><li>▪ Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li><li>▪ Prestar atendimento de urgência em Psiquiatria e Clínica Geral;</li><li>▪ Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</li><li>▪ Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de</li></ul>	



- saúde;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);
  - Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;
  - Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

<b>CARGO: MEDICO CARDIOLOGISTA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Cardiologia e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li> <li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Cardiologia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li> <li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li> <li>▪ Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li> <li>▪ Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li> <li>▪ Prestar atendimento de urgência em Cardiologia e Clínica Geral;</li> <li>▪ Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</li> <li>▪ Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;</li> <li>▪ Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);</li> <li>▪ Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	

<b>CARGO: MEDICO OFTALMOLOGISTA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Oftalmologia e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li> <li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Oftalmologia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li> <li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li> <li>▪ Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li> <li>▪ Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li> </ul>	



- Prestar atendimento de urgência em Oftalmologia e Clínica Geral;
- Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;
- Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);
- Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

<b>CARGO: MEDICO ORTOPEDISTA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Ortopedia e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li> <li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Ortopedia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li> <li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li> <li>▪ Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li> <li>▪ Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li> <li>▪ Prestar atendimento de urgência em Ginecologia e Clínica Geral;</li> <li>▪ Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</li> <li>▪ Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;</li> <li>▪ Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);</li> <li>▪ Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	

<b>CARGO: MEDICO UROLOGISTA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Urologia e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li> <li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Urologia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li> <li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li> </ul>	

- Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;
- Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;
- Prestar atendimento de urgência em Ginecologia e Clínica Geral;
- Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;
- Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);
- Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

<b>CARGO: MEDICO NEUROLOGISTA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Neurologia e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li> <li>▪ Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Neurologia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;</li> <li>▪ Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;</li> <li>▪ Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;</li> <li>▪ Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;</li> <li>▪ Prestar atendimento de urgência em Ginecologia e Clínica Geral;</li> <li>▪ Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;</li> <li>▪ Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;</li> <li>▪ Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);</li> <li>▪ Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	

<b>CARGO: MEDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão do Curso de Medicina com especialidade em Otorrinolaringologia e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestar atendimento médico ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;</li> </ul>	

- Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Otorrinolaringologia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;
- Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;
- Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;
- Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;
- Prestar atendimento de urgência em Ginecologia e Clínica Geral;
- Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;
- Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);
- Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

<b>CARGO: ARQUITETO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar estudos e projetos de edificações, urbanização e paisagismo.</li> <li>▪ Orientar, acompanhar e fiscalizar os trabalhos de construção e reforma de edificações;</li> <li>▪ Elaborar todo o planejamento da construção definindo materiais, mão de obra, custos, cronograma de execução e outros elementos;</li> <li>▪ Coordenar e coletar dados referentes aos aspectos físicos, econômicos e outros fatores e realizar estudos de urbanização que determinam a natureza, amplitude de ritmo de crescimento edesenvolvimento urbano do município;</li> <li>▪ Assessorar sobre projetos e reformas e demais necessidades construtivas;</li> <li>▪ Acompanhar e gerenciar o processo de aprovação dos projetos arquitetônicos junto aos órgãos vigentes fiscalizadores;</li> <li>▪ Elaborar layouts de placas de obras, inaugurações e comunicação do município;</li> <li>▪ Manter atualizado o cadastro das obras executadas e concluídas;</li> <li>▪ Participar de programa de treinamento, quando convocado;</li> <li>▪ Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;</li> <li>▪ Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li> </ul>	

<b>CARGO: ADVOGADO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional

**ATRIBUIÇÕES**

- Representar o município em qualquer instância judicial, atuando nos efeitos em que a mesma seja autora ou ré, assistente, oponente ou simplesmente interessada;
- Participar de inquéritos administrativos e dar orientação na realização dos mesmos;
- Efetuar a cobrança judicial da Dívida Ativa;
- Emitir por escrito, os pareceres que lhes forem solicitados, fazendo os estudos necessários de alta indagação, nos campos da indagação, nos campos da pesquisa da doutrina, da legislação e da jurisprudência, de forma a apresentar um pronunciamento devidamente fundamentado e jurídico;
- Responder as consultas sobre interpretação de textos legislativos, que interessarem ao Serviço Público Municipal;
- Estudar assuntos de direito, de ordem geral ou específica, de modo a habitar o Município a solucionar problemas administrativos;
- Estudar, redigir e minutar termos de compromisso e responsabilidade, contratos de concessão, locação, comodato, loteamentos, convênios, atos que fizerem necessários à legislação municipal;
- Estudar, redigir e minutar desapropriações, ações em pagamento, hipotecas, compras e vendas, permutas, doações, transferências de domínio e outros títulos, bem como, elaborar anteprojetos de lei e decretos, justificativas de veto, regulamentos;
- Proceder ao exame dos documentos necessários a formalização dos títulos supracitados, proceder a pesquisa tendentes a instruir processos administrativos que versem sobre assuntos jurídicos;
- Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade e os indicados pelo Chefe do Poder Executivo;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

**ANEXO XIII**  
**ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO DOS CARGOS DO**  
**QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSE ATHANÁZIO**

<b>CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Fazer o serviço de faxina em geral;</li><li>▪ Executar atividades de limpeza e desinfecção de materiais, equipamentos, e ambientes da Fundação;</li><li>▪ Remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos;</li><li>▪ Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;</li><li>▪ Limpar e arrumar banheiros;</li><li>▪ Lavar e encerar assoalhos;</li><li>▪ Lavar e passar vestuários e roupas de cama e mesa;</li><li>▪ Coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados;</li><li>▪ Lavar vidros, espelhos e persianas;</li><li>▪ Varrer pátios;</li><li>▪ Proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos;</li><li>▪ Auxiliar no controle do estoque de material, auxiliar no recebimento, conferência e guarda dos mesmos;</li><li>▪ Manter a higiene dos locais de trabalho;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e / ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

<b>CARGO: PORTEIRO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Receber, orientar e encaminhar o público;</li><li>▪ Controlar a entrada de pessoas nos recintos de trabalho, bem como a saída de tais locais, efetuando, quando for o caso, identificação ou registro de ocorrência;</li><li>▪ Atender e efetuar ligação telefônica;</li><li>▪ Receber e transmitir mensagens;</li><li>▪ Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas;</li><li>▪ Zelar pela ordem, segurança e limpeza da área sob sua responsabilidade;</li><li>▪ Inspeccionar os locais ou instalações do prédio, cuja segurança ou conservação implique em maior responsabilidade;</li><li>▪ Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança do prédio;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e / ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

CARGO: COZINHEIRA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Separar o material a ser utilizado na confecção dos alimentos;</li><li>▪ Responsabilizar-se pelos trabalhos de cozinha, entre eles, preparar dietas e refeições de acordo com cardápios;</li><li>▪ Preparar refeições ligeiras, mingaus, café, chá e outras;</li><li>▪ Encarregar-se de todos os tipos de cozimento em larga escala, tais como: vegetais, cereais, legumes, carnes de variadas espécies;</li><li>▪ Preparar sobremesas e sucos;</li><li>▪ Eventualmente fazer pães e biscoitos;</li><li>▪ Encarregar-se da guarda e conservação de alimentos;</li><li>▪ Fazer os pedidos de suprimento de material necessário à cozinha ou a preparação de alimentos;</li><li>▪ Operar os diversos tipos de fogões, aparelhos e demais equipamentos de cozinha;</li><li>▪ Distribuir, fiscalizar e orientar os trabalhos dos auxiliares;</li><li>▪ Zelar pela conservação e higiene dos equipamentos e instrumentos de cozinha;</li><li>▪ Limpar e preparar cereais, vegetais e carnes de variadas espécies para cozimento;</li><li>▪ Auxiliar no preparo de dietas especiais e normais;</li><li>▪ Participar da execução da faxina da área interna da cozinha, limpeza de máquinas, utensílios e outros equipamentos, utilizando-se de materiais adequados, para assegurar sua utilização no preparo dos alimentos;</li><li>▪ Executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade.</li></ul>	

CARGO: COSTUREIRA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Gerais	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Fundamental Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Confeccionar roupas de cama, mesa e aventais;</li><li>▪ Lavar tecidos e passá-los preparando-os para o corte quando necessário;</li><li>▪ Tomar medidas individuais para a confecção de peças;</li><li>▪ Executar corte simples e em grosso modo;</li><li>▪ Operar com máquina de costura elétrica ou não;</li><li>▪ Costurar a mão e manejar instrumentos de uso da profissão;</li><li>▪ Fazer consertos;</li><li>▪ Passar roupa a ferro;</li><li>▪ Executar remates, chuleios, caseados, pregar botões e outros acabamentos de confecção de roupas;</li><li>▪ Limpar e azeitar máquinas de costura;</li><li>▪ Executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade.</li></ul>	

CARGO: TELEFONISTA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagem pelo telefone;</li></ul>	

- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de telefonia;
- Executar serviços internos e externos de agendamento e entrega de mensagens e dados;
- Controlar o uso de equipamentos telefônicos, evitando uso para fins particulares sem a devida autorização;
- Receber e realizar ligações telefônicas, transferi-las aos órgãos competentes;
- Executar trabalhos referentes a registro, análise e controle de serviços de telefonia;
- Controlar os materiais usados, evitando perdas e desperdício;
- Manter a organização do local de trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Examinar processos;</li><li>▪ Redigir pareceres e informações;</li><li>▪ Redigir expedientes administrativos tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios;</li><li>▪ Revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de Lei, minutas de decretos e outros;</li><li>▪ Realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos, alterações de tributos, avaliação de imóveis e vantagens financeiras e descontos determinados por lei;</li><li>▪ Realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem decorrência; Efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos;</li><li>▪ Manter atualizados os registros de estoque;</li><li>▪ Fazer ou orientar levantamentos de bens patrimoniais;</li><li>▪ Eventualmente realizar trabalhos datilográficos, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem;</li><li>▪ Atender contribuintes/usuários dos serviços públicos municipais com profissionalismo, lealdade e ética;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: AUXILIAR DE FARMÁCIA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio e curso específico na área de atuação
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Compreende o conjunto de atividades destinadas a separar medicamentos e produtos afins, de acordo com a prescrição ou receita médica, sob orientação do profissional farmacêutico;</li><li>▪ Receber, conferir, organizar e encaminhar medicamentos e produtos correlatos;</li><li>▪ Entregar medicamentos diariamente e produtos afins nas unidades de interação;</li><li>▪ Separar requisições e receitas;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

<b>CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Serviços Auxiliares	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio e curso específico na área de atuação
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;</li><li>▪ Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação.</li><li>▪ Executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de enfermagem, tais como: ministrar medicamentos por via oral e parenteral; realizar controle hídrico; fazer curativos;</li><li>▪ Aplicar oxigenoterapia, nebulização, enterocisma, enema e calor ou frio;</li><li>▪ Efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis;</li><li>▪ Realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico;</li><li>▪ Colher material para exames laboratoriais;</li><li>▪ Prestar cuidados de enfermagem pré e pós-operatórios;</li><li>▪ Circular em sala de cirurgia e, se necessário, instrumentar;</li><li>▪ Executar atividades desinfecção e esterilização;</li><li>▪ Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança;</li><li>▪ Alimentar o paciente ou auxiliá-lo a alimentar-se;</li><li>▪ Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependência de unidades hospitalares;</li><li>▪ Participar de atividades de educação em saúde;</li><li>▪ Orientar os pacientes na pós-consulta, quanto ao cumprimento das prescrições de enfermagem e médicas;</li><li>▪ Auxiliar o enfermeiro e o técnico de enfermagem na execução dos programas de educação para a saúde;</li><li>▪ Executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes;</li><li>▪ Participar dos procedimentos pós-morte;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

<b>CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades Operacionais e de Administração Geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio e curso técnico na área de atuação
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos pacientes, sob supervisão do enfermeiro;</li><li>▪ Auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção hospitalar;</li><li>▪ Preparar pacientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos.</li><li>▪ Colher e ou auxiliar o cliente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação;</li><li>▪ Realizar exames de eletrodiagnósticos e registrar os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem;</li><li>▪ Orientar e auxiliar pacientes, prestando informações relativas à higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde;</li><li>▪ Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos pacientes, segundo prescrição médica e de enfermagem;</li><li>▪ Preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do Enfermeiro;</li></ul>	



- Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem;
- Realizar a movimentação e o transporte de pacientes de maneira segura;
- Auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência;
- Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;
- Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário;
- Efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas da Instituição, o material necessário à prestação da assistência à saúde do paciente;
- Controlar materiais, equipamentos e medicamentos sob sua responsabilidade;
- Manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;
- Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, bem como seu armazenamento e distribuição;
- Propor a aquisição de novos instrumentos para reposição daqueles que estão avariados ou desgastados;
- Realizar atividades na promoção de campanha do aleitamento materno bem como a coleta no lactário ou no domicílio;
- Auxiliar na preparação do corpo após o óbito;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: TÉCNICO EM RAIOS X	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades Operacionais e de Administração Geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de Conclusão de Curso Técnico na área de atuação
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar o conjunto de operações necessárias à impressão, revelação, secagem, fixação e montagem dos filmes de Raios X;</li><li>▪ Registrar o número de radiografias realizadas discriminando tipos, regiões e requisitantes para possibilitar a elaboração de boletim estatístico;</li><li>▪ Atender e preparar as pessoas a serem submetidas a exames radiológicos tomando as precauções necessárias;</li><li>▪ Preparar fichas, registros e outros elementos relativos ao trabalho;</li><li>▪ Operar Raios X com intensificador de imagens</li><li>▪ Controlar o estoque de filmes, contrastes e outros materiais utilizados;</li><li>▪ Responsabilizar-se pela manutenção e conservação dos equipamentos utilizados;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: FATURISTA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades Operacionais e de Administração Geral	<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
ATRIBUIÇÕES	

- Organizar documentos e efetuar sua classificação contábil;
- Gerar lançamentos contábeis;
- Conciliar contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo;
- Realizar o arquivo de documentos;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: BIOQUÍMICO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar experiências, testes e análises em organismos vivos, observando os mecanismos químicos de suas funções vitais, como respiração, digestão, crescimento e envelhecimento, para determinar a composição química desses organismos;</li> <li>▪ Executar e/ou supervisionar a realização de todos os exames laboratoriais, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos sobre os exames efetuados;</li> <li>▪ Coordenar, executar e acompanhar as atividades específicas do laboratório de análises clínicas, desde a recepção (coleta) do material para exame e análise, até a entrega do laudo final ao paciente;</li> <li>▪ Estudar a ação química de alimentos, medicamentos, soros, hormônios e outras substâncias sobre tecidos e funções vitais, analisando os aspectos químicos da formação de anticorpos no sangue e outros bioquímicos, para verificar os efeitos produzidos no organismo e determinar a adequação relativa de cada elemento;</li> <li>▪ Supervisionar e/ou executar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas, cronológicas e outras se utilizando de aparelhos e técnicas específicas do laboratório;</li> <li>▪ Utilizar técnicas específicas de cultura e antibiograma, comparando os resultados com gráficos de interpretação para fornecer o diagnóstico laboratorial, visando complementar o diagnóstico médico;</li> <li>▪ Assumir a responsabilidade pelos resultados dos exames realizados no laboratório, assinando os laudos para dar maior segurança aos requisitantes;</li> <li>▪ Fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados pelos médicos;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ação que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social;</li> <li>▪ Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social;</li> </ul>	

- Promover o auxílio às pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, quanto à agilização de exames, fornecimento de medicamentos e outros fatores que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde;
- Elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual;
- Assistir às famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico ou de outra natureza, para melhorar a situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;
- Organizar programas de planejamento familiar, materno-infantil, atendimento a hansenianos e desnutridos, bem como demais enfermidades graves;
- Elaborar e emitir pareceres socioeconômicos, relatórios mensais de planejamento familiar e relação de material e medicamentos necessários para atender a demanda dos atendimentos;
- Participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoa física ou mentalmente deficiente por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

<b>CARGO: CONTADOR</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejar os trabalhos inerentes às atividades contábeis, organizando o sistema de registro e operações, para possibilitar o controle e acompanhamento contábil e financeiro;</li> <li>▪ Conferir e assinar balanços, balancetes, demonstrativos e outros documentos contábeis em geral;</li> <li>▪ Supervisionar os trabalhos contábeis, analisando e orientando seu processamento, para assegurar o cumprimento do plano de contas adotado pela Prefeitura e os procedimentos contábeis legais;</li> <li>▪ Proceder e orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos e bens de serviço;</li> <li>▪ Organizar balancetes, balanços demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira do órgão;</li> <li>▪ Participar da elaboração do orçamento programa, fornecendo os dados contábeis, para servirem de base à montagem do mesmo;</li> <li>▪ Controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo resultados e procedimentos contábeis;</li> <li>▪ Planejar e executar auditorias contábeis, efetuando perícias, investigações, apurações e exames técnicos, para assegurar o cumprimento às exigências legais e administrativas;</li> <li>▪ Elaborar anualmente relatório analítico sobre a situação patrimonial econômica e financeira do órgão, apresentando dados estatísticos;</li> <li>▪ Fazer apropriação de custos e bens de serviço, bem como, supervisionar cálculos de reavaliação do ativo e depreciação de veículos, máquinas do patrimônio municipal em geral;</li> <li>▪ Assessorar a direção dos departamentos, bem como o Chefe do Executivo Municipal, em problemas financeiros, contábeis e orçamentários, fornecendo pareceres, contribuindo para a correta elaboração de política e instrumentos de ação nas referidas divisões;</li> <li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li> </ul>	

<b>CARGO: ENFERMEIRO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Prestar assistência a pacientes hospitalizados;</li><li>▪ Fazer curativos;</li><li>▪ Aplicar vacinas e injeções;</li><li>▪ Ministras remédios;</li><li>▪ Responder pela observância das prescrições médicas relativas aos pacientes;</li><li>▪ Velar pelo bem-estar físico e psíquico dos pacientes;</li><li>▪ Supervisionar a esterilização do material nas áreas de enfermagem;</li><li>▪ Prestar socorros de urgência;</li><li>▪ Orientar o isolamento de pacientes;</li><li>▪ Supervisionar os serviços de higienização de pacientes;</li><li>▪ Providenciar no abastecimento de material de enfermagem e médico;</li><li>▪ Supervisionar a execução das tarefas relacionadas com a prescrição alimentar;</li><li>▪ Fiscalizar a limpeza das unidades;</li><li>▪ Apresentar relatórios referentes às atividades sob sua supervisão;</li><li>▪ Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;</li><li>▪ Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

<b>CARGO: ENFERMEIRO OBSTETRA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com especialização em obstetrícia, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Atuação junto à maternidade e ao centro obstétrico (acompanhamento junto à equipe de ginecologia em evolução de trabalho de parto normal, organização de recursos materiais e humanos para a realização de procedimentos obstétricos e ginecológicos);</li><li>▪ Estar habilitado a conduzir o parto, ou seja, realmente "fazer" o parto;</li><li>▪ Examinar a gestante verificando suas contrações dilatações e outras alterações fisiológicas do organismo, devendo também saber discernir entre alterações patológicas, onde deverá imediatamente encaminhar a gestante para cuidados médicos;</li><li>▪ Realizar episiotomia e episiorrafia com anestesia, já que o mesmo é capacitado e treinado para tal;</li><li>▪ Realizar todo e qualquer parto normal sem distócia, ou seja, sem nenhuma complicação, e também que não haja nenhuma doença associada à gravidez (como hipertensão, diabetes ou cardiopatias);</li><li>▪ Durante o puerpério (período após o parto) realizar os cuidados necessários à mãe, aplicando seus conhecimentos técnico-científicos, para que seu organismo volte o mais rápido possível às condições pré-gravídicas, e também orientações de auto-cuidado e ao cuidado com o recém-nascido e ainda planejar e executar ações de conforto para mãe e para o neonato;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

<b>CARGO: NUTRICIONISTA</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Planejar e elaborar cardápios, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de preparação dos mesmos;</li><li>▪ Prestar assistência dietoterápica hospitalar e ambulatorial de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos;</li><li>▪ Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição;</li><li>▪ Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento;</li><li>▪ Realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestras em nutrição e dietética;</li><li>▪ Atualizar diariamente as dietas de pacientes, mediante prescrição médica;</li><li>▪ Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente;</li><li>▪ Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas;</li><li>▪ Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;</li><li>▪ Participar de programa de treinamento, quando convocado;</li><li>▪ Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;</li><li>▪ Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;</li><li>▪ Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;</li><li>▪ Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato</li></ul>	

<b>CARGO: FARMACÊUTICO</b>	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Avaliação farmacêutica do receituário;</li><li>▪ Guarda de medicamentos e drogas e sua conservação;</li><li>▪ Registro de entorpecentes e psicotrópicos requisitados, receitados e fornecidos no aviamento das receitas conforme procedimentos exigidos pela vigilância sanitária;</li><li>▪ Organização e atualização dos controles de produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de substâncias e medicamentos;</li><li>▪ Controle do estoque de medicamentos;</li><li>▪ Análise do consumo e da distribuição dos medicamentos;</li><li>▪ Elaboração e promoção dos instrumentos necessários, objetivando desempenho adequado das atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos pelas Unidades da Fundação;</li></ul>	

- Orientação, coordenação e supervisão de trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares;
- Emissão de pareceres sobre assuntos de sua competência;
- Realização de estudos de farmacovigilância e procedimentos técnicos administrativos no tocante a medicamentos vencidos;
- Acompanhar a validade dos medicamentos e seus remanejamentos;
- Auxiliar no desenvolvimento de ações em vigilância sanitária;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

CARGO: PSICÓLOGO	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Avaliar pacientes, utilizando métodos e técnicas próprias, analisando, diagnosticando e emitindo parecer técnico, para acompanhamento, atendimento ou encaminhamento a outros serviços especializados;</li><li>▪ Elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomenda a terapia adequada;</li><li>▪ Prestar atendimento psicológico de ordem psicoterápica e ou de curso preventivo, através de sessões individuais e grupais;</li><li>▪ Participar das atividades relativas ao processo de recrutamento, seleção, acompanhamento, treinamento e reciclagem de servidores e estagiários, quando solicitado pela Administração Municipal, utilizando métodos e técnicas apropriadas aos objetivos da Prefeitura Municipal;</li><li>▪ Diagnosticar a existência de possíveis problemas na área de psicomotricidade, disfunções cerebrais mímicas, disritmias, dislexias e outros distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades;</li><li>▪ Participar de programa de saúde mental, através de atividades com a comunidade, visando o esclarecimento e coparticipação;</li><li>▪ Colaborar nos serviços de assistência social, analisando e diagnosticando casos na área de sua competência;</li><li>▪ Participar na elaboração de normas programáticas de materiais e de instrumentos necessários a realização de atividades da área, visando dinamizar e padronizar serviços para atingir objetivos estabelecidos;</li><li>▪ Encarregar-se dos aspectos psicológicos dos programas e medidas de prevenção de acidentes nas atividades;</li><li>▪ Participar da equipe multiprofissional, em atividades de pesquisas e de projetos, de acordo com padrões técnicos propostos, visando o incremento, aprimoramento e desenvolvimento de áreas de trabalho e de interesse do município;</li><li>▪ Colaborar nas atividades de readaptação de indivíduos incapacitados por acidentes e outras causas;</li><li>▪ Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	

CARGO: FISIOTERAPEUTA	
<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de Nível Superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Avaliar e reavaliar o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares e funcionais;</li><li>▪ Fazer pesquisas de reflexos, provas de esforço, de sobrecarga e de atividades para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados;</li><li>▪ Planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, sequelas de acidentes vascular-cerebral e outros;</li><li>▪ Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, fazendo demonstrações e orientando a parturiente para facilitar o trabalho de parto;</li><li>▪ Prestar atendimento a pessoas com membros amputados, fazendo treinamentos nas mesmas, visando à movimentação ativa e independente com o uso das próteses;</li><li>▪ Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;</li><li>▪ Manipular aparelhos de utilidade fisioterápica;</li><li>▪ Controlar o registro de dados, observando as anotações das aplicações e tratamentos utilizados, para elaborar boletins estatísticos;</li><li>▪ Ensinar exercícios corretivos, orientando e treinando o paciente em exercícios ginásticos especiais, para promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;</li><li>▪ Supervisionar e avaliar atividades dos auxiliares, orientando-os na execução das tarefas, para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;</li><li>▪ Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia preparando informes, relatórios, documentos e pareceres;</li><li>▪ Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.</li></ul>	



**ANEXO XIV**  
**ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO DOS CARGOS DO**  
**QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL**

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

**HABILITAÇÃO:**

Ensino Fundamental Completo

**ATRIBUIÇÕES**

- Fazer o serviço de faxina em geral;
- Remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos;
- Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;
- Limpar e arrumar banheiros;
- Lavar e encerar assoalhos;
- Lavar e passar vestuários e roupas de cama e mesa;
- Coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados;
- Lavar vidros, espelhos e persianas;
- Varrer pátios;
- Fazer café, chá, e, eventualmente servi-lo;
- Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;
- Proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos;
- Auxiliar no controle do estoque de material, auxiliar no recebimento, conferência e guarda dos mesmos;
- Manter a higiene dos locais de trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e / ou determinadas pelo superior imediato

**CARGO: TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO**

**HABILITAÇÃO:**

Ensino Médio Completo

**ATRIBUIÇÕES**

- Elaborar programas, dar pareceres e realizar pesquisas sobre um ou mais aspectos dos diversos setores da administração;
- Participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de novos serviços;
- Auxiliar o profissional de nível superior na realização de estudos de simplificação de rotinas administrativas, executando levantamento de dados, tabulando e desenvolvendo estudos organizacionais;
- Colaborar com o técnico da área na elaboração de manuais de serviço e outros projetos afins, coordenando as tarefas de apoio administrativo;
- Redigir, rever a redação ou aprovar minutas de documentos legais, relatórios, pareceres que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratem de assuntos de maior complexidade;
- Interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação;
- Analisar processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções;
- Coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos;
- Examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas,



posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Prefeitura;

- Coordenar a preparação de publicações e documentos para arquivo, selecionando os papéis administrativos que periodicamente se destinem à incineração, de acordo com as normas que regem a matéria;
- Orientar a preparação de tabelas, quadros, mapas e outros documentos de demonstração do desempenho da unidade ou da administração;
- Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas da classe;
- Atender ao público com atenção e cortesia;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato

**CARGO: HISTORIADOR****HABILITAÇÃO:**

Portador do certificado de conclusão de Curso Superior em História e de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional

**ATRIBUIÇÕES**

- Cumprir função de pesquisa, levantamento, arrolamento e análise de documentação histórica, tendo em vista o arranjo, descrição e exposição da documentação acervada na Fundação Cultural;
- Realizar atividades ligadas à elaboração de projetos de pesquisa histórica;
- Realizar pesquisas nas áreas prioritárias da Fundação Cultural;
- Orientar trabalhos de pesquisa elaborados na Fundação Cultural;
- Participar do planejamento de publicações no setor histórico;
- Executar outras tarefas correlatas ao cargo e /ou determinadas pelo superior imediato.

**ANEXO XV**  
**ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO DOS CARGOS DO**  
**QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FUNDEMA**

<b>CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS</b>
<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar serviços de operacionalização, manutenção e execução de serviços burocráticos;</li><li>▪ Receber e prestar informações, digitar material inerente ao setor, organizar e manter atualizados os arquivos;</li><li>▪ Prestar assessoramento na área administrativa e outras atividades inerentes à função;</li><li>▪ Receber, classificar, numerar, registrar, distribuir e manter o controle de todos os documentos e papéis que derem entrada e tramitem na Fundação.</li></ul>

<b>CARGO: FISCAL AMBIENTAL</b>
<b>HABILITAÇÃO:</b> Certificado de conclusão do Ensino Médio e Certificado de Curso Técnico na Área
<b>ATRIBUIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Cumprir as determinações da diretoria;</li><li>▪ Fiscalizar e monitorar a disposição de embalagens e defensivos agrícolas;</li><li>▪ Os recursos hídricos, poluição atmosférica, extração de recursos naturais não renováveis, controle de poluição veicular, disposição de resíduos sólidos no solo, lançamento de efluentes, emissão de sons e ruídos, bem como;</li><li>▪ Fiscalizar as condicionantes das licenças e o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal na área ambiental, bem como;</li><li>▪ As demais atividades inerentes à função.</li></ul>

<b>CARGO: GERENTE ADMINISTRATIVO</b>
<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo
<b>ATRIBUIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar serviços no protocolo, no recebimento e na expedição de documentos;</li><li>▪ Executar serviços de apoio administrativo, elaborar e redigir ocorrências, relatórios, correspondências, memorandos e comunicações;</li><li>▪ Auxiliar no controle da entrada e saída de documentos;</li><li>▪ Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior;</li><li>▪ Organizar e manter atualizado o cadastro e registro de todos os bens patrimoniais da FUNDEMA.</li></ul>

<b>CARGO: GERENTE DE PROJETOS, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO</b>
<b>HABILITAÇÃO:</b> Ensino Médio Completo

**ATRIBUIÇÕES**

- Compete a programação, organização, coordenação, execução e o controle das atividades relacionadas com a fiscalização e elaboração de projetos;
- Organizar, coordenar, controlar e Executar as ações de fiscalização e proteção dos recursos naturais;
- Fiscalizar e autuar infrações ambientais, e penalizar nos limites da delegação;
- Manter atualizada a legislação sobre assuntos relativos à sua área de atuação;
- Desenvolver projetos visando fornecer subsídios para a recuperação de áreas degradadas;
- Formular propostas de ação para apoiar programas e projetos especiais, que envolvam o controle da poluição e a recuperação ambiental;
- Propor e definir áreas prioritárias para elaboração de estudos necessários à formulação de projetos especiais e Executar atividades afins;
- Desenvolver outras atividades relacionadas com a fiscalização ambiental.

**ANEXO XVI**  
**CARGOS/VAGAS DE PROVIMENTO EFETIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR**  
**DR. JOSÉ ATHANAZIO CRIADOS POR ESTA LEI**

<b>Grupos</b>	<b>Cargo</b>	<b>Horas</b>	<b>Nível</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
I	Costureiro	30	1	01	650,00
IV	Fisioterapeuta	40	1	01	1.993,00
IV	Enfermeiro Obstetra	40	2	02	2.193,00

**ANEXO XVII****VAGAS AMPLIADAS DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANAZIO POR ESTA LEI**

<b>Grupos</b>	<b>Cargo</b>	<b>Horas</b>	<b>Nível</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
IV	Enfermeiro	40	1	03	1.993,00

**ANEXO XVIII****CARGOS/VAGAS DE PROVIMENTO EFETIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL CID CAESAR DE  
ALMEIDA PEDROSO CRIADOS POR ESTA LEI**

<b>Cargo</b>	<b>Horas</b>	<b>Nível</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
Auxiliar de Serviços Gerais	40	1	2	650,00
Técnico em Apoio Administrativo	40	2	2	1.091,00
Historiador	40	3	2	1.493,27

**ANEXO XIX**  
**CARGOS/VAGAS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO**  
**CRIADOS POR ESTA LEI**

<b>Grupos</b>	<b>Cargo</b>	<b>Horas</b>	<b>Nível</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vencimento</b>
IV	Advogado	40	2	1	4.515,00
IV	Arquiteto	40	2	1	4.515,00
IV	Médico Pediatra	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Ginecologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Psiquiatra	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Cardiologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Oftalmologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Ortopedista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Urologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Neurologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Otorrinolaringologista	10	8	1	3.500,00
IV	Médico Clínico Geral	20	9	2	6.000,00

**ANEXO XX**  
**NÚMERO DE VAGAS DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO**  
**DO PODER EXECUTIVO EXTINTAS POR ESTA LEI**

Grupos	Cargo	Horas	Nível	Vagas	Vencimento
IV	Médico	10	7	4	3.000,00



**Lei Complementar Nº 11/11 de 18/11/2011**

LEI COMPLEMENTAR Nº 11/11 DE 18/11/2011

CRIA A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art.1º. Esta lei complementar dispõe sobre a organização, estrutura e atribuições da procuradoria geral do município, e tem seu funcionamento, disciplinado por esta lei nos termos do artigo 100, inciso IV da lei orgânica.

Art.2º. A procuradoria geral do município, órgão central do sistema de serviços jurídicos do município, autarquia e fundações públicas, tem seu funcionamento disciplinado por esta lei, e visa assegurar a adequação entre as práticas administrativas e a jurisprudência dos tribunais, competindo ao procurador geral e procurador adjunto emitir pareceres, editar enunciados administrativos ou determinar providências específicas de observância obrigatória pelas secretarias municipais, autarquia, fundações e órgãos vinculados.

Art.3º. É de competência exclusiva do prefeito municipal, o recebimento de citações judiciais nas ações que o município for parte.

Art.4º. A procuradoria geral do município tem como competência primacial:

I - representar judicialmente o município, suas fundações e autarquia;

II - defender o patrimônio, os direitos e os interesses do município, suas fundações e autarquia;

III - assessorar juridicamente os órgãos e entidades da administração municipal;

IV - promover a cobrança da dívida ativa do município e;

V - opinar previamente sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais.

Art.5º. Ao procurador geral do município compete:

I – representar judicialmente o município, autarquia e fundações;

II – sugerir ao prefeito a representação para declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual com órgãos e entidades que atuam diretamente na área de competência da procuradoria geral do município;

III – estabelecer, exercer e manter o relacionamento institucional com órgãos e entidades que atuam diretamente na área de competência da procuradoria geral do município;

IV – quando expressamente autorizado pelo prefeito, desistir, transigir, acordar, firmar compromissos, receber e dar quitação e exercer os demais poderes especiais nas ações em que o município figurar;

V – examinar as ordens e sentenças judiciais cujo cumprimento envolva a matéria de competência do prefeito;

VI – receber intimações e notificações nas ações em que o

município for parte;

VII – decidir sobre a propositura de ação rescisória, bem como sobre a não interposição de recurso, ouvido o prefeito municipal;

VIII – substituir o procurador adjunto na sua ausência e;

IX – comparecer em audiências, podendo sua execução ser delegada com reservas, por substabelecimento.

Art.6º. Ao procurador adjunto compete:

I – substituir o procurador geral na sua ausência;

II – exercer as funções de consultoria jurídica do poder executivo, fundações públicas e autarquias;

III – sugerir ao prefeito, providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público ou por necessidade da boa aplicação das leis vigentes;

IV – representar o município junto ao cartório de registro de imóveis, requerendo a inscrição, transcrição ou averbação de título relativo ao imóvel do patrimônio do município;

V – opinar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo prefeito, secretários municipais dirigentes de fundações e autarquia em processos administrativos, expedientes ou papéis;

VI – estudar, redigir e minutar projetos de lei, decretos, portarias e regulamentos;

VII – examinar, emitir parecer jurídico nos processos licitatórios e;

VIII – analisar minutas de contratos e convênios.

Art.7º. Para o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 5º e 6º será exigido nível superior em ciências sociais e jurídicas e registro na OAB.

Art.8º. O expediente da procuradoria será de 16 (dezesesseis) horas semanais, na forma da regulamentação estabelecida por decreto do chefe do Poder Executivo.

Art.9º. O parágrafo 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 06/2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 18 .....

§ 2º - .....

H) procuradoria geral do município.

Art.10. O anexo I da Lei Complementar 06/2009 de 23 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Órgão criado	Vagas e Cargo criado	Lotação
Procuradoria Geral do Município	1 – Procurador Geral 1 – Procurador Adjunto	Gabinete do Prefeito

Art.11. O anexo V da Lei Complementar 06/2009 de 23 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Vagas	Código	Vencimento
Procurador Geral	1	DAS - 6	4.984,24
Procurador Adjunto	1	DAS - 6	4.984,24

Art.12. O anexo VI da Lei Complementar 06/2009 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

GABINETE DO PREFEITO	
Cargo	Valor
Procurador Geral	4.984,24
Procurador Adjunto	4.984,24

Art.13. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual – PPA 2010/2013, bem como, respeitadas as vinculações constitucionais e legais das receitas e despesas orçamentárias, remanejar dotações constantes dos programas de trabalho de órgãos e entidades pertencentes ao orçamento fiscal.

Art.14. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei Complementar em, 18 de novembro de 2011.  
VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 3.698 de 11/11/2011

LEI Nº 3.698 DE 11/11/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento geral do Poder Executivo um crédito adicional suplementar nos projetos e nas atividades abaixo discriminadas, nos seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino FUNDEB 60%

Elementosdespesa: 119-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0013.0-Aplicações Diretas R\$ 70.033,90

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 - Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental

Elementosdespesa: 165.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0073.0-Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

TOTAL R\$ 330.033,90

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ R\$ 330.033,90 (trezentos e trinta mil, trinta e três reais e noventa centavos), proveniente da anulação das dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.020 - Construções e Reformas no Ensino com Recursos do FUNDEB 40%

Elementosdespesa: 121-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações Diretas R\$ 33,90

PROJETO/ATIVIDADE: 1.021 - Reequipamento do Ensino Fundamental - Rec. do Salário Educação

Elementosdespesa: 156-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0073.0-Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.064 - Aquisição de Terrenos FUNDEB

Elementosdespesa: 158-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.019 - Manutenção do Ensino - Recursos convênio Salário Educação

Elementosdespesa: 155-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0073.0-Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,  
11 de novembro de 2011.  
VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 3.699 de 21/11/2011

LEI Nº 3.699 DE 21/11/2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL GASPARINO ZORZI - APP, inscrita CNPJ sob nº 83.827.006/0001-64, com sede na Rua Coronel Lucidoro, nº. 1919, bairro São Sebastião, neste Município.

Art. 2º. Ficam assegurados os benefícios da legislação vigente à entidade mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,  
21 de novembro de 2011.  
VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 6.402 de 11/11/2011

DECRETO Nº 6.402 DE 11/11/2011

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 549 de 28/02/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº

1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, AMÉLIA TEREZA DA COSTA, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
11 de novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 6.405-A de 11/11/2011**

DECRETO Nº 6.405-A DE 11/11/2011

ADOTA LAUDO TÉCNICO QUE MENCIONA PARA OS EFEITOS DA LEI Nº 2.465/98 PARA A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DOUTOR JOSÉ ATHANÁZIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando os termos da Lei nº 2.465/98 de 2 de dezembro de 1998, que dispõe sobre as atividades perigosas ou insalubres;

Considerando as mutações ocorridas após a entrada em vigor da legislação municipal que regula condições de trabalho;

Com amparo no Art. 100, inciso VIII, XIII, XIV da Lei Orgânica, c/c Art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 2.465/98 de 02/12/1998.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Para aplicação dos efeitos da Lei nº 2.465/98 de 02/12/98, fica adotado o "Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho", elaborado pelo médico da medicina do trabalho na Fundação Hospitalar Doutor José Athanázio.

Art. 2º. Integra este decreto independente de transcrição o Laudo Técnico referido no Art. 1º.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/04/2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em

11 de novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

**Canoinhas**

**PREFEITURA**

### **Editais 01/FCC/2011 - Processo Seletivo para Contratação de Professores de Artes em Caráter Temporário**

EDITAL 01/FCC/2011

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

A Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público

para conhecimento dos interessados que encontram-se abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, para atuarem no ano de 2012 junto à esta Fundação (Casa da Cultura).

#### **1. DAS INSCRIÇÕES**

1.1 O processo de inscrição dar-se-á no período de 22 de novembro a 06 de dezembro de 2011, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, nas dependências da Casa da Cultura, com endereço a Rua Major Vieira, nº 307 - Centro - Fone (47) 3622 - 1982 (informações) - Canoinhas-SC;

1.2 No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição com letra de forma, de maneira clara e sem rasuras, a qual será protocolada - e apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Documento de Identidade - RG e CPF;
- b) Comprovante de escolaridade;
- c) Comprovações de participação em cursos de aperfeiçoamento na área específica da inscrição - para cômputo de horas;
- d) Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP e declarações de tempo de serviço - para pontuação do tempo de serviço.

1.3 O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;

1.4 Não será realizada a inscrição do candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários;

1.5 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo de inscrição com a indicação de seu número, que deverá apresentar juntamente com a sua carteira de identidade ou outro documento com foto para ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

#### **2. DAS VAGAS**

2.1 Estarão abertas as inscrições para contratação temporária de profissionais nas seguintes áreas:

FUNÇÃO	Remuneração	CARGA HORÁRIA	Nº DE VAGAS
Professor I - Canto	R\$ 403,70	20 horas	1
Professor I - Pintura em Tela	R\$ 403,70	20 horas	1
Professor I - Teclado	R\$ 403,70	20 horas	1
Professor I - Teatro	R\$ 403,70	20 horas	1
Professor I - Violino e Violoncelo	R\$ 403,70	20 horas	1
Professor I - Violão	R\$ 403,70	20 horas	2
Professor I - Desenho Artístico	R\$ 201,85	10 horas	1
Professor I - Musicalização	R\$ 201,85	10 horas	1
Professor I - Acordeon	R\$ 403,70	20 horas	1
Professor I - Pintura em Tecido	R\$ 201,85	10 horas	1
Professor III - Coord./Supervisão	R\$ 575,67	20 horas	1

2.2 As atribuições de cada cargo encontram-se descritas nos Anexos I e II que compõem este edital.

2.3 O prazo de duração das contratações temporárias, objeto do presente processo é de até 10 (dez) meses, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.869/2005.

#### **3. DA CLASSIFICAÇÃO**

3.1 A classificação dos candidatos obedecerá aos critérios de pontuação, considerando os seguintes itens:

- a) Prova escrita com 20 questões sobre: Aspectos Históricos e Geográficos de Canoinhas e Proposta Curricular de Santa Catarina

(valor por questão: 0,4 - totalizando 8 pontos) a ser realizada no dia 09 de dezembro de 2011, com início às 09h e término às 12h, nas dependências da Universidade do Contestado - campus do centro;

b) Prova de títulos dividida em:

b.1) Cômputo de horas referente a cursos de aperfeiçoamento na área específica da inscrição, tendo pontuação máxima de 1,0 ponto (0,05 décimos a cada 20 horas de curso até a data da inscrição) - conforme Anexo III;

b.2) Tempo de serviço, tendo pontuação máxima de 1,0 ponto, ou seja, 20 anos (0,05 décimos a cada ano trabalhado até a data de inscrição) - conforme Anexo IV - comprovado através do registro em Carteira de Trabalho ou Declaração emitida pelo empregador não sendo computado o tempo de estágio, monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário.

#### 4. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

4.1 Em caso de igualdade de notas na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

#### 5. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A divulgação da listagem classificatória será afixada na Fundação Cultural de Canoinhas e na Casa da Cultura no dia 13/12/2011, a partir das 10 horas;

5.2 Os candidatos que se sentirem prejudicados na classificação, poderão interpor recursos, que serão aceitos até as 16h do dia 16/12/2011 - conforme Anexo V;

5.3 As vagas serão preenchidas, observando-se a demanda de alunos e conseqüentemente formação de turmas para cada área;

5.4 As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação;

5.5 Após primeira chamada e não tendo sido preenchidas todas as vagas, a Fundação Municipal de Cultura procederá nova chamada;

5.6 O candidato melhor classificado poderá assumir 01(uma) vaga, com carga horária a ser definida pela Fundação Cultural de Canoinhas, conforme demanda de alunos e conseqüentemente formação de turmas para cada área, desde que haja compatibilidade de horário.

#### 6. DA DISPENSA

6.1 A dispensa do contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

- a) a pedido
- b) de ofício

6.1.1 Quando o pedido para dispensa for de interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio do Departamento de Pessoal, fornecido pela Coordenação da Casa da Cultura, com no mínimo dez dias de antecedência;

6.1.2 Quando for de ofício, a Direção Administrativa da Fundação Cultural deverá comunicar ao servidor contratado;

6.1.3 A dispensa de ofício dar-se-á quando houver redução do número de alunos matriculados;

6.1.4 Durante o período de atuação na Casa da Cultura, durante o ano letivo de 2012, o professor que vier a ter 02 (dois) registros de ocorrências negativas, comprovados através de relatórios dirigidos a Direção Administrativa, cuja conduta não corresponda ao proposto pela Casa da Cultura, poderá ter seu contrato (portaria) cancelado a qualquer tempo.

#### 7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 O candidato só poderá efetuar sua inscrição mediante a apresentação de todos os documentos exigidos, incluindo comprovante de escolaridade (cópia de diploma);

7.2 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexacta, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da ação penal cabível;

7.3 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

7.4 As contratações temporárias objeto do presente edital, serão regidas pela Lei Municipal nº 3.869/2005. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Municipal nº 2.305/1990, no que couber;

7.5 É de responsabilidade do candidato manter seu cadastro (telefone) atualizado junto a Fundação Cultural de Canoinhas;

7.6 Os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Fundação Cultural em conjunto com a Assessoria Jurídica do Município de Canoinhas.

Canoinhas, 21 de novembro de 2011.

VIVIANE BUENO

Diretora Administrativa

ALFREDO EIKE BACK

Presidente

A N E X O I

(Edital 01/FCC/2011)

#### ATRIBUIÇÕES DO CARGO PROFESSOR I

Conforme Lei nº 3.803 de 18/03/2005 - Anexo VII

#### SUMÁRIO

Ministrar aulas teóricas e práticas de educação artístico/cultural (música, pintura artística, escultura artística, dança, teatro, desenho geométrico e anatômico e demais cursos).

#### ÁREA DE RESULTADOS

Viabilizar o processo ensino/aprendizagem no campo artístico/cultural, criando condições de assimilação de conteúdos programáticos sobre teoria e prática, voltadas à execução de instrumentos musicais, pintura, dança, desenho, teatro e demais itens inerentes aos cursos ministrados.

Propiciar a participação dos discentes em apresentações artísticas internas e externas, motivando-os organizando e divulgando estes eventos.

Concorrer para o aprimoramento da capacidade de memorização e raciocínio lógico do aluno, facilitando-lhe a aquisição de novos conhecimentos, através da elaboração de exercícios teóricos e práticos de fixação e reforço de aprendizagens. Contribuir para a formação da personalidade do educando, desenvolvendo neste a sociabilidade, senso de organização, ordem e demais qualidades. Desenvolver no discente o gosto pela cultura artística, o espírito de equipe, a sociabilidade e a formação de valores como a disciplina, persistência e a autoconfiança, através da realização de exercícios de execução de escalas de trechos de difícil interpretação, frequência a ensaios, com vistas a busca do aprimoramento técnico e domínio do instrumento.

Concorrer para a mensuração dos resultados do processo de ensino/aprendizagem, através da execução de controles e levantamentos estatísticos e participação em atividades avaliatórias.

#### DIMENSÃO DO PERFIL



Grande dedicação para compreender, avaliar, desenvolver e/ou motivar pessoas, sensibilidade artística/cultural, facilidade de comunicação, cortesia e presteza, paciência e equilíbrio emocional.

**TÉCNICA**

Segundo grau e/ou experiência comprovada da área de atuação, curso de formação dentro da modalidade artística/cultural que ensina e habilidade técnica.

**A N E X O II**

(Edital 01/FCC/2011)

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO PROFESSOR III**

Conforme Lei nº 3.803 de 18/03/2005 - Anexo VIII

**SUMÁRIO**

Coordenar, supervisionar e/ou ministrar aulas, concorrendo para mudanças de hábitos, visando a melhoria da qualidade de vida, através da conscientização da prática espontânea e permanente de atividades artístico/culturais.

**ÁREA DE RESULTADOS**

Promover a reformulação de metodologia de ensino de análises de resultados de processos avaliatórios e dados estatísticos. Facilitar o atendimento de novos conteúdos, através de estudos e pesquisas para a elaboração e reformulação do material didático e adequação do programa de ensino a realidade e necessidade local.

Viabilizar a participação dos discentes e docentes em apresentações internas e externas, em execuções de solos ou interpretações conjuntas, participando de festivais, récitas, concertos e outros, através da divulgação e organização desses eventos.

Possibilitar a organização e realização de eventos artísticos culturais consoantes com a realidade local, através da otimização de recursos humanos, físicos e materiais, bem como, auxiliando na concretização destas ações.

**DIMENSÃO DO PERFIL**

O cargo exige do ocupante grande capacidade de relacionamento interpessoal, capacidade de desenvolver e/ou motivar, sensibilidade, percepção apurada, comunicabilidade, fluência verbal e iniciativa.

**TÉCNICA**

Certificado de conclusão de curso superior de música ou artes.

**GERENCIAL**

Traduzida pela habilidade em conduzir os discentes e docentes para o alcance dos objetivos.

**ECONÔMICO**

Representado pelo adequado aproveitamento do tempo, cumprimento de programas e metas estabelecidas, qualidade do ensino, zelo pelos equipamentos, instalações e materiais.

**A N E X O III**

(Edital 01/FCC/2011)

**FICHA DE CÔMPUTO DE HORAS/ANO LETIVO 2012**

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

TOTAL DE HORAS DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO NA ÁREA DE INSCRIÇÃO, CONFORME COMPROVANTES (CERTIFICADOS) ANEXOS: \_\_\_\_\_

TOTAL DE PONTOS: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

Assinatura responsável da FCC

**A N E X O IV**

(Edital 01/FCC/2011)

**TABELA DE PONTUAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO  
ANO LETIVO 2012**

TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS	PONTOS
01	0,05
02	0,10
03	0,15
04	0,20
05	0,25
06	0,30
07	0,35
08	0,40
09	0,45
10	0,50
11	0,55
12	0,60
13	0,65
14	0,70
15	0,75
16	0,80
17	0,85
18	0,90
19	0,95
20	1,00

**A N E X O V**

(Edital 01/FCC/2011)

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DA CLASSIFICAÇÃO  
DO PROCESSO SELETIVO PARA O ANO 2012**

NOME: \_\_\_\_\_

FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

Descreva claramente o motivo da solicitação de revisão de sua colocação na classificação, bem como citando nomes de inscritos como referência, se necessário:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

OBS.: de acordo com o edital, não será aceita documentação para anexar na inscrição, sendo considerados para classificação, os documentos apresentados até a data de término das inscrições.

Canoinhas, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Requerente

**Capinzal**

**PREFEITURA**

**Decreto 095/2011**

DECRETO Nº 095, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo nº 58, V da Lei Orgânica do Município de Capinzal e artigo 158, § 4º da Lei Complementar nº

134 de 22 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica atualizada em seis vírgula sessenta e seis por cento (6,66%) a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, passando a vigorar para o exercício de 2012 no valor de sessenta e oito reais e sessenta centavos (R\$ 68,60).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º (primeiro) de janeiro de 2012.

Capinzal, (SC), em 16 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

**Termo Aditivo T.A. 001/2011 - Contrato Superior 0009/2011**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A. 001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0009/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: OURO GAS LTDA

OBJETO: Termo aditivo de acréscimo no item 27, para aquisição de gás de cozinha acondicionado em botijões de 45 kg, para manutenção da Coordenação da Merenda Escolar para as Escolas do Ensino Fundamental e de Educação Infantil, referente a constantes na planilha em anexo, justificam-se, devido ao aumento do número de alunos na rede municipal, devido a construção e ampliação dos espaços físicos da Rede Municipal de Ensino.

VALOR R\$: 3.960,00

VIGÊNCIA: 18/11/2011 A 31/12/2011

**Classificação Final - Manhã - Concurso 22.2011****HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL** JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

ASSISTENTE SOCIAL	<b>0906</b>	JOSIMARI DONDONI DO AMARAL	<b>7,2</b>	1º LUGAR
ASSISTENTE SOCIAL	<b>0484</b>	ADRIANE DALAZEN	<b>6,6</b>	2º LUGAR
ASSISTENTE SOCIAL	<b>0991</b>	KATIUSCIA SANTIN	<b>6,2</b>	3º LUGAR
ASSISTENTE SOCIAL	<b>0777</b>	TAIZE KEITI LOPES	<b>6,0</b>	4º LUGAR
ASSISTENTE SOCIAL	<b>0567</b>	MIRAM GOLIN FAGUNDES	<b>5,6</b>	5º LUGAR
ASSISTENTE SOCIAL	<b>0254</b>	ELENA CASAGRANDE	<b>5,2</b>	6º LUGAR
ASSISTENTE SOCIAL	<b>0511</b>	PATRICIA OLIVÉRIO DA COSTA	<b>5,0</b>	7º LUGAR
ASSISTENTE SOCIAL	<b>0568</b>	LUANA CRISTINA BALDO	<b>5,0</b>	8º LUGAR
PROFESSOR DE ARTES	<b>0494</b>	SANDRA PAULA COLOMBO	<b>6,4</b>	1º LUGAR
PROFESSOR DE ARTES	<b>0506</b>	MIRIAM DE AZEREDO E SILVA	<b>6,2</b>	2º LUGAR
PROFESSOR DE ARTES	<b>0228</b>	EDITE BRESSAN SAVARIS	<b>6,2</b>	3º LUGAR
PROFESSOR DE ARTES	<b>0357</b>	MARCIA TEREZINHA HANEL TOSCAN	<b>6,0</b>	4º LUGAR
PROFESSOR DE ARTES	<b>0642</b>	DARLENE DE VARGAS RECK	<b>5,8</b>	5º LUGAR
PROFESSOR DE CIÊNCIAS	<b>0550</b>	MICHELE MARIANA DEKEN	<b>5,8</b>	1º LUGAR
PROFESSOR DE CIÊNCIAS	<b>0453</b>	SIMONE SALETE ZAPALALIO DE OLIVEIRA LUZ	<b>5,2</b>	2º LUGAR
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	<b>0844</b>	TANIA MASSON	<b>5,8</b>	1º LUGAR
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	<b>0673</b>	VANIA SCHWAIZER	<b>5,2</b>	2º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0302</b>	PATRÍCIA DE SIQUEIRA	<b>6,4</b>	1º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0897</b>	MARCOS JOSÉ TOMAZ	<b>6,2</b>	2º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0389</b>	JULIANO DO PRADO	<b>6,0</b>	3º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0805</b>	JULIANO KLOSS	<b>6,0</b>	4º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0962</b>	LEONIR KAYSER	<b>6,0</b>	5º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0330</b>	RUBYANY BRANDÃO SAVARIS	<b>5,8</b>	6º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0135</b>	OTAVIO RICARDO LAMIN	<b>5,6</b>	7º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0695</b>	DANIELI DO PRADO	<b>5,6</b>	8º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0723</b>	ELIZANDRA LOVATEL	<b>5,6</b>	9º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0552</b>	FELIPE JOSÉ MIQUELOTO	<b>5,4</b>	10º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0368</b>	AMAURO MACHADO	<b>5,2</b>	11º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>1080</b>	MOISÉS LOPES	<b>5,2</b>	12º LUGAR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	<b>0754</b>	ARACELY LILIAN SUSIN BERGAMO	<b>5,0</b>	13º LUGAR
PROFESSOR DE HISTÓRIA	<b>0424</b>	CRISTIANE OLIVEIRA DE JESUS	<b>5,0</b>	1º LUGAR
PROFESSOR DE INFORMÁTICA	<b>0880</b>	DANIEL BRESSAN	<b>6,4</b>	1º LUGAR
PROFESSOR DE INFORMÁTICA	<b>0359</b>	LUCI RAMOS FACHIN	<b>5,8</b>	2º LUGAR
PROFESSOR DE INFORMÁTICA	<b>0052</b>	ANA PAULA FRANCESCHI SAVARIZ	<b>5,6</b>	3º LUGAR
PROFESSOR DE LETRAS - INGLES	<b>0065</b>	ANA PAULA MELEGARI	<b>7,4</b>	1º LUGAR
PROFESSOR DE LETRAS - INGLES	<b>0666</b>	FRANCIELI FRANKE	<b>5,2</b>	2º LUGAR
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	<b>0210</b>	CARMEM MALETZKE MERKUS	<b>7,0</b>	1º LUGAR
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	<b>0698</b>	SIMONE CARVALHO DA SILVA	<b>6,4</b>	2º LUGAR
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	<b>0211</b>	PATRÍCIA VIGANÓ	<b>5,4</b>	3º LUGAR
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	<b>0617</b>	TAILANE GARCIA DE MATOS MASSON	<b>5,4</b>	4º LUGAR
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	<b>0652</b>	SIMONE CRISTIANI ZENI CORA GODOY	<b>5,4</b>	5º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA	<b>0806</b>	KELI CRISTINA DE LIMA	<b>5,4</b>	6º LUGAR
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	<b>0462</b>	MARILEI DA SILVA PINTO BERGAMO	<b>5,2</b>	7º LUGAR
PROFESSOR PORTUGUES	<b>0371</b>	LUCIANA MILAN STRINGHI	<b>6,4</b>	1º LUGAR
PROFESSOR PORTUGUES	<b>0348</b>	MARTA DE OLIVEIRA HAUS	<b>5,8</b>	2º LUGAR
PROFESSOR PORTUGUES	<b>0681</b>	ALESSANDRA CABRAL	<b>5,8</b>	3º LUGAR
PROFESSOR PORTUGUES	<b>0755</b>	LUCIANA SUSIN SOARES	<b>5,0</b>	4º LUGAR
PROFESSOR PORTUGUES	<b>0817</b>	FABIANO LUIZ BONATO	<b>5,0</b>	5º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0217</b>	ROSELI ZANON CORDEIRO	<b>7,6</b>	1º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0186</b>	ENILCE MACHADO MERIB	<b>7,2</b>	2º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0775</b>	SIMAIQUI TERESINHA DOS SANTOS	<b>7,2</b>	3º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0193</b>	ELENA APARECIDA DE OLIVERA MENEGAZZO	<b>7,0</b>	4º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0473</b>	WILZIELINE FRANCO SOBRAL DA COSTA	<b>7,0</b>	5º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0177</b>	FERNANDA UBIALLE DE LIMA	<b>6,8</b>	6º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0180</b>	CLECIANE DA SILVA	<b>6,8</b>	7º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0413</b>	KARIMONE PAULA GALIO FERRARI	<b>6,8</b>	8º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0146</b>	LEILA ROBERTA BARETTA	<b>6,6</b>	9º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0483</b>	SILVIA MARIA DA ROSA	<b>6,6</b>	10º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0593</b>	MARCIA CAROLINA MULLER	<b>6,6</b>	11º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0363</b>	MARCIA APARECIDA SUSIN HACK	<b>6,4</b>	12º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0530</b>	ANDRÉIA FRASSETTO BAZZO	<b>6,4</b>	13º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0619</b>	MARCILENE TRENTINI UBIALLE	<b>6,4</b>	14º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0438</b>	FATIMA SPIELMANN DA SILVA	<b>6,2</b>	15º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0465</b>	DIRLEI DA SILVA	<b>6,2</b>	16º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0141</b>	GRACIELE HELT TIEPO	<b>6,0</b>	17º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0188</b>	LILIAN MENDES MOREIRA DALAMARIA	<b>6,0</b>	18º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0304</b>	GECY TEREZINHA DEBASTIANI DAMBRÓS	<b>6,0</b>	19º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0367</b>	JANETE LUCIA BEVILAQUA	<b>6,0</b>	20º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0445</b>	ROSANE RODRIGUES DA S. DE SOUZA DUARTE	<b>6,0</b>	21º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0610</b>	SARA LOPES DUARTE	<b>6,0</b>	22º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0128</b>	GISELE APARECIDA SZEMANSQUI	<b>5,8</b>	23º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0130</b>	JOELMA MAGRINELLI SUSIN	<b>5,8</b>	24º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0269</b>	NADIA MARIA SUZIN	<b>5,8</b>	25º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0362</b>	SANDRA MARA TURATTO	<b>5,8</b>	26º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0426</b>	KELI POLO	<b>5,8</b>	27º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0461</b>	JOCILEI DORIGON HELT	<b>5,8</b>	28º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0482</b>	LOURDES VIDI DAMBROS	<b>5,8</b>	29º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0576</b>	MELANIA ALVES PEROTONI	<b>5,8</b>	30º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0012</b>	MAVIS CAPELETI	<b>5,6</b>	31º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0134</b>	JULIANA PIERI DUARTE	<b>5,6</b>	32º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0195</b>	KARLA LUCIANA VICARI MENEGAS	<b>5,6</b>	33º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0264</b>	JANICE SALETE DA SILVA	<b>5,6</b>	34º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0420</b>	KAREN ALBERTI	<b>5,6</b>	35º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0501</b>	NADIA SALETE PIVA	<b>5,6</b>	36º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0620</b>	EULÉZIA FATIMA VANZIN LISSA DALPRA	<b>5,6</b>	37º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0954</b>	MIRIAN MASCARELLO FRACARO	<b>5,6</b>	38º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0973</b>	LUCIANE NITZ	<b>5,6</b>	39º LUGAR



## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0272</b>	MARIZA LUCIA SONEGO	<b>5,4</b>	40º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0314</b>	ELIZANDRA CARLA GASPARINI	<b>5,4</b>	41º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0423</b>	MARCIA MARIA BENETTI MARQUES	<b>5,4</b>	42º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0709</b>	MONICA MARTA STIIRMER	<b>5,4</b>	43º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0289</b>	JOELICE MASCARELLO	<b>5,2</b>	44º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0524</b>	JOCINEIA LUKACVIZ	<b>5,2</b>	45º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0585</b>	LIDIANE KOCH	<b>5,2</b>	46º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0668</b>	SANDRA MARA PILATTI SERENA	<b>5,2</b>	47º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0097</b>	CHARLY MARCON	<b>5,0</b>	48º LUGAR
(EDUCAÇÃO INFANTIL)	<b>0708</b>	ELIANE MARTINELLI	<b>5,0</b>	49º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0374</b>	TAILANE ESGANZELA	<b>6,4</b>	1º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0578</b>	FRANCIELI REIBEIRO MARCONDES	<b>6,4</b>	2º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0291</b>	GISELI APARECIDA BORSATI COLOMBO	<b>6,2</b>	3º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0688</b>	DIANA REGINA VIGANÓ	<b>6,2</b>	4º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>1046</b>	DAIANE CAROLINE DE OLIVEIRA	<b>6,2</b>	5º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0113</b>	ROSELANGE LANCINI GARCIA	<b>6,0</b>	6º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0271</b>	EVANI MARICHEN LAMB RIFFEL	<b>6,0</b>	7º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0807</b>	JANE REGINA CAMPIONI	<b>6,0</b>	8º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0139</b>	JAQUELINE ISGANZELA	<b>5,8</b>	9º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0587</b>	REGIANE CRISTINA DE LIMA GIULIAO	<b>5,8</b>	10º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0656</b>	ANALINE BASEI DA ROSA	<b>5,8</b>	11º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0548</b>	GENICE VALCARENKI SOARES DOS SANTOS	<b>5,6</b>	12º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0604</b>	MARINES PEREIRA SCHU	<b>5,6</b>	13º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0518</b>	ANDRÉA AP. DE AZEVEDO SCHEUERMANN	<b>5,4</b>	14º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0580</b>	JUCIANE FATIMA MODENA LOPES	<b>5,4</b>	15º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0603</b>	NIANE DE AZEREDO	<b>5,4</b>	16º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0626</b>	DAIANE KIELING	<b>5,4</b>	17º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0341</b>	ELIANE MÁRCIA BEVILAQUA	<b>5,2</b>	18º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0349</b>	GICELI APARECIDA BERGAMO DAMBRÓS	<b>5,2</b>	19º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0455</b>	ELISANGELA JAENSCH	<b>5,2</b>	20º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0476</b>	ROSELI ROSALEN VAGNER	<b>5,2</b>	21º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0492</b>	MICHELI MARIA LUVISON	<b>5,2</b>	22º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0680</b>	CLAUDIA ANTUNES DE OLIVEIRA LIMA	<b>5,2</b>	23º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0439</b>	SIMONE MANTOVANI GREZELE	<b>5,0</b>	24º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0529</b>	MARIA REGINA LOPES DE CASTRO MILESKI	<b>5,0</b>	25º LUGAR
(SÉRIES INIC. DO ENS. FUND.)	<b>0718</b>	MARIZA ELI DALLA MARIA CASARA	<b>5,0</b>	26º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0361</b>	LUCAS ANTONIO DORINI	<b>8,4</b>	1º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0762</b>	GABRIELA CONCEIÇÃO BETTINARDI SUZIN	<b>8,4</b>	2º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0536</b>	NALVA SUTIL DE OLIVEIRA	<b>8,0</b>	3º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0798</b>	JANETE BAZZO SPADINI	<b>7,8</b>	4º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0242</b>	THIARA JACKELINE SCHEUERMANN	<b>7,6</b>	5º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0295</b>	FERNANDA CRISTINA SERENA	<b>7,6</b>	6º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0786</b>	ALESSANDRA DORINI	<b>7,6</b>	7º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0831</b>	VANESSA SIVIERO	<b>7,6</b>	8º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0756</b>	MÔNICA ALBARA	<b>7,4</b>	9º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0905</b>	ROCYANA BRANDÃO	<b>7,4</b>	10º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0001</b>	MONICA LOPES DUARTE	<b>7,2</b>	11º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0123</b>	GABRIELA SURDI	<b>7,2</b>	12º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0649</b>	CRISTIANE DO AMARAL	<b>7,2</b>	13º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0716</b>	NEIVA APARECIDA MANSARDO	<b>7,2</b>	14º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0794</b>	MARILIA HACK	<b>7,2</b>	15º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>1005</b>	ELISANGELA TEREZINHA GASPARINI MARTINELI	<b>7,2</b>	16º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0131</b>	JONATHAN ZANOL	<b>7,0</b>	17º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0235</b>	MARIELI FERNANDA FACCIN	<b>7,0</b>	18º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0495</b>	LILIAN DE FÁTIMA INÁCIO	<b>7,0</b>	19º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0908</b>	NERLI MACHADO	<b>7,0</b>	20º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0560</b>	EDINEIA MARIA CRIVELATTI COELLI	<b>7,0</b>	21º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0098</b>	ÉLINE JULIESSA CHAVES	<b>7,0</b>	22º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0015</b>	ARIANE SURDI	<b>6,8</b>	23º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0169</b>	FABIANA KARVASKI	<b>6,8</b>	24º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0221</b>	VANUSA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	<b>6,8</b>	25º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0267</b>	ALESSANDRA MARIA GOMES DA SILVA	<b>6,8</b>	26º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0322</b>	SONIA DE ALMEIDA BAZEI	<b>6,8</b>	27º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0329</b>	DAIAM JOSÉ FACHIN	<b>6,8</b>	28º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0549</b>	GRAZIELI AZEVEDO	<b>6,8</b>	29º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0731</b>	NAIRA DELAZARI	<b>6,8</b>	30º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0816</b>	FRANCIELLE CRISTINA ALBUQUERQUE	<b>6,8</b>	31º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0022</b>	EDINÉIA POPP BOFF	<b>6,6</b>	32º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0207</b>	MONAISE FATIMA CESA CRIVELATTI	<b>6,6</b>	33º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0240</b>	JULIANE BASSOTTO KWIATKOVSKI	<b>6,6</b>	34º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0340</b>	LUANA GAZZOLA	<b>6,6</b>	35º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0391</b>	ELINE JULIANA WAGNER	<b>6,6</b>	36º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0427</b>	TAILANE MARA FACCIN	<b>6,6</b>	37º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0467</b>	JANE APARECIDA LOPES DUARTE SERENA	<b>6,6</b>	38º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0657</b>	VILMA DA SILVA PINTO KUNZ	<b>6,6</b>	39º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0683</b>	ANA CAROLINE GUIMARÃES	<b>6,6</b>	40º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0701</b>	TATIANE PEREIRA DIAS	<b>6,6</b>	41º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0726</b>	VANESSA DE MATTOS	<b>6,6</b>	42º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0753</b>	LISIANE MARIA MASSON	<b>6,6</b>	43º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0771</b>	JULIANA TEREZINHA GIACOMINI	<b>6,6</b>	44º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0788</b>	LISANDRO CÁSSIO ANDRIOLI	<b>6,6</b>	45º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0820</b>	ANDRÉ MARTINAZZO	<b>6,6</b>	46º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0821</b>	CLAUDIONOR DE ABREU	<b>6,6</b>	47º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0896</b>	ALDA ROSENEI CHAGAS CORDEIRO	<b>6,6</b>	48º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>1013</b>	WANESSA FRANCO SOBRAL	<b>6,6</b>	49º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0044</b>	ELIZABETE FERREIRA	<b>6,4</b>	50º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0303</b>	MIRIAN MARIA SERENA THOMAZONI	<b>6,4</b>	51º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0417</b>	ALINE LANHI	<b>6,4</b>	52º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0460</b>	TATIANE APARECIDA DURIGON TOALDO	<b>6,4</b>	53º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0531</b>	MORGANA DÉBORA DE RAMOS	<b>6,4</b>	54º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0621</b>	LUCILENE DA SILVA SARMENTO	<b>6,4</b>	55º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0636</b>	MARIA APARECIDA FRARON	<b>6,4</b>	56º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0640</b>	IRENE MACHADO	<b>6,4</b>	57º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUXILIAR DE PROFESSOR	1023	DEBORA FERNANDA DA SILVA	6,4	58º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0241	CAMILA ROSTIROLLA CARLETTI	6,2	59º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0253	MAIARA BEATRIZ SCHILLER	6,2	60º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0713	JOSIANE FREISLEBEN	6,2	61º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0758	SHEILA MARA KRAUSE DE MATOS	6,2	62º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0766	JUCILENE TENUTTI SURDI	6,2	63º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0819	DAIANE PRADELLA	6,2	64º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0893	RENATA FERNANDA NORA	6,2	65º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0089	ALINE PATRICIA DA SILVA	6,0	66º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0165	CASSIA REGINA ZANINI	6,0	67º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0203	LEONARDO DAMBRÓS	6,0	68º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0219	JUCILEI TENUTTI	6,0	69º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0243	ANDRESSA MANGOLT DA ROSA	6,0	70º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0244	MONEA SOARES BORGES PESSOLI	6,0	71º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0627	CRISTIANE DOS ANJOS	6,0	72º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0637	SOLANGE SALETE FACCIN COLOMBO	6,0	73º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0759	SCHEILA BAZZO	6,0	74º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0834	ANAGIBA ALUANA COLLE	6,0	75º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0887	ALINE BERNART BARETTA	6,0	76º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0924	ELIANE LEAL DOS SANTOS	6,0	77º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0936	MARIA CRISTIANE WUNDER	6,0	78º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0969	CRISTIANE DOS SANTOS MAIA	6,0	79º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	1010	VANESSA DA SILVA	6,0	80º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0061	IZABETI TEREZINHA BONATO DOS SANTOS	5,8	81º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0252	JAKELINE ANGELI	5,8	82º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0279	SCHEILA THUMS	5,8	83º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0392	ANA APARECIDA SCHMIDT	5,8	84º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0432	LETICIA PALINSKI	5,8	85º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0442	ROSENEI HOFFMA	5,8	86º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0503	ALINE CALDEROLI E SILVA	5,8	87º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0528	SOLANGE APARECIDA MACHADO	5,8	88º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0596	MONALISA CHAVES	5,8	89º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0606	FABIA LAIS CESA	5,8	90º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0676	KERLY DE GIACOMETTI	5,8	91º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0693	JOSIANE FERREIRA	5,8	92º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0875	JESSICA MAYER	5,8	93º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0877	GLENESTE FERNANDES WIRTH	5,8	94º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0885	MARINA RIFFEL	5,8	95º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0916	THAIS REGINA DO NASCIMENTO	5,8	96º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	1050	CLARICE APARECIDA CARLETTI	5,8	97º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0013	MARINES SAVARIS KOCH	5,6	98º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0117	JUSSARA MARLENE PITUCO VOLFF	5,6	99º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0119	NAIANA ANGELICA SCARTON MAESTRI	5,6	100º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0143	ANDREA RIBAS DE MATOS	5,6	101º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0154	CARLA REGINA RODRIGUES DA SILVA	5,6	102º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0166	ROSANGELA RAIZER FACCIN	5,6	103º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0214	LUSIANA ANGELI HACHMANN	5,6	104º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUXILIAR DE PROFESSOR	0230	MERILEI APARECIDA MACHADO	5,6	105º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0317	LAIZA REGINA COLOMBO BARETTA	5,6	106º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0381	DAIANA SCHLAGER	5,6	107º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0384	SIDINÉIA DE FÁTIMA BORIN DALPIVA	5,6	108º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0466	JOZIANE CALEGARI	5,6	109º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0525	ADENIZIANA DAROS	5,6	110º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0692	VANDERLEIA APARECIDA DE CAMPOS INACIO	5,6	111º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0719	PATRICIA GUAREZ BENTACH	5,6	112º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0757	SANDRA TOZATTI GIUMBELLI	5,6	113º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0779	LUCIELE PERI	5,6	114º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0987	JONATAN RECH	5,6	115º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	1016	SAMANTA DE SOUZA	5,6	116º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0094	MARA FERREIRA	5,4	117º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0106	ROSIMERI APARECIDA MANTOVANI	5,4	118º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0127	CARLA SIMONE VIGOLO	5,4	119º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0137	MÁRCIA MARIA PEREIRA MORÉS	5,4	120º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0216	CLEUCIR CABRAL	5,4	121º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0236	LEONIR APARECIDA MACHADO	5,4	122º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0266	RUBIA SAMARA FABRO	5,4	123º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0290	FRANCIELI MARIA VERGANI	5,4	124º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0369	MONICA FATIMA DA LUZ BEAZE	5,4	125º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0370	ROSELAINE HOFFMÄ	5,4	126º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0458	ADRIANA PAULA DE AZEVEDO DA SILVA	5,4	127º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0572	ANDERLISE FATIMA RODRIGUES SIVIERO	5,4	128º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0605	JAQUELINE SCHU	5,4	129º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0855	JANETE LOPES DE MELLO SCHEUERMANN	5,4	130º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0081	RENATA ALVES DOS SANTOS	5,2	131º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0148	CLAUDIANE NUNES DA SILVA	5,2	132º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0265	MONICA ROSTIROLA DALAVEQUIA	5,2	133º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0274	TATIANE PICCOLI DE OLIVEIRA	5,2	134º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0331	GLACI MARIA POSSEBON SOARES BORGES	5,2	135º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0559	CHRISTIANE RAMOS	5,2	136º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0566	ELAIR MACHADO	5,2	137º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0607	CARLA SURDI	5,2	138º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0641	IVONIR MACHADO	5,2	139º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0730	LUCILENE PACHECO DOS SANTOS	5,2	140º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0768	LAURA BONADIMANN	5,2	141º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0770	FELIPE FERRARI	5,2	142º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0773	NARA HELENA SILVA DE SOUZA	5,2	143º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0914	ANA CAROLINA WEBER WELTER	5,2	144º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0917	SIMONE DO NASCIMENTO SUSIN	5,2	145º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0947	ROSELI ALVES TONINI	5,2	146º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0994	DAIANE PILGER	5,2	147º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	1006	SCHAIANE BOLZANI	5,2	148º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	1075	RENATA APARECIDA SURDI	5,2	149º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0160	DARLIANE CARLA NORA	5,0	150º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	0377	QUELIN SOARES BORGES	5,0	151º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0380</b>	DAIANA ALVES DE CAMPOS	<b>5,0</b>	152º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0459</b>	SIMONE DA SILVA RIBEIRO	<b>5,0</b>	153º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0500</b>	BELONI DA LUZ	<b>5,0</b>	154º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0538</b>	MARISA SALETE DE VARGAS ALMEIDA	<b>5,0</b>	155º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0582</b>	ANGÉLICA KUNRATH	<b>5,0</b>	156º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0705</b>	ANGELA MARIA LAGO	<b>5,0</b>	157º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0734</b>	JAQUELINE DEMARTINI	<b>5,0</b>	158º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0792</b>	VANUSA VIVIAM DE OLIVEIRA	<b>5,0</b>	159º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>0836</b>	LEODETE APARECIDA DE MATTOS	<b>5,0</b>	160º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>1056</b>	JUCIELE MACHADO	<b>5,0</b>	161º LUGAR
AUXILIAR DE PROFESSOR	<b>1062</b>	ELAINE PEREIRA	<b>5,0</b>	162º LUGAR
SECRETARIO DE ESCOLA	<b>0412</b>	MARCELA DARGA PAZA	<b>8,8</b>	1º LUGAR
SECRETARIO DE ESCOLA	<b>0003</b>	GISLIANE LANHI	<b>5,8</b>	2º LUGAR
SECRETARIO DE ESCOLA	<b>0472</b>	NEIVA CRISTINA MACÊDO	<b>5,2</b>	3º LUGAR
SECRETARIO DE ESCOLA	<b>0899</b>	LILIAN APARECIDA RAMOS	<b>5,0</b>	4º LUGAR
SECRETARIO DE ESCOLA	<b>1068</b>	UILHAN PEREIRA	<b>5,0</b>	5º LUGAR

Final de lista.

**Classificação Final - Noite - Concurso 22.2011****HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL** JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0598</b>	ORLANDO DA SILVA FERNANDES	<b>8,8</b>	1º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0886</b>	LUIZ FERNANDO PONCIO DE OLIVEIRA	<b>7,8</b>	2º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0069</b>	ÉDIPO CHAVES STOPASSOLA	<b>7,6</b>	3º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0299</b>	ESTEFÂNIA FENSKI FRARON	<b>7,4</b>	4º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0721</b>	TAISE DANIELI PILGER MANTOVANI	<b>7,4</b>	5º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0941</b>	SILVANA APARECIDA ANTUNES	<b>7,4</b>	6º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0355</b>	LILIANE LANHI	<b>7,2</b>	7º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0390</b>	JESSICA ALVES	<b>7,2</b>	8º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0740</b>	ANA PAULA TEDESCO NORA	<b>7,2</b>	9º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0140</b>	LUCIMERI APARECIDA BARRETO TURRA	<b>7,0</b>	10º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0422</b>	JOCIMARA SANTOS DRUN	<b>7,0</b>	11º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0471</b>	PAULA MALTAURO	<b>7,0</b>	12º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0720</b>	LUCIMARA LOPES DUARTE DE VILLA	<b>7,0</b>	13º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0900</b>	LEDIANE TOSCAN	<b>7,0</b>	14º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0992</b>	SUÊNIA PATRICIA DE LIMA AZEVEDO	<b>7,0</b>	15º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0231</b>	LOIRE FÁTIMA DE AZEREDO STEMPCOSQUI	<b>6,8</b>	16º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0395</b>	NERCY RODRIGUES DA SILVA	<b>6,8</b>	17º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0516</b>	ROSILENE DUTRA	<b>6,8</b>	18º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0519</b>	TANIA REGINA PEREIRA DA SILVA	<b>6,8</b>	19º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0527</b>	JANAINA DE LIMA ZAMBON	<b>6,8</b>	20º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0112</b>	JÉSSICA WALTER BUENO	<b>6,6</b>	21º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0406</b>	PATRICIA GOMES DA SILVA	<b>6,6</b>	22º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0579</b>	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	<b>6,6</b>	23º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0682</b>	GISELE SIEPMANN	<b>6,6</b>	24º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0860</b>	JEFFERSON WILSON DA SILVA	<b>6,6</b>	25º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0979</b>	LUCI SALETE FURTADO MACIEL	<b>6,4</b>	26º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0984</b>	BRUNA MARIÁ MORESCO	<b>6,2</b>	27º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0209</b>	VANILDES KAIBER	<b>6,2</b>	28º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0233</b>	LUCIMARA DE LIMA	<b>6,2</b>	29º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0257</b>	ELIANE LASTA	<b>6,2</b>	30º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0433</b>	DERCI SCHMIDT SOARES MACHADO DE MELLO	<b>6,2</b>	31º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0557</b>	MARCIA JAQUELINE DE MENEZES	<b>6,2</b>	32º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0764</b>	CLAUDIA PASQUALI DE JESUS	<b>6,2</b>	33º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0778</b>	SIMARA APARECIDA STOLFO DA SILVA	<b>6,2</b>	34º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0837</b>	ROSANGELA FRANCISCA SERPA	<b>6,2</b>	35º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0161</b>	ROSEMARY DUTRA	<b>6,0</b>	36º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0428</b>	ELAINE FERREIRA	<b>6,0</b>	37º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0638</b>	FABIANI APARECIDA DOS SANTOS	<b>6,0</b>	38º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>1041</b>	JUÇARA APARECIDA DE VARGAS LANHI	<b>6,0</b>	39º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0070</b>	PAMELA STRACKE ZEZAK	<b>5,8</b>	40º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0120</b>	LUIZ GUILHERME SCARTON	<b>5,8</b>	41º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0194</b>	BEATRIZ FERREIRA CAVALI	<b>5,8</b>	42º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0537</b>	MARISA APARECIDA ISGANZELLA BAZZO	<b>5,8</b>	43º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0871</b>	SALETE HANEL BRESSAN	<b>5,8</b>	44º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0939</b>	MARLI CRISTINA ALTMANN	<b>5,8</b>	45º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0187</b>	TATIANE REGINA PRIGOL	<b>5,6</b>	46º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0250</b>	ALINE KATIA BARON	<b>5,6</b>	47º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0354</b>	GENESIA IRENE DE LIMA CORDEIRO	<b>5,6</b>	48º LUGAR



## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0629</b>	TATIANE MARAISE HORLLE	<b>5,6</b>	49º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0639</b>	MARICA NATALIA BRESSAN MORESCO	<b>5,6</b>	50º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0800</b>	PAULA GABRIELI ANTUNES PIRES	<b>5,6</b>	51º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0945</b>	TATIELI BIAZOTTO	<b>5,6</b>	52º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0998</b>	ELIZABETE SIMONE BOF	<b>5,6</b>	53º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>1007</b>	LOREANE CARINE DE OLIVEIRA	<b>5,6</b>	54º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0110</b>	VIDALVINA DE RAMOS	<b>5,4</b>	55º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0339</b>	MARIA MARGARETE DE CAMARGO	<b>5,4</b>	56º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0456</b>	SOLANGE CASAGRANDE BAZZI	<b>5,4</b>	57º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0650</b>	ODIRLENE APARECIDA PEREIRA	<b>5,4</b>	58º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0919</b>	VÂNIA JOSEANE RABER FRIGO	<b>5,4</b>	59º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>1049</b>	JULIANA GRAZIELI SZEMANSKI	<b>5,4</b>	60º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0256</b>	GRACIELI GROSS	<b>5,2</b>	61º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0394</b>	GRASIELA DAMBRÓS BORIN	<b>5,2</b>	62º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0499</b>	ELIETE MARGARIDA SERPA	<b>5,0</b>	63º LUGAR
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<b>0842</b>	CALINA ROQUE DE MORAES	<b>5,0</b>	64º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0153</b>	ALDECIR JOSÉ DE SOUZA	<b>9,2</b>	1º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0622</b>	RAMIRO MARCELO DOS SANTOS	<b>8,4</b>	2º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0644</b>	EDENILSON JOSÉ LOPES	<b>8,4</b>	3º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0447</b>	FLAVIO JOSÉ DONDONI	<b>8,0</b>	4º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0545</b>	ANACLETO KRAUZE	<b>7,6</b>	5º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0035</b>	VALDOIR GUIMARÃES	<b>7,4</b>	6º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0124</b>	ALCIR ROCHA PEREIRA	<b>7,4</b>	7º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0739</b>	EZEQUIEL ALVES DA SILVEIRA	<b>7,4</b>	8º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0258</b>	ADEMIR SPIELMANN	<b>7,0</b>	9º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0741</b>	ADILSON EZEQUIEL SOARES	<b>6,4</b>	10º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0319</b>	VANDER LUIZ GOTARDO	<b>6,2</b>	11º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0507</b>	EVERSON GABRIEL KLAUZ	<b>6,2</b>	12º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0196</b>	MANOEL DELGADO SIQUEIRA	<b>6,0</b>	13º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>1071</b>	PAULO CEZAR CLEN	<b>5,8</b>	14º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0073</b>	GUSTAVO BOTARI	<b>5,4</b>	15º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0497</b>	LUIZ CARLOS ALMEIDA RAMOS	<b>5,0</b>	16º LUGAR
ASG - INFRAESTRUTURA	<b>0268</b>	GERSON ANTONIO PRANDO	<b>5,0</b>	17º LUGAR
SALA ESPECIAL - ADVENTISTAS				
ESCRITURÁRIO	<b>0408</b>	PAMELA RIBEIRO GALVÃO FACHIN	<b>5,0</b>	34º LUGAR
ASG – DEMAIS SECRETARIAS	<b>0248</b>	TANIA MARIA D. ERCOLES	<b>8,6</b>	10º LUGAR
ASG – DEMAIS SECRETARIAS	<b>0082</b>	TAISE RIBEIRO	<b>6,6</b>	80º LUGAR
ASG – DEMAIS SECRETARIAS	<b>0034</b>	NAIANE AP. DA MOTTA	<b>6,0</b>	103º LUGAR

Final de lista.

**Classificação Final - Prova Prática 22.2011**

EDITAL 022/2011 – CAPINZAL – SC

**HOMOLOGAÇÃO PÓS-RECURSOS DO TESTE PRÁTICO**

<b>CARGO</b>	<b>INSC.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>N.P.O</b>	<b>N.P.P</b>	<b>M.F</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
CARPINTEIRO	<b>0577</b>	ANDRÉ DE AZEREDO E SILVA	<b>7,2</b>	7,0	7,1	1º LUGAR
	<b>0515</b>	LUIS EUGENIO STIEHL	<b>5,8</b>	7,0	6,4	2º LUGAR
	<b>0665</b>	HILTON DE VARGAS	<b>5,8</b>	7,0	6,4	3º LUGAR

<b>CARGO</b>	<b>INSC.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>N.P.O</b>	<b>N.P.P</b>	<b>M.F</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
MOTORISTA DE ÔNIBUS DO TRANSP. COLETIVO	---	NÃO HOUVE APROVADOS	---	---	---	---

<b>CARGO</b>	<b>INSC.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>N.P.O</b>	<b>N.P.P</b>	<b>M.F</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
MOTORISTA	<b>0387</b>	FABIO ANTONIO DA SILVA	<b>6,8</b>	7,5	7,2	1º LUGAR
	<b>0116</b>	ODAIR JOSÉ PEZZOLE	<b>6,4</b>	8,0	7,2	2º LUGAR
	<b>0100</b>	SIDNEI PEREIRA	<b>6,2</b>	8,0	7,1	3º LUGAR
	<b>0463</b>	SÉRGIO GIRIOLI	<b>5,8</b>	8,0	6,9	4º LUGAR
	<b>0898</b>	VALDECIR EXPEDITO MAZIERO	<b>5,0</b>	8,5	6,8	5º LUGAR
	<b>0910</b>	RONALDO CRISPIN MACHADO	<b>5,6</b>	8,0	6,8	6º LUGAR
	<b>0584</b>	FERNANDO ROZA DE FREITAS	<b>5,8</b>	7,5	6,7	7º LUGAR
	<b>0904</b>	FABIO CESAR DALFINO	<b>6,2</b>	7,0	6,6	8º LUGAR
	<b>0514</b>	PAULO CESAR IGNACIO	<b>6,2</b>	7,0	6,6	9º LUGAR
	<b>0430</b>	DANIEL MACHADO DE MELLO	<b>7,0</b>	6,0	6,5	10º LUGAR
	<b>0019</b>	JEAN CARLOS SUTIL DE OLIVEIRA	<b>6,0</b>	7,0	6,5	11º LUGAR
	<b>0037</b>	SIDNEI LAZAROTTO	<b>5,0</b>	8,0	6,5	12º LUGAR
	<b>0975</b>	EZEQUIEL FERREIRA DE LIMA	<b>5,6</b>	7,0	6,3	13º LUGAR
	<b>0192</b>	MARCELO BERTUSSO	<b>5,6</b>	7,0	6,3	14º LUGAR
	<b>0048</b>	GILBERTO PADILHA	<b>5,4</b>	7,0	6,2	15º LUGAR
	<b>0017</b>	FABIANO MAGNAGUANO	<b>5,0</b>	7,0	6,0	16º LUGAR
	<b>0373</b>	MARCOS LAZZARINI	<b>5,0</b>	7,0	6,0	17º LUGAR
	<b>0949</b>	VOLMIR DOMINGOS PAZ	<b>5,0</b>	7,0	6,0	18º LUGAR
	<b>0041</b>	ALIOMAR GIONE DOS SANTOS	<b>6,8</b>	5,0	5,9	19º LUGAR
	<b>0006</b>	LUCIMAR PATRICIO BURILE	<b>5,6</b>	6,0	5,8	20º LUGAR
	<b>0167</b>	DIONEI ANTONIO DA COSTA	<b>5,4</b>	6,0	5,7	21º LUGAR
	<b>1021</b>	SERGIO CLEIN	<b>5,4</b>	6,0	5,7	22º LUGAR
	<b>1053</b>	GILSON PELOZATO	<b>5,2</b>	5,0	5,1	23º LUGAR

<b>CARGO</b>	<b>INSC.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>N.P.O</b>	<b>N.P.P</b>	<b>M.F</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA	<b>0181</b>	ROQUE JOSÉ DA SILVA	<b>7,2</b>	8,0	7,6	1º LUGAR
	<b>0002</b>	ANTONIO JOSÉ COELLI	<b>6,8</b>	8,0	7,4	2º LUGAR
	<b>0039</b>	JAIR ANTONIO DE LIMA	<b>6,4</b>	8,0	7,2	3º LUGAR
	<b>0517</b>	JOÃO PAULO DA SILVA	<b>6,0</b>	8,0	7,0	4º LUGAR
	<b>0080</b>	VILMAR LEAL DA SILVA	<b>5,6</b>	8,0	6,8	5º LUGAR
	<b>0099</b>	ANTONINHO DA SILVEIRA	<b>5,0</b>	8,0	6,5	6º LUGAR

<b>CARGO</b>	<b>INSC.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>N.P.O</b>	<b>N.P.P</b>	<b>M.F</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVE	<b>0063</b>	JUCIANO DURIGON	<b>7,6</b>	9,0	8,4	1º LUGAR
	<b>0085</b>	LUCINEI MARQUES	<b>6,4</b>	9,0	7,7	2º LUGAR
	<b>0309</b>	LAURI JOSÉ VARGAS	<b>6,4</b>	8,5	7,4	3º LUGAR
	<b>0292</b>	JOSÉ VANDERLEI GOTARDO	<b>5,4</b>	9,0	7,2	4º LUGAR

<b>CARGO</b>	<b>INSC.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>N.P.O</b>	<b>N.P.P</b>	<b>M.F</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
PEDREIRO	<b>0118</b>	GERSON LUIZ RIBEIRO	<b>6,6</b>	8,0	7,3	1º LUGAR
	<b>0255</b>	EDSON FRANCISCO RIBEIRO	<b>6,4</b>	8,0	7,2	2º LUGAR

Joaçaba, 21 de Novembro de 2011.



**Classificação Final - Tarde - Concurso 22.2011****HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL** JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0347</b>	LUCIANE DORIGON	<b>9,4</b>	1º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0383</b>	MARISTELA DE ASSIS	<b>8,8</b>	2º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0685</b>	CLAUCIA MARIA DE MORAIS	<b>8,8</b>	3º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0418</b>	LUANA PAULA BRESSAN	<b>8,6</b>	4º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0542</b>	CLAUDIA MACHADO	<b>8,6</b>	5º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0555</b>	IEDA MARIA DE VARGAS	<b>8,6</b>	6º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0571</b>	JUCIMARA DA LUZ	<b>8,6</b>	7º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0660</b>	SIMONE ANTUNES DE ALMEIDA PELEGRINI	<b>8,6</b>	8º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0858</b>	ILENIR SCAPIN DO AMARAL	<b>8,6</b>	9º LUGAR
SALA ESPECIAL	<b>0248</b>	TANIA MARIA D. ERCOLES	<b>8,6</b>	10º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0005</b>	ELISANGELA DE FÁTIMA FACHIN	<b>8,4</b>	11º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0040</b>	TEREZINHA BERNARDETTE COLOMBO	<b>8,4</b>	12º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0565</b>	LUIZA FRANCYANI DA ROSA	<b>8,4</b>	13º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0659</b>	DIANA CLARA KLEMMANN	<b>8,4</b>	14º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0028</b>	ROSELI VIEIRA LOPES	<b>8,2</b>	15º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0068</b>	LUCIANA SILVA AMORIM	<b>8,2</b>	16º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0170</b>	LOENI APARECIDA DA LUZ DE ANDRADE	<b>8,2</b>	17º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0184</b>	CLEONI PELEGEIRO CHUMA	<b>8,2</b>	18º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0273</b>	ADELAIDE MARIA SCHUSTER FERREIRA	<b>8,2</b>	19º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0318</b>	LETICIA MENDES RODRIGUES	<b>8,2</b>	20º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0320</b>	ESTELA MACIEL	<b>8,2</b>	21º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0336</b>	IVANICE WIRTH ZASTROW	<b>8,2</b>	22º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0558</b>	SILVIA ANTUNES DE ALMEIDA	<b>8,2</b>	23º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0724</b>	KATIA SOUZA DUARTE	<b>8,2</b>	24º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0808</b>	MARIA APARECIDA DONDONI	<b>8,2</b>	25º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0918</b>	VALERIA APARECIDA DA SILVA	<b>8,2</b>	26º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0079</b>	DIRLEI VON BORSTEL DA SILVEIRA	<b>8,0</b>	27º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0107</b>	DANIELE APARECIDA VIERO DE SOUZA	<b>8,0</b>	28º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0142</b>	MICHELI OLIVERIO DA COSTA	<b>8,0</b>	29º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0175</b>	ADRIANIA DA SILVA	<b>8,0</b>	30º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0179</b>	CLAUDIANE KLEEMANN	<b>8,0</b>	31º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0260</b>	MARCIA REGINA DA SILVA	<b>8,0</b>	32º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0285</b>	CLAUCIA JANETE TONIAL COLOMBO	<b>8,0</b>	33º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0382</b>	NEUZA TEREZINHA STEFANIAK	<b>8,0</b>	34º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0487</b>	MARLI JUCÉLIA DOS ANJOS	<b>8,0</b>	35º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0662</b>	EVANIA BERNAT PILATTI	<b>8,0</b>	36º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0042</b>	NEIVA REBELATTO	<b>7,8</b>	37º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0132</b>	MICHELE TEREZINHA KALSING	<b>7,8</b>	38º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0200</b>	IRENE MACHADO GRAUER	<b>7,8</b>	39º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0223</b>	IRENE WIRTH HORLLE	<b>7,8</b>	40º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0346</b>	IVANI WIRTH AZEREDO E SILVA	<b>7,8</b>	41º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0431</b>	CLEIA MARA DEMIN	<b>7,8</b>	42º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0540</b>	CLEITI MARIA KRINDGES DA SILVA	<b>7,8</b>	43º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0121</b>	NEIVA SALETE DE VARGAS	<b>7,6</b>	44º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0259</b>	IRENE PILGER DA LUZ	<b>7,6</b>	45º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0323</b>	MARLENE FURLIN BAZZO	<b>7,6</b>	46º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0938</b>	LUCIANE DA SILVA LIMA	<b>7,6</b>	47º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0952</b>	TÂNIA CELIA DA COSTA DOS REIS	<b>7,6</b>	48º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

ASG - DEMAIS SECRETARIAS	1026	ARIANE MACHADO FARIA	7,6	49º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0054	SARA CRISTIANE DOS SANTOS	7,4	50º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0105	ADRIANE DAMBRÓS	7,4	51º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0294	ZIRLEI TEREZINHA BERGAMO HACHMANN	7,4	52º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0446	MARCIA APARECIDA DE LIMA PADILHA	7,4	53º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0588	ADERLEI TERESINHA DE ARAÚJO	7,4	54º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0611	SEBASTIANA ANTONIA DE LIMA	7,4	55º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0749	LUCIANA CORDEIRO	7,4	56º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0029	ODETE RODRIGUES	7,2	57º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0182	GLECIA DA SILVA	7,2	58º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0185	FRANCIELI APARECIDA FERREIRA	7,2	59º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0261	ELISANGELA SUTIL DE OLIVEIRA	7,2	60º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0276	IVANILDE INES BORSOI	7,2	61º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0884	ANDREIA REGINA ZORTÉA VIEIRA	7,2	62º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0338	FRANCIELE VAGNER	7,0	63º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0425	SONIA MARIA LISBOA	7,0	64º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0891	LUCIANA DE LIMA	7,0	65º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0928	SILVANA MADALENA MARQUES RAMOS	7,0	66º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0999	AURIDEA ARAÚJO	7,0	67º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0023	VIVIANE MARIA DOS SANTOS	6,8	68º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0174	MARIA CRISTINE HINZ MORESCO	6,8	69º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0262	MARCIA RAYZER DA CRUZ	6,8	70º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0282	CLECI HACHMANN BOARETTO	6,8	71º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0147	LILIANE BRANDINI	6,6	72º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0321	NERI STEFFENS	6,6	73º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0523	JUCIANE SANTOS TRINDADE	6,6	74º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0586	DORVALINA DUARTE	6,6	75º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0595	ROZANGELA LOPES DE ABREU	6,6	76º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0694	MELANIA DE SOUZA	6,6	77º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0706	EDINA FERREIRA DA SILVA	6,6	78º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0742	LEONICE DOS SANTOS BILIBIO	6,6	79º LUGAR
SALA ESPECIAL	0082	TAISE RIBEIRO	6,6	80º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0018	LUCIANA APARECIDA BANDEIRA OTTONELLI	6,4	81º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0225	ANGELA MARIA GOMES SANTOS	6,4	82º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0316	ANDRELÉIA SANDRA BARETTA	6,4	83º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0324	PATRICIA APARECIDA VIEIRA	6,4	84º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0533	MARILENE MACHADO	6,4	85º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0670	LUCIMARA APARECIDA DA LUZ	6,4	86º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0752	JUREMA MARTINS GILIOLI	6,4	87º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0846	BEATRIZ ANTUNES TECHIO	6,4	88º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0935	VANUZA FIOR	6,4	89º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0010	KELI REGINA KLANN	6,2	90º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0036	CRISTIANI JAQUELINE ZANCAN	6,2	81º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0091	MARIA HELENA DE MELLO	6,2	92º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0158	JOSIANE MARA ANGELI	6,2	93º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0227	VANETE FÁTIMA ZILIOOTTO	6,2	94º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0903	TEREZINHA CARLETTI CAMARGO	6,2	95º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	0213	FABIANE FAQUIM RODRIGUES	6,0	96º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0315</b>	ANDRELINE BEATRIZ BARETTA	<b>6,0</b>	97º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0328</b>	ANGELA DE JESUS HOFFMANN MORENO	<b>6,0</b>	98º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0699</b>	ADRIANA BEVILAQUA	<b>6,0</b>	99º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0714</b>	MARCIA DA FONSECA	<b>6,0</b>	100º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0922</b>	TAILA DORINHA PEREIRA	<b>6,0</b>	101º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0931</b>	JUSSARA LISBOA DE MATTOS	<b>6,0</b>	102º LUGAR
SALA ESPECIAL	<b>0034</b>	NAIANE AP. DA MOTTA	<b>6,0</b>	103º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0045</b>	JORACI TEREZINHA DE LIMA	<b>5,8</b>	104º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0152</b>	SAIONARA AP. DOS SANTOS SCHIMIDT	<b>5,8</b>	105º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0856</b>	VERA TEREZINHA LOPES DUARTE	<b>5,6</b>	106º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0176</b>	LUANE IONE STUMPF	<b>5,4</b>	107º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0609</b>	LUZIANA RODRIGUES CORDEIRO	<b>5,4</b>	108º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0835</b>	JANETE CABRAL	<b>5,4</b>	109º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0865</b>	CELIA ROSANGELA SOARES	<b>5,4</b>	110º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0159</b>	CLEIDE CLEIN	<b>5,2</b>	111º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0307</b>	GREICI FONGARO	<b>5,2</b>	112º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0539</b>	FERNANDA APARECIDA DE LIMA	<b>5,2</b>	113º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0691</b>	ELENIR RODRIGUES	<b>5,2</b>	114º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0711</b>	MARLI TEREZINHA SURDI	<b>5,2</b>	115º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0951</b>	RAQUEL VIEIRA	<b>5,2</b>	116º LUGAR
ASG - DEMAIS SECRETARIAS	<b>0334</b>	DAIANE CRISTINA DA SILVA	<b>5,0</b>	117º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>0787</b>	IRACEMA MACHADO	<b>7,4</b>	1º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>0882</b>	JANAINA PEREIRA DA SILVA ESCORTEGANHA	<b>7,0</b>	2º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>1060</b>	VALTER FABONATTO WOYNHAM	<b>6,4</b>	3º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>0814</b>	MIRIAN THAISY DA COSTA DOS REIS	<b>6,2</b>	4º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>0995</b>	TAISE DA SILVA	<b>6,0</b>	5º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>1038</b>	JOCENEI LISBOA	<b>5,8</b>	6º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>0385</b>	LUCIELI WUNDER DE ARAÚJO	<b>5,2</b>	7º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>0590</b>	MONALISA DAIANA PEREIRA	<b>5,2</b>	8º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>1034</b>	MARLI DOS SANTOS	<b>5,2</b>	9º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>0573</b>	ELIANE FATIMA DA SILVA DE JESUS	<b>5,0</b>	10º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>0743</b>	MARILEI CATARINA CAMPIONI	<b>5,0</b>	11º LUGAR
COBRADOR TRANSPORTE COLETIVO	<b>1040</b>	GEOCASTRIA DO NASCIMENTO	<b>5,0</b>	12º LUGAR
ENGENHEIRO CIVIL	<b>0343</b>	ANA JÚLIA UNGERICH	<b>6,2</b>	1º LUGAR
ENGENHEIRO CIVIL	<b>0208</b>	NAIARA MARIA FACCIN	<b>5,8</b>	2º LUGAR
FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO	<b>0057</b>	GIOVANE RITA BORSATI	<b>5,8</b>	1º LUGAR
FISCAL DE SANEAMENTO	<b>0470</b>	IVAN LUÍS SURDI	<b>5,8</b>	1º LUGAR
FISCAL DE SANEAMENTO	<b>0983</b>	JUNIOR CASSIO GOTARDO	<b>5,6</b>	2º LUGAR
FISCAL DE SANEAMENTO	<b>0674</b>	MARIBEL FUÁ DE LIMA	<b>5,0</b>	3º LUGAR
FISIOTERAPÊUTA	<b>0365</b>	MARCELO DURIGON	<b>7,2</b>	1º LUGAR
FISIOTERAPÊUTA	<b>0769</b>	FERNANDA ZANOL	<b>5,4</b>	2º LUGAR
FISIOTERAPÊUTA	<b>1024</b>	KIDAUANA LEORATO ANTUNES	<b>5,0</b>	3º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

FONOAUDIÓLOGO	0851	ESTELA HOFFMANN	6,4	1º LUGAR
FONOAUDIÓLOGO	0993	DANIELA BORTOLI	5,4	2º LUGAR
NUTRICIONISTA	0498	ALESSANDRA NELSI WEBER	5,2	1º LUGAR
NUTRICIONISTA	0396	LETICIA SERNAJOTTO URBANO DE MORAES	5,0	2º LUGAR
NUTRICIONISTA	0684	ELZA MARIA BALDISSERA	5,0	3º LUGAR
PROF. HAB. EM HIGIENE BUCAL	---	NÃO HOUVE APROVADOS.	----	----
PSICÓLOGO	0485	ROSELAINE BEVILAQUA	8,2	1º LUGAR
PSICÓLOGO	0115	LETÍCIA REGINA PAGANINI	7,6	2º LUGAR
PSICÓLOGO	0474	DANIELA FOIATTO	7,6	3º LUGAR
PSICÓLOGO	0797	LÉIA MARIA MAULE DE OLIVEIRA	7,6	4º LUGAR
PSICÓLOGO	1035	JANE MARIA ANDRETTA	7,4	5º LUGAR
PSICÓLOGO	0056	DELIANA DALL'ORSOLETTA	7,2	6º LUGAR
PSICÓLOGO	0848	KARISE FATIMA WOICIECHOSKI	7,0	7º LUGAR
PSICÓLOGO	0581	LUCIANE JACINTA PEREIRA	6,8	8º LUGAR
PSICÓLOGO	0997	KELI SUZANA PERIN THUMS	6,8	9º LUGAR
PSICÓLOGO	0183	GABRIEL KICHEL	6,6	10º LUGAR
PSICÓLOGO	0479	JACIARA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	6,6	11º LUGAR
PSICÓLOGO	0901	CRISTINA PRIMIERI	6,6	12º LUGAR
PSICÓLOGO	0976	KELLY CRISTINA MOSCHEN	6,6	13º LUGAR
PSICÓLOGO	0634	EDILENE TRENTIN	6,4	14º LUGAR
PSICÓLOGO	0737	MAISA RAABER	6,4	15º LUGAR
PSICÓLOGO	0157	SILVIA MIAZZI PEREIRA	6,2	16º LUGAR
PSICÓLOGO	0305	GILMAR MACHADO	6,0	17º LUGAR
PSICÓLOGO	1030	CLAUDIANE FATIMA BRUXEL	6,0	18º LUGAR
PSICÓLOGO	0409	FLAVIA DAROLD	5,8	19º LUGAR
PSICÓLOGO	0635	THIAGO DAMBROS	5,8	20º LUGAR
PSICÓLOGO	0958	QUIELI LUANA KUHN	5,8	21º LUGAR
PSICÓLOGO	0172	LUANA REJANE FRUTUOZO	5,6	22º LUGAR
PSICÓLOGO	0403	CINTIA APARECIDA FERRI	5,6	23º LUGAR
PSICÓLOGO	0435	SIMONE CARINA SCHMIDT	5,6	24º LUGAR
PSICÓLOGO	0448	ANA CATARINA ANTES	5,6	25º LUGAR
PSICÓLOGO	0481	DAIANE MUCKE	5,6	26º LUGAR
PSICÓLOGO	0597	TALISSA ODIA	5,6	27º LUGAR
PSICÓLOGO	0845	DAIANI PAULA CARDOSO	5,6	28º LUGAR
PSICÓLOGO	1073	MABEL FALAVINHA BARAN	5,6	29º LUGAR
PSICÓLOGO	0765	MICHELA BUSELATO	5,4	30º LUGAR
PSICÓLOGO	0812	CLAUDETE TEREZINHA RAMOS	5,4	31º LUGAR
PSICÓLOGO	0071	KEILA PRISCILA DE MORAIS	5,2	32º LUGAR
PSICÓLOGO	0449	JULIANA CARLA GOTARDO AMARAL	5,2	33º LUGAR
PSICÓLOGO	0967	FERNANDA PADILHA	5,2	34º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0653	KATIA BAZZO	7,8	1º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0325	LUCIMAR CRISTINA DE LIMA	7,2	2º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0541	ANDRESSA JULY MANTOVANI	7,0	3º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0505	PABLO VITÓRIO ISGANZELLA GRAMAZIO	6,4	4º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0072	JENNIFER MARQUES	6,2	5º LUGAR

## HOMOLOGAÇÃO PÓS RECURSO - EDITAL 022/2011 – CAPINZAL JOAÇABA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

ESCRITURÁRIO	0164	ANA CAROLINA BASQUERA BETIOLO	6,2	6º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0067	ELAINE FATIMA GOTARDO	6,0	7º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0464	REJANE LOURDES BEVILAQUA DURIGON	6,0	8º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0854	ANDREIA BARETA	6,0	9º LUGAR
ESCRITURÁRIO	1017	KAUE VETORAZI	6,0	10º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0027	GUSTAVO HENRIQUE PERIN	5,8	11º LUGAR
ESCRITURÁRIO	1074	LUIZ FERNANDO VACCARI	5,8	12º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0162	RALF POMERENING	5,6	13º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0564	DANIELI MONICA DE OLIVEIRA	5,6	14º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0823	SANRO MANOEL PEDRO	5,6	15º LUGAR
ESCRITURÁRIO	1072	ANA APAULA ENDERLE	5,6	16º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0024	THAYS INARA BONISSONI ALMEIDA	5,4	17º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0911	CINTIA DEMIN	5,4	18º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0921	ROBERTO CARLOS MILKE	5,4	19º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0959	ROBERTO DA SILVA PINTO	5,4	20º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0084	CAMILA POLIANA SURDI	5,2	21º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0296	VANDERSON PRONER CHIAMULERA	5,2	22º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0350	ROSANE MACHADO	5,2	23º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0780	MILENA CRISTINE HOLETZ	5,2	24º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0799	PAULO HENRIQUE LEMES	5,2	25º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0963	ANDERSON PELEGRINI	5,2	26º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0058	CARLOS EDUARDO MARTINS VIEL	5,0	27º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0402	GIOVANE APARECIDA BELOTTO RECH	5,0	28º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0416	ANDERSON CHAVES DA ROSA	5,0	29º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0744	MARCELLA BAZZO BONATO	5,0	30º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0930	MONICA LOPES DA CUNHA	5,0	31º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0971	CINTIA CRISTINA ALBUQUERQUE THOMÉ	5,0	32º LUGAR
ESCRITURÁRIO	0977	SILVANA LUZIA MANEGAZZO	5,0	33º LUGAR
SALA ESPECIAL	0408	PAMELA RIBEIRO GALVÃO FACHIN	5,0	34º LUGAR

Final de lista.

# Catanduvas

## PREFEITURA

### Portaria P/5347/11, de 08.11.11

PORTARIA P/5347/11, de 08.11.11

"Altera concessão de Função Gratificada a Ronaldo Adriano Luvison"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 18, cap. III, anexo III, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

#### Resolve

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a concessão da Função Gratificada de Ouvidor Municipal e Protocolo, Nível FG-05, ao Servidor Ronaldo Adriano Luvison, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos, Nível CE-66A, passando-o para a Função de Coordenação da Tributação, Nível FG-05, com 40 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sem alteração em seus vencimentos.

Este ato altera a Portaria P/4919/10, e tem seus efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2011, quando o servidor passou a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 08 de novembro de 2011

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/4919/10

### Portaria P/5348/11, de 08.11.11

PORTARIA P/5348/11, de 08.11.11

"Altera concessão de Função Gratificada a Aldocir Marcon"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 18, cap. III, anexo III, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

#### Resolve

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a concessão da Função Gratificada de Coordenador de Materiais e Patrimônio, Nível FG-05, ao Servidor Aldocir Marcon, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível CE-41A, passando-o para a Função de Ouvidor Municipal e Protocolo, Nível FG-05, com 40 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sem alteração em seus vencimentos.

Este ato altera a Portaria P/5077/10, e tem seus efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2011, quando o servidor passou a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 08 de novembro de 2011

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5077/10

### Edital Nº 001/2011 de 31 de outubro de 2011 - Edital de Notificação de Cobrança Administrativa de Dívida Ativa - Impostos, Taxas, Contribuições

Edital nº 001/2011 de 31 de outubro de 2011.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÍVIDA ATIVA - IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS.

- Considerando que o Tribunal de Contas exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais (impostos, taxas, contribuições de melhorias);
- Considerando que a Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece como requisito essencial a responsabilidade fiscal a arrecadação dos tributos municipais;
- Considerando que os Tributos Municipais tem por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de Catanduvas SC;
- Considerando que a Administração de Catanduvas busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;

A Exma. Senhora Prefeita Municipal faz publicar o presente EDITAL:

Notificamos os contribuintes em débito com os Tributos Municipais "Impostos (IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), Taxas (relativas: Emissão de Alvará de Licença Prefeitura, Emissão de Alvará de Licença Vigilância Sanitária, Taxas de Expedientes, taxas relativas ao poder de polícia, taxas de serviços da infra-estrutura prestados a população, taxas de receitas diversas e outras taxas de serviços cobradas pela municipalidade), Contribuições de Melhorias (pavimentação asfáltica, ou em paralelepípedo, entre outras contribuições de melhorias)", do Município de Catanduvas, para recolherem a referida dívida, em até 30 dias após a publicação deste.

Os Contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributos deste Poder Público, situado na Rua Felipe Schmidt, nº. 1435, Centro, Catanduvas- SC, para receber o documento de arrecadação e efetuar o pagamento nas agências bancárias ou nas casas lotéricas.

Notificamos que de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 48/2009 de 12 de fevereiro de 2009, os contribuintes que quiserem quitar seus débitos poderão obter desconto conforme REFIS - Programa de Recuperação Fiscal Municipal.

Solicitamos também, que caso os débitos já tenham sido quitados, apresentar os comprovantes na repartição competente, antes do prazo retro citado.

Para maiores esclarecimentos estamos à disposição no Setor de Tributos desta Secretaria de Administração ou através do telefone 49 3525-1144, ramal 227.

Catanduvas - SC, 31 de outubro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal de Catanduvas

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretaria de Administração e Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 001/2011, de 31 de outubro de 2011.

Pelo presente Edital, ficam notificados os contribuintes em débito com os TRIBUTOS MUNICIPAIS: "Impostos - (IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens



Imóveis), Taxas (relativas: Emissão de Alvarás de Licença Prefeitura, Emissão de Alvará de Licença Vigilância Sanitária, Taxas de Expedientes, taxas relativas ao poder de polícia, taxas de serviços da infra-estrutura prestados a população, taxas de receitas diversas e outras taxas de serviços), Contribuições de Melhorias (pavimentação asfáltica ou em paralelepípedo, entre outras contribuições de melhorias)", do Município de Catanduvas SC, a recolherem o referido tributo em débito , em até 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme o disposto na Lei Complementar Municipal nº 17/2001 de 17 de dezembro de 2001. "Código Tributário Municipal".

Caso os Contribuintes tenham recolhidos seus débitos, favor comparecer ao Setor de Tributos desta Prefeitura com os comprovantes de pagamento, sito na Rua Felipe Schmidt, nº 1435, Centro, Catanduvas- SC. Caso o Contribuinte estiver em débito com a Fazenda Municipal poderá comparecer ao Setor de Tributação para renegociarem seus débitos ou até mesmo retirarem o carnê do IPTU do exercício de 2011.

Catanduvas - SC, 31 de outubro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal de Catanduvas

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretaria de Administração e Finanças

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo I

+ [ CPL ] - -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 | Balanço Orçamentário  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO  
 |  
 |-----CONSOLIDADO|  
 |  
 |-----  
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>3.080.435,19</b>	<b>18,150</b>	<b>15.060.148,52</b>	<b>88,720</b>	<b>1.914.091,48</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.334.240,00</b>	<b>15.334.240,00</b>	<b>2.974.141,19</b>	<b>19,400</b>	<b>14.720.804,57</b>	<b>96,000</b>	<b>613.435,43</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.456.500,00	1.456.500,00	299.937,44	20,590	1.800.401,24	123,610	-343.901,24
IMPOSTOS	1.145.800,00	1.145.800,00	188.020,09	16,410	1.367.032,22	119,310	-221.232,22
TAXAS	247.700,00	247.700,00	94.333,90	38,080	382.491,74	154,420	-134.791,74
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	63.000,00	63.000,00	17.583,45	27,910	50.877,28	80,760	12.122,72
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	404.800,00	404.800,00	75.281,13	18,600	367.224,96	90,720	37.575,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,000	1.397,65	0,000	-1.397,65
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	404.800,00	404.800,00	75.281,13	18,600	365.827,31	90,370	38.972,69
RECEITA PATRIMONIAL	55.220,00	55.220,00	11.588,11	20,990	75.244,97	136,260	-20.024,97
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	22.600,00	22.600,00	3.019,64	13,360	31.575,15	139,710	-8.975,15
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	32.620,00	32.620,00	8.568,47	26,270	43.669,82	133,870	-11.049,82
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,000	30.000,00	0,000	-30.000,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,000	30.000,00	0,000	-30.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	109.300,00	109.300,00	1.954,40	1,790	12.315,23	11,270	96.984,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.107.580,00	13.107.580,00	2.540.647,54	19,380	12.238.203,63	93,370	869.376,37
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.899.580,00	12.899.580,00	2.423.556,14	18,790	11.842.040,26	91,800	1.057.539,74
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	208.000,00	208.000,00	117.091,40	56,290	396.163,37	190,460	-188.163,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.840,00	200.840,00	44.732,57	22,270	197.414,54	98,290	3.425,46
MULTAS E JUROS DE MORA	57.800,00	57.800,00	13.253,89	22,930	48.057,50	83,140	9.742,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	88.000,00	88.000,00	8.462,04	9,620	55.339,37	62,890	32.660,63
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	42.120,00	42.120,00	23.287,26	55,290	89.190,10	211,750	-47.070,10
RECEITAS DIVERSAS	12.920,00	12.920,00	-270,62	-2,090	4.827,57	37,370	8.092,43
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.640.000,00</b>	<b>1.640.000,00</b>	<b>106.294,00</b>	<b>6,480</b>	<b>339.343,95</b>	<b>20,690</b>	<b>1.300.656,05</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	110.000,00	366,670	-80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,000	110.000,00	0,000	-110.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.610.000,00	1.610.000,00	106.294,00	6,600	229.343,95	14,240	1.380.656,05
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	5.544,00	0,000	5.544,00	0,000	-5.544,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.610.000,00	1.610.000,00	100.750,00	6,260	223.799,95	13,900	1.386.200,05
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>3.080.435,19</b>	<b>100,000</b>	<b>15.060.148,52</b>	<b>100,000</b>	<b>1.914.091,48</b>
<b>Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>	<b>0,00</b>
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>3.080.435,19</b>	<b>100,000</b>	<b>15.060.148,52</b>	<b>100,000</b>	<b>1.914.091,48</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>					<b>150.061,24</b>		
<b>TOTAL (VII)=(V+VI)</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>3.080.435,19</b>		<b>15.060.148,52</b>		
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	0,00	-	-	<b>488.987,97</b>	-	-
<b>(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	-	0,00	-	-	<b>488.987,97</b>	-	-
<b>Superávit Financeiro</b>	-	0,00	-	-	<b>488.987,97</b>	-	-
<b>Reabertura de Créditos Adicionais</b>	-	0,00	-	-	0,00	-	-



DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	16.974.240,00	4.015.697,90	20.989.937,90	2.588.012,15	15.372.081,71	2.763.908,85	15.210.209,76	0,00	72,46	5.779.728,14
DESPESAS CORRENTES	13.419.940,00	3.715.562,03	17.135.502,03	2.371.547,72	13.531.241,82	2.547.103,54	13.369.437,07	0,00	78,02	3.766.064,96
Pessoal e Encargos Sociais	7.283.453,00	1.930.547,15	9.214.000,15	1.461.631,33	7.057.998,62	1.463.438,19	7.057.797,02	0,00	76,60	2.156.203,13
Juros/Encargos da Dívida	100.000,00	125.000,00	225.000,00	36.608,49	209.108,35	36.359,78	208.859,64	0,00	92,83	16.140,36
Outras despesas Correntes	6.036.487,00	1.660.014,88	7.696.501,88	873.307,90	6.264.134,85	1.047.305,57	6.102.780,41	0,00	79,29	1.593.721,47
DESPESAS DE CAPITAL	3.539.300,00	300.135,87	3.839.435,87	216.464,43	1.840.839,89	216.805,31	1.840.772,69	0,00	47,94	1.998.663,18
Investimentos	3.439.300,00	178.135,87	3.617.435,87	172.680,33	1.629.040,62	173.021,21	1.628.973,42	0,00	45,03	1.988.462,45
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	100.000,00	122.000,00	222.000,00	43.784,10	211.799,27	43.784,10	211.799,27	0,00	95,41	10.200,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	16.974.240,00	4.015.697,90	20.989.937,90	2.588.012,15	15.372.081,71	2.763.908,85	15.210.209,76	0,00	72,46	5.779.728,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	16.974.240,00	4.015.697,90	20.989.937,90	2.588.012,15	15.372.081,71	2.763.908,85	15.210.209,76	0,00	72,46	5.779.728,14
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	16.974.240,00	4.015.697,90	20.989.937,90	2.588.012,15	15.372.081,71	3.080.435,19	15.210.209,76	0,00	72,46	5.779.728,14

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS			SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	
	(a)		(b)	(b/a)	(c)	(c/a)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo II

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>20.989.937,90</b>	<b>2.588.012,15</b>	<b>15.372.081,71</b>	<b>2.763.908,85</b>	<b>15.210.209,76</b>	<b>100,00</b>	<b>72,46</b>	<b>5.779.728,14</b>
01	LEGISLATIVA	755.200,00	720.200,00	96.252,94	513.254,16	96.682,94	513.004,16	3,37	71,23	207.195,84
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	720.200,00	96.252,94	513.254,16	96.682,94	513.004,16	3,37	71,23	207.195,84
	<b>Subtotal</b>	<b>755.200,00</b>	<b>720.200,00</b>	<b>96.252,94</b>	<b>513.254,16</b>	<b>96.682,94</b>	<b>513.004,16</b>	<b>3,37</b>	<b>71,23</b>	<b>207.195,84</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	1.922.975,00	2.121.045,00	289.602,54	1.787.669,26	343.166,49	1.747.575,50	11,49	82,39	373.469,50
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.922.975,00	2.121.045,00	289.602,54	1.787.669,26	343.166,49	1.747.575,50	11,49	82,39	373.469,50
	<b>Subtotal</b>	<b>2.678.175,00</b>	<b>2.841.245,00</b>	<b>385.855,48</b>	<b>2.300.923,42</b>	<b>439.849,43</b>	<b>2.260.579,66</b>	<b>14,86</b>	<b>79,56</b>	<b>580.665,34</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	227.200,00	267.762,66	13.490,90	152.083,23	17.162,21	148.106,48	0,97	55,31	119.656,18
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	4.126,25	14.233,23	4.456,53	13.834,15	0,09	19,76	56.165,85
06.182	DEFESA CIVIL	157.200,00	197.762,66	9.364,65	137.850,00	12.705,68	134.272,33	0,88	67,90	63.490,33
	<b>Subtotal</b>	<b>2.905.375,00</b>	<b>3.109.007,66</b>	<b>399.346,38</b>	<b>2.453.006,65</b>	<b>457.011,64</b>	<b>2.408.686,14</b>	<b>15,84</b>	<b>77,47</b>	<b>700.321,52</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	592.850,00	755.099,85	121.770,54	540.893,13	124.393,75	537.610,92	3,53	71,20	217.488,93
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	15.650,00	15.650,00	0,00	1.448,24	12,24	1.448,24	0,01	9,25	14.201,76
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	577.200,00	739.449,85	121.770,54	539.444,89	124.381,51	536.162,68	3,52	72,51	203.287,17
	<b>Subtotal</b>	<b>3.498.225,00</b>	<b>3.864.107,51</b>	<b>521.116,92</b>	<b>2.993.899,78</b>	<b>581.405,39</b>	<b>2.946.297,06</b>	<b>19,37</b>	<b>76,25</b>	<b>917.810,45</b>
10	SAÚDE	3.667.565,00	4.877.895,22	538.581,84	3.605.674,24	594.853,34	3.584.727,77	23,57	73,49	1.293.167,45
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	4.833.194,43	537.967,64	3.579.204,39	594.239,14	3.558.257,92	23,39	73,62	1.274.936,51
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	26.800,79	0,00	24.312,80	0,00	24.312,80	0,16	90,72	2.487,99
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	614,20	2.157,05	614,20	2.157,05	0,01	12,05	15.742,95
	<b>Subtotal</b>	<b>7.165.790,00</b>	<b>8.742.002,73</b>	<b>1.059.698,76</b>	<b>6.599.574,02</b>	<b>1.176.258,73</b>	<b>6.531.024,83</b>	<b>42,94</b>	<b>74,71</b>	<b>2.210.977,90</b>
11	TRABALHO	255.225,00	207.518,50	0,00	26.365,93	0,00	26.365,93	0,17	12,71	181.152,57
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	255.225,00	207.518,50	0,00	26.365,93	0,00	26.365,93	0,17	12,71	181.152,57
	<b>Subtotal</b>	<b>7.421.015,00</b>	<b>8.949.521,23</b>	<b>1.059.698,76</b>	<b>6.625.939,95</b>	<b>1.176.258,73</b>	<b>6.557.390,76</b>	<b>43,11</b>	<b>73,27</b>	<b>2.392.130,47</b>
12	EDUCAÇÃO	4.445.910,00	5.268.416,21	724.139,78	4.051.986,63	762.140,25	4.020.603,33	26,43	76,32	1.247.812,88
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	89.300,00	110.478,00	27.848,28	101.257,07	27.848,28	101.257,07	0,67	91,65	9.220,93
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.007.810,00	4.734.138,21	664.374,65	3.562.055,48	702.375,12	3.530.672,18	23,21	74,58	1.203.466,03
12.364	ENSINO SUPERIOR	80.000,00	150.000,00	30.896,85	125.404,00	30.896,85	125.404,00	0,82	83,60	24.596,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	268.300,00	0,00	261.290,08	0,00	261.290,08	1,72	97,39	7.009,92
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13.500,00	5.500,00	1.020,00	1.980,00	1.020,00	1.980,00	0,01	36,00	3.520,00
	<b>Subtotal</b>	<b>11.866.925,00</b>	<b>14.217.937,44</b>	<b>1.783.838,54</b>	<b>10.677.926,58</b>	<b>1.938.398,98</b>	<b>10.577.994,09</b>	<b>69,55</b>	<b>74,40</b>	<b>3.639.943,35</b>
13	CULTURA	293.150,00	495.950,00	137.448,55	244.154,13	143.388,07	236.066,55	1,55	47,60	259.883,45
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	293.150,00	495.950,00	137.448,55	244.154,13	143.388,07	236.066,55	1,55	47,60	259.883,45
	<b>Subtotal</b>	<b>12.160.075,00</b>	<b>14.713.887,44</b>	<b>1.921.287,09</b>	<b>10.922.080,71</b>	<b>2.081.787,05</b>	<b>10.814.060,64</b>	<b>71,10</b>	<b>73,50</b>	<b>3.899.826,80</b>
15	URBANISMO	1.122.950,00	1.153.339,00	88.273,35	732.288,10	88.273,35	732.288,10	4,81	63,49	421.050,90
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	608.150,00	725.850,00	24.618,89	320.116,80	24.618,89	320.116,80	2,10	44,10	405.733,20
15.452	SERVIÇOS URBANOS	514.800,00	427.489,00	63.654,46	412.171,30	63.654,46	412.171,30	2,71	96,42	15.317,70
	<b>Subtotal</b>	<b>13.283.025,00</b>	<b>15.867.226,44</b>	<b>2.009.560,44</b>	<b>11.654.368,81</b>	<b>2.170.060,40</b>	<b>11.546.348,74</b>	<b>75,91</b>	<b>72,77</b>	<b>4.320.877,70</b>
16	HABITAÇÃO	536.675,00	773.888,10	14.045,35	78.056,81	14.045,35	78.056,81	0,51	10,09	695.831,29
16.482	HABITAÇÃO URBANA	536.675,00	773.888,10	14.045,35	78.056,81	14.045,35	78.056,81	0,51	10,09	695.831,29
	<b>Subtotal</b>	<b>13.819.700,00</b>	<b>16.641.114,54</b>	<b>2.023.605,79</b>	<b>11.732.425,62</b>	<b>2.184.105,75</b>	<b>11.624.405,55</b>	<b>76,42</b>	<b>69,85</b>	<b>5.016.708,99</b>
17	SANEAMENTO	360.000,00	454.300,00	83.373,93	388.316,42	83.374,33	388.316,42	2,55	85,48	65.983,58
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	360.000,00	454.300,00	83.373,93	388.316,42	83.374,33	388.316,42	2,55	85,48	65.983,58
	<b>Subtotal</b>	<b>14.179.700,00</b>	<b>17.095.414,54</b>	<b>2.106.979,72</b>	<b>12.120.742,04</b>	<b>2.267.480,08</b>	<b>12.012.721,97</b>	<b>78,98</b>	<b>70,27</b>	<b>5.082.692,57</b>
20	AGRICULTURA	408.600,00	502.047,36	42.923,99	313.583,27	46.661,77	281.687,63	1,85	56,11	220.359,73
20.606	EXTENÇÃO RURAL	408.600,00	502.047,36	42.923,99	313.583,27	46.661,77	281.687,63	1,85	56,11	220.359,73
	<b>Subtotal</b>	<b>14.588.300,00</b>	<b>17.597.461,90</b>	<b>2.149.903,71</b>	<b>12.434.325,31</b>	<b>2.314.141,85</b>	<b>12.294.409,60</b>	<b>80,83</b>	<b>69,86</b>	<b>5.303.052,30</b>
24	COMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	1.200,00	17.070,76	2.805,04	14.723,02	0,10	70,45	6.176,98
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	1.200,00	17.070,76	2.805,04	14.723,02	0,10	70,45	6.176,98
	<b>Subtotal</b>	<b>14.609.200,00</b>	<b>17.618.361,90</b>	<b>2.151.103,71</b>	<b>12.451.396,07</b>	<b>2.316.946,89</b>	<b>12.309.132,62</b>	<b>80,93</b>	<b>69,87</b>	<b>5.309.229,28</b>
26	TRANSPORTE	1.252.940,00	1.969.751,00	257.966,33	1.692.068,56	266.336,52	1.676.442,18	11,02	85,11	293.308,82

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.252.940,00	1.969.751,00	257.966,33	1.692.068,56	266.336,52	1.676.442,18	11,02	85,11	293.308,82
	<b>Subtotal</b>	<b>15.862.140,00</b>	<b>19.588.112,90</b>	<b>2.409.070,04</b>	<b>14.143.464,63</b>	<b>2.583.283,41</b>	<b>13.985.574,80</b>	<b>91,95</b>	<b>71,40</b>	<b>5.602.538,10</b>
27	DESPORTO E LAZER	267.100,00	216.325,00	27.912,07	176.728,33	29.844,11	172.994,92	1,14	79,97	43.330,08
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	267.100,00	216.325,00	27.912,07	176.728,33	29.844,11	172.994,92	1,14	79,97	43.330,08
	<b>Subtotal</b>	<b>16.129.240,00</b>	<b>19.804.437,90</b>	<b>2.436.982,11</b>	<b>14.320.192,96</b>	<b>2.613.127,52</b>	<b>14.158.569,72</b>	<b>93,09</b>	<b>71,49</b>	<b>5.645.868,18</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	830.000,00	1.170.500,00	151.030,04	1.051.888,75	150.781,33	1.051.640,04	6,91	89,85	118.859,96
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	630.000,00	723.500,00	70.637,45	630.981,13	70.637,45	630.981,13	4,15	87,21	92.518,87
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	200.000,00	447.000,00	80.392,59	420.907,62	80.143,88	420.658,91	2,77	94,11	26.341,09
	<b>Subtotal</b>	<b>16.959.240,00</b>	<b>20.974.937,90</b>	<b>2.588.012,15</b>	<b>15.372.081,71</b>	<b>2.763.908,85</b>	<b>15.210.209,76</b>	<b>100,00</b>	<b>72,52</b>	<b>5.764.728,14</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>20.989.937,90</b>	<b>2.588.012,15</b>	<b>15.372.081,71</b>	<b>2.763.908,85</b>	<b>15.210.209,76</b>	<b>100,00</b>	<b>72,46</b>	<b>5.779.728,14</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>16.974.240,00</b>	<b>20.989.937,90</b>	<b>2.588.012,15</b>	<b>15.372.081,71</b>	<b>2.763.908,85</b>	<b>15.210.209,76</b>	<b>100,00</b>	<b>72,46</b>	<b>5.779.728,14</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo II A

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	Restos a Pagar		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Não Process.						
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	(K)	(L)	(M)
<b>DESPESAS</b>														
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>		<b>16.974.240,00</b>	<b>20.989.937,90</b>	<b>2.588.012,15</b>	<b>15.372.081,71</b>	<b>2.763.908,85</b>	<b>15.210.209,76</b>	<b>161.871,95</b>	<b>100,00</b>	<b>73,24</b>	<b>5.617.856,19</b>			
01	LEGISLATIVA	755.200,00	720.200,00	96.252,94	513.254,16	96.682,94	513.004,16	250,00	3,34	71,27	206.945,84			
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	720.200,00	96.252,94	513.254,16	96.682,94	513.004,16	250,00	3,34	71,27	206.945,84			
	<b>Subtotal</b>	<b>755.200,00</b>	<b>720.200,00</b>	<b>96.252,94</b>	<b>513.254,16</b>	<b>96.682,94</b>	<b>513.004,16</b>	<b>250,00</b>	<b>3,34</b>	<b>71,27</b>	<b>206.945,84</b>			
04	ADMINISTRAÇÃO	1.922.975,00	2.121.045,00	289.602,54	1.787.669,26	343.166,49	1.747.575,50	40.093,76	11,63	84,28	333.375,74			
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.922.975,00	2.121.045,00	289.602,54	1.787.669,26	343.166,49	1.747.575,50	40.093,76	11,63	84,28	333.375,74			
	<b>Subtotal</b>	<b>2.678.175,00</b>	<b>2.841.245,00</b>	<b>385.855,48</b>	<b>2.300.923,42</b>	<b>439.849,43</b>	<b>2.260.579,66</b>	<b>40.343,76</b>	<b>14,97</b>	<b>80,98</b>	<b>540.321,58</b>			
06	SEGURANÇA PÚBLICA	227.200,00	267.762,66	13.490,90	152.083,23	17.162,21	148.106,48	3.976,75	0,99	56,80	115.679,43			
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	4.126,25	14.233,23	4.456,53	13.834,15	399,08	0,09	20,33	55.766,77			
06.182	DEFESA CIVIL	157.200,00	197.762,66	9.364,65	137.850,00	12.705,68	134.272,33	3.577,67	0,90	69,70	59.912,66			
	<b>Subtotal</b>	<b>2.905.375,00</b>	<b>3.109.007,66</b>	<b>399.346,38</b>	<b>2.453.006,65</b>	<b>457.011,64</b>	<b>2.408.686,14</b>	<b>44.320,51</b>	<b>15,96</b>	<b>78,90</b>	<b>656.001,01</b>			
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	592.850,00	755.099,85	121.770,54	540.893,13	124.393,75	537.610,92	3.282,21	3,52	71,63	214.206,72			
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.650,00	15.650,00	0,00	1.448,24	12,24	1.448,24	0,00	0,01	9,25	14.201,76			
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	577.200,00	739.449,85	121.770,54	539.444,89	124.381,51	536.162,68	3.282,21	3,51	72,95	200.004,96			
	<b>Subtotal</b>	<b>3.498.225,00</b>	<b>3.864.107,51</b>	<b>521.116,92</b>	<b>2.993.899,78</b>	<b>581.405,39</b>	<b>2.946.297,06</b>	<b>47.602,72</b>	<b>19,48</b>	<b>77,48</b>	<b>870.207,73</b>			
10	SAÚDE	3.667.565,00	4.877.895,22	538.581,84	3.605.674,24	594.853,34	3.584.727,77	20.946,47	23,46	73,92	1.272.220,98			
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	4.833.194,43	537.967,64	3.579.204,39	594.239,14	3.558.257,92	20.946,47	23,28	74,05	1.253.990,04			
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	26.800,79	0,00	24.312,80	0,00	24.312,80	0,00	0,16	90,72	2.487,99			
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	614,20	2.157,05	614,20	2.157,05	0,00	0,01	12,05	15.742,95			
	<b>Subtotal</b>	<b>7.165.790,00</b>	<b>8.742.002,73</b>	<b>1.059.698,76</b>	<b>6.599.574,02</b>	<b>1.176.258,73</b>	<b>6.531.024,83</b>	<b>68.549,19</b>	<b>42,93</b>	<b>75,49</b>	<b>2.142.428,71</b>			
11	TRABALHO	255.225,00	207.518,50	0,00	26.365,93	0,00	26.365,93	0,00	0,17	12,71	181.152,57			
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	255.225,00	207.518,50	0,00	26.365,93	0,00	26.365,93	0,00	0,17	12,71	181.152,57			
	<b>Subtotal</b>	<b>7.421.015,00</b>	<b>8.949.521,23</b>	<b>1.059.698,76</b>	<b>6.625.939,95</b>	<b>1.176.258,73</b>	<b>6.557.390,76</b>	<b>68.549,19</b>	<b>43,10</b>	<b>74,04</b>	<b>2.323.581,28</b>			
12	EDUCAÇÃO	4.445.910,00	5.268.416,21	724.139,78	4.051.986,63	762.140,25	4.020.603,33	31.383,30	26,36	76,91	1.216.429,58			
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	89.300,00	110.478,00	27.848,28	101.257,07	27.848,28	101.257,07	0,00	0,66	91,65	9.220,93			
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.007.810,00	4.734.138,21	664.374,65	3.562.055,48	702.375,12	3.530.672,18	31.383,30	23,17	75,24	1.172.082,73			
12.364	ENSINO SUPERIOR	80.000,00	150.000,00	30.896,85	125.404,00	30.896,85	125.404,00	0,00	0,82	83,60	24.596,00			
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	268.300,00	0,00	261.290,08	0,00	261.290,08	0,00	1,70	97,39	7.009,92			
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13.500,00	5.500,00	1.020,00	1.980,00	1.020,00	1.980,00	0,00	0,01	36,00	3.520,00			
	<b>Subtotal</b>	<b>11.866.925,00</b>	<b>14.217.937,44</b>	<b>1.783.838,54</b>	<b>10.677.926,58</b>	<b>1.938.398,98</b>	<b>10.577.994,09</b>	<b>99.932,49</b>	<b>69,46</b>	<b>75,10</b>	<b>3.540.010,86</b>			
13	CULTURA	293.150,00	495.950,00	137.448,55	244.154,13	143.388,07	236.066,55	8.087,58	1,59	49,23	251.795,87			
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	293.150,00	495.950,00	137.448,55	244.154,13	143.388,07	236.066,55	8.087,58	1,59	49,23	251.795,87			
	<b>Subtotal</b>	<b>12.160.075,00</b>	<b>14.713.887,44</b>	<b>1.921.287,09</b>	<b>10.922.080,71</b>	<b>2.081.787,05</b>	<b>10.814.060,64</b>	<b>108.020,07</b>	<b>71,05</b>	<b>74,23</b>	<b>3.791.806,73</b>			
15	URBANISMO	1.122.950,00	1.153.339,00	88.273,35	732.288,10	88.273,35	732.288,10	0,00	4,76	63,49	421.050,90			
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	608.150,00	725.850,00	24.618,89	320.116,80	24.618,89	320.116,80	0,00	2,08	44,10	405.733,20			
15.452	SERVIÇOS URBANOS	514.800,00	427.489,00	63.654,46	412.171,30	63.654,46	412.171,30	0,00	2,68	96,42	15.317,70			
	<b>Subtotal</b>	<b>13.283.025,00</b>	<b>15.867.226,44</b>	<b>2.009.560,44</b>	<b>11.654.368,81</b>	<b>2.170.060,40</b>	<b>11.546.348,74</b>	<b>108.020,07</b>	<b>75,82</b>	<b>73,45</b>	<b>4.212.857,63</b>			
16	HABITAÇÃO	536.675,00	773.888,10	14.045,35	78.056,81	14.045,35	78.056,81	0,00	0,51	10,09	695.831,29			
16.482	HABITAÇÃO URBANA	536.675,00	773.888,10	14.045,35	78.056,81	14.045,35	78.056,81	0,00	0,51	10,09	695.831,29			
	<b>Subtotal</b>	<b>13.819.700,00</b>	<b>16.641.114,54</b>	<b>2.023.605,79</b>	<b>11.732.425,62</b>	<b>2.184.105,75</b>	<b>11.624.405,55</b>	<b>108.020,07</b>	<b>76,32</b>	<b>70,50</b>	<b>4.908.688,92</b>			
17	SANEAMENTO	360.000,00	454.300,00	83.373,93	388.316,42	83.373,93	388.316,42	0,00	2,53	85,48	65.983,58			
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	360.000,00	454.300,00	83.373,93	388.316,42	83.373,93	388.316,42	0,00	2,53	85,48	65.983,58			
	<b>Subtotal</b>	<b>14.179.700,00</b>	<b>17.095.414,54</b>	<b>2.106.979,72</b>	<b>12.120.742,04</b>	<b>2.267.480,08</b>	<b>12.012.721,97</b>	<b>108.020,07</b>	<b>78,85</b>	<b>70,90</b>	<b>4.974.672,50</b>			
20	AGRICULTURA	408.600,00	502.047,36	42.923,99	313.583,27	46.661,77	281.687,63	31.895,64	2,04	62,46	188.464,09			
20.606	EXTENÇÃO RURAL	408.600,00	502.047,36	42.923,99	313.583,27	46.661,77	281.687,63	31.895,64	2,04	62,46	188.464,09			
	<b>Subtotal</b>	<b>14.588.300,00</b>	<b>17.597.461,90</b>	<b>2.149.903,71</b>	<b>12.434.325,31</b>	<b>2.314.141,85</b>	<b>12.294.409,60</b>	<b>139.915,71</b>	<b>80,89</b>	<b>70,66</b>	<b>5.163.136,59</b>			
24	COMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	1.200,00	17.070,76	2.805,04	14.723,02	2.347,74	0,11	81,68	3.829,24			
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	1.200,00	17.070,76	2.805,04	14.723,02	2.347,74	0,11	81,68	3.829,24			

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----

-----{ 002 }+

Município de CATANDUVAS  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO |

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar		+- ((b+c)/a)		
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)				(B)		Não Process.	(C)	%	% (a-(b+c))	SALDO
	Subtotal	14.609.200,00	17.618.361,90	2.151.103,71	12.451.396,07	2.316.946,89	12.309.132,62	142.263,45	81,00	70,67	5.166.965,83	
26	TRANSPORTE	1.252.940,00	1.969.751,00	257.966,33	1.692.068,56	266.336,52	1.676.442,18	15.626,38	11,01	85,90	277.682,44	
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.252.940,00	1.969.751,00	257.966,33	1.692.068,56	266.336,52	1.676.442,18	15.626,38	11,01	85,90	277.682,44	
	Subtotal	15.862.140,00	19.588.112,90	2.409.070,04	14.143.464,63	2.583.283,41	13.985.574,80	157.889,83	92,01	72,20	5.444.648,27	
27	DESPORTO E LAZER	267.100,00	216.325,00	27.912,07	176.728,33	29.844,11	172.994,92	3.733,41	1,15	81,70	39.596,67	
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	267.100,00	216.325,00	27.912,07	176.728,33	29.844,11	172.994,92	3.733,41	1,15	81,70	39.596,67	
	Subtotal	16.129.240,00	19.804.437,90	2.436.982,11	14.320.192,96	2.613.127,52	14.158.569,72	161.623,24	93,16	72,31	5.484.244,94	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	830.000,00	1.170.500,00	151.030,04	1.051.888,75	150.781,33	1.051.640,04	248,71	6,84	89,87	118.611,25	
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	630.000,00	723.500,00	70.637,45	630.981,13	70.637,45	630.981,13	0,00	4,10	87,21	92.518,87	
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	200.000,00	447.000,00	80.392,59	420.907,62	80.143,88	420.658,91	248,71	2,74	94,16	26.092,38	
	Subtotal	16.959.240,00	20.974.937,90	2.588.012,15	15.372.081,71	2.763.908,85	15.210.209,76	161.871,95	100,00	73,29	5.602.856,19	
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
	Subtotal	16.974.240,00	20.989.937,90	2.588.012,15	15.372.081,71	2.763.908,85	15.210.209,76	161.871,95	100,00	73,24	5.617.856,19	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III)=(I+II)		16.974.240,00	20.989.937,90	2.588.012,15	15.372.081,71	2.763.908,85	15.210.209,76	161.871,95	100,00	73,24	5.617.856,19	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar	Não Process.		+- ((b+c)/a)
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)				(B)		(C)	%	%	(a-(b+c))SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo III**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011	

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	11/2010	12/2010	01/2011	02/2011	03/2011	04/2011	05/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.487.818,43	1.860.464,24	1.507.456,55	1.539.581,88	2.115.334,82	1.633.457,52	1.698.566,41
Receita Tributária	77.258,54	165.809,41	73.619,63	127.483,55	689.629,56	118.716,31	147.775,38
IPTU	2.805,05	2.785,37	94,38	0,00	459.018,11	27.578,14	22.303,64
ISS	44.116,20	57.722,06	44.584,70	83.783,31	60.983,51	53.043,59	45.704,25
ITBI	13.643,15	8.959,11	11.471,03	5.201,25	10.987,97	6.239,62	23.712,10
IRRF	7.043,72	89.476,58	9.734,78	8.969,06	6.213,30	6.127,07	8.755,90
Outras	9.650,42	6.866,29	7.734,74	29.529,93	152.426,67	25.727,89	47.299,49
Receita de Contribuições	34.333,42	36.381,56	36.231,24	32.285,28	31.751,00	40.239,82	40.976,33
Receita Patrimonial	27.013,02	14.999,36	5.043,28	5.194,46	6.774,19	13.025,90	13.827,01
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.340,65	5.509,14	677,27	1.843,49	800,00	1.163,71	1.891,80
Transferências Correntes	1.332.098,09	1.620.759,07	1.381.362,06	1.364.273,36	1.343.004,34	1.444.748,66	1.481.018,82
Cota-Parte do FPM	359.079,75	624.138,45	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91
Cota-Parte do ICMS	544.277,80	583.068,32	570.290,58	502.742,90	575.247,84	571.698,32	558.635,06
Cota-Parte do IPVA	40.251,35	19.834,24	26.350,17	56.771,46	76.219,22	75.247,22	73.534,28
Cota-Parte do ITR	115,33	130,35	95,35	14,40	10,06	40,32	0,00
Transf.da LC 87/1996	3.210,62	3.210,62	3.255,12	3.255,12	3.255,12	3.255,12	3.255,12
Transferência do FUNDEB	202.798,03	221.493,82	196.729,46	181.811,96	188.015,68	197.925,17	202.359,21
Outras Transferências	182.365,21	168.883,27	150.643,45	152.108,38	195.017,78	191.989,67	178.847,24
Demais Receitas Correntes	12.774,71	17.005,70	10.523,07	8.501,74	13.375,73	15.563,12	13.077,07
II-DEDUÇÕES	191.819,30	214.628,48	209.308,55	208.432,46	193.729,01	213.310,38	221.937,52
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	191.819,30	214.628,48	209.308,55	208.432,46	193.729,01	213.310,38	221.937,52
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.295.999,13	1.645.835,76	1.298.148,00	1.331.149,42	1.921.605,81	1.420.147,14	1.476.628,89

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.636.361,88	1.624.000,17	1.680.318,17	1.567.659,12	1.829.637,35	20.180.656,54	17.642.200,00
Receita Tributária	119.429,80	104.199,01	119.610,56	112.217,58	187.719,86	2.043.469,19	1.456.500,00
IPTU	4.395,85	2.656,17	4.914,27	2.722,66	3.370,04	532.643,68	430.000,00
ISS	67.990,44	60.314,34	67.275,59	61.658,05	75.008,34	722.184,38	558.600,00
ITBI	13.383,47	14.894,97	23.515,70	15.456,80	12.839,60	160.304,77	70.000,00
IRRF	8.539,19	8.255,37	8.371,06	8.576,97	8.387,63	178.450,63	87.200,00
Outras	25.120,85	18.078,16	15.533,94	23.803,10	88.114,25	449.885,73	310.700,00
Receita de Contribuições	37.207,35	35.067,16	38.185,65	37.516,50	37.764,63	437.939,94	404.800,00
Receita Patrimonial	8.251,37	5.286,21	6.254,44	5.577,51	6.010,60	117.257,35	55.220,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.876,53	1.057,76	1.050,27	493,06	1.461,34	22.165,02	109.300,00
Transferências Correntes	1.446.610,76	1.457.807,81	1.467.144,30	1.391.248,32	1.572.554,50	17.302.630,09	15.415.540,00
Cota-Parte do FPM	419.142,81	352.351,68	367.792,51	293.620,37	385.943,24	4.877.855,27	4.490.000,00
Cota-Parte do ICMS	552.412,28	609.260,93	592.970,43	629.837,91	629.678,84	6.920.121,21	6.204.500,00
Cota-Parte do IPVA	88.541,84	84.497,00	92.276,58	68.727,00	74.633,32	776.883,68	640.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	84,82	6.971,32	1.102,84	8.152,77	16.717,56	6.700,00
Transf.da LC 87/1996	3.255,12	3.255,12	3.255,12	0,00	0,00	32.462,20	43.200,00
Transferência do FUNDEB	197.619,14	193.018,79	196.518,89	202.476,82	212.446,32	2.393.213,29	1.302.000,00
Outras Transferências	185.639,57	215.339,47	207.359,45	195.483,38	261.700,01	2.285.376,88	2.729.140,00
Demais Receitas Correntes	22.986,07	20.582,22	48.072,95	20.606,15	24.126,42	227.194,95	200.840,00
II-DEDUÇÕES	214.853,90	212.035,72	214.806,48	200.653,74	222.501,54	2.518.017,08	2.307.960,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	214.853,90	212.035,72	214.806,48	200.653,74	222.501,54	2.518.017,08	2.307.960,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.421.507,98	1.411.964,45	1.465.511,69	1.367.005,38	1.607.135,81	17.662.639,46	15.334.240,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo IX

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2011	

+-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS										
	0,00	53.318,51	0,00	53.318,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	42.612,97	0,00	42.612,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS										
	90,00	833,37	0,00	833,37	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>90,00</b>	<b>96.764,85</b>	<b>0,00</b>	<b>96.764,85</b>	<b>90,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo V**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>Previsão Orçamentária</b>
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	Anterior(09/2011)	Anterior(2010)	Atual(2011)

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo VI**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Nominal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Dívida Consolidada (I)	115.059,59	247.044,42	253.260,32
DEDUÇÕES (II)	619.412,78	1.115.090,04	1.304.213,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	716.267,63	1.118.680,04	1.305.403,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-96.854,85	-3.590,00	-1.190,00
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-504.353,19	-868.045,62	-1.050.953,15
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-504.353,19	-868.045,62	-1.050.953,15

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-182.907,53	-546.599,96

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referência	-300.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo VII**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+	
Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo do Resultado Primario	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

LRF, Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	15.301.620,00	2.965.572,72	14.677.134,75	12.871.225,29
Receita Tributária	1.456.500,00	299.937,44	1.800.401,24	1.551.234,31
IPTU	430.000,00	6.092,70	527.053,26	461.640,39
ISS	558.600,00	136.666,39	620.346,12	498.269,47
IRRF	87.200,00	16.964,60	81.930,33	126.513,19
ITBI	70.000,00	28.296,40	137.702,51	140.830,55
Outras	310.700,00	111.917,35	433.369,02	323.980,71
Receita de Contribuição	404.800,00	75.281,13	367.224,96	308.174,30
Outras Contribuições	404.800,00	75.281,13	367.224,96	308.174,30
Receita Patrimonial Liquida	22.600,00	3.019,64	31.575,15	24.259,15
Receita Patrimonial	55.220,00	11.588,11	75.244,97	66.643,09
(-) Aplicações Financeiras	32.620,00	8.568,47	43.669,82	42.383,94
Transferências Correntes	13.107.580,00	2.540.647,54	12.238.203,63	10.705.310,76
FPM	3.592.000,00	543.650,93	3.115.709,93	2.494.920,46
ICMS	4.963.600,00	1.007.613,61	4.634.221,04	3.917.928,84
Outras Transferências	4.551.980,00	989.383,00	4.488.272,66	4.292.461,46
Demais Receitas Correntes	310.140,00	46.686,97	239.729,77	282.246,77
Dívida Ativa	42.120,00	23.287,26	89.190,10	80.388,37
Diversas Receitas Correntes	268.020,00	23.399,71	150.539,67	201.858,40
Receitas de Capital (II)	1.640.000,00	106.294,00	339.343,95	603.854,54
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	30.000,00	0,00	110.000,00	77.000,00
Transferências de Capital	1.610.000,00	106.294,00	229.343,95	526.854,54
Outras Transferências de Capital	1.610.000,00	106.294,00	229.343,95	526.854,54
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.610.000,00	106.294,00	229.343,95	526.854,54
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	16.911.620,00	3.071.866,72	14.906.478,70	13.398.079,83

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	17.135.502,03	2.547.103,54	13.369.437,07	11.072.970,02
Pessoal e Encargos Sociais	9.212.512,15	1.463.303,79	7.056.587,42	5.899.044,20
Outras Despesas Correntes	7.697.989,88	1.047.439,97	6.103.990,01	5.093.789,42
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	225.000,00	36.359,78	208.859,64	80.136,40
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	16.910.502,03	2.510.743,76	13.160.577,43	10.992.833,62
Despesas de Capital (XI)	3.839.435,87	216.805,31	1.840.772,69	2.037.854,32
Investimentos	3.617.435,87	173.021,21	1.628.973,42	1.917.863,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	222.000,00	43.784,10	211.799,27	119.990,57
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.617.435,87	173.021,21	1.628.973,42	1.917.863,75
Reserva de Conting. (XVI)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	20.542.937,90	2.683.764,97	14.789.550,85	12.910.697,37
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-3.631.317,90	388.101,75	116.927,85	487.382,46
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			488.987,97	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

122.380,00

```
+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                      |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                 |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO          |
+-----+
```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

\_\_\_\_\_  
TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo X**

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	1.235.060,00	1.235.060,00	227.814,46	1.523.298,65	123,34
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	491.060,00	491.060,00	44.281,05	670.770,63	136,60
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	430.000,00	430.000,00	6.092,70	527.053,26	122,57
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	18.000,00	18.000,00	610,46	4.647,54	25,82
1.1.2- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	2.400,00	2.400,00	0,00	7.265,36	302,72
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	36.000,00	36.000,00	35.495,48	116.456,26	323,49
1.1.4- Receita da Dívida Ativa de Outros Tributo	6.000,00	6.000,00	3.933,50	18.642,53	310,71
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	70.000,00	70.000,00	28.296,40	137.702,51	196,72
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	70.000,00	70.000,00	28.296,40	137.702,51	196,72
1.3 - Receita Resultante do - ISS	586.800,00	586.800,00	138.272,41	632.895,18	107,86
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	558.600,00	558.600,00	136.666,39	620.346,12	111,05
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Servi	9.000,00	9.000,00	0,00	15,65	0,17
1.3.2- Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Q	1.200,00	1.200,00	0,00	213,97	17,83
1.3.3- Receita Divida Ativa Imp. s/ Serviços Qua	18.000,00	18.000,00	1.606,02	12.319,44	68,44
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	87.200,00	87.200,00	16.964,60	81.930,33	93,96
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	82.000,00	82.000,00	16.964,60	81.930,33	99,92
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receita Resultante do - ITR	-1.340,00	-1.340,00	-1.851,09	-3.294,32	245,84
1.5.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-1.340,00	-1.340,00	-1.851,09	-3.294,32	245,84
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.539.800,00	11.539.800,00	2.115.778,67	10.557.856,86	91,49
2.1 - Cota Parte do FPM	4.490.000,00	4.490.000,00	679.563,61	3.894.637,07	86,74
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.490.000,00	4.490.000,00	679.563,61	3.894.637,07	86,74
2.2- Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	1.259.516,75	5.792.775,09	93,36
2.3- Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	0,00	26.040,96	60,28
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	24.082,38	111.133,77	71,51
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	6.700,00	6.700,00	9.255,61	16.471,88	245,85
2.6- Cota-Parte do IPVA	640.000,00	640.000,00	143.360,32	716.798,09	112,00
<b>3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)</b>	<b>12.774.860,00</b>	<b>12.774.860,00</b>	<b>2.343.593,13</b>	<b>12.081.155,51</b>	<b>94,57</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	355.300,00	355.300,00	62.719,79	277.267,07	78,04
5.1- Transferência do Salário-Educação	201.500,00	201.500,00	41.174,69	195.817,22	97,18
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	53.300,00	53.300,00	12.084,00	48.336,00	90,69
5.2- Transf Diretas FNDE referente PNATE	100.000,00	100.000,00	9.461,10	33.113,85	33,11
5.2- Outras Transf.Diretas Fundo Nac. Desenv. Educ	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	140.000,00	140.000,00	58.455,12	246.972,88	176,41
6.1- Transf. de Convênios dos Estados Dest. a Prog	140.000,00	140.000,00	58.455,12	246.972,88	176,41
<b>9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO</b>	<b>495.300,00</b>	<b>495.300,00</b>	<b>121.174,91</b>	<b>524.239,95</b>	<b>105,84</b>

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	FUNDEB				
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.307.960,00	2.307.960,00	423.155,28	2.111.569,30	91,49
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	898.000,00	898.000,00	135.912,68	778.927,14	86,74
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.240.900,00	1.240.900,00	251.903,14	1.158.554,05	93,36
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	8.640,00	8.640,00	0,00	5.208,16	60,28
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	31.080,00	31.080,00	4.816,49	22.226,81	71,51
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	1.340,00	1.340,00	1.851,09	3.294,32	245,84
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	128.000,00	128.000,00	28.671,88	143.358,82	112,00
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.185.500,00	2.185.500,00	415.392,98	1.976.375,83	90,43
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	2.170.000,00	2.170.000,00	414.923,14	1.968.921,44	90,73
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	15.500,00	15.500,00	469,84	7.454,39	48,09
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	137.960,00	137.960,00	8.232,14	142.647,86	103,40

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.935.500,00	2.274.047,15	361.529,64	1.740.139,06	76,52
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.935.500,00	2.274.047,15	361.529,64	1.740.139,06	76,52
14.0 - OUTRAS DESPESAS	250.000,00	263.000,00	0,00	257.426,78	97,88
14.1 - Com Educação Infantil	250.000,00	263.000,00	0,00	257.426,78	97,88
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	2.185.500,00	2.537.047,15	361.529,64	1.997.565,84	78,74

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>0,00</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11) x 100</b>	<b>% 88,05</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>0,00</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011</b>	<b>0,00</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas			%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100	
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	3.193.715,00	3.193.715,00	585.898,28	3.020.288,88	94,57	
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas			%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100	
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	268.300,00	0,00	261.290,08	97,39	
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	250.000,00	263.000,00	0,00	257.426,78	97,88	
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	5.300,00	5.300,00	0,00	3.863,30	72,89	
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.322.810,00	3.830.678,40	593.291,52	3.021.861,73	78,89	
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.935.500,00	2.205.500,00	361.529,64	1.671.591,91	75,79	
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	1.387.310,00	1.625.178,40	231.761,88	1.350.269,82	83,08	
25.0 - ENSINO MEDIO	13.500,00	19.000,00	1.020,00	1.980,00	10,42	



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	80.000,00	230.000,00	30.896,85	125.404,00	54,52
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)</b>	<b>3.671.610,00</b>	<b>4.347.978,40</b>	<b>625.208,37</b>	<b>3.410.535,81</b>	<b>78,44</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	142.647,86
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	7.454,39
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	135.193,47
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	3.418.345,28

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 28,29

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	201.500,00	224.439,78	38.485,26	137.976,79	61,48
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	240.000,00	288.517,76	68.531,34	284.047,51	98,45
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	441.500,00	512.957,54	107.016,60	422.024,30	82,27
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	4.113.110,00	4.860.935,94	732.224,97	3.832.560,11	78,84

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA

Saldo Cancelado

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

Até o em  
Bimestre 2010 (g)

46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
---	------	------

## VALOR

## FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

FUNDEB(b) FUNDEF

47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-7.454,39	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.454,39	0,00
51.0- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo XI**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	3.839.435,87	216.805,31	1.840.772,69	1.998.663,18
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.839.435,87	216.805,31	1.840.772,69	1.998.663,18
--------------------------------	--------------	------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-3.839.435,87	-216.805,31	-1.840.772,69	-1.998.663,18
-------------------	---------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo XIV**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	30.000,00	110.000,00	-80.000,00
Alienação de Veiculos	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Veiculos	20.000,00	0,00	20.000,00
Alienacao de Veiculos - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Veiculos - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienacao de Moveis e Utensilios - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Moveis e Utensilios - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Equipamentos	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienacao de Equipamentos - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Equipamentos - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	110.000,00	-110.000,00
Total	30.000,00	110.000,00	-80.000,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	110.000,00	110.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo XVI**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	13.325.600,00	13.325.600,00	0,00	0,00
Impostos	1.145.800,00	1.145.800,00	0,00	0,00
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	430.000,00	430.000,00	0,00	0,00
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros Rendime	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	558.600,00	558.600,00	0,00	0,00
Receitas de transf. constitucionais e Legais	12.179.800,00	12.179.800,00	0,00	0,00
da União	11.539.800,00	11.539.800,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.490.000,00	4.490.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	6.700,00	6.700,00	0,00	0,00
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	640.000,00	640.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	0,00	0,00
do Estado	7.587.100,00	7.587.100,00	0,00	0,00
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	1.184.000,00	1.184.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	0,00	0,00
Outras Receitas	64.800,00	64.800,00	0,00	0,00
(-)-Dedução para o Fundef	-2.307.960,00	-2.307.960,00	0,00	0,00
Total de Receita de Impostos	11.082.440,00	11.082.440,00	0,00	0,00

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	3.510.165,00	4.586.105,87	3.408.428,00	74,32
Pessoal e Encargos Sociais	2.092.565,00	3.047.565,00	2.275.076,43	74,65
Outras Despesas Correntes	1.417.600,00	1.538.540,87	1.133.351,57	73,66
Despesas de Capital	157.400,00	291.789,35	176.299,77	60,42
Investimentos	157.400,00	291.789,35	176.299,77	60,42
Total	3.667.565,00	4.877.895,22	3.584.727,77	73,49

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	3.584.727,77	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	917.240,00	917.240,00	871.700,99	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	917.240,00	917.240,00	871.700,99	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	2.713.026,78	0,00

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2010(e)	Aplic.Apurada em 2010(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2010	Can.em 2011(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	23,57	-833,37	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2010				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	0,00
---	------

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	4.833.194,43	3.558.257,92	99,26
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	26.800,79	24.312,80	0,68
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	2.157,05	0,06
Total	3.667.565,00	4.877.895,22	3.584.727,77	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	917.240,00	917.240,00	871.700,99	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	917.240,00	917.240,00	871.700,99	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	3.667.565,00	4.877.895,22	2.713.026,78	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2011 - Anexo XVII**

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	16.974.240,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	16.974.240,00
Receitas Realizadas	3.080.435,19	15.060.148,52
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	488.987,97
Déficit Orçamentário	0,00	4.015.697,90

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	16.974.240,00
Dotação Atualizada	0,00	20.989.937,90
Despesas Empenhadas	2.588.012,15	15.372.081,71
Despesas Liquidadas	2.763.908,85	15.210.209,76
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.588.012,15	15.372.081,71
Despesas Liquidadas	2.763.908,85	15.210.209,76

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	17.662.639,46

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-300.000,00	-546.599,96	182,2000
Resultado Primario	122.380,00	116.927,85	95,5449

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	96.764,85	0,00	96.764,85	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	28,2949
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	88,047
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.840.772,69	1.998.663,18

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	110.000,00	-80.000,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	2.713.026,78	15,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 026/2011**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/2011, de 10 de novembro de 2011.

“AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL”

Art. 1º - Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID. ORÇ. 0101 CÂMARA MUNICIPAL

031 AÇÃO LEGISLATIVA

2001 Manutenção do Poder Legislativo

33500000 OUT. DESPESAS CORRENTES - Transferência ASSERV  
R\$ 1.700,00

1002 Construção e Equipamentos da Sede da Câmara  
44900000 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 56.300,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionada no artigo primeiro fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID. ORÇ. 0101 CÂMARA MUNICIPAL

031 AÇÃO LEGISLATIVA

2001 Manutenção do Poder Legislativo

31900000 DESPESAS CORRENTES - Pessoal e Encargos Sociais  
R\$ 6.000,00

33900000 OUT. DESPESAS CORRENTES - Manutenção Atividades  
R\$ 52.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas, 10 de novembro de 2011.

MARCIO JUCELIO DE LUCCA

Presidente da Câmara

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 10/11/2011.

MARCIO JUCELIO DE LUCCA ODAIR JOSE GABRIELLI

Presidente da Câmara 1º Secretário da Câmara

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Anexo I RREO BALANÇO ORÇAMENTARIO

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>1.417.478,88</b>	<b>18,54</b>	<b>6.950.444,57</b>	<b>90,89</b>	<b>696.327,07</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.625.771,64</b>	<b>7.625.771,64</b>	<b>1.417.478,88</b>	<b>18,59</b>	<b>6.950.444,57</b>	<b>91,14</b>	<b>675.327,07</b>
RECEITA TRIBUTARIA	244.000,00	244.000,00	20.285,19	8,31	136.028,46	55,75	107.971,54
IMPOSTOS	166.000,00	166.000,00	16.723,59	10,07	111.518,62	67,18	54.481,38
TAXAS	48.000,00	48.000,00	3.561,60	7,42	24.509,84	51,06	23.490,16
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	3.839,35	19,20	23.205,91	116,03	-3.205,91
Contribuicao Custeio Servico Iluminacao Publica Co	20.000,00	20.000,00	3.839,35	19,20	23.205,91	116,03	-3.205,91
RECEITA PATRIMONIAL	14.512,50	14.512,50	14.826,36	102,16	55.428,48	381,94	-40.915,98
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.750,00	1.750,00	14.826,36	847,22	55.428,48	167,34	-53.678,48
Outras Rec. Patrimoniais	12.762,50	12.762,50	0,00	0,00	0,00	0,00	12.762,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.242.964,14	7.242.964,14	1.371.000,13	18,93	6.664.894,12	92,02	578.070,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.242.964,14	7.242.964,14	1.371.000,13	18,93	6.664.894,12	92,02	578.070,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.295,00	104.295,00	7.527,85	7,22	70.887,60	67,97	33.407,40
Multas e Juros de Mora	27.000,00	27.000,00	51,41	0,19	1.944,55	7,20	25.055,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	1.862,50	31,04	2.434,80	40,58	3.565,20
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	451,35	11,28	1.828,20	45,71	2.171,80
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	5.162,59	7,67	64.680,05	96,11	2.614,95
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>21.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.000,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>1.417.478,88</b>	<b>18,54</b>	<b>6.950.444,57</b>	<b>90,89</b>	<b>696.327,07</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>1.417.478,88</b>	<b>18,54</b>	<b>6.950.444,57</b>	<b>90,89</b>	<b>696.327,07</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.417.478,88	18,54	6.950.444,57	90,89	696.327,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	186.716,30	—	—	54.838,77	—	—
Superávit Financeiro	—	186.716,30	—	—	54.838,77	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>1.249.483,56</b>	<b>8.896.255,20</b>	<b>1.348.376,60</b>	<b>6.599.487,42</b>	<b>1.328.546,43</b>	<b>6.566.192,62</b>	<b>73,81</b>	<b>2.330.062,58</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.883.148,69</b>	<b>1.309.979,78</b>	<b>7.193.128,47</b>	<b>1.279.599,45</b>	<b>5.999.352,68</b>	<b>1.266.179,28</b>	<b>5.972.467,88</b>	<b>83,03</b>	<b>1.220.660,59</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.416.826,36	1.102.428,95	3.519.255,31	706.718,65	3.229.242,90	706.718,65	3.229.242,90	91,76	290.012,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	0,00	45.000,00	7.605,68	37.307,04	7.605,68	37.307,04	82,90	7.692,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.421.322,33	207.550,83	3.628.873,16	565.275,12	2.732.802,74	551.854,95	2.705.917,94	74,57	922.955,22
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.703.622,95</b>	<b>-60.496,22</b>	<b>1.643.126,73</b>	<b>68.777,15</b>	<b>600.134,74</b>	<b>62.367,15</b>	<b>593.724,74</b>	<b>36,13</b>	<b>1.049.401,99</b>
INVESTIMENTOS	1.543.622,95	-60.496,22	1.483.126,73	48.364,65	494.042,09	41.954,65	487.632,09	32,88	995.494,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	160.000,00	0,00	160.000,00	20.412,50	106.092,65	20.412,50	106.092,65	66,31	53.907,35
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>1.249.483,56</b>	<b>8.896.255,20</b>	<b>1.348.376,60</b>	<b>6.599.487,42</b>	<b>1.328.546,43</b>	<b>6.566.192,62</b>	<b>73,81</b>	<b>2.330.062,58</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3



Município de Chapadao do Lageado - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>1.249.483,56</b>	<b>8.896.255,20</b>	<b>1.348.376,60</b>	<b>6.599.487,42</b>	<b>1.328.546,43</b>	<b>6.566.192,62</b>	<b>73,81</b>	<b>2.330.062,58</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	384.251,95	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>1.249.483,56</b>	<b>8.896.255,20</b>	<b>1.348.376,60</b>	<b>6.599.487,42</b>	<b>1.328.546,43</b>	<b>6.950.444,57</b>	<b>73,81</b>	<b>2.330.062,58</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

**Anexo II RREO DESPESAS FUNCAO SUBFUNCAO**

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	7.646.771,64	8.896.255,20	1.348.376,60	6.599.487,42	1.328.546,43	6.566.192,62	100,00	73,81	2.330.062,58
Legislativa	425.000,00	425.000,00	64.779,77	340.497,69	68.721,40	340.497,69	5,19	80,12	84.502,31
Ação Legislativa	425.000,00	425.000,00	64.779,77	340.497,69	68.721,40	340.497,69	5,19	80,12	84.502,31
Administração	1.290.003,32	1.435.303,32	260.702,37	1.241.889,58	254.462,44	1.235.115,65	18,81	86,05	200.187,67
Administração Geral	582.753,32	707.553,32	159.489,76	626.333,77	153.449,35	619.759,36	9,44	87,59	87.793,96
Administração Financeira	707.250,00	727.750,00	101.212,61	615.555,81	101.013,09	615.356,29	9,37	84,56	112.393,71
Assistência Social	363.000,00	485.000,00	84.763,28	261.712,27	81.903,74	258.852,73	3,94	53,37	226.147,27
Assistência à Criança e ao Adolescente	69.500,00	181.500,00	7.103,03	43.177,74	6.813,01	42.887,72	0,65	23,63	138.612,28
Assistência Comunitária	293.500,00	303.500,00	77.660,25	218.534,53	75.090,73	215.965,01	3,29	71,16	87.534,99
Saúde	1.218.557,00	1.396.557,00	243.021,15	1.210.153,75	242.111,41	1.207.892,95	18,40	86,49	188.664,05
Atenção Básica	1.199.619,50	1.361.119,50	243.021,15	1.208.014,63	242.111,41	1.205.753,83	18,36	88,59	155.365,67
Vigilância Sanitária	12.968,75	27.968,75	0,00	2.139,12	0,00	2.139,12	0,03	7,65	25.829,63
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	7.468,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.468,75
Trabalho	57.500,00	57.500,00	2.633,50	18.491,56	2.600,00	18.458,06	0,28	32,10	39.041,94
Fomento ao Trabalho	57.500,00	57.500,00	2.633,50	18.491,56	2.600,00	18.458,06	0,28	32,10	39.041,94
Educação	1.821.566,67	2.578.910,23	398.880,42	1.913.477,30	388.267,86	1.898.046,23	28,91	73,60	680.864,00
Ensino Fundamental	1.622.066,67	2.426.910,23	380.752,64	1.852.329,03	371.922,43	1.838.680,31	28,00	75,76	588.229,92
Educação Infantil	199.500,00	152.000,00	18.127,78	61.148,27	16.345,43	59.365,92	0,90	39,06	92.634,08
Cultura	21.000,00	19.000,00	856,80	5.161,85	856,80	5.161,85	0,08	27,17	13.838,15
Difusão Cultural	21.000,00	19.000,00	856,80	5.161,85	856,80	5.161,85	0,08	27,17	13.838,15
Urbanismo	1.247.550,00	1.210.140,00	150.520,18	745.615,82	147.189,53	741.685,17	11,30	61,29	468.454,83
Infra-Estrutura Urbana	333.000,00	331.840,00	10.115,17	201.024,79	10.115,17	201.024,79	3,06	60,58	130.815,21
Serviços Urbanos	914.550,00	878.300,00	140.405,01	544.591,03	137.074,36	540.660,38	8,23	61,56	337.639,62
Gestão Ambiental	141.500,00	146.500,00	20.804,20	104.688,46	20.662,50	104.380,00	1,59	71,25	42.120,00
Saneamento Básico Rural	8.500,00	5.500,00	0,00	249,00	0,00	249,00	0,00	4,53	5.251,00
Saneamento Básico Urbano	7.750,00	7.750,00	0,00	199,00	0,00	199,00	0,00	2,57	7.551,00
Preservação e Conservação Ambiental	17.500,00	12.000,00	0,00	1.286,70	0,00	1.286,70	0,02	10,72	10.713,30
Controle Ambiental	7.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Turismo	100.250,00	118.250,00	20.804,20	102.953,76	20.662,50	102.645,30	1,56	86,80	15.604,70
Agricultura	369.250,00	414.250,00	69.439,36	276.630,33	69.229,76	275.470,18	4,20	66,50	138.779,82
Promoção da Produção Animal	19.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Continua 1/2

**Anexo III RREO RECEITA CORRENTE LIQUIDA**

Município de Chapadão do Lageado - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>711.550,17</b>	<b>1.265.229,08</b>	<b>807.621,86</b>	<b>784.830,28</b>	<b>673.560,21</b>	<b>893.475,20</b>	<b>875.421,42</b>	<b>907.279,63</b>	<b>805.268,10</b>	<b>750.744,86</b>	<b>743.807,99</b>	<b>896.837,98</b>	<b>10.115.626,78</b>	<b>7.993.587,46</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.272,11	43.771,01	4.012,59	8.140,04	8.542,38	23.759,84	30.559,05	10.271,46	8.037,27	22.420,64	12.687,15	7.598,04	193.071,58	244.000,00
I.P.T.U.	71,70	0,00	0,00	0,00	0,00	18.127,74	11.170,35	455,18	660,30	129,90	32,77	0,00	30.647,94	83.000,00
I.S.S.	6.148,80	6.320,81	391,56	3.808,29	1.575,91	2.637,10	4.459,30	3.863,13	2.636,94	2.579,71	6.653,49	2.762,22	43.837,26	53.000,00
I.T.B.I.	2.917,07	948,08	202,52	1.154,67	502,06	709,04	2.927,33	985,87	1.214,12	7.647,86	1.264,63	1.130,00	21.603,25	20.000,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	4.134,54	36.502,12	3.418,51	3.177,08	6.464,41	2.285,96	12.002,07	4.967,28	3.525,91	12.063,17	4.736,26	3.705,82	96.983,13	88.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.895,97	1.791,99	0,00	4.269,10	2.672,50	0,00	5.898,60	2.464,79	2.002,91	2.058,66	1.856,62	1.982,73	26.893,87	20.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.801,40	20.931,05	3.275,05	4.544,76	3.275,96	8.913,51	3.259,12	4.806,00	5.947,59	6.580,13	7.234,74	7.591,62	81.160,93	14.512,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	685.866,61	970.174,50	800.334,22	757.321,90	632.306,21	854.689,76	827.972,51	889.533,81	783.340,94	713.630,51	720.240,74	873.926,48	9.509.338,19	7.610.779,96
Cota-Parte do F.P.M.	359.079,75	452.602,25	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	4.710.522,04	3.941.562,43
Cota-Parte do I.C.M.S.	187.791,15	201.044,57	190.190,80	162.319,72	189.329,15	187.800,49	183.420,69	184.087,82	196.589,11	195.083,54	211.427,78	208.462,15	2.297.546,97	2.139.925,89
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.571,83	2.830,47	0,00	9.186,25	13.033,86	11.787,11	13.309,55	13.747,66	8.557,43	10.703,40	5.120,73	9.522,41	103.370,70	95.000,00
Cota-Parte do ITR.	5,00	15,25	34,63	0,00	6,00	15,69	6,80	13,15	0,00	0,00	876,20	601,60	1.574,32	225,00
Transferências da LC 87/1996	1.118,83	1.118,83	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	13.085,16	37.500,00
Transferências do FUNDEB	64.129,78	71.072,32	76.135,55	70.577,30	73.053,56	76.896,43	78.553,48	76.767,49	74.927,66	76.286,30	78.599,17	82.469,24	899.468,28	400.000,00
Outras Transferências Correntes	68.170,27	241.490,81	98.890,56	46.584,74	50.560,25	172.512,45	87.209,33	194.690,13	145.627,34	62.680,01	129.511,74	185.843,09	1.483.770,72	996.566,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.714,08	228.560,53	0,00	10.554,48	26.763,16	6.112,09	7.732,14	203,57	5.939,39	6.054,92	1.788,74	5.739,11	305.162,21	104.295,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>111.560,67</b>	<b>132.519,18</b>	<b>125.898,24</b>	<b>128.818,92</b>	<b>102.316,41</b>	<b>121.837,04</b>	<b>133.100,01</b>	<b>124.342,79</b>	<b>113.272,16</b>	<b>115.650,30</b>	<b>101.633,99</b>	<b>121.533,10</b>	<b>1.432.482,81</b>	<b>547.815,82</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	111.560,67	132.519,18	125.898,24	128.818,92	102.316,41	121.837,04	133.100,01	124.342,79	113.272,16	115.650,30	101.633,99	121.533,10	1.432.482,81	547.815,82
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>599.989,50</b>	<b>1.132.709,90</b>	<b>681.723,62</b>	<b>656.011,36</b>	<b>571.243,80</b>	<b>771.638,16</b>	<b>742.321,41</b>	<b>782.936,84</b>	<b>691.995,94</b>	<b>635.094,56</b>	<b>642.174,00</b>	<b>775.304,88</b>	<b>8.683.143,97</b>	<b>7.445.771,64</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de Chapadao do Lageado - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	7.646.771,64	8.896.255,20	1.348.376,60	6.599.487,42	1.328.546,43	6.566.192,62	100,00	73,81	2.330.062,58
Agricultura	369.250,00	414.250,00	69.439,36	276.630,33	69.229,76	275.470,18	4,20	66,50	138.779,82
Extensão Rural	350.250,00	409.250,00	69.439,36	276.630,33	69.229,76	275.470,18	4,20	67,31	133.779,82
Transporte	514.344,67	550.594,67	38.254,40	382.580,48	39.100,52	382.324,48	5,82	69,44	168.270,19
Transporte Rodoviário	514.344,67	550.594,67	38.254,40	382.580,48	39.100,52	382.324,48	5,82	69,44	168.270,19
Desporto e Lazer	117.499,98	117.499,98	13.721,17	98.588,33	13.440,47	98.307,63	1,50	83,67	19.192,35
Desporto Comunitário	117.499,98	117.499,98	13.721,17	98.588,33	13.440,47	98.307,63	1,50	83,67	19.192,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	7.646.771,64	8.896.255,20	1.348.376,60	6.599.487,42	1.328.546,43	6.566.192,62	100,00	73,81	2.330.062,58

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Anexo IV RREO Resultado NOMINAL**

Município de Chapadao do Lageado - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	530.188,63	475.127,22	424.095,98
DEDUÇÕES (II)	969.021,26	1.075.531,43	1.164.062,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.231.403,19	1.309.148,01	1.361.118,08
Demais Haveres Financeiros	0,00	828,84	828,84
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	262.381,93	234.445,42	197.884,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-438.832,63	-600.404,21	-739.966,04
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	489.900,00	489.900,00	438.868,76
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-928.732,63</b>	<b>-1.090.304,21</b>	<b>-1.178.834,80</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2011 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-88.530,59</b>	<b>-250.102,17</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>634.669,85</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

**Anexo IX ALIENACAO de ATIVOS**

Município de Chapadao do Lageado - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.000,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>TOTAL</b>	20.000,00	0,00	20.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Investimentos	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>TOTAL</b>	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.810,44	0,00	8.810,44

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

**Anexo V RREO Resultado PRIMARIO**

Município de Chapadão do Lageado - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>7.624.021,64</b>	<b>1.402.652,52</b>	<b>6.895.016,09</b>	<b>7.067.323,05</b>
Receita Tributária	244.000,00	20.285,19	136.028,46	162.867,54
I.P.T.U.	83.000,00	32,77	30.576,24	25.811,15
I.S.S.	53.000,00	9.415,71	31.367,65	78.216,64
I.T.B.I.	20.000,00	2.394,63	17.738,10	13.031,97
I.R.R.F.	10.000,00	4.880,48	31.836,63	21.041,62
Outras Receitas Tributárias	78.000,00	3.561,60	24.509,84	24.766,16
Receita de Contribuição	20.000,00	3.839,35	23.205,91	3.210,33
Outras Contribuições	20.000,00	3.839,35	23.205,91	3.210,33
Receita Patrimonial Líquida	12.762,50	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	14.512,50	14.826,36	55.428,48	35.982,67
(-) Aplicações Financeiras	1.750,00	14.826,36	55.428,48	35.982,67
Transferências Correntes	7.242.964,14	1.371.000,13	6.664.894,12	6.833.897,50
F.P.M.	3.639.062,43	543.650,93	3.119.072,31	2.492.420,01
I.C.M.S.	1.925.509,23	337.898,76	1.528.956,51	1.352.370,25
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.678.392,48	489.450,44	2.016.865,30	2.989.107,24
Demais Receitas Correntes	104.295,00	7.527,85	70.887,60	67.347,68
Dívida Ativa	4.000,00	451,35	1.828,20	7.278,92
Diversas Receitas Correntes	100.295,00	7.076,50	69.059,40	60.068,76
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>21.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>7.624.021,64</b>	<b>1.402.652,52</b>	<b>6.895.016,09</b>	<b>7.067.323,05</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>7.193.128,47</b>	<b>1.266.179,28</b>	<b>5.972.467,88</b>	<b>4.983.988,42</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.519.255,31	706.718,65	3.229.242,90	2.539.102,89
Juros e Encargos da Dívida (IX)	45.000,00	7.605,68	37.307,04	461,24
Outras Despesas Correntes	3.628.873,16	551.854,95	2.705.917,94	2.444.424,29
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>7.148.128,47</b>	<b>1.258.573,60</b>	<b>5.935.160,84</b>	<b>4.983.527,18</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.643.126,73</b>	<b>62.367,15</b>	<b>593.724,74</b>	<b>1.938.816,47</b>
Investimentos	1.483.126,73	41.954,65	487.632,09	1.849.309,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	160.000,00	20.412,50	106.092,65	89.506,98
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.483.126,73</b>	<b>41.954,65</b>	<b>487.632,09</b>	<b>1.849.309,49</b>

Município de Chapadão do Lageado - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>60.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>8.691.255,20</b>	<b>1.300.528,25</b>	<b>6.422.792,93</b>	<b>6.832.836,67</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.067.233,56</b>	<b>102.124,27</b>	<b>472.223,16</b>	<b>234.486,38</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	54.838,77	0,00
Superávit Financeiro	-	-	54.838,77	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>182.250,00</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Chapadão do Lageado, 21/11/2011



**Anexo VI RREO RESTOS A PAGAR POR PODER e ORGAO**

Município de Chapadao do Lageado - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	27.301,68	235.080,25	-	235.080,25	27.301,68	-	235.130,00	-	235.130,00	-
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.301,68	233.704,11	0,00	233.704,11	27.301,68	0,00	235.130,00	0,00	235.130,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	200,86	0,00	200,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	12.709,06	0,00	12.709,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	1.876,58	0,00	1.876,58	0,00	0,00	212.230,00	0,00	212.230,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	1.726,53	0,00	1.726,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	24,00	0,00	0,00	0,00	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	4.690,96	0,00	4.690,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	43,64	0,00	43,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV	27.277,68	212.456,48	0,00	212.456,48	27.277,68	0,00	22.900,00	0,00	22.900,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGE	0,00	1.376,14	0,00	1.376,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	0,00	1.376,14	0,00	1.376,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>27.301,68</b>	<b>235.080,25</b>	<b>0,00</b>	<b>235.080,25</b>	<b>27.301,68</b>	<b>0,00</b>	<b>235.130,00</b>	<b>0,00</b>	<b>235.130,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

**Anexo VII RREO RECEITAS e DESPESAS ENSINO**

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	196.000,00	196.000,00	17.211,87	113.649,63	57,98
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	113.000,00	113.000,00	535,53	32.755,09	28,99
1.1.1- IPTU	85.000,00	85.000,00	32,77	30.576,24	35,97
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	26.000,00	26.000,00	51,41	350,65	1,35
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	451,35	1.828,20	36,56
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	2.394,63	17.738,10	88,69
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	2.394,63	17.738,10	88,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	53.000,00	53.000,00	9.401,23	31.319,81	59,09
1.3.1- ISS	55.000,00	55.000,00	9.401,23	31.319,81	56,95
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000,00	10.000,00	4.880,48	31.836,63	318,37
1.4.1- IRRF	10.000,00	10.000,00	4.880,48	31.836,63	318,37
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	6.250.463,32	6.250.463,32	1.125.769,28	5.951.955,69	95,22
2.1- Cota-Parte FPM	3.941.562,43	3.941.562,43	679.563,61	3.898.840,04	98,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.941.562,43	3.941.562,43	679.563,61	3.898.840,04	98,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.139.925,89	2.139.925,89	419.889,93	1.908.711,25	89,20
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.500,00	37.500,00	2.169,50	10.847,50	28,93
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	36.250,00	36.250,00	8.025,30	37.034,43	102,16
2.5- Cota-Parte ITR	225,00	225,00	1.477,80	1.554,07	690,70
2.6- Cota-Parte IPVA	95.000,00	95.000,00	14.643,14	94.968,40	99,97
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>6.446.463,32</b>	<b>6.446.463,32</b>	<b>1.142.981,15</b>	<b>6.065.605,32</b>	<b>94,09</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	122.500,00	122.500,00	46.824,46	160.556,65	131,07
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.500,00	7.500,00	17.009,60	80.942,64	1.079,24
5.2- Outras Transferências do FNDE	115.000,00	115.000,00	29.814,86	79.614,01	69,23
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	80.000,00	80.000,00	31.041,18	107.060,52	133,83
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>202.500,00</b>	<b>202.500,00</b>	<b>77.865,64</b>	<b>267.617,17</b>	<b>132,16</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	547.815,82	547.815,82	223.167,09	1.188.402,96	216,93
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	302.500,00	302.500,00	135.912,68	779.767,73	257,77
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	214.416,66	214.416,66	81.991,17	379.754,74	177,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.604,16	4.604,16	433,90	2.169,50	47,12
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.250,00	7.250,00	1.605,07	7.406,95	102,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	45,00	45,00	295,55	310,78	690,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	19.000,00	19.000,00	2.928,72	18.993,26	99,96
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	400.100,00	400.100,00	163.775,78	768.942,71	192,19
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	400.000,00	400.000,00	161.068,41	764.266,18	191,07
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100,00	100,00	2.707,37	4.676,53	4.676,53
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-147.815,82</b>	<b>-147.815,82</b>	<b>-62.098,68</b>	<b>-424.136,78</b>	<b>286,94</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	240.060,00	575.370,97	114.254,71	542.241,41	94,24
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	240.060,00	575.370,97	114.254,71	542.241,41	94,24
14- OUTRAS DESPESAS	160.040,00	320.314,00	55.320,34	242.215,17	75,62
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	160.040,00	320.314,00	55.320,34	242.215,17	75,62
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	400.100,00	895.684,97	169.575,05	784.456,58	87,58
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					70,52
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	1.611.615,83	1.611.615,83	285.745,29	1.516.401,33	94,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	144.250,00	136.750,00	16.345,43	59.365,92	43,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	144.250,00	136.750,00	16.345,43	59.365,92	43,41
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.259.650,01	1.850.734,98	289.489,48	1.503.699,26	81,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	400.100,00	895.684,97	169.575,05	784.456,58	87,58
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	859.550,01	955.050,01	119.914,43	719.242,68	75,31
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.403.900,01	1.987.484,98	305.834,91	1.563.065,18	78,65
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-424.136,78
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.676,53
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-419.460,25
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.982.525,43
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					32,68

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.500,00	90.398,59	507,40	54.838,77	60,66
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	385.166,66	499.026,66	81.925,55	280.142,28	56,14
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	397.666,66	589.425,25	82.432,95	334.981,05	56,83
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.801.566,67	2.576.910,23	388.267,86	1.898.046,23	73,66
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	764.266,18	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	735.378,85	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.676,53	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	33.563,86	0,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

**Anexo VIII RREO DESPESAS CAPITAL**

Município de Chapadao do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>		<b>1.000,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.643.126,73	593.724,74	0,00	1.049.401,99
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.643.126,73</b>	<b>593.724,74</b>	<b>0,00</b>	<b>1.049.401,99</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.642.126,73</b>	<b>-593.724,74</b>		<b>-1.048.401,99</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

**Anexo X RECEITAS e DESPESAS SAÚDE**

Município de Chapadao do Lageado - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.446.463,32	6.446.463,32	6.065.605,32	94,09
Impostos	166.000,00	166.000,00	111.470,78	67,15
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	83.000,00	83.000,00	30.576,24	36,84
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00	20.000,00	17.738,10	88,69
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	53.000,00	53.000,00	31.319,81	59,09
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	10.000,00	10.000,00	31.836,63	318,37
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	30.000,00	30.000,00	2.178,85	7,26
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	26.000,00	26.000,00	350,65	1,35
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	1.828,20	45,71
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.250.463,32	6.250.463,32	5.951.955,69	95,22
Da União	4.015.537,43	4.015.537,43	3.948.276,04	98,32
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	3.941.562,43	3.941.562,43	3.898.840,04	98,92
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00	225,00	1.554,07	690,70
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	37.500,00	37.500,00	10.847,50	28,93
Outras Transferências da União	36.250,00	36.250,00	37.034,43	102,16
Do Estado	2.234.925,89	2.234.925,89	2.003.679,65	89,65
Cota-Parte do ICMS	2.139.925,89	2.139.925,89	1.908.711,25	89,20
Cota-Parte do IPVA	95.000,00	95.000,00	94.968,40	99,97
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.748.124,14	1.748.124,14	2.073.242,21	118,60
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-547.815,82	-547.815,82	-1.188.402,96	216,93
<b>TOTAL</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>7.646.771,64</b>	<b>6.950.444,57</b>	<b>90,89</b>

  

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.062.369,50	1.258.008,62	1.191.378,95	94,70
Pessoal e Encargos Sociais	529.954,60	730.692,00	730.209,48	99,93
Outras Despesas Correntes	532.414,90	527.316,62	461.169,47	87,46
DESPESAS DE CAPITAL	156.187,50	138.548,38	16.514,00	11,92
Investimentos	156.187,50	138.548,38	16.514,00	11,92

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	156.187,50	138.548,38	16.514,00	11,92
Investimentos	156.187,50	138.548,38	16.514,00	11,92
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>1.218.557,00</b>	<b>1.396.557,00</b>	<b>1.207.892,95</b>	<b>86,49</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.218.557,00	1.396.557,00	1.207.892,95	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	206.437,50	323.751,62	259.653,89	21,50
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	206.437,50	323.751,62	259.653,89	21,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>1.012.119,50</b>	<b>1.072.805,38</b>	<b>948.239,06</b>	<b>78,50</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;² [(V - VI) / I]</b>	<b>15,63</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.199.619,50	1.361.119,50	1.205.753,83	99,82
Vigilância Sanitária	12.968,75	27.968,75	2.139,12	0,18
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	7.468,75	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.218.557,00</b>	<b>1.396.557,00</b>	<b>1.207.892,95</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

**Anexo XI RREO SIMPLIFICADO RREO**

Município de Chapadao do Lageado - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	7.646.771,64	
Previsão Atualizada		—	7.646.771,64	
Receitas Realizadas		1.417.478,88	6.950.444,57	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	54.838,77	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	7.646.771,64	
Créditos Adicionais		—	1.249.483,56	
Dotação Atualizada		—	8.896.255,20	
Despesas Empenhadas		1.348.376,60	6.599.487,42	
Despesas Liquidadas		1.328.546,43	6.566.192,62	
Superavit Orçamentário		—	384.251,95	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.348.376,60	6.599.487,42	
Despesas Liquidadas		1.328.546,43	6.566.192,62	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			8.683.143,97	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		634.669,85	-250.102,17	-39,41
Resultado Primário		182.250,00	472.223,16	259,11
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	262.381,93	0,00	235.080,25	27.301,68
	EXECUTIVO	262.381,93	0,00	235.080,25
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	235.130,00	0,00	235.130,00	0,00
	EXECUTIVO	235.130,00	0,00	235.130,00
TOTAL:	497.511,93	0,00	470.210,25	27.301,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.982.525,43	25%	32,68
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		542.241,41	60%	70,52
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00	
Despesa de Capital Líquida		593.724,74	1.049.401,99	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	20.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	5.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	948.239,06	15,00	15,63

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

# Concórdia

## PREFEITURA

### **Adendo 1 ao Pregão Eletrônico Nº 47/2011 - PMC - Sistema de Registro de Preços**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 1 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2011 - PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de licitação em referência, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação, durante o exercício de 2012, de serviços de horas máquinas e transportes de cascalho e/ou calcário, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, passou por alterações. O prazo para o envio das propostas de preços no [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) fica alterado para 09 de dezembro de 2011, até as 08h15min, e a abertura da licitação, no dia 09 de dezembro de 2011 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital alterado, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 \*\* 49) 3441-2160

Concórdia, SC, 18 de novembro de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 90/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2011- PMC

Objeto: Aquisição de produtos para o Natal do servidor 2011, conforme Lei Complementar nº 530, de 09 de abril de 2009, e de acordo com as especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote .

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 14/12/2011.

Abertura: dia 15/12/2011, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Aviso Edital de Credenciamento Nº 1/2011 - FUMAS/ SEMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - FUMAS

SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - SEMAS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2011

Objeto: Credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, laboratorial e de fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia e psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar nº 163, de 26.07.99 e Decreto nº 4.155, de 16.09.99.

Prestadores: Prestador de serviços de saúde, empresas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativa ou não.

Credenciamento: à partir de 23/11/2011.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na sede do SEMAS, na Rua Atalípio Magarinos, nº 326, nesta cidade, no horário das: 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-feira ou através do telefone nº (49) 3442-0248.

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Presidente do FUMAS

### **Errata do Aviso de Publicação da Tomada de Preço Nº 42/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA DO AVISO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 42/2011 - PMC

Na publicação do Extrato da Tomada de Preço nº 42/2011, veiculado no dia 18 de novembro de 2011, onde se lê: "Menor Preço Global"; leia-se: "Técnica e preço".

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 26/2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2011

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da senhora Neusa Aparecida Dahmer, Diretora de Ação Social, que declarou Inexigível a Licitação, nos termos do artigo 25, Caput da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para prestação de serviços de internamento de adolescente, conforme determinação Judicial, em favor da empresa: PATRONATO AGRÍCOLA PROFISSIONAL SÃO JOSÉ, no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2011.

MAURO KICHEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

### **Extrato do Resultado da Habilitação, Tomada de Preços Nº 35/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2011 - PMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUQ e drenagem pluvial, das Ruas Magdalena Savoldi e das Pereiras, neste Município, de acordo com os Projetos Básicos constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas HABILITADAS as licitantes SETEP CONSTRUÇÕES S.A., DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP e BRITTER RODOVIAS LTDA. Ressalve-se que a empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP comprovou através da Certidão de enquadramento, documento este, exigido no subitem 4.4 do Edital, que é Microempresa (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 30 (trinta) de novembro de 2011, às 15h30min (quinze horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2011.  
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Presidente da C.P.L.

**Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/  
IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA, repasse no valor de R\$ 1.468,35 (um mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 21 de novembro de 2011.  
MAURO KICHEL  
Gestor do FMAS

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Notificação de Recebimento Recursos Federais 11/11/2011

**Santa Catarina**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 11/11/2011

#### Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>224.126,97</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	259.317,32
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	259.317,32
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	259.247,47
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - 60 %	155.548,48
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - 25%	64.811,87
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - 15%	38.887,12
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	69,85
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR - 60 %	41,91
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR - 25%	17,46
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR - 15%	10,48
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	16.660,97
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	16.660,97
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	9.996,58
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	6.664,39
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-51.851,32
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-51.851,32
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-51.837,35
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-13,97

**Notificação de Recebimento Recursos Federais 16/11/2011****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 16/11/2011

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>47.772,17</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	9.985,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	9.985,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	6.592,25
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	3.392,75
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	37.787,17
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	37.787,17
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	22.672,30
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	15.114,87

**Notificação de Recebimento Recursos Federais 17/11/2011****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 17/11/2011

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		5.386,29
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	4.500,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	886,29
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	886,29
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	531,77
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	354,52

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do SEGUNDO Termo Aditivo Nº. 049/2011 de Contrato de 22 de Fevereiro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 049/2011 DE CONTRATO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 0308454-06/2009 E PMCM 018/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/12/2009

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo alterar o item 16 da Cláusula Décima Sexta do Contrato de repasse nº. 0308454-06/2009, de 31 de dezembro de 2009 realizado segundo os termos do programa GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO do Ministério das Cidades

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

O item 16 da Cláusula Décima Sexta do Contrato nº. 0308454-06/2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGENCIA

A vigência deste contrato de repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 30 de março de 2012, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da contratante, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ:00.360.305/0001-04

CONTRATADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

## Corupá

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 1580/11 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR e FISCALIZAR EXECUÇÃO do Contrato Nº 166/2011.

PORTARIA Nº 1580/11

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 166/2011.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito em Exercício do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº

166/2011, o senhor Alvaro Poerner, matrícula funcional nº 2581-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Serviços Públicos, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA DA MARCA VOLVO DO BRASIL, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de novembro de 2011.

CARLOS DIETER WERNER  
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

#### Edital 11/2011/Semec

Edital 11/2011/Semec

O Município de Corupá, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Educação (Semec), no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo para cadastro reserva de professores de ensino fundamental e infantil, admitidos em caráter temporário, para atuação junto ao Município, para o ano letivo de 2012, vinculados ao Regime Celetista.

#### 1. Das inscrições:

As inscrições estarão abertas de 18 de Novembro a 16 de Dezembro de 2011, das 8h às 11h30 horas e das 14 às 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação.

#### 2. Documentos para a inscrição (com cópias):

- Carteira de identidade;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Atestado de tempo de serviço. (Para a contagem de tempo de serviço será considerada como data fim 31/10/2011);
- Habilitação no cargo em que se inscreveu:

Cargo	Habilitação
Professor de 6º ao 9º ano do ensino fundamental	Curso Superior nas disciplinas específicas de 6º ao 9º ano;
	Atestado de frequência em nível superior nas disciplinas específicas de 6º ao 9º ano.
Professor de educação infantil e ou séries iniciais do ensino fundamental	Curso Superior (Pedagogia);
	Atestado de frequência em nível superior (Pedagogia).

#### 3. Classificação:

A classificação será pela ordem:

- Habilitação;
- Tempo de serviço na função;





- c) Maior idade;  
 d) Estado civil;  
 d.1) Casados;  
 d.2) Demais.  
 e) Maior número de dependentes.

#### 4. Divulgação da Classificação:

- 4.1. As listagens de classificação serão afixadas na Secretaria Municipal de Educação a partir de 19 de Dezembro de 2011;  
 4.2. O candidato que se julgar prejudicado terá o prazo de 03 (três) dias, incluindo a data da divulgação, para solicitar reconsideração, fazendo a solicitação através de requerimento encaminhado à Secretaria Municipal de Educação.

#### 5. Escolha de vagas:

- 5.1. A chamada para ocupar as vagas será a critério e por necessidade do Município.  
 5.2. A chamada dos candidatos será por telefone e por publicação no mural da Secretaria de Educação, a partir da necessidade e obedecerá à ordem da classificação.  
 5.3. O candidato classificado que sendo chamado e não apresentar-se na Secretaria de Educação, no dia determinado, perderá todos os direitos sobre a escolha.

#### 6. Condições para admissão:

- 6.1. Na admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Habilitação;  
 b) Quitação com obrigações militares e eleitorais;  
 c) CPF e título de eleitor;  
 d) Carteira de Trabalho;  
 e) Conta Corrente na Caixa Econômica Federal;  
 f) Certidão de Nascimento e/ou Casamento próprio;  
 g) Endereço completo e Certidão de Nascimento dos filhos e dependentes;

- 6.2. Deve ser respeitado o disposto no artigo 253 da LCM 14/09, a saber:

"O prazo de vigência de contrato por tempo determinado não poderá exceder a 12 (doze) meses, renovável uma única vez, se necessário, pelo mesmo período.

Parágrafo único - É vedada nova contratação de pessoa que já tenha sido contratada por tempo determinado, antes de decorrido o prazo de 6 (seis) meses de vencimento do contrato anterior."

#### 7. Da vigência de contratação:

- 7.1. A contratação temporária terá por data limite o estabelecido em contrato ou até o preenchimento de vaga por concurso público, prevalecendo o que ocorrer antes, podendo ser rescindida a qualquer tempo, desde que desapareça a situação excepcional que a ensejou.

#### 8. Disposições finais:

- 8.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Semec;  
 8.2. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, porém por procuração (com firma reconhecida por verdadeira), a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;  
 8.3. O processo seletivo de que trata este edital será realizado sob a coordenação da Semec;  
 8.4. Os casos omissos serão resolvidos por Comissão especialmente composta por ato do Prefeito Municipal.

Corupá, 17 de Novembro de 2011.  
 CARLOS DIETER WERNER  
 Prefeito Municipal e.e

JONEY CICERO MOROZINI  
 Secretário Municipal de Educação

### INSCRIÇÃO DE PROFESSOR PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO: EDITAL 11/2011/SEMEC

Número de inscrição: \_\_\_\_\_

#### I - Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Data Nasc.: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

No de Dependente: \_\_\_\_\_

#### II - Endereço

Rua/Avenida: \_\_\_\_\_

Número: \_\_\_\_\_ Apto \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

#### III - Habilitação Profissional

( ) Magistério

( ) Pedagogia (Licenciatura Plena - Séries Iniciais ou Educação Infantil)

( ) Cursando a \_\_\_\_\_ fase de Pedagogia Séries Iniciais ou Educação Infantil

( ) Licenciatura Plena nas disciplinas de 6º ao 9º ano.

Disciplina: \_\_\_\_\_

( ) Cursando a \_\_\_\_\_ fase de Licenciatura Plena em \_\_\_\_\_ de 6º ao 9º ano

( ) Ensino Médio

#### IV- Tempo de Serviço

Anos	Meses	Dias

#### V- Assinale apenas duas opções de inscrição:

Educação infantil: ( )

Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano: ( )

Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano ( ) nas disciplinas de \_\_\_\_\_

Corupá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Assinatura do responsável pela inscrição

Assinatura do candidato

**Ermo**

**PREFEITURA**

### Portaria Nº 134, de 21 de novembro de 2011.

PORTARIA Nº 134, de 21 de novembro de 2011.

Dispõe sobre a Exoneração de Servidor de Cargo Efetivo que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Art. 41, inciso IV, da Lei nº 038, de 04 de novembro de 1997;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, por aposentadoria o servidor DOLARINO HENRIQUE, do cargo da Categoria Funcional de Motorista II, do



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, 21 de novembro de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

### **Contrato nº 24/2011 ( 1º termo aditivo ao Contrato nº 29/2010)**

CONTRATO nº 24/2011 ( 1º termo aditivo ao Contrato nº 29/2010)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Santech Saneamento e Tecnologia Ambiental Ltda

OBJETO: Contratação de empresa especializada p/ executar a destinação final dos resíduos sólidos domiciliares produzidos no município de Ermo. (aditivo de 25%).

PRAZO: 01/11/2011 à 31/12/2011.

VALOR ESTIMADO: O valor total fica aditado em R\$ 4.218,75 - passando para o valor total de R\$ 21.093,75.

Data da assinatura: 01/11/2011.

## **Forquilha**

### **PREFEITURA**

### **Lei Nº 1.737, de 11 de Novembro de 2011.**

LEI Nº 1.737, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

ESTIMA AS RECEITAS E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINHA-APREV, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE FORQUILHINHA, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA E CÂMARA DE VEREADORES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO 2012.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

#### **DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Forquilha para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 56.550.000,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 40.100.000,00 (quarenta milhões e cem mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 16.450.000,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).

#### **DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Art. 2º O Orçamento Anual dos Poderes Executivo e Legislativo do

Município de Forquilha, para o exercício financeiro do ano 2012, estima à receita em R\$ 47.565.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil reais) e fixa a despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 38.420.000,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e vinte mil reais) e uma transferência financeira extra-orçamentária para a Câmara de Vereadores, Fundação e Fundos Municipais de R\$ 9.145.000,00 (nove milhões, cento e quarenta e cinco mil reais), da seguinte forma:

I - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Saúde: R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais);

II - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

III - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Fundação Municipal Ambiental: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

IV - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Câmara Municipal de Vereadores: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Art. 3º A Receita referida no artigo anterior será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

#### **ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA VALOR EM R\$**

1- Receitas Correntes 48.025.000,00

Receita Tributária 4.080.000,00

Receita de Contribuições 650.000,00

Receita Patrimonial 445.000,00

Receita de Serviços 190.000,00

Transferências Correntes 41.320.000,00

Outras Receitas Correntes 1.340.000,00

2 - Receitas de Capital 5.280.000,00

Operações de Crédito 2.500.000,00

Alienação de Bens 60.000,00

Transferências de Capital 2.720.000,00

9 - Deduções da Receita Corrente (5.740.000,00)

9.7 - Deduções da Receita para Formação do FUNDEB (5.740.000,00)

Total Geral da Receita 47.565.000,00

Art. 4º A Despesa referida no artigo 2º, será realizada segundo a apresentação dos Anexos previstos na Lei 4.320/64, que são parte integrante desta Lei, por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Elementos de Despesa, distribuídos da seguinte maneira:

#### **I - DESPESAS POR ÓRGÃOS VALOR EM R\$**

02- Gabinete do Prefeito 1.520.000,00

03 - Secretaria de Planejamento 330.000,00

04 - Secretaria Administração e Finanças 4.610.000,00

05 - Secretaria Educação 12.970.000,00

07 - Secretaria Obras Desenvolvimento Urbano 12.355.000,00

08 - Secretaria Cultura, Esportes e Turismo. 2.010.000,00

09 - Secretaria Habitação e Desenv. Econômico 360.000,00

10 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 1.345.000,00

11 - Fundo Mun. Man. Reeq. Corpo Bombeiro 70.000,00

12 - Fundo Municipal de Habitação 30.000,00

13 - Fundo Municipal de Assistência Social 2.065.000,00

14 - Fundo Mun. Direito da Criança e Adolescente 185.000,00

15 - Encargos Especiais 550.000,00

99 - Reserva de Contingência 20.000,00

Total Orçamentário 38.420.000,00

Transf. Financeira F.M. Saúde 6.900.000,00  
 Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente 150.000,00  
 Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental 95.000,00  
 Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores 2.000.000,00  
 Total Extra-Orçamentário 9.145.000,00

Total Geral da Despesa 47.565.000,00

## II - DESPESAS POR FUNÇÕES VALOR EM R\$

04 - Administração 6.450.000,00  
 06 - Segurança Pública 160.000,00  
 08 - Assistência Social 2.250.000,00  
 12 - Educação 12.970.000,00  
 13 - Cultura 260.000,00  
 15 - Urbanismo 5.715.000,00  
 16 - Habitação 340.000,00  
 17 - Saneamento 675.000,00  
 18 - Gestão Ambiental 790.000,00  
 20 - Agricultura 555.000,00  
 22 - Indústria 50.000,00  
 26 - Transporte 5.885.000,00  
 27 - Desporto e Lazer 1.750.000,00  
 28 - Encargos Especiais 550.000,00  
 99 - Reserva de Contingência 20.000,00

Total Orçamentário 38.420.000,00

Transf. Financeira F.M. Saúde 6.900.000,00  
 Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente 150.000,00  
 Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental 95.000,00  
 Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores 2.000.000,00  
 Total Extra-Orçamentário 9.145.000,00

Total Geral da Despesa 47.565.000,00

## III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA VALOR EM R\$

100 - Encargos Especiais 550.000,00  
 102 - Gestão Administrativa Superior 1.850.000,00  
 103 - Administração Geral e Finanças 4.600.000,00  
 104 - Aeroporto Regional Diomício Freitas 10.000,00  
 105 - Educação Infantil 2.060.000,00  
 106 - Ensino Fundamental 10.450.000,00  
 107 - Ensino Profissionalizante e Superior 140.000,00  
 108 - Escola Arte no Parque 15.000,00  
 109 - Educação Especial 305.000,00  
 110 - Centros de Integração Comunitária 850.000,00  
 111 - Esporte é Vida 1.125.000,00  
 113 - Assistência Social Geral 1.215.000,00  
 114 - Desenvolvimento Rural 555.000,00  
 115 - Recuperação do Meio Ambiente 790.000,00  
 116 - Desenvolvimento Urbano 11.755.000,00  
 117 - Edificações Públicas 810.000,00  
 118 - Desenvolvimento Econômico 250.000,00  
 119 - Desenvolvimento Turístico e Cultural 885.000,00  
 121 - Assist. Fdo. Municipal Direitos Criança e Adolescente 185.000,00  
 199 - Reserva de Contingência 20.000,00

Total Orçamentário 38.420.000,00

Transf. Financeira F.M. Saúde 6.900.000,00  
 Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente 150.000,00  
 Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental 95.000,00  
 Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores 2.000.000,00  
 Total Extra-Orçamentário 9.145.000,00

Total Geral da Despesa 47.565.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA VALOR EM R\$

DESPESAS CORRENTES 27.537.500,00  
 Pessoal e Encargos Sociais 13.136.500,00  
 Transf. a Consórcios Públicos 3.000,00  
 Aplicações Diretas 10.028.500,00  
 Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.105.000,00  
 Juros e Encargos da Dívida 200.000,00  
 Aplicações Diretas 200.000,00  
 Outras Despesas Correntes 14.201.000,00  
 Transf. a Estados e ao Distrito Federal 90.000,00  
 Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos 1.236.000,00  
 Transf. a Consórcios Públicos 3.000,00  
 Aplicações Diretas 12.872.000,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 10.862.500,00  
 Investimentos 10.362.500,00  
 Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos 10.000,00  
 Aplicações Diretas 10.352.500,00  
 Amortização da Dívida 500.000,00  
 Aplicações Diretas 500.000,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 20.000,00  
 Reserva de Contingência 20.000,00

Total Orçamentário 38.420.000,00

Transf. Financeira F.M. Saúde 6.900.000,00  
 Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente 150.000,00  
 Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental 95.000,00  
 Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores 2.000.000,00  
 Total Extra-Orçamentário 9.145.000,00

Total Geral da Despesa 47.565.000,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Seguridade Social do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, para o exercício financeiro de 2012, estima à receita em R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) e uma Transferência Financeira da Prefeitura Municipal de Forquilha de R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais) e fixa a despesa em R\$ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, será proveniente de suas receitas próprias advindas do Estado e da União, com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

## ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA VALOR EM R\$

1 - Receitas Correntes 3.245.000,00  
 Receita Tributária 250.000,00  
 Receita Patrimonial 70.000,00  
 Transferências Correntes 2.915.000,00  
 Outras Receitas Correntes 10.000,00

2 - Receitas de Capital 255.000,00  
 Alienação de Bens 5.000,00  
 Transferência de Capital 250.000,00

Total Orçamentário 3.500.000,00

3- Transf. Financ.Extra-Orçamentário da PMF 6.900.000,00

Total Geral da Receita 10.400.000,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, é fixada segundo discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias

Econômicas será destacada por Função de Governo e por Natureza da Despesa e uma transferência financeira extra-orçamentária de contribuições patronal ao Fundo Municipal de Seguridade Social, da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL VALOR EM R\$

17 - Fundo Municipal de Saúde 10.390.000,00  
99 - Reserva de Contingência 10.000,00  
Total Geral da Despesa 10.400.000,00

#### II - DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO VALOR EM R\$

10 - Saúde 10.390.000,00  
99 - Reserva de Contingência 10.000,00

Total Geral da Despesa 10.400.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA VALOR EM R\$

112 - Forquilha Município Saudável 10.390.000,00  
199 - Reserva de Contingência 10.000,00

Total Geral da Despesa 10.400.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 9.705.000,00  
Pessoal e Encargos Sociais 7.120.000,00  
Transferências a Consórcios Públicos 20.000,00  
Aplicações Diretas 6.260.000,00  
Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 840.000,00  
Outras Despesas Correntes 2.585.000,00  
Transf. A Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos 5.000,00  
Transferências a Consórcios Públicos 100.000,00  
Aplicações Diretas 2.480.000,00  
DESPESAS DE CAPITAL 685.000,00  
Investimentos 685.000,00  
Transferências a Consórcios Públicos 5.000,00  
Aplicações Diretas 680.000,00  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00  
Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 10.000,00

Total Geral da Despesa 10.400.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 6º O Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita em R\$ 1.650.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil reais) e uma transferência financeira extra-orçamentária de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).  
§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

#### ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA VALOR EM R\$

1 - Receitas Correntes 1.620.000,00  
Receita Tributária 10.000,00  
Receita Patrimonial 45.000,00  
Receita Agropecuária 30.000,00  
Transferências Correntes 1.530.000,00  
Outras Receitas Correntes 5.000,00

2 - Receitas de Capital 30.000,00  
Transferências de Capital 30.000,00

Total Orçamentário 1.650.000,00

3- Transf. Financeira Extra Orçamentária 150.000,00

Total Geral da Receita 1.800.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL VALOR EM R\$

18- Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente 1.790.000,00  
99 - Reserva de Contingência 10.000,00  
Total Geral da Despesa 1.800.000,00

#### II - DESPESA POR FUNÇÃO DO GOVERNO VALOR EM R\$

17- Saneamento 80.000,00  
18- Gestão Ambiental 350.000,00  
20- Agricultura 1.360.000,00  
99 - Reserva de Contingência 10.000,00

Total Geral da Despesa 1.800.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA VALOR EM R\$

114- Desenvolvimento Rural 1.610.000,00  
115- Recuperação do Meio Ambiente 100.000,00  
116- Desenvolvimento Urbano 80.000,00  
199 - Reserva de Contingência 10.000,00

Total Geral da Despesa 1.800.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 1.475.000,00  
Outras Despesas Correntes 1.475.000,00  
Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 90.000,00  
Aplicações Diretas 1.385.000,00  
DESPESAS DE CAPITAL 315.000,00  
Investimentos 315.000,00  
Aplicações Diretas 315.000,00  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00  
Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 10.000,00

Total Geral da Despesa 1.800.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINHA PREV

Art. 7º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHA PREV, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais).  
§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:  
ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA VALOR EM R\$

1- Receitas Correntes 1.800.000,00  
Receita Tributária 2.000,00  
Receita de Contribuições 695.000,00  
Receita Patrimonial 1.100.000,00  
Outras Receitas Correntes 3.000,00  
Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias 1.500.000,00  
Receitas de Contribuições - Intra-Orçamentárias 1.500.000,00

Total Geral da Receita 3.300.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL VALOR EM R\$

19 - Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHA PREV 3.300.000,00

Total Geral da Despesa 3.300.000,00

#### II - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO VALOR EM R\$

09 - Previdência Social 3.300.000,00

Total Geral da Despesa 3.300.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA VALOR EM R\$

120 - Previdência ao Segurado 3.300.000,00

Total Geral da Despesa 3.300.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 3.250.000,00

Pessoal e Encargos Sociais 160.000,00

Aplicações Diretas 160.000,00

Outras Despesas Correntes 3.090.000,00

Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucr. 10.000,00

Aplicações Diretas 3.080.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 50.000,00

Investimentos 50.000,00

Aplicações Diretas 50.000,00

Total Geral da Despesa 3.300.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA

Art. 8º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo Municipal de Assistência dos Servidores Municipais de Forquilha para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

#### ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA VALOR EM R\$

1- Receitas Correntes 405.000,00

Receita Tributária 2.000,00

Receita de Contribuições 300.000,00

Receita Patrimonial 100.000,00

Outras Receitas Correntes 3.000,00

Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias 95.000,00

Receitas de Contribuições - Intra-Orçamentárias 95.000,00

Total Geral da Receita 500.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL VALOR EM R\$

20 - Fundo de Assistência Social dos Servidores Municipais de Forquilha 500.000,00

Total Geral da Despesa 500.000,00

#### II - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO VALOR EM R\$

08 - Assistência Social 500.000,00

Total Geral da Despesa 500.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA VALOR EM R\$

122 - Assistência Social ao Servidor Municipal 500.000,00

Total Geral da Despesa 500.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 480.000,00

Pessoal e Encargos Sociais 40.000,00

Aplicações Diretas 40.000,00

Outras Despesas Correntes 440.000,00

Aplicações Diretas 440.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 20.000,00

Investimentos 20.000,00

Aplicações Diretas 20.000,00

Total Geral da Despesa 500.000,00

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA

Art. 9º O Orçamento Fiscal da Fundação Municipal Ambiental de Forquilha, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

#### ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA VALOR EM R\$

1- Receitas Correntes 35.000,00

Receita Tributária 27.000,00

Receita Patrimonial 3.000,00

Outras Receitas 5.000,00

Total Orçamentário 35.000,00

2- Transf. Financeira Extra Orçamentária 95.000,00

Total Geral da Receita 130.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL VALOR EM R\$

21 - Fundação Ambiental Municipal de Forquilha 130.000,00

Total Geral da Despesa 130.000,00



**II - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO VALOR EM R\$**

18 - Gestão Ambiental 130.000,00

Total Geral da Despesa 130.000,00

**III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA VALOR EM R\$**

115- Recuperação do Meio Ambiente 130.000,00

Total Geral da Despesa 130.000,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES 120.000,00

Pessoal e Encargos Sociais 100.000,00

Aplicações Diretas 100.000,00

Outras Despesas Correntes 20.000,00

Aplicações Diretas 20.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 10.000,00

Investimentos 10.000,00

Aplicações Diretas 10.000,00

Total Geral da Despesa 130.000,00

**DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**

Art. 10. O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA para o exercício de 2012 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA MUNICIPAL 2.000.000,00

SOMA: 2.000.000,00

TOTAL: 2.000.000,00

§ 2º A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL VALOR EM R\$**

01 - Poder Legislativo 2.000.000,00

Total Geral 2.000.000,00

**II - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO VALOR EM R\$**

01 - Legislativo 2.000.000,00

Total Geral 2.000.000,00

**III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA VALOR EM R\$**

101 - Processo Legislativo 2.000.000,00

Total Geral 2.000.000,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES 1.725.000,00

Pessoal e Encargos Sociais 1.320.000,00

Aplicações Diretas 1.250.000,00

Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias 70.000,00

Outras Despesas Correntes 405.000,00

Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 5.000,00

Aplicações Diretas 400.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 275.000,00

Investimentos 275.000,00

Aplicações Diretas 275.000,00

Total Geral da Despesa 2.000.000,00

Art. 11. Os valores previstos para cada projeto e atividade, representam uma previsão de custo que a administração municipal pretende executar ao longo do exercício, respeitando os limites fixados por elementos da despesa em cada unidade orçamentária, podendo ser utilizados os seus saldos orçamentários ou não, dentro de cada projeto e atividade ou operações especiais às dotações de um elemento de despesa para outro.

Art. 12. Os valores orçamentários do FUNREBOM-PM, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, do Fundo Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Assistência Social estão contidos no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Forquilhina, destacados nos respectivos órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar por ato próprio:

I - Abrir créditos adicionais suplementares durante a execução orçamentária, até o limite de quarenta por cento do total da despesa fixada nesta Lei, para a Prefeitura e para cada Fundo Municipal, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no artigo 43, § 1º, itens de I a IV, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964;

II - Utilizar os recursos da Reserva de Contingência, de conformidade com o disposto no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, no que se refere ao atendimento de passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos, inclusive a suplementares elementos de despesas/modalidades de aplicação orçadas a menor.

III - Corrigir os saldos dos Orçamentos pelo IGPM da Fundação Getulio Vargas (FGV), através de Decreto do Executivo.

IV - Efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas atividades e/ou projetos pertencentes ao mesmo Órgão ou Secretaria Municipal, até o limite de seu saldo.

V - Utilizar os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações.

VI - Celebrar Convênio com o Governo Federal e Estadual, por intermédio de seus órgãos da administração direta e indireta, objetivando a realização de obras e serviços de interesse do Município.

VII - Realizar Operações de Créditos para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 14. As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15. Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 16. Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/09 de 18 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 - Lei Municipal nº. 1.704/11 de 10 de Agosto de 2011 e nos Anexos da Lei Orçamentária/2012, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício financeiro de 2012.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

OS ANEXOS DESTA LEI ENCONTRAM-SE PUBLICADOS NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO: [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 0341/2011

DECRETO Nº 0341, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

##### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 43.302,00(quarenta e três mil, trezentos e dois reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento  
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (21) R\$ 27.784,00

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (46) R\$ 15.518,00

Total R\$ 43.30200

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto ocorrerão à conta da anulação das seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento  
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento  
3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recursos 0.1.0200 (19)  
R\$ 27.784,00

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (52) R\$ 15.518,00

Total R\$ 43.302,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Decreto Nº 0342/2011

DECRETO Nº 0342, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

##### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente  
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente  
26.782.0022.2.047 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas- Recurso 0.1.0200 (138) R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 21 DE NOVEMBRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Portaria Nº 2005/2011

PORTARIA Nº 2.005, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº

067.821.279-11, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2006/2011**

PORTARIA Nº 2.006, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora ADRIANA APARECIDA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 037.070.269-73, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2007/2011**

PORTARIA Nº 2.007 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 067.821.279-11, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2008/2011**

PORTARIA Nº 2.008 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADRIANA APARECIDA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 037.070.269-73, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Aviso do Pregão Presencial Nº 0150/2011PMF-RP0068**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0150/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0068/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cartuchos de toner e de tinta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de dezembro de 2011 a março de 2012 Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 02/12/2011. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 21 novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

### **Ato Convocatório Transporte Coletivo**

ATO CONVOCATÓRIO

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, de conformidade com o Artigo 5º da Lei Federal nº 8.987/95, torna público para conhecimento dos interessados, que em breve estará realizando Procedimento Licitatório para outorgar a concessão dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Fraiburgo.

Justifica-se a realização deste procedimento licitatório pelo que reza o inciso V do Artigo 30 da Constituição Federal, o qual determina ser competência do município "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial"; pelo que dispõe a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2093/2011, acerca da contratação de empresa concessionária de serviços públicos de transporte coletivo de interesse local; pela necessidade de se efetivar nova concessão para o Transporte Coletivo do Município de Fraiburgo; pelo município não dispor de estrutura operacional, pessoal especializado, tecnologia necessária e recursos suficientes para prestar diretamente o serviço público de transporte coletivo de passageiros, com a qualidade que têm direito os usuários do serviço de transporte coletivo; e,

por fim, pela tendência nacional de terceirização dos serviços de transporte coletivo para empresas especializadas, como forma de economia e melhoria contínua da qualidade.

A área desta concessão será o Município de Fraiburgo, abrangendo a zona urbana e extensão urbana do município, e o prazo do contrato de concessão será 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) anos, em conformidade com a Lei Municipal nº 2093/2011.

Fraiburgo(SC), 21 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

### **Decisão BB**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3583/2011

IMPUGNANTE: BB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

DECISÃO

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município de Fraiburgo em face do BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 027/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados, o Autuado se limitou, na fl. 008, em síntese, a dizer "[ ] solicitamos as nossas escusas por não podermos atender ao seu pedido de informações e fornecimento de cópias dos documentos solicitados.", fazendo menção ao fato de que não possui estabelecimento na cidade de Fraiburgo e que qualquer informação seria devida ao Fisco da Capital Brasília, onde possui sua sede.

Diante de tais fatos, o Fisco Municipal obteve autorização do DETRAN/SC e colacionou os documentos necessários ao prosseguimento do Contencioso Fiscal, como se denota nas fls. 009-A/059.

Na fl. 062 foi determinada a intimação do Autuado para que se manifestasse acerca dos documentos juntados, tendo decorrido in albis o prazo para manifestação.

Nas fls. 064/070 consta o Auto de Infração nº 024/2011, onde o Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 19/09/2011, tendo apresentado impugnação em 20/10/2011 (fls. 079/086v).

Nas fls. 101/105 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

### **DECIDO**

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação Fiscal em face do BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Em que pese devidamente intimado, o Autuado protocolou documento, expressando a negativa em fornecê-los (fl. 008), sob o argumento de que não possui agência nesta cidade e que, portanto, não estaria obrigado a fornecê-los, informando ainda, que somente possui sede no Distrito Federal.

Já num primeiro momento não se pode deixar de frisar que o BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil tentou se eximir de apresentar os documentos solicitados pelo Fisco, tentando obstaculizar a instrução do processo.

Por oportuno, ressalto também, a diligência do Fisco Municipal em obter as informações junto ao Departamento de Trânsito, necessárias à continuidade da instrução do P.A.. Em não sendo obtidas tais informações/documentos, referido contencioso cairia na inércia e estaria fadado à extinção, sem resolução de seu mérito.

Intimado o Autuado a se manifestar acerca dos documentos apresentados pelo DETRAN ao Fisco, quedou-se inerte.

Portanto, tenho como reconhecidas as autenticidades dos documentos de fls. 010/059, estando eles aptos à apuração dos tributos incidentes sobre as operações de leasing, formando base de cálculo sólida, dispensando a apuração de valores por meio de arbitramento.

Assim, formada a base de cálculo, resta analisar as razões expostas pelo Impugnante no tocante ao local onde se deu a prestação do serviço, base de cálculo e se sobre o leasing incide o ISSQN, já que a alegação é de que referida operação na é tributada pelo suscitado imposto.

### **I - COMPETÊNCIA / PRINCÍPIO FEDERATIVO**

Alega o Autuado que não possui base ou agência no território do Município de Fraiburgo, sendo que a sua sede é no Distrito Federal, entendendo, portanto, que qualquer tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Não resta dúvida de que o Autuado firmou os instrumentos de arrendamento no território do Município de Fraiburgo, para pessoas físicas e jurídicas com domicílio também nesta cidade, utilizando-se para tanto, da própria agência do Banco do Brasil S/A.

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[ ]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).



A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. 'De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato impositivo ocorreu' (Roque Antonio Carrazza, in 'Curso de Direito Constitucional Tributário', 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido' (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, enfrente a impugnação do Autuado no tocante à citação do revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 e também da Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.  
2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.  
2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na Capital Brasília. O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

## II - INEXISTÊNCIA DE TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL

### 2.1. Inexistência de Termo de Início e Encerramento de Ação Fiscal

Alega o Autuado que o Fisco do Município de Fraiburgo não expediu o Termo de Início e o Termo de Encerramento de Ação Fiscal.

Inicialmente, causa estranheza esta alegação, pois na fl. 03v consta o AR de envio do Termo de Início de Ação Fiscal nº 024/2011, recebido pelo BB Leasing S/A em 05/08/2011.

Ainda, na fl. 008, consta ofício desta Instituição com o seguinte teor:

Reportando-nos ao Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF Nº 0024/2011, vimos informar-lhe que a BB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL não possui qualquer estabelecimento (filial, sucursal etc.) nesse município, sendo que o seu único estabelecimento sede (matriz) está localizado em Brasília (DF).

[ ]

Diante deste quadro, evidente que a alegação está destoada da realidade processual, pois além de a BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil ter recebido o Termo de Início de Ação Fiscal (fl. 03v), reportou-se ao mesmo (fl. 008), negando-se em fornecer os documentos solicitados.

O mesmo se diga em relação ao Termo de Encerramento de Ação Fiscal, o qual é o próprio Auto de Infração e Termo de Intimação nº 024/2011 (fls. 064/070), recebido pela BB Leasing S/A em data de 19/09/2011.

Portanto, não acato a insurgência neste tópico.

### 2.2. Negativa de fornecimento de documentos.

Alega o Autuado que "A BB Leasing, logo que notificada, requereu cópia integral do procedimento fiscal que culminou no auto de infração objurgado. Todavia, o mesmo não lhe foi entregue, caracterizando autêntico cerceamento de defesa, proibido pela C.F."

Diz ainda "Ora, no caso presente, inexistente termo de início/encerramento da fiscalização, e, portanto, não se pode considerar instaurado procedimento fiscal que autorize a constituição do crédito tributário em questão."

Aliado ao contido no item anterior (2.1.), tenho que a BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil litiga neste contencioso fiscal de forma temerária e de má-fé, pelo que, fundamento:

a) na fl. 064v a BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil foi intimada do Auto de Infração nº 024/2011, tendo recebido o mesmo em data de 19/09/2011;

b) na data de 23/09/2011 protocolou, por meio da agência do Banco do Brasil S/A desta cidade, requerimento, pelo qual solicita cópia integral do procedimento fiscal;

c) na mesma data, ou seja, 23/09/2011, o Sr. Auditor Fiscal, primando pela celeridade, notificou o peticionário de que os documentos estavam à sua disposição (fl. 77);

d) na mesma data, por solicitação de um funcionário do Banco do Brasil S/A, compareceu naquela agência bancária o Sr. Auditor Fiscal, de posse do procedimento original, para que fossem feitas as cópias solicitadas (fl. 77v);

e) fotocopiado integralmente o procedimento fiscal, o Gerente Geral Sr. Ríchard Moro, após sua assinatura no documento de fl. 77, atestando o recebimento das fotocópias, o que também foi certificado pelo Sr. Auditor Fiscal na fl. 77v.

Assim, temerária a alegação trazida pela BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil em afirmar que não recebeu os documentos solicitados, pois nos Autos consta prova documental antagônica.

Portanto, não acato a alegação trazida por ser temerária de flagrante má-fé.

## III - DA ALEGADA NÃO INCIDÊNCIA DO ISSQN SOBRE OPERAÇÕES DE LEASING

Alega o Autuado, sinteticamente, que as operações de leasing não estão sujeitas ao recolhimento do ISSQN, pois o arrendamento mercantil não configura serviço, pois estaria afeto à locação de bens.

De plano, não prospera tal alegação, pois os documentos de fls. 010/059, retratam a aquisição do bem pela empresa arrendadora e arrendatário, sendo que em nenhum momento "nessa relação"

há interferência do fornecedor, ou seja, no negócio de arrendamento não há participação de terceiro que pudesse levar a crer que o BB Leasing fosse intermediário ou mesmo locador do bem.

Para rescaldar referida discussão, cito o julgamento do STJ sobre esta matéria:

ISS - Bancos

RE 547245 / SC - SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 02/12/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 05-03-2010

EMENT VOL-02392-04 PP-00857

RT v. 99, n. 897, 2010, p. 143-159

LEXSTF v. 32, n. 376, 2010, p. 175-200

Parte(s)

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

RECDO.(A/S) : BANCO FIAT S/A

Ementa

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. O arrendamento mercantil compreende três modalidades, [i] o leasing operacional, [ii] o leasing financeiro e [iii] o chamado lease-back. No primeiro caso há locação, nos outros dois, serviço. A lei complementar não define o que é serviço, apenas o declara, para os fins do inciso III do artigo 156 da Constituição. Não o inventa, simplesmente descobre o que é serviço para os efeitos do inciso III do artigo 156 da Constituição. No arrendamento mercantil (leasing financeiro), contrato autônomo que não é misto, o núcleo é o financiamento, não uma prestação de dar. E financiamento é serviço, sobre o qual o ISS pode incidir, resultando irrelevante a existência de uma compra nas hipóteses do leasing financeiro e do lease-back. Recurso extraordinário a que se dá provimento. (grifo nosso)

Para arrematar, cito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o qual segue a mesma linha de raciocínio lógico estampada no julgado do STJ:

Apelação Cível n. 2010.054116-7, de Chapecó

Relator: Newton Janke

Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público

Data: 04/10/2011

Ementa:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). ARRENDAMENTO MERCANTIL. INCIDÊNCIA. SÚMULA 18, DO TJSC. REQUISITOS FORMAIS DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA PREENCHIDOS. NULIDADE INEXISTENTE. DECADÊNCIA DE PARTE DOS CRÉDITOS LANÇADOS PELO FISCO MUNICIPAL. TITULARIDADE DO CRÉDITO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO ONDE SE DEU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. "O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" (Súmula 18 do TJSC) e deve ser recolhido no lugar da prestação do SERVIÇO.

2. Não padece de nulidade a certidão de dívida ativa que, preenchendo todos os requisitos legais, viabiliza plenamente a defesa do contribuinte.

3. Tratando-se o ISS de tributo cujo lançamento é feito por homologação, o prazo decadencial, quando não houver a declaração ou o pagamento prévio, é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, segundo exegese pretoriana atribuída ao art. 173, inc. I, do CTN. (grifo nosso)

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre as operações de leasing não incide o ISSQN, quando o que se busca é a

tributação do serviço de arrendamento.

#### IV - INCONSTITUCIONALIDADE DA MULTA APLICADA

A inconstitucionalidade alegada pelo Autuado está desvirtuada do núcleo objetivo, tendo em vista que a multa aplicada encontra amparo na legislação pátria, especialmente no artigo nº 545 da Lei Complementar nº 053/2003.

Assim, entendo pelo conjunto da alegação que a matéria preambular não seja propriamente dita de inconstitucionalidade do dispositivo, mas sim, de inaplicabilidade.

Sob este aspecto, da inaplicabilidade da multa, tenho que o BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil deixou de recolher aos cofres do Município de Fraiburgo os valores a título de ISSQN. O fato de ter recolhido a Município diverso não o isenta da aplicação da penalidade imposta.

Portanto, falecem razões ao Autuado.

#### V - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2011.

ADÉLIA APARECIDA PIERDONÁ BALESTRIN

Auditora Fiscal

Matrícula nº 875

#### Decisão Volkswagen

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3584/2011

IMPUGNANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

DECISÃO

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município de Fraiburgo em face do Banco Volkswagen S/A para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 027/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados, o Autuado se limitou, nas fl. 008/011, em síntese, a dizer que "[ ] seria verdadeira quebra de sigilo bancário o fornecimento de tais informações, que só podem ser reveladas ao verdadeiro ente tributante."

Diante de tais fatos, o Fisco Municipal obteve autorização do DETRAN/SC e colacionou os documentos necessários ao prosseguimento do Contencioso Fiscal, como se denota nas fls. 038/040.

Na fl. 042 foi determinada a intimação do Autuado para que se manifestasse acerca dos documentos juntados, o que ocorreu na fl. 042v. Não houve qualquer insurgência quanto aos documentos juntados.

Nas fls. 044/049 consta o Auto de Infração nº 027/2011, onde o Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 21/09/2011, tendo apresentado impugnação em 20/10/2011 (fls. 051/073).

Nas fls. 103/105 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

#### DECIDO

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação Fiscal em face do Banco Volkswagen S/A, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Em que pese devidamente intimado, o Autuado protocolou documento, expressando a negativa em fornecê-los, sob o argumento de que seria quebra de sigilo bancário e que os tributos incidentes sobre as operações de leasing já teriam sido recolhidos junto ao Município de São Paulo (SP), cidade onde possui sua sede e onde entende que os tributos devam ser recolhidos.

Já num primeiro momento não se pode deixar de frisar que o Banco Volkswagen S/A tentou se eximir de apresentar os documentos solicitados pelo Fisco, tentando obstaculizar a instrução do processo.

Por oportuno, ressalto também, a diligência do Fisco Municipal em obter as informações junto ao Departamento de Trânsito, necessárias à continuidade da instrução do P.A.. Em não sendo obtidas tais informações/documentos, referido contencioso cairia na inércia e estaria fadado à extinção, sem resolução de seu mérito.

Intimado o Autuado a se manifestar acerca dos documentos apresentados pelo DETRAN ao Fisco, quedou-se inerte.

Portanto, tenho como reconhecidas as autenticidades dos documentos de fls. 039/040, estando eles aptos à apuração dos tributos incidentes sobre as operações de leasing, formando base de cálculo sólida, dispensando a apuração de valores por meio de arbitramento.

Assim, formada a base de cálculo, resta analisar as razões expostas pelo Impugnante no tocante ao local onde se deu a prestação do serviço, base de cálculo e se sobre o leasing incide o ISSQN, já que a alegação é de que referida operação na é tributada pelo suscitado imposto.

#### I - DA ALEGADA NÃO INCIDÊNCIA DO ISSQN SOBRE OPERAÇÕES DE LEASING

Alega o Autuado, sinteticamente, que as operações de leasing não estão sujeitas ao recolhimento do ISSQN, pois o arrendamento mercantil não configura serviço, segundo conceito obtido no artigo a empresa de arrendamento mercantil figura apenas como intermediária entre o fornecedor e arrendatário.

De plano, não prospera tal alegação, pois os documentos de fls. 008/039, retratam a aquisição do bem pela empresa arrendadora e arrendatário, sendo que em nenhum momento "nessa relação" há interferência do fornecedor, ou seja, no negócio de arrendamento não há participação de terceiro que pudesse levar a crer que a Dibens apenas figuraria como intermediária. O negócio é

travado entre a Dibens e o arrendatário.

Para rescaldar referida discussão, cito o julgamento do STJ sobre esta matéria:

ISS - Bancos

RE 547245 / SC - SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 02/12/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 05-03-2010

EMENT VOL-02392-04 PP-00857

RT v. 99, n. 897, 2010, p. 143-159

LEXSTF v. 32, n. 376, 2010, p. 175-200

Parte(s)

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

RECD.(A/S) : BANCO FIAT S/A

Ementa

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. O arrendamento mercantil compreende três modalidades, [i] o leasing operacional, [ii] o leasing financeiro e [iii] o chamado lease-back. No primeiro caso há locação, nos outros dois, serviço. A lei complementar não define o que é serviço, apenas o declara, para os fins do inciso III do artigo 156 da Constituição. Não o inventa, simplesmente descobre o que é serviço para os efeitos do inciso III do artigo 156 da Constituição. No arrendamento mercantil (leasing financeiro), contrato autônomo que não é misto, o núcleo é o financiamento, não uma prestação de dar. E financiamento é serviço, sobre o qual o ISS pode incidir, resultando irrelevante a existência de uma compra nas hipóteses do leasing financeiro e do lease-back. Recurso extraordinário a que se dá provimento. (grifo nosso)

Para arrematar, cito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o qual segue a mesma linha de raciocínio lógico estampada no julgado do STJ:

Apelação Cível n. 2010.054116-7, de Chapecó

Relator: Newton Janke

Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público

Data: 04/10/2011

Ementa:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). ARRENDAMENTO MERCANTIL. INCIDÊNCIA. SÚMULA 18, DO TJSC. REQUISITOS FORMAIS DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA PREENCHIDOS. NULIDADE INEXISTENTE. DECADÊNCIA DE PARTE DOS CRÉDITOS LANÇADOS PELO FISCO MUNICIPAL. TITULARIDADE DO CRÉDITO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO ONDE SE DEU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. "O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" (Súmula 18 do TJSC) e deve ser recolhido no lugar da prestação do SERVIÇO.

2. Não padece de nulidade a certidão de dívida ativa que, preenchendo todos os requisitos legais, viabiliza plenamente a defesa do contribuinte.

3. Tratando-se o ISS de tributo cujo lançamento é feito por homologação, o prazo decadencial, quando não houver a declaração ou o pagamento prévio, é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, segundo exegese pretoriana atribuída ao art. 173, inc. I, do CTN. (grifo nosso)

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre as operações de leasing não incide o ISSQN, quando o que se busca é a tributação do serviço de arrendamento.

#### II - COMPETÊNCIA / LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO





Alega o Autuado que não possui base ou agência no território do Município de Fraiburgo, sendo que a sede da empresa é no Município de Barueri/SP, entendendo, portanto, que qualquer tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Não resta dúvida de que o Autuado firmou os instrumentos de arrendamento no território do Município de Fraiburgo, para pessoas físicas e jurídicas com domicílio também nesta cidade.

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[ ]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).

A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. 'De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato impositivo ocorreu' (Roque Antonio Carrazza, in 'Curso de Direito Constitucional Tributário', 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido' (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, enfrente a impugnação do Autuado no tocante à citação do revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 e também da Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.
2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.
2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na cidade de Barueri/SP. O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

### III - DA BASE DE CÁLCULO

Alega o Autuado, sucintamente, que foi considerado pela Auditoria Fiscal, para fins de apuração do imposto devido, o valor do preço de aquisição do veículo ao invés do valor das contraprestações.

Contudo, não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

O entendimento jurisprudencial acerca desta matéria demonstra que a base de cálculo do ISSQN é o valor do contrato:

Processo: AC 698098 SC 2008.069809-8

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento: 12/05/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , de Tubarão

Parte(s):Apelante: Banco Finasa S/A

Apelado: Município de Tubarão

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO - ARBITRAMENTO - LEGALIDADE 1 "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato"(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado, j. 14.08.2007). 2 Nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional, quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor ou o preço, quando verificar a omissão por parte do contribuinte. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - FIXAÇÃO DA MULTA EM PATAMAR MÁXIMO - NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO 1 A imposição de multa pelo Fisco visa à punição da infração cometida pelo contribuinte, sendo a graduação da penalidade determinada pela gravidade da

conduta praticada. Desse modo, afigura-se possível, em razão da intensidade da violação, a imposição da multa em valor superior ao da obrigação principal. 2 Na ausência de critérios legais objetivos para fixação da pena de multa, a aplicação desta no patamar máximo deverá necessariamente vir acompanhada dos fundamentos e da motivação que a justifique. (grifo nosso)

Processo: AC 719684 SC 2008.071968-4

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento: 13/04/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , da Capital

Parte(s): Apelantes: Fibra Leasing S/A Arrendamento Mercantil

Apelado: Município de Florianópolis

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- DECADÊNCIA O Superior Tribunal de Justiça "pacificou entendimento no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, no caso em que não ocorre o pagamento antecipado pelo contribuinte, o poder-dever do Fisco de efetuar o lançamento de ofício substitutivo deve obedecer ao prazo decadencial estipulado pelo artigo 173, I, do CTN, segundo o qual o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (Precedentes: AgRg nos EREsp 216.758/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1.ª Seção, DJ 10.04.2006; EREsp 408.617/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 1.ª Seção, DJ 06.03.2006; REsp 844.342/PR, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.ª Turma, DJ 25.08.2006; REsp 816.558/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2.ª Turma, DJ 25.05.2006; REsp 639.376/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, 1.ª Turma, DJ 18.05.2006)" (AgRg no Ag n. 717.345, Min. Luiz Fux). ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO ACRESCIDO DE ENCARGOS PRESUMIDOS - IRREGULARIDADE "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado), motivo pelo qual há que se reconhecer a manifesta irregularidade da inclusão de encargos "presumivelmente contratados" no quantum arbitrado pelo Fisco municipal. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EXCESSIVA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - MINORAÇÃO PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO - ANALOGIA AO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL Em que pese a imposição de multa fiscal de caráter punitivo não se sujeitar às normas aplicáveis à cobrança dos tributos, entre elas, a vedação do confisco (CF, art. 150, IV), não se pode desprezar a exorbitância de multa aplicada pelo Fisco no patamar de 400% sobre o valor do imposto devido, na medida em que o "Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do 'quantum' pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais" (ADI-MC n. 1075/DF, Min. Celso de Mello), motivo pelo qual a atuação estatal exarcebada deve ser repelida de

plano. Assim, mesmo considerando o fato de que em situações especialíssimas a lei tributária admita sanção superior ao valor da própria obrigação, uma vez constatada que a multa fiscal fixada pelas autoridades fazendárias excedeu de forma gritante o quantum devido correspondente ao próprio tributo, há que se reconhecer, em analogia com o disposto no art. 412 do Código Civil de 2002, o claro afronta aos princípios fundamentais da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reduzi-la para 100% do valor do imposto devido. (grifo nosso)

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre a operação realizada de ser tributado apenas os valores das contraprestações, pois na verdade, foi tributado o serviço de financiamento, o qual está calcado no valor do contrato. Por oportuno salienta-se que, mera coincidência de valores entre o valor do contrato e o valor do bem, não descaracteriza e nem nulifica a base de cálculo. Além do mais, não trouxe o Autuado nenhum documento capaz de desconstituir a prova dos Autos, prova que lhe competia e que está sob sua guarda.

#### IV - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado Banco Volkswagen S/A, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2011.

ADÉLIA APARECIDA PIERDONÁ BALESTRIN

Auditora Fiscal

Matrícula nº 875

#### Intimação Edital Encerramento Arbitramento TERMO DE INTIMAÇÃO

Pelo presente, a empresa SERVIÇOS DE CALÇAMENTO DE RUAS SCRF LTDA ME., fica INTIMADA do término do Processo Administrativo de Fiscalização nº 3281/2011, bem como da expedição do Auto de Infração - Arbitramento nº 004/2011, e que deverá recolher aos cofres públicos municipais no prazo de 30 (dias) a importância de R\$ 8568,08 (oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oito centavos), caso em que ocorrerá a redução da multa moratória e multa punitiva em 50% (Artigo 545, inciso II, alínea "b", e Artigo 546, parágrafo único, da Lei Complementar nº 053/2003). No mesmo prazo, poderá apresentar defesa em face do lançamento à Primeira Instância Administrativa, conforme prescreve o Artigo 597, Inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 053/2003. Findo o prazo sem que o presente seja atendido, o débito será inscrito em Dívida Ativa e emitida a Certidão para cobrança judicial.

Fraiburgo-SC. 21 de novembro de 2011.

ROBERTO MIYASHIRO JUNIOR

AUDITOR-FISCAL

**Intimação Edital Encerramento Fiscalização**  
**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Pelo presente, a empresa SERVIÇOS DE CALÇAMENTO DE RUAS SCRF LTDA ME., fica INTIMADA do término do Processo Administrativo de Fiscalização nº 3281/2011, bem como da expedição do Auto de Infração nº 036/2011, e que deverá recolher aos cofres públicos municipais no prazo de 30 (dias) a importância de R\$ 5.783,57 (Cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos), caso em que ocorrerá a redução da multa moratória e multa punitiva em 50% (Artigo 545, inciso II, alínea "b", e Artigo 546, parágrafo único, da Lei Complementar nº 053/2003). No mesmo prazo, poderá apresentar defesa em face do lançamento à Primeira Instância Administrativa, conforme prescreve o Artigo 597, Inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 053/2003. Findo o prazo sem que o presente seja atendido, o débito será inscrito em Dívida Ativa e emitida a Certidão para cobrança judicial.

Fraiburgo-SC, 21 de novembro de 2011.  
ROBERTO MIYASHIRO JUNIOR  
Auditor-Fiscal

**Garuva****PREFEITURA****Aviso de Licitação PMG Nº 021/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço para Serviços nº 021/2011  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de clínica/empresa médica especializada para a realização de exames médicos e complementares para emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) admissional, demissional e periódico de funcionários da Prefeitura Municipal, conforme Memorial Descritivo e Planilha anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: dia 07/12/2011 às 14:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br) &gt; licitações &gt; Prefeitura Municipal de Garuva

Garuva, 21 de novembro de 2011.  
JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação PMG Nº 038/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial PMG nº038/2011

Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de refeições, com entrega de forma parcelada, para os servidores em horário ou

local excepcional de trabalho e aos plantonistas do Setor de Obras e das Secretarias de Estratégias Rurais, Meio Ambiente e Saúde, conforme memorial descritivo em anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 12/12/2011 às 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 21 de novembro de 2011.  
JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA****Lei Nº. 3.371, de 11 de Novembro de 2011.**

LEI Nº. 3.371, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.  
DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Eurico Felício Wan-Dall a via com início na Rua Itajaí, lado direito, ao lado do nº 1680, distante 45,00m (quarenta e cinco metros) da Rua Arthur Antônio Schmitt, Bairro Sete de Setembro.

A via ora denominada possui:

- I - extensão de 150,00m (cento e cinquenta metros);
- II - largura de 6,00m (seis metros); e
- III - caixa de rolamento de 6,00m (seis metros).

Art. 2º Fica denominada de Rua Bernardo José Hank a via com início na BR 470 - Km 44, lado esquerdo no sentido Gaspar/Blumenau, de frente à Rua André Schmitt (ao lado do ferro velho), Bairro Belchior Baixo.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - Extensão de 200,00m (duzentos metros);
- II - Largura de 10,00m (dez metros);
- III - Caixa de rolamento de 7,00m (sete metros); e
- IV - Passeio de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado da via.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº. 2.416, de 14 de novembro de 2003.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 11 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito



**Lei Nº. 3.372, de 16 de Novembro de 2011.**

LEI Nº. 3.372, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.

DENOMINA VIA SITUADA NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Salseiro a via com início na Rua Bonifácio Haendchen, lado direito, distante 790,00m (setecentos e noventa metros) da BR-470, Bairro Belchior Central.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 100,00m (cem metros);
- II - largura de 8,00m (oito metros);
- III - caixa de rolamento de 6,00m (seis metros); e
- IV - passeio de 1,00m (um metro) de cada lado da via.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº. 2.514, de 13 de setembro de 2004.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 16 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Decreto Nº. 4.595, de 16 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.595, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO E DA SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº. 3.289, de 20 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito  
Unidade: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito  
Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas  
Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas  
Dotação: 3 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.976,35

Art. 2º Por conta das anulações do art. 1º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito  
Unidade: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito  
Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas  
Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas  
Dotação: 2 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.976,35

Art. 3º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente

da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Órgão: 3 Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade: 4 Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Funcional Programática: 00004.00123.00006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças  
Atividade: 2.200022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
Dotação: 401 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 4.596, de 16 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.596, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.

REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº. 4.120, DE 03 DE JANEIRO DE 2011, QUE BLOQUEIA RECURSOS DE CONVÊNIOS A SEREM POSSIVELMENTE FIRMADOS DURANTE O PRESENTE EXERCÍCIO ATÉ A SUA EFETIVA LIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES AO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica parcialmente revogado o Decreto nº. 4.120, de 03 de janeiro de 2011, que "Bloqueia recursos de convênios a serem possivelmente firmados durante o presente exercício até a sua efetiva liberação pelos órgãos competentes ao Município de Gaspar", para o desbloqueio dos valores indicados dos saldos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento  
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento  
Função: 15 Urbanismo  
Subfunção: 451 Infraestrutura Urbana  
Programa: 0019 Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento  
Projeto: 1.100251 Construção de viaduto para melhoria das vias  
Despesa 291 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 1.560.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

---

**SAMAE**

---

**Aditivo da Ata do Pregão Presencial Nº 49-2010 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial nº. 49/2010 - Número do Aditivo: 1  
(Acréscimo).  
Data vigência: 18/11/2011  
Data vencimento: 31/12/2011  
Número da Licitação: 49/2010 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BUSCHLE & LEPPER S/A - CNPJ do contratado: 84.684.471/0003-18

Objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município..

Valor acrescido: R\$ 5.340,00 (cinco mil trezentos e quarenta reais).

Gaspar (SC), em 18 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

#### **Aditivo do Contrato Nº 60/2008 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 60/2008 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 52/2008 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED - CNPJ do contratado: 05.463.212/0001-29

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMUSA - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Gaspar (SC), em 21 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

#### **Aditivo do Contrato Nº 78/2007 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 78/2007 - Número do Aditivo: 5 (Aditivo de Prorrogação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 55/2007 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ do contratado: 01.657.361/0001-78

Objeto: Prestação de serviços de vigilância na sede do SAMAE.

Valor acrescido: R\$ 129.110,76 (cento e vinte e nove mil, cento e dez reais e setenta e seis centavos).

Gaspar (SC), em 18 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

#### **Extrato do Contrato Nº 32/2011 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 32/2011

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Contratado: SIJ SERVIÇO DE INFORMAÇÕES JUDICIÁRIAS LTDA.

- CNPJ/CPF do contratado: 87.956.561/0001-47

Objeto: Serviços especializados através de sistema de gerenciamento de notas de expediente para acompanhamento, busca, leitura e comunicação de informações judiciais (intimações) publicadas nos diários eletrônicos disponíveis da Justiça do Trabalho (TRT12), Justiça Estadual, Justiça Federal e Tribunais Superiores (TRF, STJ, TST e STF) e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com entrega por meio eletrônico, onde o Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar (SAMUSA) e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar (SAMAE) figurem como parte, ativa ou passiva..

Valor: R\$ 924,00 (novecentos e vinte e quatro reais).

Gaspar (SC), em 18 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

#### **Extrato do Contrato Nº 33/2011 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 33/2011

Data vigência: 21/11/2011

Data vencimento: 31/12/2011

Número da Licitação: 51/2011 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HIDROANI POÇOS ARTESIANOS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 04.633.656/0001-00

Objeto: Aquisição de bomba, peças e mão de obra para conserto do Poço Artesiano, localizado na Rua Nova Biguaçu, Bairro Belchior Alto - Gaspar - SC.

Valor: R\$ 5.130,00 (cinco mil, cento e trinta reais).

Gaspar (SC), em 21 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos**

**PREFEITURA**

#### **Extrato do termo aditivo Nº. 001/2011 ao Contrato Nº 084/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2011 AO CONTRATO Nº. 084/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da Rua Julião José Teixeira em Fazenda da Armação, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula oitava - prazo, para 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 16 de novembro de 2011, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 16 de novembro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.



**Extrato do termo aditivo Nº. 001/2011 ao Contrato Nº. 082/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2011 AO CONTRATO Nº. 082/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, das Ruas: São Pedro, José Francisco dos Santos, Deodora Simas Custódio e Praça Miguel Pedro dos Santos em Canto dos Ganchos, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula oitava - prazo, para 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 16 de novembro de 2011, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 16 de novembro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

**Extrato do termo aditivo Nº. 002/2011 ao Contrato Nº. 083/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 002/2011 AO CONTRATO Nº. 083/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da Rua do Agenor em Palmas, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula oitava - prazo, para 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 16 de novembro de 2011, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 16 de novembro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

**Extrato do termo aditivo Nº. 003/2011 ao Contrato Nº 127/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 003/2011 AO CONTRATO Nº. 127/2010. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

CONTRATADA: VIVO S/A. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel e fornecimento de 43 (quarenta e três) acessos móveis com aparelhos comodados, para o período de 12 (doze) meses conforme especificações constantes dos Anexos que integram este Edital. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula terceira - vigência, para até 10 de novembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 18 de novembro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

**Guaramirim****PREFEITURA****extrata ata registro de preço 120/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Contratada:

ASSOCIACAO GUARAMIRENSE DE ARBITROS - AGA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SRVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA.

Valor: R\$ 23.300,00 ( VINTE E TRES MIL E TREZENTOS REAIS )

Vigência: INÍCIO: 31/10/2011 TÉRMINO: 31/10/2012 Licitação:

Pregão Presencial nº. 120/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Vilson Luiz Mengarda

Guaramirim, 07 de Novembro, 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeitura Municipal de Guaramirim

**Extrato ata registro de preço 76/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Contratada: LIONETI COM. DE BRINQ. LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA CEI,S PRÉ-ESCOLAS DO MUNICIPIO.

Valor: R\$ 61.430,00 ( SESSENTA E HUM MIL QUATROCENTOS E TRINTA REAIS )

Vigência: INÍCIO: 29/08/2011 TÉRMINO: 29/08/2012 Licitação:

Pregão Presencial nº. 76/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Liomar de Paula.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Contratada: REGIS COM. DE BRINQUEDOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA CEI,S PRÉ-ESCOLAS DO MUNICIPIO.

Valor: R\$ 114.575,00 ( CENTO E QUATORZE MIL QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS )

Vigência: INÍCIO: 29/08/2011 TÉRMINO: 29/08/2012 Licitação:

Pregão Presencial nº. 76/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Renato Regis.

Guaramirim, 22 de Setembro, 2011

NILSON BYLAARDT

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

**Extrato ata registro preco 342011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

SECRETARIA DE SAÚDE

Contratada: PIETRO - TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME



Objeto: SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS, DESTINADO AOS PACIENTES PARA OUTROS MUNICÍPIOS QUANDO HOUVER NECESSIDADE

Valor: R\$ 585.000,00 ( QUINHENTOS E OITENTA E CINCO MIL REAIS )

Vigência: INÍCIO: 08/09/2011 TÉRMINO: 08/09/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 34/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Jaílson szcepaniak

Guaramirim, 03 de Outubro, 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeitura Municipal de Guaramirim

## Herval do Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 1020/2011

PORTARIA Nº 1020/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº. 847/2011, que concedeu Incorporação de Adicional de Insalubridade, aos Servidores abaixo mencionados ; onde se lê: " Lei Complementar Nº 281/2011, art. 74" e " período aquisitivo compreendido entre Março de 2011 e Agosto de 2011"; leia-se: " Leis Complementares Nºs. 006/1994, 191/2005 e 197/2006", e " período aquisitivo proporcional compreendido entre Março de 2011 e 19 de Agosto de 2011".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 16 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1026/2011

PORTARIA Nº 1026/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Função Gratificada de Responsável por Atividade - FG - 4, a partir de 18 de novembro de 2011 à Servidora JANAINA COUSSOU LARROSA (Matr. 2869), ocupante do cargo de Provedimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência 7/A, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a LC Nº 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 18 de Novembro de 2011.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1027/2011

PORTARIA Nº 1027/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Designar a Servidora CHARLINE ZARPELON (Matr. 3379), ocupante do Cargo de Enfermeiro, Nível/Referência - 12/1/A, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 18 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 18 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1028/2011

PORTARIA Nº 1028/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 18 de novembro de 2011, da Servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVECHINI, (Matr. 2780), ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal - PSF, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resolução Nº CM 062/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 062/2011

"INSTITUI BOLSA DE ESTUDO A SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC), PARA FREQUÊNCIA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MAURO SERGIO MARTINI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:  
**RESOLVE**

Art. 1º Fica instituída BOLSA DE ESTUDO a título de ajuda de custo a SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), que no interesse da administração, venham participar dos cursos de graduação e pós-graduação.

Art. 2º Além do disposto no artigo anterior, para a concessão da bolsa é necessário que o curso seja especificamente direcionado à Administração Pública na área em que atua.

Art. 3º Serão favorecidos no máximo 03 (três) servidores por vez, assim, enquanto as vagas estiverem sendo ocupadas, não será autorizado pelo Presidente da Câmara o benefício previsto nos artigos anteriores desta Resolução, para outros servidores.

§ 1º Havendo mais candidatos para o gozo do benefício da bolsa em relação às vagas, a seleção será feita mediante os seguintes critérios:

I - Melhor resultado de avaliação de desempenho;

II - dedicação exclusiva (quarenta horas semanais)

III - maior tempo de serviço junto ao Município de Herval d'Oeste (SC).

§ 2º O servidor Público Municipal beneficiado por essa lei deverá permanecer por mais 5 (cinco) anos, a partir da conclusão do curso, prestando serviços junto à Câmara Municipal de Vereadores.

§ 3º Ocorrendo a saída do beneficiado antes do período mencionado no parágrafo anterior, deverá ressarcir aos cofres públicos os valores despendidos pela Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º O valor mensal da Bolsa de Estudo corresponderá a 22% (vinte e dois por cento) do valor do vencimento do nível 1 (um), referência "A" do Anexo V do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por servidor que comprovadamente participar do curso de aperfeiçoamento na área de atuação e deverá ser pago mensalmente com a remuneração do servidor no exercício de suas funções sob forma de verba na incorporável ao vencimento.

Parágrafo Único - A comprovação deverá ser apresentada pelo servidor, trimestralmente, através de atestado de frequência ofertada pela instituição onde será ministrado o curso, sendo que no final do curso deverá ser juntado à ficha funcional do servidor o diploma de conclusão do curso.

Art. 5º Perderá o benefício estabelecido nesta Resolução o servidor que for reprovado, em qualquer das fases do curso de graduação e pós-graduação, salvo força maior, ou caso fortuito.

Art. 6º Os encargos decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento vigente.

Art. 7º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 17 de novembro de 2011.

MAURO SERGIO MARTINI

Presidente

## Imbituba

### PREFEITURA

#### Decreto PMI Nº 146.2011

DECRETO PMI Nº 146, de 18 de novembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

Órgão:

01

- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Unidade: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba

Programa: 01 - Processo Legislativo

Projeto (Ação):

2.001 - Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara

Funcional programática: 01.031.0001

3.1.90.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 130.000,00

Total 130.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### Portaria DGP/SEAGP N.º 226/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 226, de 21 de outubro de 2011.

Dispõe sobre a admissão de Técnica de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público, Edital nº 001/2010, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Renata Tolentino da Rosa	057.420.039-86	19/05/2011	Técnica de Vigilância Sanitária

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de outubro de 2011.

**DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO**

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

**ANDREZA BARCELOS CARVALHO**

Diretora de Gestão de Pessoas

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1591

Lei nº 1591 de 18 de novembro de 2011.

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**LEI:**

Art. 1º - Ficam anuladas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.035 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.1.90.00.00.00.00.01.0251.0 (24) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.00.01.0251.0 (29) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.037 - Manutenção do Samu

3.1.90.00.00.00.00.01.0251.0 (34) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.038 - Compensação de Especificidades Regionais

3.3.90.00.00.00.00.01.0251.0 (60) Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

2.039 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.01.0251.0 (43) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

**T O T A L R\$ 92.500,00**

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem

previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção de Ações de Serv. Públicos em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.01.0251.0 (6) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.01.0251.0 (18) Aplicações Diretas R\$ 42.500,00

**T O T A L R\$ 92.500,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de novembro de 2011.

**WANDERLEI LEZAN**

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 1592

Lei nº 1592 de 18 de novembro de 2011.

**DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**LEI:**

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a anular parcialmente no Orçamento Geral do Município as dotações orçamentárias no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

**02 - PODER EXECUTIVO**

**02 - GABINETE DO PREFEITO**

2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 ( 1) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

1.001 - Construção de Centro Administrativo

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 ( 4) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 ( 8) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.2.90.00.00.00.00.00.0100 ( 9) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (12) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0100 (14) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

2.003 - Manutenção de Convênios da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (15) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

**04 - SECRETARIA DA FAZENDA**

2.004 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (21) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

**07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**

2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (68) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (70) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (71) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

**T O T A L R\$ 350.000,00**

Art 2º - Amparado em recursos apontados no artigo precedente, fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a suplementar





as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde:

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.1.90.00.00.00.00.0251 (2) Aplicações Diretas R\$ 181.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0251 (6) Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.0251 (18) Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0251 (20) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

-----  
**T O T A L** R\$ 350.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de novembro de 2011.

**WANDERLEI LEZAN**

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 2158/2011**

Decreto nº 2158/2011.

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1541 de 21 de dezembro de 2010, conforme artigo 13,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

**02 - PODER EXECUTIVO**

**02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

2.011 - Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.0257 (59) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

-----  
**T O T A L** R\$ 11.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

**02 - PODER EXECUTIVO**

**02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

2.011 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0257 (58) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

-----  
**T O T A L** R\$ 11.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de novembro de 2011.

**WANDERLEI LEZAN**

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 2159**

Decreto nº 2159/2011.

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN,

no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1591 de 18 de novembro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam anuladas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.035 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.1.90.00.00.00.00.01.0251.0 (24) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.00.01.0251.0 (29) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.037 - Manutenção do Samu

3.1.90.00.00.00.00.01.0251.0 (34) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.038 - Compensação de Especificidades Regionais

3.3.90.00.00.00.00.01.0251.0 (60) Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

2.039 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.01.0251.0 (43) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

-----  
**T O T A L** R\$ 92.500,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção de Ações de Serv. Públicos em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.01.0251.0 (6) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.01.0251.0 (18) Aplicações Diretas R\$ 42.500,00

-----  
**T O T A L** R\$ 92.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de novembro de 2011.

**WANDERLEI LEZAN**

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 2160**

Decreto nº 2160/2011.

**DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1592 de 18 de novembro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a anular parcialmente no Orçamento Geral do Município as dotações

orçamentárias no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

**02 - PODER EXECUTIVO****02 - GABINETE DO PREFEITO**

2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0100 ( 1) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

1.001 - Construção de Centro Administrativo

4.4.90.00.00.00.00.0100 ( 4) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.0100 ( 8) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.2.90.00.00.00.00.0100 ( 9) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 (12) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.6.90.00.00.00.00.0100 (14) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

2.003 - Manutenção de Convênios da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.0100 (15) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

**04 - SECRETARIA DA FAZENDA**

2.004 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.0100 (21) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

**07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**

2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.0100 (68) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0100 (70) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 (71) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

-----  
**T O T A L R\$ 350.000,00**

Art 2º - Amparado em recursos apontados no artigo precedente, fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde:

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.1.90.00.00.00.00.0251 (2) Aplicações Diretas R\$ 181.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0251 (6) Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.0251 (18) Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0251 (20) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

-----  
**T O T A L R\$ 350.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de novembro de 2011.

**WANDERLEI LEZAN**

Prefeito Municipal

## Itaiópolis

### PREFEITURA

**Processo Licitatório Nº 54/2011**

TOMADA DE PREÇOS nº 12/2011 -

Objeto: recuperação asfáltica nas ruas do Conjunto Habitacional Lucena, com extensão total de 9.248,30m²; Karril Pflanze e Miguel Erzinger (laterais do Terminal Rodoviário), com extensão de 1.570,98m²; confecção de 15 (quinze) lombadas (lombofaixas em asfalto) em diversas ruas do Município, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais, de acordo com os projetos, planilhas orçamentárias, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro. Recursos oriundos do Convênio nº 13.335/2011-3 - Processo nº ER25 1829114. Local/Data e Horário para Entrega dos Envelopes: Avenida Getúlio Vargas, 308, 2º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, no dia 08 de Dezembro de 2011, até às 09hs15min. Abertura dos Envelopes: no dia 08 de Dezembro de 2011, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço acima especificado ou pelo Site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br).

Itaiópolis, 21/11/2011

**HELIO CÉSAR WENDT**

Prefeito Municipal

## Joaçaba

### PREFEITURA

**Extrato PP 35/2011/FMS - PL 42/2011/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2011/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2011/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de portaria junto ao prédio da ESF (Estratégia Saúde da Família) localizado no Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 05/12/2011, a partir das 17 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17 horas do dia 05/12/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 16 de novembro de 2011.

**RAFAEL LASKE**

Prefeito

**VILMAR ZÍLIO**

Gestor do FMS

**Extrato PP 56/2011/PMJ - PL 116/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2011/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de portaria junto aos prédios do NUPERAJO (Núcleo Pedagógico Rural de Joaçaba) e da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, neste Município. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 06/12/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 06/12/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 16 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Lages****PREFEITURA****PP 59, 60 e 61-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages, torna público o lançamento dos Editais:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
PP	59/2011 PML	Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Escolas, Pré-Escolas, EJAs e Ensino Médio da Rede Municipal, no exercício de 2012.	13/12/11	13:30
PP	60/2011 PML	Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nos Centros de Educação Infantil e nas Entidades Filantrópicas da Rede Municipal, no exercício de 2012.	14/12/11	13:30
PP	61/2011 PML	Aquisição de Frutas e Verduras para consumo nas Unidades Escolares e nas Entidades Filantrópicas do Município, no exercício de 2012.	15/12/11	13:30

A retirada dos Editais, obter-se-á no Setor de Licitações, à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

**Rerratificação PP 58-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2011 - PML  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O SETOR DE SERRALHERIA E CHAPEAÇÃO DA GARAGEM DA PREFEITURA.

O Município de Lages, em atenção a pedido de esclarecimentos, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II - Termo de Referência do Edital em comento:

- NA ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01.5

Onde se lê: Estufa Portátil eletrodo CG.

Leia-se: Estufa Portátil de eletrodo, similar a Carbografite, Modelo ECG 45, capacidade mínima 03 kg, temperatura mínima de trabalho 120°C, tensão mínima de alimentação 80 V, potência mínima 80W.

- NA ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01.15

Onde se lê: Regulador de Pressão Acetileno.

Leia-se: Regulador de Pressão Acetileno, conforme Norma ABNT NBR-13196/94, vazão máxima de saída 05 m³/h.

- NA ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01.16

Onde se lê: Regulador de Pressão Atal.

Leia-se: Regulador de Pressão Atal, conforme Norma ABNT NBR-13196/94, vazão máxima de saída 2.4 m³/h.

- NA ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01.17

Onde se lê: Regulador de Pressão Oxigênio.

Leia-se: Regulador de Pressão Oxigênio, conforme Norma ABNT NBR-13196/94, vazão máxima de saída 30 m³/h.

- NA ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01.18

Onde se lê: Serra Circular DWT.

Leia-se: Serra Circular, similar a DWT, Modelo AWT SC185, voltagem 220V, potência mínima 1350W, 50/60Hz com profundidade de corte de 90º/45º, velocidade mínima 5000RPM.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 29/11/2011 às 13:30 horas, para o dia 09/12/2011 às 13:30 horas.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 18 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Edital de Leilão Nº 028/2011 FMS**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

Edital de Leilão Público nº 004/2011

Processo Licitatório nº 028/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, torna público a quem possa interessar, que no dia 09/12/2011, às 09:00 horas, na Garagem da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkühl, nº 20, Centro, Leoberto Leal/SC, realizará Leilão Público para alienação

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



de bens móveis inservíveis, abaixo descrito: LOTE 01: 01 GOL 1.0 GIV/VW, ano 2008, modelo 2009, cor branca, placas MEV 1524, chassi 9BWAA05W79POO3695, registrado no patrimônio público municipal sob nº 4322. LANCE INICIAL R\$ 13.000,00. LOTE 02: 01 DOBLO EX/FIAT, ano/modelo 2005, cor branca, placas MDE 6406, chassi 9BD11995851028614, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3742. LANCE INICIAL R\$ 18.000,00. LOTE 03: 01 UNO MILLE FIRE FLEX/FIAT, ano 2005, modelo 2006, cor branca, placas MDE 6336, chassi 9BD15822764731312, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3539. LANCE INICIAL R\$ 10.200,00. O Edital estará a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração, Contabilidade e Finanças de Leoberto Leal, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h. Informações pelo fone: (48) 3268 1212. Em 21/11/2011.

VITOR NORBERTO ALVES  
Secretário Municipal da Saúde.

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Rescisão de Contrato Nº 04/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE DISTRATO  
RESCISÃO DE CONTRATO Nº 04/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma unilateral o seguinte contrato:

Contratado: BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA.  
Objeto: Aquisição de uma carregadeira compacta, de rodas com pneus, nova.

CONSIDERANDO o disposto no subitem 8.2.1 da Cláusula Oitava do Contrato original e o Inciso I e IV, Artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a possibilidade de rescisão do contrato determinada por ato Unilateral e escrito da Administração;

CONSIDERANDO que a CONTRATADA até o presente momento, não entregou a máquina objeto do contrato em questão;

CONSIDERANDO o processo administrativo que garantiu o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

CONSIDERANDO os demais argumentos que constam no parecer jurídico e nas decisões administrativas constante no procedimento administrativo aberto, alusivo ao processo de licitação nº44/2011.

DECIDE-SE pela rescisão unilateral do Contrato Nº 84/2011 pelos motivos citados acima.

Lindóia do Sul/SC, 21 de novembro de 2011.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Decreto 1399

DECRETO Nº 1399 de 16 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 19 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, apurado até 31 de outubro de 2011, na Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica), observada a tendência do exercício, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica)  
R\$ 66.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 66.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de novembro de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

#### Decreto 1400

DECRETO Nº 1400 de 16 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2011".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 945, de 30 de novembro de 2010,

#### DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no valor de R\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2010, apurado na fonte abaixo especificada, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2011, atribuído a Atividade e ao Projeto:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

**06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**

Atividade - 0601.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Investimentos

Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 3.540,00

**08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Atividade-0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 9.540,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

**Decreto 1400**

DECRETO Nº 1400 de 16 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2011".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 945, de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no valor de R\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2010, apurado na fonte abaixo especificada, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2011, atribuído a Atividade e ao Projeto:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

**06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**

Atividade - 0601.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Investimentos

Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 3.540,00

**08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Atividade-0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 9.540,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

**Decreto 1401**

DECRETO Nº 1401 de 17 de novembro de 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

R\$ 10.000,00

TOTAL ANULADO R\$10.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída a respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

**Massaranduba**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº. 2314 de 08 de Novembro de 2011**

DECRETO Nº. 2314 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0130.2060 - Incentivo à Cultura

0505 - 33900000 - Aplicações Diretas

0505 - 30000 - Recursos Ordinários R\$15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 08 de Novembro de 2011

**MÁRIO FERNANDO REINKE**

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

**MAURICIO PRAWUTZKI**

Secretário de Adm. e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****Balancete Financeiro Outubro 2011**

**CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
**Balanco Financeiro**  
**Anexo AN - 5**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2011**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	0,00	ORÇAMENTÁRIA	0,00
Receitas Orçamentárias	0,00	Despesas Correntes	0,00
Receitas Correntes	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	78.985,89
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	0,00	Depósitos	0,00
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	0,00	Depósitos em Diversas Origens	0,00
Restos a Pagar	0,00	Restos a Pagar	78.985,89
Obrigações a Pagar	0,00	Obrigações a Pagar	78.985,89
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	152.456,75
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	152.456,75
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	231.442,64

Fonte:

# Meleiro

## PREFEITURA

### Lei Nº. 1519/2011

LEI nº. 1519/2011

TRATA DA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL PARA COMPLEMENTAÇÃO DA OBRA DE EXECUÇÃO DE CALÇADA E CICLOVIA NA AVENIDA SILVIO JORGE ZANETTE.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desapropriar e comprar amigável ou judicial o seguinte bem imóvel, para fins de complementação da obra de execução de calçada e ciclovia na Avenida Silvio Jorge Zanette, à seguinte área:

AREA: "Uma fração de 148,62m2 (cento e quarenta e oito vírgula sessenta e dois metros quadrados), dentro de uma área rural com 1.774,00m2 (hum mil setecentos e setenta e quatro metros quadrados), sito próximo a cidade de Meleiro, nesta Comarca, com formato triangular, com as seguintes confrontações: ao Leste, com a faixa de domínio da Rodovia SC 448; ao Sul com a faixa de domínio da Rodovia SC 449; ao Norte comum valo na divisa com Hildo Del Moro. Cadastro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo-SC sob a matrícula nº 16.981, benfeitorias sendo alambrado (cerca) e 8,25m2 (oito vírgula vinte e cinco metros quadrados) de escritório. Proprietário: HERCÍLIO MILIOLI."

Art. 2º - O valor total a ser pago pelo Município de Meleiro para aquisição do imóvel citado será no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Decreto n.º 070/2011.

DECRETO n.º 070/2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.464/2010, de 25 de Novembro de 2010.

#### DECRETA

Art. 1º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), nestes termos:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO  
040112361.1007 - Aquis. Área, Constr. e Ampli. de Escolas Ensino Básico  
4.4.90.00.00.00.00.00.0109.0 - Aplicações Diretas (11)  
R\$ 40.000,00  
040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico  
3.1.90.00.00.00.00.00.0109.0 - Aplicações Diretas (31)  
R\$ 20.000,00  
040112361.2014 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.1.90.00.00.00.00.00.0109.0 - Aplicações Diretas (46)  
R\$ 8.000,00  
040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0108.0 - Aplicações Diretas (61)  
R\$ 43.000,00  
Total R\$ 111.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do orçamento, depositado no Banco do Brasil S.A, Agência 2294-2, conta nº 8.692-4.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### Portaria n.º 353/2011

PORTARIA n.º 353/2011

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, RESOLVE:

#### CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal CAROLINA SCHUMACHER, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a licença gestante por 180 (cento e oitenta) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 21/11/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Edital Processo Seletivo ACT - 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO/SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E



**TURISMO****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MELEIRO PARA O ANO DE 2012.**

O Prefeito Municipal de Meleiro/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que está aberta as inscrições para a realização do PROCESSO SELETIVO, destinado à admissão de pessoal em caráter temporário conforme Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 para o ano 2012, visando o preenchimento da função de Professor, Auxiliar de Educação Infantil, monitor de projetos: Música, Peti e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo cujos trabalhos ficam ao encargo da Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal.

**1- DAS INSCRIÇÕES:**

1.1 As pré-inscrições para (tempo de serviço e computo de horas), serão somente Online, através do sitio na Internet [www.processosseletivos.com.br/meleiro/e](http://www.processosseletivos.com.br/meleiro/e), estarão disponibilizados computadores da Biblioteca Publica Municipal Cruz e Souza, para fazerem as inscrições; em caso de dúvidas entrar em contato pelo email [suporte@processosseletivos.com.br](mailto:suporte@processosseletivos.com.br) e Secretaria Municipal de Educação.

1.2 - Período de Pré Inscrição de 29 de Novembro de 2011 a 05 dezembro de 2011, para o Compuo de horas e Tempo de serviço via Online.

1.3 - Período de Validação da Inscrição de 06 de dezembro de 2011 a 12 de dezembro de 2011 das 07:30 horas as 12:00 horas, na Secretaria Municipal de Educação do município de Meleiro.

1.3.1- São condições para confirmação de inscrições:

- Comprovante de inscrição via online
- ser brasileiro nato (a), ou apresentar documentação que comprove sua regularização no país.
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Apresentar a documentação necessária listada nesse edital;
- Conhecer a estar de acordo com as exigências contidas neste edital;

**2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - A Seleção dos professores, Auxiliares de Educação Infantil e Monitores de que trata esse Edital, tem por objetivo atender a necessidade de profissionais para atuarem nas seguintes áreas, disciplinas e cargos.

Área 1 - 1º a 5º ano - Ensino Fundamental.

Área 2 - 6º a 9ª ano - Ensino Fundamental nas disciplinas de: Língua Portuguesa, Inglês, Ciências, Matemática, História, Geografia, Religião, Artes, Educação Física.

Área 3 - Educação Infantil - Professor

Área 4- Auxiliar de Educação Infantil.

Área 5 - Monitor: Música, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Peti,

2.1 - O candidato à função de Professor (a), Auxiliar de Educação Infantil e Monitor (a) poderá inscrever-se em duas áreas de ensino, sendo no máximo 03 disciplinas nas séries finais do Ensino Fundamental.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1 - O Edital, de Inscrição contendo as informações e orientação para a realização das inscrições está disponível no sitio da internet [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br)

3.2 - A inscrição do (a) candidato (a) implicará no conhecimento

e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.3 - A participação no processo seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

3.4 - Para efetuar a inscrição o (a) candidato (a) deverá:

3.4.1 - Preencher ficha de inscrição via online e anexar os documentos solicitados no item 3.2 (Prova de Títulos) na ficha de inscrição, contendo nome do (a) candidato(a) e área /disciplina de inscrição, nos dias 29/11/2011 a 05/12/2011.

3.5 - Para Validar a inscrição o (a) candidato (a) deverá:

3.5.1 - Apresentar o comprovante de pré inscrição, juntamente com os documentos nos dias 06/12/11 a 12/12/2011, na Secretaria Municipal de Educação de Meleiro.

3.5.2 - Os candidatos inscritos deverão anexar cópia de documentos de identidade.

3.5.3 - São condições de inscrição:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- d) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente Edital;
- e) gozar de boa saúde;
- f) possuir a escolaridade mínima exigida;

3.6.1 - Ao inscrever-se no processo seletivo, o candidato está declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no presente Edital.

3.6.2 - Uma vez validada a inscrição não serão aceitos pedidos de alteração.

3.6.3 - A não veracidade de declaração apresentada no requerimento de inscrição ou em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do (a) candidato (a) do processo seletivo, se a inscrição já estiver homologada.

3.6.4 - Aos candidatos na área/disciplina, quando da escolha de vagas deverá e na existência das mesmas, poderá optar por 10 (dez), 20 (vinte) 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, dependendo do caso e compatibilidade de horário.

**4. DO PROCESSO SELETIVO**

4.1 - O Processo Seletivo tendo a finalidade classificatória será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo nomeados pelo Prefeito Municipal.

4.2 - A Prova de Títulos é constituída de:

- a) Comprovação da formação do candidato na área/disciplina de inscrição (título obrigatório e eliminatório);
- b) Pós-Graduação na área de educação (título opcional e classificatório);
- c) Comprovação de participação em cursos de aperfeiçoamento na Área da inscrição (título opcional e classificatório);
- d) Os atestados de tempo de serviço no magistério expresso em anos, meses, e dias como os respectivos períodos.

4.3 - A comprovação da titulação na área/disciplina consistirá na apresentação da cópia e o original do diploma ou certidão de conclusão do curso.

4.4 - No caso de estudante, será aceito o original do atestado de frequência da Instituição de ensino mencionando a fase ou semestre letivo/2011 em que o aluno esteja regularmente matriculado e frequentando as aulas e a disciplina em que pretende a inscrição.

4.5 - A comprovação do curso de pós-graduação consistirá na apresentação da cópia e o original do diploma de conclusão do curso ou a declaração de conclusão dos créditos, que apresente a aprovação e conclusão do curso.

4.6 - A comprovação dos cursos de aperfeiçoamento consistirá na apresentação de cópia dos certificados registrados, na área de educação, com carga horária mínima de 08 (oito) horas e máxima

de 400 horas, realizados a partir de 01/02/2009 a 31 de outubro de 2011, sendo computado somente 400 horas de curso para efetuação da inscrição somando 05 (cinco) pontos. A pontuação aos cursos de aperfeiçoamento obedece a seguinte escala a cada 80 horas, vale 1,0 ponto.

4.7 - Para a contagem do tempo de serviço, será considerada como data fim 31/10/2011, na proporção de:

a) 1 (um) ponto para cada mês trabalhado no magistério público  
4.7.1 - No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á como um mês a fração igual ou superior a quinze dias.

4.8 - Os documentos correspondentes a Prova de Títulos deverão ser entregues com os demais documentos de inscrição no dia e horário da validação estabelecido para este fim.

4.9 - Os documentos correspondentes à Prova de Títulos não serão devolvidos aos candidatos.

4.10 - Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos, quer estejam autenticados ou não.

4.11 - Os professores de Educação Física e Monitores deverão apresentar declaração do órgão competente que ministraram as aulas nas escolinhas e nos projetos.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 - A classificação ocorrerá em ordem decrescente de pontos, por área, disciplina/modalidade, obedecida a seguinte ordem de títulos e critérios:

### ÁREAS:

- Área 1- 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;
- Área 2- 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental - nas disciplinas de: Língua Portuguesa, Inglês, Ciências, Matemática, História, Geografia, Ensino Religioso, Artes e Educação Física.
- Área 2.a - Resgate Social Esportivo ( Voleibol e Futsal) e Escolinha de Tigrinhos
- Área 3 - Educação Infantil - Professor
- área 4 - Auxiliar de Educação Infantil;
- Área 5 - Monitor : Música, Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos e Peti

Para os Habilitados e Não Habilitados: A ordem de classificação segue respectivamente os itens abaixo citados:

- a) Habilitação de licenciatura plena e curso de pós graduação doutorado na área de educação/ensino 300 (trezentos) pontos;
- b) Habilitação de licenciatura plena e curso de pós graduação mestrado na área de educação/ensino; 200 (duzentos) pontos;
- c) Habilitação de licenciatura plena e curso de pós graduação especialização na área específica de educação/ensino 100 (cem) pontos;
- d) Habilitação de licenciatura plena e curso de pós graduação especialização na área de educação/ensino 50 (cinquenta) pontos;
- e) Habilitação de licenciatura plena na área e/ou disciplina específica 20 (vinte) pontos;
- f) Formação superior na área correspondente e complementação nos termos da Legislação Vigente para docência em áreas específicas do Ensino Fundamental 10 (dez) pontos;
- g) Habilitação do magistério séries iniciais e finais e/ou educação infantil e auxiliar de educação infantil-nível ensino médio - com frequência a cursos superior de licenciatura plena em pedagogia e outras graduações: séries iniciais e /ou educação infantil (obedecendo a fase do curso), 09 (nove) pontos para 8ª fase, 08 (oito) pontos para 7ª fase, 07 (sete) pontos para 6ª fase, 06 (seis) pontos para 5ª fase, 05 (cinco) pontos para 4ª fase, 04 (quatro) pontos para 3ª fase, 03 (três) pontos para 2ª fase e 02 (dois) pontos para 1ª fase;
- h) Habilitação de magistério séries iniciais e finais e/ou educação infantil - nível ensino médio 1,0 (um) ponto;
- i) maior tempo de serviço no magistério público

j) Cursos de Aperfeiçoamento.

l) A declaração dos professores de Educação Física e Monitores que trabalharam com projetos 100 (cem) pontos.

### 5.2 - Critérios de Desempate:

- \* maior idade
- \* nº de filhos

### 5.3 - Da Divulgação da Classificação

5.3.1 - As listagens classificatórias serão afixadas na Secretaria Municipal da Educação a partir de 26/12/2011.

5.3.2 - O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da divulgação do resultado, para pedido de reconsideração endereçado à Comissão e protocolado na Secretaria Municipal da Educação.

### 5.4 - Da Escolha de Vagas

5.4.1 - A Escolha de vagas será efetuada no dia 03 de fevereiro de 2012 das 07:30 horas às 11:30 horas.

5.4.2 - A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

5.4.3 - O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vagas, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá todos os direitos sobre a primeira escolha, ficando, contudo, seu nome listado, somente poderá escolher outra vaga depois de esgotada a listagem de classificação.

5.4.4 - O candidato classificado que escolher vaga, ao desistir da mesma, somente poderá escolher outra vaga depois de esgotada a listagem de classificação.

## 6. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Na admissão, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade (original e cópia);
- b) C.P.F. (original e cópia);
- c) Título de Eleitor (original e cópia);
- d) PIS/PASEP (original e cópia);
- f) Certidão de Casamento;
- g) Certificado de reservista (original e cópia);
- h) 2 fotos 3x4 (atuais);
- i) Declaração de exercício em outro cargo/função remunerada;
- j) Atestado de saúde admissional;
- k) Diploma ou certificado da habilitação em nível superior ou médio;
- l) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos.
- m) Certidão de nascimento.
- n) Ter 18 (dezoito) anos completo;
- o) CREF - ( p/ vagas na área de Educação Física).

## 7. REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

7.1. O pessoal admitido mediante o presente Edital será regido por contrato Estatutário por prazo determinado, e será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

7.2. O período das contratações dar-se-á de acordo com as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1. Não será admitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração simples com registro em cartório e com poderes específicos, que será anexada à ficha de inscrição.

8.2. As informações contidas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, se prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, inclusive contratações.

8.3. O candidato que escolher uma vaga real apresentada para concurso público terá seu contrato rescindido no momento em



que o efetivo (titular ou designado) for chamado para assumir a respectiva vaga.

8.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado.

8.5. Os candidatos que no decorrer do exercício anterior de suas funções em instituições de ensino no âmbito estadual, municipal ou particular, que comprovadamente deixaram a desejar quanto ao desempenho administrativo-técnico-pedagógico terão sua admissão sujeita a uma avaliação da Secretaria Municipal da Educação, que decidirá sobre sua contratação.

8.6. Os professores e auxiliares de educação infantil, que forem contratados para trabalharem nos Centros de Educação Infantil onde se faz necessário o atendimento as crianças durante o recesso e férias escolares continuarão trabalhando normalmente nesses períodos.

8.7. O tempo de serviço utilizado para aposentadoria na rede pública ou privado não será para cômputo de pontos.

8.8. Não havendo mais candidatos inscritos para as vagas, serão admitidos profissionais selecionados pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

8.9. O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, através da Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal e terá validade para o ano letivo de 2012.

8.10. O candidato que apresentar certidão de conclusão de curso para a inscrição no processo seletivo, se for chamado, no ato da contratação deverá apresentar o diploma (cópia e original).

8.11. O candidato deverá registrar no formulário de inscrição o nome das disciplinas (área2) conforme nomeadas neste edital;

8.12. Os universitários que estiverem em mais de uma fase deverão apresentar atestado de frequência da instituição de ensino, mencionado as fases cursadas no semestre. Para fins de classificação será considerada a referida fase na qual apresentar o maior numero de disciplinas cursadas.

8.13.. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação do Município de Meleiro e pela Comissão responsável.

Meleiro/SC, 21 novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Altera dispositivos da lei 2230 ref. aumento e redução de carga horária dos professores

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2530 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N º 2230 DE 30 DE OUTUBRO DE 2009, QUE AUTORIZA O AUMENTO E A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE TRABALHO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º O artigo 5 º da lei n º 2230 de 30 de outubro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5 º A redução da carga horária semanal de trabalho, bem como a licença para tratamento de assuntos particulares, poderá ser comunicada a qualquer tempo, com a respectiva redução dos vencimentos, pelo servidor do Magistério interessado.

§ 1 º O membro do Magistério poderá, a qualquer tempo, interromper a licença, ressalvado que compete à Secretaria Municipal da Educação examinar a conveniência, a oportunidade e a viabilidade do pedido.

§ 2 º Deferido o pedido, o servidor do Magistério passará a cumprir a nova carga horária a partir do ano letivo seguinte, em consonância com o artigo 2 º da lei n º 2230 de 30/10/2009."

Art. 2 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

#### Altera dispositivos da lei complementar 6 de 31/12/2011

LEI COMPLEMENTAR N º 123 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 006 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002

O PREFEITO DE NAVEGANTES. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º Fica acrescido à lei complementar n º 6, de 31 de dezembro de 2002, o artigo 80-A:

"Art. 80-A. A prescrição dos créditos tributários pode ser reconhecida de ofício pela autoridade administrativa."

Art. 2 º O artigo 114 da lei complementar n º 6, de 31 de dezembro de 2002, passará a vigor com a seguinte redação:

"Art. 114. A cobrança da dívida ativa tributária do Município será procedida:

I - amigavelmente: quando processada administrativamente;

II - judicialmente: quando processada pelos órgãos judiciais.

§ 1º Nos casos de cobrança amigável, o sujeito passivo será notificado e terá o prazo de 30 (trinta) dias para satisfazer o débito inscrito."

Art. 3 º Fica acrescido à lei complementar n º 6, de 31 de dezembro de 2002, o artigo 114-A:

"Art. 114-A Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o parcelamento da dívida ativa ajuizada ou não, acrescida dos juros de financiamento de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da dívida a ser parcelada, obedecendo aos seguintes requisitos:

I - Poderá, o devedor, estabelecer o valor da entrada, desde que esta não seja igual ou inferior ao valor mensal das parcelas subsequentes, vencendo no prazo de 10 (dez) dias após a concessão do parcelamento.

II - O número de prestações não excederá a 36 (trinta e seis); a primeira parcela vencerá em 30 (trinta) dias após a concessão do parcelamento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

III - A parcela vencida sofrerá as penalidades previstas no art. 134 da lei complementar nº 6 de 31 de dezembro de 2002.

IV - O não pagamento de 5 (cinco) prestações consecutivas implicará o cancelamento do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação.

§ 1º No caso de dívida ativa já ajuizada, a concessão do parcelamento deverá ser comunicada à Procuradoria do Município, a fim de requerer a suspensão do processo pelo prazo concedido.

§ 2º O inadimplemento previsto no inciso III deste artigo acarretará a imediata apuração do saldo devedor da dívida ativa para cobrança executiva ou prosseguimento da execução, conforme o caso."

Art. 4º A subseção XI da lei complementar nº 6 de 31 de dezembro de 2002 passará a vigor com a seguinte redação:

#### Da Dação em Pagamento

"Art. 87 - Os créditos tributários inscritos ou não na dívida ativa do Município de Navegantes poderão ser extintos pelo devedor, pessoa física ou jurídica, parcial ou integralmente, mediante dação em pagamento de bem Imóvel situado neste Município, a qual só se aperfeiçoará após a aceitação expressa da Fazenda Municipal, observados o interesse público, a conveniência administrativa e os critérios dispostos nesta lei.

§ 1º Quando o crédito for objeto de execução fiscal, a proposta de dação em pagamento poderá ser formalizada em qualquer fase processual, desde que antes da designação de praça dos bens penhorados, ressalvado o interesse da Administração de apreciar o requerimento após essa fase.

§ 2º O disposto no "caput" fica condicionado à declaração do interesse da administração pública, que será definida por Resolução da Comissão de Dação em pagamento.

Art. 87-A Para os efeitos desta lei, só serão admitidos imóveis desembaraçados de quaisquer ônus ou dívidas, exceto aquelas apontadas no Município de Navegantes, e cujo valor, apurado em regular avaliação, seja compatível com o montante do crédito fiscal que se pretenda extinguir.

§ 1º A proposta de extinção de crédito tributário só será recebida se abranger a sua totalidade ou o saldo ainda remanescente, e importará, de parte do sujeito passivo, na renúncia ou desistência de qualquer recurso na esfera administrativa ou judicial, inclusive quanto a eventuais verbas de sucumbência.

§ 2º Uma vez protocolado o requerimento, deverão ser tomadas as seguintes providências:

I - A Procuradoria Jurídica do Município deverá requerer, em juízo, a suspensão dos feitos que envolvam o crédito indicado pelo devedor pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, se houver fundada necessidade, desde que esse ato não acarrete prejuízos processuais ao Município;

II - Os órgãos competentes informarão sobre a existência de débitos tributários relacionados ao imóvel oferecido pelo devedor, inclusive os referentes a contribuições de melhoria, Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU - e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis incidente sobre a aquisição do bem.

Art. 87-B Ao crédito tributário serão acrescidos, quando for o caso, as custas judiciais e os honorários advocatícios.

Art. 87-C A proposição de extinção de créditos tributários pela dação em pagamento não gera nenhum direito ao proponente ou ao sujeito passivo, e sua aceitação somente se dará na hipótese de interesse da administração pública.

Art. 87-D O procedimento destinado à formalização da dação em pagamento compreenderá as seguintes etapas, sucessivamente:

I - requerimento à Comissão de Dação em Pagamento;

II - análise do interesse e da viabilidade da aceitação pelo Município;

III - avaliação pela Comissão de Avaliação;

IV - lavratura da escritura de DAÇÃO em pagamento, que acarretará a extinção das ações, execuções e embargos relacionadas ao crédito tributário que se pretenda extinguir.

Art. 87-E O devedor ou terceiro interessado em extinguir crédito tributário municipal, mediante dação em pagamento, deverá formalizar requerimento por escrito à ser encaminhado à Comissão de Dação em Pagamento contendo, o extrato dos créditos tributários objeto do pedido, bem como a localização, dimensões e confrontações, memorial descritivo do imóvel oferecido, juntamente com cópia autêntica do título de propriedade.

§ 1º O requerimento será também instruído, obrigatoriamente, com as seguintes certidões atualizadas em nome do proprietário:

I - certidão de inteiro teor, contendo todos os ônus e alienações referentes ao imóvel, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

II - certidão do Cartório Distribuidor de Protesto de Letras e Títulos do Município dos últimos 5 (cinco) anos;

III - certidões do Cartório Distribuidor Cível da Comarca de Navegantes, dos últimos 5 (cinco) anos, inclusive relativas a execuções fiscais;

IV - certidões da Justiça Federal, inclusive relativas a execuções fiscais, e da Justiça do Trabalho;

V - certidões de "objeto e pé" das ações eventualmente apontadas, inclusive embargos à execução.

§ 2º No caso do devedor ou terceiro interessado tratar-se de pessoa jurídica, poderão também, a critério da comissão, ser exigidas as certidões previstas nos incisos I a V deste artigo, dos municípios onde a empresa tenha exercido atividades, nos últimos 5 (cinco) anos.

§ 3º Se o crédito tributário que se pretenda extinguir for objeto de discussão em processo judicial ou administrativo promovido pelo devedor, este deverá apresentar declaração de ciência de que o deferimento de seu pedido de dação em pagamento importará à final, no reconhecimento da dívida e na extinção do respectivo processo, hipótese em que o devedor renunciará de modo irrevogável, ao direito de discutir a origem, o valor ou a validade do crédito tributário reconhecido.

§ 4º Os débitos judiciais relativos a custas e despesas processuais, honorários periciais e advocatícios deverão ser apurados e recolhidos pelo devedor, no Departamento de Arrecadação do Município, ou nos autos dos processos judiciais a que se refram.

Art. 87-F. A Comissão de Dação em Pagamento será formada pelos representantes dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Administração;

II - Secretaria de Fazenda;

III - Procuradoria Geral do Município;

IV - Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo Único. Os representantes serão, conforme o caso, os Secretários Municipais, ou pessoa por este indicados, ficando a presidência a cargo do representante da Secretaria de Fazenda, que terá voto de desempate.

Art. 87-G. A Comissão de Dação em Pagamento terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da proposta, para analisar e decidir as condições apresentadas pelo proponente.

§ 1º O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a partir da solicitação de qualquer dos representantes da mencionada Comissão.

§ 2º Na apreciação da conveniência e da oportunidade da dação em pagamento serão considerados os seguintes critérios:

I- utilidade do bem imóvel para os órgãos da Administração Direta;  
II- interesse na utilização do bem por parte de outros órgãos públicos da administração indireta;  
III - viabilidade econômica da aceitação do imóvel, em face dos custos estimados para a sua adaptação ao uso público;  
IV - compatibilidade entre o valor do imóvel e o montante do crédito tributário que se pretenda extinguir.

Art. 87-H. Exclusivamente nos casos em que houver interesse do Município em receber o imóvel oferecido pelo devedor, será procedida a sua avaliação administrativa, para determinação do preço do imóvel a ser dado em pagamento.

§ 1º A avaliação administrativa ficará a cargo da Comissão de Avaliação, composta por servidores públicos municipais, devendo ser emitida no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º A avaliação deverá ser elaborada mediante critérios e métodos tecnicamente reconhecidos e adequados às especificidades do imóvel avaliado, podendo o coordenador da comissão obedecer parâmetros técnicos visando à uniformização dos trabalhos, bem como instruir o processo com 3 (três) avaliações mercadológicas emitidas por imobiliárias com registro no CRECI.

§ 3º O avaliador deverá, obrigatoriamente, visitar o imóvel e instruir a avaliação administrativa com fotografias atuais desse bem.

§ 4º Caso a ocorrência constatada demande parecer técnico especializado, a Comissão de Avaliação poderá solicitar a indicação de representante de qualquer outra Secretaria Municipal para manifestação conclusiva, em caráter de urgência.

Art. 87-I. A avaliação administrativa deverá conter capítulo específico relatando a efetiva situação do imóvel quanto a:

I - riscos aparentes de inundação, desmoronamento, perecimento ou deterioração;

II - ocupação da área do imóvel;

III - degradação ambiental por deposição de lixo ou resíduos químicos na área do imóvel ou em seu entorno;

IV - existência de ocupação no imóvel apta à provocar aquisição por prescrição aquisitiva em relação aos ocupantes;

V - quaisquer outras ocorrências que possam comprometer o aproveitamento do imóvel.

Parágrafo único. A ocorrência de um ou mais fatores mencionados neste artigo influirá na definição do valor do imóvel, devendo ser devidamente sopesado na elaboração da avaliação administrativa.

Art. 87-J. Concluída a avaliação administrativa, comunicar-se-á seu resultado ao devedor, que terá prazo de 10 (dez) dias para apresentação de impugnação, devidamente fundamentada dirigida à comissão a que se refere o artigo 87-H, § 1º desta lei.

§ 1º Se apresentado pedido de revisão da avaliação, a comissão avaliadora deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias ratificando ou retificando a avaliação inicial, intimando-se o interessado a manifestar sua concordância com o valor apurado.

§ 2º Nas hipóteses de discordância do devedor em relação ao resultado final da avaliação administrativa, o requerimento deverá ser considerado extinto, sendo encaminhado ao Secretário de Finanças para a adoção das medidas tendentes ao arquivamento do expediente.

Art. 87- L. Havendo concordância expressa ou tácita, por parte do devedor, com o valor apurado na avaliação, os autos serão encaminhados à Secretaria de Finanças para as providências necessárias ao prosseguimento do expediente.

Art. 87-M. Deferido o requerimento, deverá ser lavrada, em 30 (trinta) dias, a escritura de dação em pagamento, com a anuência do Departamento de Procuradoria Geral do Município, arcando o devedor com as despesas e tributos incidentes na operação.

Parágrafo único. Por ocasião da lavratura da escritura, deverá o contribuinte apresentar todos os documentos e certidões

indispensáveis ao aperfeiçoamento do ato.

Art. 87-N. Após formalizado o registro da escritura de dação em pagamento, será providenciada, concomitantemente, a extinção da obrigação tributária e a respectiva baixa na dívida ativa, nos limites do valor do imóvel dado em pagamento pelo devedor.

Parágrafo único. O saldo eventualmente remanescente deverá ser pago de uma só vez integralmente.

Art. 87-O. Na hipótese de o valor do imóvel ser superior ao do débito tributário, o proponente deverá se manifestar por escrito, que em nenhuma hipótese caberá o direito de exigir indenização, a qualquer título, da diferença.

Parágrafo Único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, a renúncia ao direito à indenização, deverá, obrigatoriamente, constar da escritura pública de dação de imóvel em pagamento.

Art. 87-P. Os bens recebidos na forma permitida nesta subseção passarão a integrar o patrimônio do Município sob regime de disponibilidade plena e absoluta, devendo os imóveis serem registrados no competente Registro de Imóveis, pelo Setor de Patrimônio."

Art. 5º O artigo 247 da Lei Complementar nº 6 de 31 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de incisos:

"Art. 247 O valor da base de cálculo será arbitrado pela Comissão de Avaliação Imobiliária, mediante processo regular, sempre que:  
I - sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, esclarecimentos prestados, como também os documentos exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada em caso de impugnação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial;

II - quando houver indício que o valor declarado não condiz com o real valor de mercado do imóvel;

III - o contribuinte, depois de intimado, deixar de exhibir documentos solicitados.

Art. 6º Fica acrescido à Lei Complementar nº 6, de 31 de dezembro de 2002, o artigo 247-B:

"Art. 247-A. A Comissão de Avaliação Imobiliária que proceder ao arbitramento da base de cálculo lavrará termo próprio, valendo-se de elementos suficientes para determinar o valor real do bem ou direito, podendo utilizar-se de avaliação técnica e de dados e elementos que possa colher junto ao próprio sujeito passivo.

Parágrafo único. O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer elementos probatórios, inclusive despesas necessárias à manutenção do bem ou do direito, assim como o valor das prestações fixadas para a sua aquisição".

Art. 7º Fica acrescido à Lei Complementar nº 6, de 31 de dezembro de 2002, o artigo 247-B:

"Art. 247-B. O termo de arbitramento a que se refere o artigo anterior integrará a notificação de lançamento do ITBI dirigida ao sujeito passivo, que deverá conter:

I - a sua identificação;

II - o motivo do arbitramento;

III - a descrição do imóvel objeto da transmissão ou cessão;

IV - os critérios de arbitramento utilizados pela autoridade competente;

V - o valor da base de cálculo arbitrada;

VI - a identificação e a assinatura dos membros da Comissão de Avaliação que procedeu ao arbitramento;

VII - o ciente do notificado, e se for o caso, a indicação de que este se negou a apor sua assinatura no citado documento.

Parágrafo Único: Se o arbitramento tiver sido baseado em documentos, acompanharão o termo respectivo, a critério da



autoridade responsável pelo procedimento, cópias daqueles que lhe serviram de base para o cálculo do imposto”.

Art. 8º Fica acrescido à Lei Complementar n º 6, de 31 de dezembro de 2002, o artigo 247-C:

“Art. 247-C. Não concordando com o valor arbitrado, o contribuinte poderá oferecer avaliação contraditória, mediante reclamação ou recurso.

Parágrafo único. A avaliação contraditória de que trata este artigo deverá ser feita por pessoa física ou jurídica legalmente constituída, de comprovada habilitação para o fim pelo contribuinte pretendido.

Art. 9º Fica acrescido à Lei Complementar n º 6, de 31 de dezembro de 2002, o artigo 247-D:

“Art. 247-D. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou dos direitos relativos aos imóveis transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão, sendo que, em nenhuma hipótese poderá ser inferior ao declarado pelo sujeito passivo.

Art. 10 O artigo 299 da Lei Complementar n º 06 de 31 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos dos parágrafos 1º, 2º e 3º:

“Art. 299.

§ 1º A renovação anual da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento terá seu lançamento promovido de ofício pela Administração.

§ 2º O lançamento será efetuado com as informações constantes no Cadastro Municipal.

§ 3º A Fiscalização para Funcionamento poderá ser exercida de forma direta ou indireta mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias, fiscalização, e outros atos administrativos, nos estabelecimentos localizados no município, com finalidade de verificar se os estabelecimentos ou atividades mantêm as mesmas condições iniciais de instalação.

Art. 11 O parágrafo 2 º do artigo 87 da lei complementar 6 de 31 de dezembro de 2002 passa a ter a seguinte redação:

“§ 2 º O disposto no “caput” fica condicionado à declaração do interesse da Administração Pública, que deverá ser definida por Resolução da Comissão de Dação em Pagamento, facultando ao proponente os benefícios fiscais vigentes à época da proposta, inclusive o REFIS.”

Art. 12 Fica revogado o item e da Tabela I.b do Anexo da Lei Complementar n º 6 de 31 de dezembro de 2002.

Art. 13 Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação, com exceção dos artigos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, que entrarão em vigor 90 dias após a data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 18 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

## **Altera lei 2435 ref. prorrogação prazo para pagamento do REFIS**

LEI N º 2528 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

ALTERA O ART. 4º DA LEI N º 2435, DE 26 DE ABRIL DE 2011, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ANISTIA DE JUROS E MULTAS DOS DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º O artigo 4º da lei n º 2435, de 26 de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, e terá validade até 30 de dezembro de 2011”

Art. 2 º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário De Administração E Logística

## **Altera tabela da lei complementar 6 de 31/12/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

LEI COMPLEMENTAR Nº 122 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011  
ALTERA O CAPÍTULO VI, DO TÍTULO IV, E A TABELA VI DO ANEXO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 006 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais conferidas pelos artigos 48, parágrafo único, inciso X, c/c art.60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art.1º O Capítulo VI, do Título IV, da Lei Complementar n. 006 de 31 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VI  
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE TEMPORADA E EVENTUAL

Seção I  
Das Disposições Gerais

Art. 341 Fica autorizado o exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais no perímetro urbano do Município de Navegantes.

§ 1º Consideram-se Atividades de Temporada ou Eventuais as estabelecidas e/ou de Ambulantes e/ou de Prestação Eventual de Serviços no perímetro urbano do Município de Navegantes, conforme Tabela VI, que consta em anexo a esta Lei.

§ 2º Considera-se exercício de Atividades Temporárias aquelas exercidas nos períodos compreendidos entre 16 de novembro a 31 de março de cada ano, considerado temporada de veraneio no Município de Navegantes.

§ 3º Considera-se exercício de Atividades Eventuais aquelas exercidas por períodos previamente estipulados durante o ano, por tempo limitado, em locais autorizados pelo Município, cujas atividades e respectivas tributações estão relacionadas na Tabela VI do Anexo da presente Lei.

## Seção II DO ALVARÁ DE LICENÇA

Art. 342 O Alvará de Licença para o exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais é intransferível e será concedido de forma individual.

§ 1º O período de inscrição para os Alvarás Temporários estará compreendido entre os dias 1º de Outubro a 20 de Dezembro de cada ano.

§ 2º Não haverá prorrogação do prazo acima, tampouco outra possibilidade de obtenção de alvará para as atividades descritas nesta lei.

§ 3º Na faixa arenosa da orla marítima do Município serão permitidas somente as Atividades Temporárias elencadas no Anexo desta Lei - Tabela VI, item 2.1 e 2.2.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 4º Os alvarás dos vendedores ambulantes de sorvetes e picolés, sucos de frutas naturais e/ou artificiais e coco verde in natura poderão ser substituídos, desde que os vendedores substitutos sejam apresentados ao setor de Alvará do Município pelas empresas distribuidoras ou fabricantes e apresentem a documentação solicitada no Art. 342-A desta Lei.

Art. 342-A Para a obtenção do Alvará de Licença para o exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais o requerente deverá fornecer, os seguintes documentos:

- I - cópia da carteira de identidade;
- II - cópia do cartão do CPF;
- III - cópia do comprovante de residência (talão de água ou de luz ou telefone ou do contrato de locação);
- IV - alvará sanitário, quando for o exercício de atividades ligadas à comercialização de alimentos e/ou bebidas;
- V - alvará de bombeiro para atividades que possuem risco inerente.
- VI - comprovante de propriedade, ou contrato de locação, ou autorização, por escrito do proprietário do imóvel onde será instalado o carrinho ou veículo automotor, ou cópia do contrato de locação, nas atividades em que couber;
- VII - cópia do documento (RENAVAM) do veículo, no caso de automotores.

§ 1º Fica expressamente proibida a instalação e o exercício das

atividades indicadas nos itens 1.1 e 1.2 constante na Tabela VI do Anexo desta Lei, em passeio, vias e estacionamentos públicos, bem como na Avenida Beira Mar e na faixa arenosa da praia.

Art. 342-B Para exercer as atividades de serviços, utilizando veículos, o requerente deverá apresentar no setor de alvará da Prefeitura Municipal autorização do Departamento de Trânsito, além da documentação exigida para cadastramento elencada no Art. 342-A desta Lei.

Art. 342-C Os proprietários ou responsáveis pelo funcionamento dos estabelecimentos denominados "SHOPPING", ou de estabelecimentos onde se promovem "FEIRAS" ou "EVENTOS" similares, deverão apresentar para efeito de alvará de funcionamento cópia dos seguintes documentos:

- I - Alvará sanitário;
- II - Atestado de vistoria para funcionamento do corpo de bombeiros.

Art. 342-D Obrigam-se os proprietários ou seus arrendatários de estabelecimentos denominados "SHOPPING", ou de estabelecimentos onde se promovam "FEIRAS" ou "EVENTOS" similares, a fornecer no prazo anterior de dez (10) dias à sua abertura, a relação das pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas nestes locais juntando cópias dos seguintes documentos:

- I - Pessoas físicas:
  - a) Cópia da carteira de identidade;
  - b) Cópia do CPF;
  - c) Cópia contrato de locação especificando:
    - 1. Área em m² do "box" ou "stand";
    - 2. Número do "box" ou "stand";
    - 3. Nome do locatário;
    - 4. Nome do locador.
- II - Pessoas jurídicas:
  - a) Cópia do contrato social ou outro documento de constituição da empresa no Município;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

- b) Cópia da inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ, válido;
- c) Comprovante de inscrição Estadual relativo ao domicílio ou a sede da empresa;
- d) Cópia do contrato de locação, especificando:
  - 1. Área em m² do "box" ou "stand";
  - 2. Número do "box" ou "stand";
  - 3. Nome do locatário;
  - 4. Nome do locador.

## Seção III TAXAS

Art. 343 Para o exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais incidirão as Taxas de Licença para o exercício da atividade em conformidade com a Tabela VI do Anexo da presente Lei.

Art. 343-A As Taxas de Licença para o Exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais têm como fato gerador o exercício regular de poder de polícia do Município de Navegantes, fiscalizando, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, aos costumes e à tranquilidade pública, as atividades de temporada e eventuais.

Art. 343-B Somente poderão exercer as Atividades Temporárias ou Eventuais no perímetro urbano do Município de Navegantes as pessoas físicas ou jurídica cadastradas e autorizadas pelo Município que comprovarem o pagamento da taxa de que trata o Art. 343-A desta Lei.

§ 1º A Taxa de Licença para o exercício das Atividades Temporárias ou Eventuais, que se refere o caput deste artigo, será recolhida aos cofres municipais antes da concessão do Alvará de Licença para o exercício de Atividades Temporárias e/ou Eventuais.

§ 2º O pagamento da Taxa de Licença para o exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais, de que trata o caput deste artigo, não elide a obrigação relativa ao pagamento do ISS, incidente sobre a prestação de serviço, que será calculado na forma da Lei vigente.

§ 3º Incluem-se dentro das exigências deste artigo as pessoas físicas ou jurídicas, pelo exercício de suas atividades comerciais ou prestadoras de serviços, estabelecidas dentro dos "SHOPPING" e nos estabelecimentos que promovam a realização de "FEIRAS", ou quaisquer outros eventos ou atividades similares, durante a temporada de verão.

§ 4º Para as demais atividades a taxa será cobrada de acordo com a Tabela VI constante do Anexo desta Lei.

#### Seção IV DAS VEDAÇÕES

Art. 344 É vedado o uso da faixa arenosa da praia para carga, descarga ou entrega de qualquer tipo de mercadoria, devendo o trânsito ser feito pelas vias municipais, sob pena prevista na Lei Complementar n. 57 de 22 de julho de 2008.

#### Seção V

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

#### DA POSTURA

Art. 345 Os comerciantes temporários ou eventuais devem apresentar-se com asseio pessoal compatível com a função desempenhada, em perfeitas condições de higiene, de acordo com normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, e aquelas previstas nos artigos 108 e seguintes da Lei Complementar n. 57 de 22 de julho de 2008.

Art. 345-A Os comerciantes temporários e eventuais deverão portar sempre os seguintes documentos:

- I - Alvará ou selo Municipal e crachá em local de fácil visualização;
- II - Carteira de identidade;

#### Seção VI DAS INFRAÇÕES

Art. 346 O exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais é intransferível, sendo sob a forma de venda, troca, doação, arrendamento ou sublocação, sob pena de cassação do Alvará de Licença.

Art. 347 O não cumprimento no disposto deste Capítulo, importa na aplicação de multa nos termos do art. 130 desta Lei, bem como aquelas previstas na Lei Complementar n. 57 de 22 de julho de

2008.

Art. 2º A Tabela VI do anexo da Lei Complementar n. 06 de 31 de dezembro de 2002, fica alterada, passando a vigor com a seguinte redação:

TABELA VI

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE TEMPORADA E EVENTUAL			
TAXA DE LICENÇA		VALOR EM UFMs	
ITENS	ATIVIDADES	TEMPORADA	EVENTUAL/DIA

1	COMÉRCIOS FIXOS		
1.1	ESTABELECIMENTOS DE ALIMENTOS/BEBIDAS	15	1
1.2	ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS EM GERAL, EXCETO ALIMENTOS/BEBIDAS	10	0,7
OBS 1:	INCLUSIVE VEÍCULOS COM MOTOR, TODOS DEVERÃO APRESENTAR COMPROVANTE DE PROPRIEDADE, DE LOCAÇÃO OU DE AUTORIZAÇÃO DO LOCAL.		
2	COMÉRCIOS AMBULANTES		
2.1	VENDEDORES AMBULANTES	3	0,15
2.2	CARRINHOS DE ALIMENTOS/BEBIDAS PRONTOS PARA CONSUMO	5	0,25
2.3	CARRINHOS DE ALIMENTOS/BEBIDAS PREPARADOS NA HORA	7	0,5
2.4	CARRINHOS DE PRODUTOS EM GERAL, EXCETO ALIMENTOS/BEBIDAS	3	0,15
2.5	VEÍCULOS COM MOTOR	10	0,7
OBS 2:	OS AMBULANTES DE FORMA ALGUMA PODERÃO SE FIXAR		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

3	FEIRAS (POR BARRACA OU SIMILAR)		
3.1	COMÉRCIOS DE ALIMENTOS/BEBIDAS	6	0,2
3.2	COMÉRCIOS DE PRODUTOS EM GERAL, EXCETO ALIMENTOS/BEBIDAS	6	0,2
OBS 3:	PARA AS ATIVIDADES DE FEIRA FICAM ISENTAS AS ENTIDADES PREVISTAS NO ART. 372		

4	OUTRAS ATIVIDADES		
4.1	CIRCOS, PARQUES E SIMILARES	10	0,7
4.2	CAMPING E ESTACIONAMENTOS	10	0,7
4.3	SERVIÇO DE RECREAÇÃO MARÍTIMAS	6	0,2
4.4	ALUGUEL DE ARTIGOS DE PRAIA	6	0,2

Art. 3 ° Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se o Capítulo VI e a Tabela VI do Anexo da Lei Complementar n ° 6 de 31 de dezembro de 2002.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 18 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

### **Autoriza doação de imóvel ao INSS**

LEI N ° 2531 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR AO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS - IMÓVEL QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 ° Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a doar ao Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS, autarquia federal, inscrito no CNPJ n ° 29.979.036/0311-00, o seguinte imóvel: área de 1.513,518 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz ao sudoeste com a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, medindo 25,089 metros; fundos que fazem ao nordeste, onde mede 02 (duas) linhas, sendo a primeira com o lado ímpar da Rua Adelina Leal Narciso, onde mede 12,00 metros, e a segunda com o lado ímpar da Rua Doutor Rudolf Gair, onde mede 15,001 metros; extrema ao noroeste com terras da Prefeitura de Navegantes (Área n. 05-B), onde mede 62,029 metros, e ao sudeste, com o lado ímpar da Rua João Henrique Reis, onde mede 54,625 metros. Imóvel matriculado sob o n ° 8.776-R.1 no Cartório de Registro de Imóveis de Navegantes, conforme memorial descritivo e matrícula anexados.

Art. 2 ° O imóvel citado no artigo anterior será destinado exclusivamente para construção de prédio em alvenaria para abrigar a Agência do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS.

Art. 3 ° Em caso de o Instituto Nacional da Seguridade Sócia I-INSS - não efetivar a construção do prédio em até 05 (cinco) anos, o referido imóvel será reincorporado ao Patrimônio Público Municipal, tornando-se nula a presente doação.

Parágrafo Único: O dispositivo constante do caput deste artigo

deverá constar do termo de lavratura da Escritura Pública.

Art. 4 ° As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5 ° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições previstas na Lei n. 2189 de 21 de julho de 2009.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 18 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

### **Lei Orçamentária Anual**

LEI Nº 2529 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de NAVEGANTES para o exercício de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de NAVEGANTES, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **Do Orçamento do Município**

Art. 1º O Orçamento Geral do município de NAVEGANTES para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 154.981.791,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil e setecentos e noventa e um reais), sendo R\$ 132.138.367,25 (cento e trinta e dois milhões, cento e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 22.843.423,75 (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

#### **Dos Orçamentos das Unidades Gestoras**

Art. 2º O Orçamento do Município de Navegantes para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 154.981.791,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil e setecentos e noventa e um reais) , fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), em R\$ 152.481.791,00 (cento e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, setecentos e noventa e um reais) a Despesa das demais unidades gestoras e em R\$ 13.742.853,75 (treze milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), as transferências financeiras assim tituladas: Transferências Financeiras p/ o Fundo Mun. Assistência Social, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal do Meio Ambiente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Cultura, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Esportes, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras para a Fundação Hospitalar Municipal, Transferências Financeiras para Fundação Municipal de Vigilância.

§ 1º A Receita do Município para o exercício de 2012, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor,



discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	114.911.571,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA	23.815.207,00
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.500.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	577.478,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	11.216.388,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES	72.562.183,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.240.315,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	39.820.220,00
2.1. OPERACOES DE CREDITO	10.775.000,00
2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	29.045.220,00
7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.000,00
7.0. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>154.981.791,00</b>

§ 2º A Despesa do Município para o exercício de 2012, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - CAMARA DE VEREADORES	2.500.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	1.336.100,00
03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	416.000,00
04 - GABINETE DE ARTICULAÇÃO POL. E COMUNITÁRIA	50.000,00
05 - OUVIDORIA GERAL	20.000,00
06 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	828.575,00
07 - SECRETARIA DE GOVERNO	1.340.300,00
08 - PROCURADORIA GERAL	1.143.500,00
09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	6.299.979,12
10 - SECRETARIA DE FINANÇAS, FISC. E CONTROLE	6.150.000,00
11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	322.700,00
12 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.960.000,00
13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	45.470.678,50
14 - SECRETARIA MEIO AMBIENTE, AGRICUL. E PESCA	936.500,00
15 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	500.200,00
16 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE	1.519.527,63
17 - SECRETARIA DE OBRAS	57.687.341,00
18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	536.165,00
19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	633.400,00
20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	1.276.257,00
21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL	3.956.165,00
22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA	1.988.278,00
23 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	528.735,00
24 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	111.092,00
25 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	16.497.431,75
26 - FUNDO MUN. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS	398.280,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00
<b>TOTAL</b>	<b>154.981.791,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	2.500.000,00
03 - Essencial a Justiça	1.143.500,00
04 - Administração	12.740.954,12
06 - Segurança Pública	2.886.758,00
08 - Assistência Social	2.389.827,00
10 - Saúde	20.453.596,75
11 - Trabalho	413.008,20
12 - Educação	45.207.670,30
13 - Cultura	633.400,00

15 - Urbanismo	32.187.851,00
16 - Habitação	210.000,00
17 - Saneamento	8.500.000,00
18 - Gestão Ambiental	536.165,00
20 - Agricultura	936.500,00
22 - Indústria	172.700,00
23 - Comércio e Serviços	1.519.527,63
25 - Energia	2.500.000,00
26 - Transporte	14.499.490,00
27 - Desporto e Lazer	1.276.257,00
28 - Encargos Especiais	3.700.000,00
99 - Reserva de Contingência	574.586,00

**TOTAL: 154.981.791,00**

#### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	98.922.878,16
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	59.944.497,58
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.778.380,58
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	55.484.326,84
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	52.984.326,84
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.500.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00
9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00

**TOTAL 154.981.791,00**

Do orçamento da  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Art. 3º O orçamento da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 140.298.841,00 (cento e quarenta milhões, duzentos e noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 126.555.987,25 (cento e vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em 13.742.853,75 (treze milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos) incluídas as transferências financeiras à Câmara Municipal.

§ 1º A Receita da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada mediante: Arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	102.940.682,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA	23.615.245,00
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.500.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	430.000,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	9.377.600,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES	64.357.837,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.660.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	37.108.159,00
2.1. OPERACOES DE CREDITO	10.775.000,00
2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	26.333.159,00
7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.000,00
7.0 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.000,00
<b>TOTAL:</b>	<b>140.298.841,00</b>

§ 2º A Despesa da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

03 - Essencial à justiça 1.143.500,00  
 04 - Administração 12.740.954,12  
 06 - Segurança Pública 500.200,00  
 08 - Assistência Social 1.750.000,00  
 11 - Trabalho 413.008,20  
 12 - Educação 45.207.670,30  
 15 - Urbanismo 32.187.851,00  
 16 - Habitação 210.000,00  
 17 - Saneamento 8.500.000,00  
 20 - Agricultura 936.500,00  
 22 - Indústria 172.700,00  
 23 - Comércio e Serviços 1.519.527,63  
 25 - Energia 2.500.000,00  
 26 - Transporte 11.499.490,00  
 28 - Encargos Especiais 3.700.000,00  
 99 - Reserva de contingência 574.586,00

SOMA: 126.555.987,25  
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 13.742.853,75

TOTAL: 140.298.841,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00- DESPESAS CORRENTES 75.843.999,66  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 47.021.498,08  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 200.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 28.622.501,58  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 50.137.401,59  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 47.637.401,59  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 2.500.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 574.586,00  
 9.9.99.99.00.00.00.00 574.586,00

SOMA:  
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 13.742.853,75

TOTAL: 140.298.841,00

Do orçamento do  
 FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

Art. 4º O Orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 478.214,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, duzentos e quatorze reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 50.521,00 (cinquenta mil, quinhentos e vinte e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 528.735,00 (quinhentos e vinte e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 467.634,00

1.3. RECEITA PATRIMONIAL 10.580,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 451.764,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 5.290,00  
 2. RECEITAS DE CAPITAL 10.580,00  
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 10.580,00 XXXXXXXXX

SOMA: 478.214,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 50.521,00

TOTAL: 528.735,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO  
 08 - Assistência Social 528.735,00

TOTAL 528.735,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 490.912,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 490.912,00  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 37.823,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 37.823,00

TOTAL 528.735,00

Do orçamento da  
 FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES

Art. 5º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 462.231,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, duzentos e trinta e um reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 814.026,00 (oitocentos e quatorze mil e vinte e seis reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.276.257,00 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 144.831,00  
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 11.109,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 14.696,00  
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 11.109,00  
 1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 96.808,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 11.109,00  
 2. RECEITAS DE CAPITAL 317.400,00  
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 317.400,00

SOMA : 462.231,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 814.026,00

TOTAL : 1.276.257,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

27 - Desporto e Lazer 1.276.257,00

TOTAL 1.276.257,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 792.477,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 318.320,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 474.157,00  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 483.780,00  
 TOTAL 1.276.257,00

Do orçamento do  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Art. 6º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 9.554.496,00 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 6.942.935,75 (seis milhões, novecentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos) e fixa as Despesas em R\$ 16.497.431,75 (dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 7.646.515,00  
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 177.744,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 88.872,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 7.357.681,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 22.218,00  
  
 2. RECEITAS DE CAPITAL 1.907.981,00  
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 1.907.981,00  
 SOMA: 9.554.496,00  
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 6.942.935,75  
 TOTAL: 16.497.431,75

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 - Saúde 16.497.431,75

TOTAL 16.497.431,75

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 12.986.883,50  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 7.933.369,50  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 5.053.514,00  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 3.510.548,25

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 3.510.548,25

TOTAL 16.497.431,75

Do orçamento da  
 FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES

Art. 7º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 325.602,00 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e dois reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 307.798,00 (trezentos e sete mil, setecentos e noventa e oito reais) e fixa as Despesas em R\$ 633.400,00 (seiscentos e trinta e três mil e quatrocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 166.902,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 5.555,00  
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 5.555,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 144.683,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 11.109,00  
 2. RECEITAS DE CAPITAL 158.700,00  
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 158.700,00  
 SOMA: 325.602,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 307.798,00  
 TOTAL: 633.400,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

13 - Cultura 633.400,00  
 TOTAL 633.400,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 452.482,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 146.718,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 305.764,00  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 180.918,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 180.918,00

TOTAL 633.400,00

Do orçamento do  
 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE NAVEGANTES

Art. 8º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 66.655,00 (sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 44.437,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais) e fixa as Despesas em R\$ 111.092,00 (cento e onze mil e noventa e dois reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal,

arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 66.655,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 11.110,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 44.436,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 11.109,00  
 SOMA: 66.655,00  
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 44.437,00  
 TOTAL: 111.092,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 111.092,00  
 TOTAL 111.092,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 88.874,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 88.874,00  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 22.218,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 22.218,00

TOTAL 111.092,00

Do orçamento da  
 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Art. 10 O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 1.613.344,00 (um milhão, seiscentos e treze mil, trezentos e quarenta e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.342.821,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.956.165,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.454.644,00  
 1.6. RECEITA DE SERVICOS 1.387.990,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 44.436,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 22.218,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 158.700,00  
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 158.700,00  
 SOMA: 1.613.344,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 2.342.821,00

TOTAL: 3.956.165,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional,

funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 3.956.165,00  
 TOTAL 3.956.165,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 3.712.825,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 1.981.591,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.731.234,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 243.340,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 243.340,00

TOTAL 3.956.165,00

Do orçamento da  
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES

Art. 11 O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES, para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 298.621,00 (duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e vinte e um reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 237.544,00 (duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais) e fixa as Despesas em R\$ 536.165,00 (quinhentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 245.721,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 5.555,00  
 1.6. RECEITA DE SERVICOS 153.410,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 64.538,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 22.218,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 52.900,00  
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 52.900,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 237.544,00

TOTAL: 536.165,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental 536.165,00

TOTAL 536.165,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 423.171,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 241.988,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 181.183,00  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 112.994,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 112.994,00



TOTAL 536.165,00

Do orçamento do  
FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES

Art. 12 O orçamento da unidade, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 398.280,00 (trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 398.280,00 (trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 292.480,00  
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 11.109,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 5.555,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 270.261,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 5.555,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 105.800,00  
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 105.800,00  
SOMA: 398.280,00  
TOTAL: 398.280,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNIC.REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 398.280,00

TOTAL 398.280,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 165.519,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 165.519,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 232.761,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 232.761,00

TOTAL 398.280,00

Do orçamento da  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES

Art. 13 O orçamento da unidade, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 1.485.507,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 502.771,00 (quinhentos e dois mil, setecentos e setenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.988.278,00 (um milhão, novecentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.485.507,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 5.555,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 10.463,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.469.489,00  
SOMA: 1.485.507,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 502.771,00

TOTAL: 1.988.278,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 1.988.278,00  
TOTAL 1.988.278,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.613.735,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 501.013,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.112.722,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 374.543,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 374.543,00  
TOTAL 1.988.278,00

Do orçamento da  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES

Art. 14 O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES, para o exercício de 2012, estima as Transferências Recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e fixa as despesas em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 2.500.000,00

TOTAL 2.500.000,00

§ 2º A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 2.500.000,00  
TOTAL 2.500.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 2.352.000,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 1.800.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 552.000,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 148.000,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 148.000,00  
TOTAL 2.500.000,00

Art. 15 Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme art. 16, parágrafo único da Lei Municipal nº 2511/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012).

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

1 - Passivos Contingentes 150.000,00  
2 - Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor 274.586,00  
3 - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 150.000,00

TOTAL: 574.586,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", situações como: enxurradas, situações de emergência, calamidade pública, intempéries e outros fatores, que necessitem da intervenção do poder público municipal.

§ 3º Não se efetivando até 10/12/2012, os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a ela reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento de 2012 tenha reservado recursos para os riscos fiscais.

§ 4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor", serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 16 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 17 O Executivo esta autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, devidamente autorizadas em Lei.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo, realizá-las.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 18 Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei, com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43 § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos Orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares, de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20 Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 21 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 22 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 22 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 11 de Novembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, neste data.

Prefeitura Municipal de Navegantes-SC, 11 de Novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração

#### **Aviso de Licitação - Concorrência Pública nº 161/2011PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 161/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA PROF.ª ILKA MULLER DOS SANTOS. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 22/12/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 22/12/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 18 de novembro de 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

#### **Ata de Reuniao do Conselho Desenave 07/11/2011.** ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DESENAVE 07/11/2011.

Ata de reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico, aos sete de novembro de dois mil e onze. Foi aberta a reunião, verificando o quorum mínimo de um terço (1/3) dos membros como consta em lista de presença, a presidente abriu a reunião dando boa noite a todos os presentes e justificando a ausência do Sr. Ricardo Menna Barreto, em seguida passou a pauta

e iniciou a reunião com a continuação da análise da minuta da lei que irá substituir a lei 1185/1997, foram discutidos artigo por artigo, revisando as considerações enviadas por e-mail pelo Sr. Ricardo Menna Barreto, finalizando assim todo o projeto, a próxima reunião foi agendada para dia vinte e oito de novembro de dois mil e onze, às dezessete horas e trinta minutos, para finalizar a análise do projeto protocolado pela empresa Costa Sul Pescados, em seguida a presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Eu, Karine Gomes, lavrei a presente Ata que deverá ser enviada a todos os membros por e-mail, aprovada e assinada pela presidente. Estiveram presentes na reunião a Sra. Sandra Demétrio Santiago, o Sr. João Goedert, o Sr. Edmir José Campestrini, Sra. Gracy Kelly Lucindo, Sr. João José Bento de Souza e Sr. Mario José Capella.

KARINE GOMES  
Secretária

SRA. SANDRA DEMÉTRIO SANTIAGO  
Presidente

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 119/2011

DECRETO Nº 119 / 2011

ESTABELECE PRAZOS PARA LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES, REALIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS EM 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo art.94, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando, a carência de recursos orçamentários e financeiros, comum nos finais de exercícios;

Considerando, a necessidade de dispor de recursos orçamentários e financeiros para atendimentos das despesas essenciais, inadmissíveis e para as obras e serviços já iniciados;

Considerando, a necessidade de preservar o equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos, conforme determina o artigo 48, alínea "b" c/c artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000;

Considerando, que o encerramento do exercício com déficit orçamentário, combinado com déficit financeiro, constitui infração gravíssima para o Tribunal de Contas, passível de rejeição das contas;

Considerando, que o Setor de Contabilidade necessita de pelo menos 10 (dez) dias úteis para preparar o encerramento do exercício de 2011 de forma a viabilizar a abertura do exercício de 2012 em tempo hábil para que os serviços essenciais não sofram solução de continuidade;

#### DECRETA:

Art. 1º - Os Secretários Municipais e Titulares de Unidades Gestoras deverão apresentar ao Chefe do Poder Executivo até o dia 25/11/2011, as necessidades inadmissíveis da sua pasta, com indicação da fonte de recursos que deverá financiar a despesa para avaliação da possibilidade orçamentária e financeira de atendimento.

Art. 2º - O Setor de Compras, Licitações e Contratos não emitirá

Autorização de Fornecimento de Bens e Serviços para as diversas Unidades Gestoras e o Setor de Contabilidade não emitirá empenho dessas despesas a partir do dia 16 de dezembro de 2011.

Art. 3º - O Setor de Contabilidade das diversas Unidades Gestoras só registrará liquidação de despesas com compras, serviços e obras até o dia 21/12/2011.

Art. 4º - Em casos excepcionais, devidamente justificado, o Chefe do Poder Executivo poderá autorizar a realização de despesa, empenho e liquidação, fora dos prazos definidos neste decreto.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 18 de novembro de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 22 de novembro de 2011.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Administração e Finanças

#### Lei Complementar Nº 549/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 549/2011

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2012 e dá outras providências.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Nova Trento, para o exercício de 2012 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício Anterior;

II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas



## Fiscais de Receita;

IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

V - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.8 - Demonstrativo das receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

IX - Anexo I.9 - Demonstrativo de Projeção Atuarial;

X - Anexo I.10 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.11 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII - Anexo I.13 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIV - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XV - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2011;

XVI - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2012 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVII - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XVIII - Anexo VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

IXX - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

## II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2012

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II E IV de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos II a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

## III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os

objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, representada pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2009 e alterações posteriores.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundos e Autarquias e identificará os códigos das destinações e das fontes dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2009 (Manual da Despesa Nacional) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos

de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2012. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2012. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2012. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º - O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da ação ou programa de governo o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação para outra, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º - Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder

Executivo.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, pelo menos:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2010, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2009 e 2010 e despesa fixada para 2011 e 2012;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2010 a 2012;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2011;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2010, 2011 e 2012;

Art. 9º - A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2012.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREVENT será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 - A execução da Lei Orçamentária Anual de 2012 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 - A Lei Orçamentária Anual de 2012 poderá tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias, transferindo, em 31/12/2011, o saldo das contas apurado em balanço desses Fundos, para a Unidade Gestora Prefeitura.

§ 1º - Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2012 como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas aos seus objetivos identificados em Plano de Aplicação representados pelas planilhas de despesas referidas no artigo 6º, inciso X desta Lei.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos recursos vinculados a estes fundos operacionalizados como Unidades Orçamentárias.

§ 3º - Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo os Fundos Municipais da Saúde e da Assistência Social.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, aparelhamento da máquina arrecadadora, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da

Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 - Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º - Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000, 0.1.01.000000 e 0.1.02.000000, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre as seguintes dotações abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e  
IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços essenciais.

§2º - A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16 - A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2012, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2011.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 20/12/2012 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a

título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2012 com insuficiência de caixa.

Art. 18 - O orçamento para o exercício de 2012 das principais Unidades Gestoras, reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2012 em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio ou contrato de financiamento.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

§ 3º - O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no sistema de compensação e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e mediante o registro da liquidação da despesa.

Art. 22 - A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2012, constantes do ANEXO I.11 integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma



estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo Único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Nova Trento quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei e extraídos do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI e contemplados na Lei Orçamentária para 2012, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública

na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 - Na execução da Lei Orçamentária de 2012, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 - Na execução da Lei Orçamentária de 2012 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 10% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 - A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 35 - Ultrapassado o limite global de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2012 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da

**Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Trento, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

**VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de

Santa Catarina.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado em 2012 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 31 de outubro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos do Art. 1º, parágrafo único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças.

**Lei Complementar Nº 550/2011**

LEI COMPLEMENTAR nº 550/2011

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Trento para o Exercício de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 32.450.580,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta reais) sendo R\$ 29.703.380,00 (vinte e nove milhões, setecentos e três mil, trezentos e oitenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 2.747.200,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil e duzentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

**DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Art. 2º - O Orçamento do Município de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 32.450.580,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e em R\$ 31.650.580,00 (trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta reais) para o Poder Executivo.

§ 1º - As Transferências Financeiras serão contabilizadas pelo fluxo extra-orçamentário para evitar a dupla contagem na receita e despesa aos Fundos e Fundações Municipais.

§ 2º - A Receita da Unidade Gestora Prefeitura e demais Unidades serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte dobramento:

FONTES DE RECEITA	VALOR 2012
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA	
Receita Tributária	2.313.800,00

Receita de Contribuições	500.000,00
Receita Patrimonial	98.000,00
Receita de Serviços	20.000,00
Transferências Correntes	19.748.580,00
Outras Receitas Correntes	250.500,00
Operações de Crédito	3.250.000,00
Alienação de Bens	50.000,00
Amortização de Empréstimos	2.000,00
Deduções da Receita Corrente	-2.487.000,00
<b>SOMA</b>	<b>23.745.880,00</b>
<b>UNIDADE GESTORA:</b>	
Receita Patrimonial	5.000,00
Transferências Correntes	1.599.500,00
Transferências Financeiras	3.049.750,00
<b>SOMA</b>	<b>4.654.250,00</b>
<b>UNIDADE GESTORA: FMAS</b>	
Transferências Correntes	78.950,00
Transferências Financeiras	316.500,00
<b>SOMA</b>	<b>395.450,00</b>
<b>UNIDADE GESTORA: SAMAE</b>	
Receita Tributária	80.000,00
Receita Patrimonial	15.000,00
Receita de Serviços	855.000,00
<b>SOMA</b>	<b>950.000,00</b>
<b>UNIDADE GESTORA: IPREVENT</b>	
Receita de Contribuições	790.000,00
Receita Patrimonial	800.000,00
Outras Receitas Correntes	25.000,00
Transferências Financeiras	290.000,00
<b>SOMA</b>	<b>1.905.000,00</b>
<b>UNIDADE GESTORA: CÂMARA</b>	
Transferências Financeiras	800.000,00
<b>SOMA</b>	<b>800.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32.450.580,00</b>

§ 3º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR
UNIDADES GESTORAS: PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO	
01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	800.000
02 – GABINETE MUNICIPAL DO PREFEITO	337.500
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.033.600
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	6.924.630
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	263.200
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRIC. MEIO AMB. E SANEAMENTO	993.500
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERV. URB. E PLANEJAMENTO	6.608.400
10 – ENCARGOS GERAIS	410.000
11 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	122.600
14 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. TURISTICO	1.885.200
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250
<b>SOMA</b>	<b>24.835.880</b>

<b>UNIDADE GESTORA: FMS</b>	
12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.654.250
<b>SOMA</b>	<b>4.654.250</b>
<b>UNIDADE GESTORA: FMAS</b>	
13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	395.450
<b>SOMA</b>	<b>395.450</b>
<b>UNIDADE GESTORA: SAMAE</b>	
15 - SAMAE	950.000
<b>SOMA</b>	<b>950.000</b>
<b>UNIDADE GESTORA: IPREVENT</b>	
16 - IPREVENT	1.615.000
<b>SOMA</b>	<b>1.615.000</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32.450.580</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	800.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	2.481.100,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	40.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	518.050,00
09. PREVIDENCIA SOCIAL	1.367.000,00
10. SAÚDE	4.632.250,00
12. EDUCAÇÃO	6.804.630,00
15. URBANISMO	3.840.400,00
17. SANEAMENTO	1.495.000,00
20. AGRICULTURA	448.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	300.200,00
25. ENERGIA	500.000,00
26. TRANSPORTE	3.813.000,00
27. DESPORTO E LAZER	263.200,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	260.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	431.500,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
<b>SOMA</b>	<b>32.450.580,00</b>

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001 – PROCESSO LEGISLATIVO	730.000,00
0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	335.500,00
0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.033.600,00
0004 – CRIANÇA E ADOLESCENTE NA ESCOLA	7.082.255,00
0005 – DESPORTO E LAZER	263.200,00
0006 – MEIO AMBIENTE	545.500,00
0007 – ASSISTENCIA TECNICA E EXTENÇÃO RURAL	448.000,00
0008 – ESTRADAS VICINAIS	3.363.000,00
0009 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	540.000,00
0010 – CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	122.600,00
0011 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	320.525,00
0012 – DESENVOLVIMENTO TURISTICO	200.200,00
0013 – SAMAE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA	949.500,00
0014 – SAÚDE PARA TODOS	4.376.750,00
0015 – SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA	255.500,00
0016 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	1.185.000,00
0017 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CAMINHOS NA ESCOLA	120.000,00
0018 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – COHAB, IPREVENT, ETC.	140.000,00

0019 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – PASEP	160.000,00
0020 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – FECAM, CNM E ASSOCIAÇÃO	110.000,00
0022 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00
0023 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAMAE	500,00
0024 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA - IPREVENT	430.000,00
0025 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – PASEP SAUDE	22.000,00
0026 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	2.054.700,00
0027 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	100.000,00
0029 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA CAMARA	20.000,00
0030 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - CAMARA	50.000,00
0042 – AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	350.000,00
0051 – FESTA INCANTO TRENTINO	100.000,00
0055 – RECUPERAR ESCOSTAS E 5 MIL METROS DE VIAS PÚBLICAS	1.585.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>32.450.580,00</b>

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	20.549.430,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	11.192.030,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	75.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	9.282.400,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	7.013.400,00
4.4.00.00 – Investimentos	6.828.400,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	185.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	431.500,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>32.450.580,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 23.745.880,00 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 19.289.630,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e trinta reais) e Transferência Financeira em R\$ 4.456.250,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	22.930.880,00
1.1. Receita Tributária	2.313.800,00
1.2. Receita de Contribuições	500.000,00
1.3. Receita Patrimonial	98.000,00
1.6. Receita de Serviços	20.000,00
1.7. Transferência Correntes	19.748.580,00
1.9. Outras Receitas Correntes	250.500,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.302.000,00
2.1. Operações de Crédito	3.250.000,00
2.2. Alienação de Bens	50.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos	2.000,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.487.000,00
9.7. Deduções da Receita Corrente	-2.487.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>23.745.880,00</b>

§ 2º - A Despesa da Prefeitura Municipal de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta

lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	800.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	2.481.100,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	40.000,00
08. ASSISTENCIA SOCIAL	122.600,00
09. PREVIDENCIA SOCIAL	160.000,00
12. EDUCAÇÃO	6.804.630,00
15. URBANISMO	3.840.400,00
17. SANEAMENTO	545.500,00
20. AGRICULTURA	448.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	300.200,00
25. ENERGIA	500.000,00
26. TRANSPORTE	3.813.000,00
27. DESPORTO E LAZER	263.200,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	260.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00
<b>SOMA</b>	<b>20.379.630,00</b>
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
<b>SOMA</b>	<b>4.456.250,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.835.880,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	13.422.730,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	7.279.730,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	75.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	6.068.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	6.955.900,00
4.4.00.00 – Investimentos	6.770.900,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	185.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00
<b>SOMA</b>	<b>20.379.630,00</b>
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
<b>SOMA</b>	<b>4.456.250,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.835.880,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 1.604.500,00 (um milhão, seiscentos e quatro mil e quinhentos reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em 3.049.750,00 (três milhões, quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 4.654.250,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.604.500,00
1.3. Receita Patrimonial	5.000,00
1.7. Transferência Correntes	1.599.500,00
<b>SOMA</b>	<b>1.604.500,00</b>
Transferências Financeiras da Prefeitura	3.049.750,00
<b>SOMA</b>	<b>3.049.750,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.654.250,00</b>



§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	4.654.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.654.250,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	4.646.750,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	3.236.800,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	1.409.950,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	7.500,00
4.4.90.00 - Investimentos	7.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.654.250,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 78.950,00 (setenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 316.500,00 (trezentos e dezesseis mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 395.450,00 (trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	78.950,00
1.7. Transferência Correntes	78.950,00
<b>SOMA</b>	<b>78.950,00</b>
Transferências Financeiras da Prefeitura	316.500,00
<b>SOMA</b>	<b>316.500,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>395.450,00</b>

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	395.450,00
<b>TOTAL</b>	<b>395.450,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	380.450,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	105.500,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	274.950,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	15.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>395.450,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO SAMAE

Art. 6º - O Orçamento SAMAE de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 950.000,00

(novecentos e cinquenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	950.000,00
1.1. Receita Tributária	80.000,00
1.3. Receita Patrimonial	15.000,00
1.6. Receita de Serviços	855.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>950.000,00</b>

§ 2º - A Despesa do SAMAE de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. Saneamento	950.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>950.000,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	919.500,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	520.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	399.500,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	30.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500,00
9.9.99.00 – Reserva de Contingência	500,00
<b>TOTAL</b>	<b>950.000,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO IPREVENT

Art. 7º - O Orçamento do IPREVENT para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 1.615.000,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.905.000,00 (um milhão, novecentos e cinco mil reais).

§ 1º - A Transferência Financeira do Tesouro Municipal se dará na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.615.000,00
1.2. Receita de Contribuições	790.000,00
1.3. Receita Patrimonial	800.000,00
1.9. Outras receitas Correntes	25.000,00
<b>SOMA</b>	<b>1.615.000,00</b>
Transferências Financeiras da Prefeitura	290.000,00
<b>SOMA</b>	<b>290.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.905.000,00</b>

§ 2º - A Despesa IPREVENT será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------

09. Previdência Social	1.185.000,00
99. Reserva de contingência	430.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.615.000,00</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	1.180.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	1.130.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	5.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	430.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.615.000,00</b>

Art. 8º - A execução do orçamento da Despesa, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser realizada obedecendo o limite de dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos empenhos nos respectivos elementos de despesas de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 12/12/2012 o risco fiscal relacionado ao evento Intempéries, os recursos a ele reservado poderá ser utilizado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2010 tenha reservado recursos para riscos fiscais, ou ainda, para abertura de créditos especiais, mediante autorização legislativa específica.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao Risco Fiscal "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária ou ainda para abertura de créditos especiais mediante autorização legislativa específica.

Art. 10º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11º - Na execução da Lei Orçamentária de 2012, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será apurado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e da Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 14º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 16º – Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 17º – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro.

Nova Trento, 11 de Novembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, parágrafo único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

### **Decreto Nº 114/2011**

DECRETO Nº 114/2011

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2012 e dá outras providências.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, de conformidade com o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na

forma autorizada na Lei Complementar nº 549, de 31 de outubro de 2011, DECRETA:  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Nova Trento, para o exercício de 2012 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

#### **I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são a aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício Anterior;

II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

V - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.8 - Demonstrativo das receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

IX - Anexo I.9 - Demonstrativo de Projeção Atuarial;

X - Anexo I.10 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.11 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII - Anexo I.13 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIV - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XV - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2011;

XVI - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2012 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVII - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XVIII - Anexo VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

IXX - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

#### **II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2012**

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II E IV de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos II a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

#### **III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, representada pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades



ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2009 e alterações posteriores.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundos e Autarquias e identificará os códigos das destinações e das fontes dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2009 (Manual da Despesa Nacional) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos

Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2012. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2012. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2012. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º - O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da ação ou programa de governo o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação para outra, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§4º - Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, pelo menos:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecados até 2010, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2009 e 2010 e despesa fixada para 2011 e 2012;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2010 a 2012;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2011;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2010, 2011 e 2012;

Art. 9º - A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2012.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREVENT será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 - A execução da Lei Orçamentária Anual de 2012 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 - A Lei Orçamentária Anual de 2012 poderá tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias, transferindo, em 31/12/2011, o saldo das contas apuradas em balanço desses Fundos, para a Unidade Gestora Prefeitura.

§ 1º - Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2012 como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas aos seus objetivos identificados em Plano de Aplicação representados pelas planilhas de despesas referidas no artigo 6º, inciso X desta Lei.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos recursos vinculados a estes fundos operacionalizados como Unidades Orçamentárias.

§ 3º - Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo os Fundos Municipais da Saúde e da Assistência Social.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, aparelhamento da máquina arrecadadora, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 - Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º - Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000, 0.1.01.000000 e 0.1.02.000000, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre as seguintes dotações abaixo:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e
- IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços essenciais.

§2º - A limitação de empenho e movimentação financeira será

determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16 - A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2012, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2011.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 20/12/2012 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2012 com insuficiência de caixa.

Art. 18 - O orçamento para o exercício de 2012 das principais Unidades Gestoras, reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2012 em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio ou contrato de financiamento.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e

orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

§ 3º - O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no sistema de compensação e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e mediante o registro da liquidação da despesa.

Art. 22 - A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2012, constantes do ANEXO I.11 integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo Único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Nova Trento quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei e extraídos do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI e contemplados na Lei Orçamentária para 2012, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 - Na execução da Lei Orçamentária de 2012, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 - Na execução da Lei Orçamentária de 2012 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 10% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.



**V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 34 - A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 35 - Ultrapassado o limite global de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

**VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2012 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Trento, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

**VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos

favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado em 2012 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 31 de outubro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos do Art. 1º, parágrafo único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças.

**Decreto Nº 118/2011**

DECRETO Nº 118/2011

FAZ REFORÇO DE DOTAÇÃO NO CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO ABERTO PELO DECRETO Nº 092/2011.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 10, inciso I, da Lei Municipal nº 459/2010 – Lei Orçamentária Anual de 2011,



CONSIDERANDO, que o Decreto Municipal nº 088, de 12/09/2011 declarou situação de emergência no Município em decorrência de enxurrada e transbordamento de córregos e rios, ocorrido nos dias 8 e 9 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO, que o Decreto que abriu o crédito extraordinário indicou como recursos as fontes 0.1.0000 – Recursos Ordinários e 0.1.0201 – Convênio com Governo do Estado – Secretaria de Infraestrutura;

CONSIDERANDO, que o Município recebeu R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) do Ministério da Integração Nacional para financiamento das obras e serviços de recuperação dos danos causados pela enxurrada e pelo transbordamento de rios e que ensejou a abertura do referido crédito adicional extraordinário;

CONSIDERANDO, que essa nova fonte de recursos não foi indicada no Decreto que abriu o crédito adicional extraordinário;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica reforçado em R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) o crédito adicional extraordinário aberto através do Decreto Municipal nº 092/2011, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação apurado na fonte 0.1.0210 – Convênio com o Ministério da Integração Nacional, conforme especificação abaixo:

0900 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E PLANEJAMENTO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
26	Transporte	130.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	130.000,00
26.782.0008	Recuperação de Estradas Vicinais	130.000,00
26.782.0008.2030	Recuperação de Danos Causados pela Enchente	130.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	130.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	130.000,00
0.1.0210	Convênio Ministério da Integração Nacional	130.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 14 de novembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 22 de novembro de 2011.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Decreto 1902/2011

DECRETO Nº 1.902, de 18 de Novembro de 2011.

Dispõe sobre a abertura de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais no Concurso Público 001/2009 e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal do Município de Novo Horizonte,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a instalação do CRAS e a necessidade de Auxiliar de Serviços Gerais para a limpeza das instalações;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberta mais 01 (uma) vaga para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Concurso Público 001/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 18 de Novembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 113, de 10 de novembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 113, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 18, de 30 de dezembro de 2002.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso II do artigo 143, da Lei Complementar nº 18, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 143 ( )

II - nos exercícios subsequentes, até o último dia do mês da respectiva inscrição cadastral;" (NR)

Art. 2º O inciso II do artigo 144, da Lei Complementar nº 18, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 144 ( )

II - nos exercícios subsequentes, em quota única, com recolhimento até o último dia do mês da respectiva inscrição cadastral;" (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

#### Lei Complementar Nº 114, de 10 de novembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 114, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO. IPTU. Dá nova redação ao artigo 27 da Lei Complementar 018, de 30 de dezembro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 083 de 23 de dezembro de 2009, e dá outras

providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 27 da Lei Complementar nº 083, de 23 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e das taxas previstas nesta Lei Complementar, que com ele serão lançadas, dar-se-á através de Documento de Arrecadação Municipal, pela rede bancária, devidamente autorizada pelo município:

I - em um só pagamento, com desconto de 15% (quinze por cento), se recolhido até o 31º dia do mês de março para o exercício a que se referir;

II - até 10 (dez) prestações iguais e sucessivas, dentro do mesmo exercício financeiro, a partir do 31º dia do mês de março para o exercício a que se referir;

§ 1º O valor mínimo da prestação será de R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais, computando-se as Taxas lançadas em conjunto.

§ 2º O desconto previsto no inciso I do presente artigo fica condicionado a inexistência de débito perante o Município, ressalvado os débitos parcelados, desde que sua parcela esteja quitada na data do respectivo vencimento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, em 10 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.553, de 10 de novembro de 2011.**

LEI Nº 3.553, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

CONVÊNIO. Poder Judiciário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Poder Judiciário Estadual, objetivando a criação, instalação, manutenção e funcionamento de Postos de Atendimento e Conciliação no município.

Art. 2º Todas as despesas decorrentes desta Lei correm por conta de dotações orçamentárias próprias. Fica autorizada, inclusive, a cessão do espaço físico.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, em 10 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.554, de 18 de novembro de 2011.**

LEI Nº. 3.554, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

ORÇAMENTO. Remanejamento Suplementar e Especial no Orçamento Fis-cal da Prefeitura Municipal de Palhoça; Fundo Municipal de Saúde; Fundo Municipal de Assistência Social; Águas de Palhoça, até R\$ 12.638.690,44 (do-ze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 3.388, de 30 de dezembro de 2010:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional su-plementar por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, até, R\$ 3.199.000,00 (Três milhões, cento e noventa e nove mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### **SUPLEMENTA**

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

Projeto/ Atividade: 2021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento:

Red. 114 - 31.90.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 1.350.000,00

Projeto/ Atividade: 2022 - Funcionamento e Manut. Da Educação Infantil

Elemento:

Red. 142 - 31.90.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 1.449.000,00

Red. 144 - 31.91.00.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

SOMA R\$ 3.199.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### **ANULA**

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

Projeto/ Atividade: 5072- Subvenção Social Associação Recreat. Esp.

Elemento:

Red. 308 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 5073- Subvenção Social Associação Esp. União

Elemento:

Red. 309 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto/ Atividade: 5075- Subvenção Social Assoc. Esp. Recreat Biriteiros

Elemento:

Red. 310 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto/ Atividade: 5075- Subvenção Social Cons. Comunitário

Elemento:

Red. 311 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 5076- Subvenção Social de Moradores

Elemento:

Red. 312- 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto/ Atividade: 5077- Subvenção Social Cadi

Elemento:

Red. 313 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto/ Atividade: 5078- Subvenção Social Proj.Brejaru

Elemento:

Red. 314 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 5079- Subvenção Social Ent.Pró Dig. Humana

Elemento:

Red. 315 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto/ Atividade: 5117 - Subvenção Social p/ ONG Dgnus Def

Elemento:

Red. 352 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Projeto/ Atividade: 5118- Subvenção Social Escol. De Futebol

Elemento:

Red. 353 - 33.50.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

14:00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

14:01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Projeto/ Atividade: 0002 - Amortização e Encargos da Dívida Interna

Elemento:

Red. 213 - 32.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Red. 212 - 46.90.00.00.00.01.0000 - R\$ 820.000,00

Projeto/ Atividade: 2009 - Assist. a Saúde -Serv. Da Prefeitura

Elemento:

Red. 214- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

06:00 - SECRETARIA DE GOVERNO

06:01 - SECRETARIA DE GOVERNO

Projeto/ Atividade: 2049 - Func. E manut. Da Secretaria de Governo

Elemento:

Red. 45- 31.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12:00 - SECRET. INFRAESTRUTURA ENERG. TELEC. E TRANSPORTE

12:01 - SECRET. INFRAESTRUTURA ENERG. TELEC. E TRANSPORTE

Projeto/ Atividade: 2026 - Func. E Manut. Da secretaria da Infraestrutura

Elemento:

Red. 165 - 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 618.000,00

Projeto/ Atividade: 1014 - Aquisição de Terreno p/ Cemitério

Elemento:

Red. 182 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 1015- Aquisição de Equip. e Material Permanente

Elemento:

Red. 181 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Projeto/ Atividade: 1016 - Const. E Restaur. De Pontes e Bueiros

Elemento:

Red. 170 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Projeto/ Atividade: 1116 - Const. Da ponte da Guarda do cubatão

Elemento:

Red.190 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$120.000,00

Projeto/ Atividade: 2029 - Recup. Revit. Proj. Const. Manut. Praça

Elemento:

Red. 180 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto/ Atividade: 2086 - Produção e Aquisição de Lotes Urbanos

Elemento:

Red. 187- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Projeto/ Atividade: 2140 - Troca Total Toldo Praça 7 Setembro

Elemento:

Red. 243 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 3014 - Const. de um Deck e Quiosque p/ Atendimento

Elemento:

Red. 192 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Projeto/ Atividade: 2025- Projetos Finais de Engenharia

Elemento:

Red. 169- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Projeto/ Atividade: 2086 - Produção e Aquisição de Lotes Urbanos

Elemento:

Red. 186 - 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

08:00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

08:01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Projeto/ Atividade: 2066 - Func. e Manut.da Secret. De Administ. E Finanças

Elemento:

Red. 56- 33.50.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

09:00 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. IND. COM. E SERVIÇOS

09:01 - - SECRETARIA MUNIC. DESENV. IND. COM. E SERVIÇOS

Projeto/ Atividade: 1022 - Incentivo a Ind. e Comercio

Elemento:

Red. 64- 33.50.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$59.000,00

Red. 65 - 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 1025 - Criação de um Parque Tecnológico

Elemento:

Red. 66 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Projeto/ Atividade: 2127- Cursos Técnicos p/ Capacitação de Mão de Obra

Elemento:

Red. 67- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

SOMA R\$ 3.199.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar especial por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, até R\$ 524.690,44 (Quinhentos e vinte e quatro mil, seis-centos e noventa reais e quarenta e quatro centavos) nas dotações orçamentárias abaixo:

SUPLEMENTA

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

Projeto/ Atividade: 1007 Const. Amp. Ref. Centros Educação Infantil

Elemento:

Red. - 44.90.00.00.00.00.01.0020 - Aplicações Diretas R\$ 524.690,44

SOMA R\$ 524.690,44

Art. 4º A suplementação que se refere o Artigo 3º desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

ANULA

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

Projeto/ Atividade: 1124- Construção do Colégio Aplicação

Elemento:

Red. 105 - 44.90.00.00.00.01.0020 - Aplicações Diretas R\$ 524.690,44

SOMA R\$ 524.690,44

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional su-plementar por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, até R\$ 853.000,00 (Oitocentos e cinquenta e três mil reais) nas dota-ções orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

12:00 - SECRET. INFRAESTRUTURA ENERG. TELEC. E TRANSPORTE  
12:01 - SECRET. INFRAESTRUTURA ENERG. TELEC. E TRANSPORTE  
Projeto/ Atividade: 2026 - Func. Manut. Secretaria da Infraestru-  
tura

Elemento:

Red. 162 - 31.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$103.000,00

22:00 - SECRETARIA DE TURISMO CULTURA ESPORTE E LAZER

22:01 - SECRETARIA DE TURISMO CULTURA ESPORTE E LAZER

Projeto/ Atividade: 2082 - Funcionamento e Manutenção do Es-  
porte e Lazer

Elemento:

Red. 227- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

08:00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

08:01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Projeto/ Atividade: 2066 - Func. e Manut.da Secret. De Administ.  
E Finanças

Elemento:

Red. 58- 31.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

SOMA R\$ 853.000,00

Artigo 6º - A suplementação que se refere o Artigo 5º desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

09:00 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. IND. COM. E SERVIÇOS

09:01 - - SECRETARIA MUNIC. DESENV. IND. COM. E SERVIÇOS

Projeto/ Atividade: 2128- Levantamento de Dados Estatísticos

Elemento:

Red. 68- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

Projeto/ Atividade: 2129 - Publicidade Propaganda e Divulgação

Elemento:

Red. 61- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 2130 - Acompanhamento de Projetos

Elemento:

Red. 62- 33.50.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 104.000,00

Projeto/ Atividade: 1129 - Construção do Camêlódromo Central

Elemento:

Red. 244 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Projeto/ Atividade: 2084 - Func. E Manut. Da Secret. Ind. Com .  
Serv

Elemento:

Red. 72 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10:00 - SECRET. DESENV. AGRICULT. E PESCA

10:01 - SECRET. DESENV. AGRICULT. E PESCA

Projeto/ Atividade: 2089 - Const. e Manut. Do Centro do Maricultor

Elemento:

Red. 80 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Projeto/ Atividade: 2094 - Const. e Manut. De Abatedouro Muni-  
cipal

Elemento:

Red. 90 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$

20.000,00

Projeto/ Atividade: 2095 - Const. e Garag. p/ Frota Agric.

Elemento:

Red. 87 - 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 2066- func. E Manut. Da Secretaria da Agri-  
cultura

Elemento:

Red. 74 - 31.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

02:01 - GABINETE DO PREFEITO

02:01 - GABINETE DO PREFEITO

Projeto/ Atividade: 2019 - Func. E Manut. Do Gabinete do Prefeito

Elemento:

Red. 3- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto/ Atividade: 2134- Construção Batalhão policia Militar

Elemento:

Red. 14- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$60.000,00

Projeto/ Atividade: 2133 - Prog. Mun. De Defesa Civil

Elemento:

Red. 10- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$100.000,00

13:00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13:001- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto/ Atividade: 1114 - Construção do Hotel Dia p/ Idoso

Elemento:

Red. 196- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto/ Atividade: 2035 - Funcionam. E Manut. da Secretaria de  
Assistência

Elemento:

Red. 199- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Red. 200 - 3190.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$180.000,00

Projeto/ Atividade: 2044 - Func. E Manut. Da Escola Profissional

Elemento:

Red. 209- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

SOMA R\$ 853.000,00

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional su-plementar por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, até R\$ 342.000,00 (Trezentos e quarenta e dois mil reais)) nas dota-ções orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

Projeto/ Atividade: 2021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino  
Fundamental

Elemento:

Red. 106 - 33.90.00.00.00.00.01.0072 - Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

Red. 117 - 33.90.00.00.00.00.01.0009 - Aplicações Diretas R\$122.000,00

SOMA R\$ 342.000,00

Art. 8º A suplementação que se refere o Artigo 7º desta Lei corre-  
rá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIENC. TEC. INOVAÇÃO

Projeto/ Atividade: 1031 - Aquis. de Equip. e Mat. Permanente

Elemento:



Red. 138 - 44.90.00.00.00.00.01.0072 - Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

Projeto/ Atividade: 1007- Const. Amp. Ref. Centros Educação Infantil

Elemento:

Red. 135 - 44.90.00.00.00.01.0009 - Aplicações Diretas R\$ 122.000,00

SOMA R\$ 342.000,00

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional su-plementar especial por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, até R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

22:00 - SECRETARIA DE TURISMO CULTURA ESPORTE E LAZER

22:01 - SECRETARIA DE TURISMO CULTURA ESPORTE E LAZER

Projeto/ Atividade: 2082 - Funcionamento e Manutenção do Esporte e Lazer

Elemento:

Red. Xxx - 33.90.00.00.00.00.01.0054 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

SOMA R\$ 150.000,00

Art. 10. A suplementação que se refere o Artigo 9º desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

12:00 - SECRET. INFRAESTRUTURA ENERG. TELEC. E TRANSPORTE

12:01 - SECRET. INFRAESTRUTURA ENERG. TELEC. E TRANSPORTE

Projeto/ Atividade: 3014 - Const. de um Deck e Quiosque p/ Atendimento

Elemento:

Red. 191 - 44.90.00.00.00.00.01.0054 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

SOMA ANULAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional su-plementar por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social, até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

16:00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16:01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto/ Atividade: 2039 - Func. E Manut. Do Fundo Munic. De Assistência

Elemento:

Red. 35- 31.90.00.00.00.00.01.0065 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

SOMA CRÉDITO SUPLEMENTAR R\$ 35.000,00

Art. 12. A suplementação que se refere o Artigo 11 desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

16:00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16:01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto/ Atividade: 1029 - Aquisição de Equip. e Material Permanente

Elemento:

Red. 15 - 44.90.00.00.00.00.01.0065 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto/ Atividade: 2004 - Contrib. a Entidades não Governamentais

Elemento:

Red. 30- 33.90.00.00.00.00.01.0065 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

SOMA R\$ 35.000,00

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional su-plementar por conta de remanejamento de dotações orçamentárias da Aguas de Palhoça, até R\$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

24:00 - AGUAS DE PALHOÇA

24:01 - AGUAS DE PALHOÇA

Projeto/ Atividade: 2135 - Func. E Manutenção da Aguas de Palhoça

Elemento:

Red. 5- 44.90.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Red. 17 - 44.90.00.00.00.00.06.0133 - Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

SOMA R\$ 1.100.000,00

Art. 14. A suplementação que se refere o Artigo 13 desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

24:00 - AGUAS DE PALHOÇA

24:01 - AGUAS DE PALHOÇA

Projeto/ Atividade: 2135 - Func. E Manut. Da Aguas de Palhoça

Elemento:

Red. 3- 31.90.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Red. 16 - 33.90.00.00.00.00.06.0133 - Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

SOMA R\$ 1.100.000,00

Art. 15. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional su-plementar especial por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, para o Fundo Municipal de Saúde, até R\$ 2.448.000,00 (Dois milhões quatrocentos e quarenta e oito mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

15:00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15:01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/ Atividade: 2145 - Gestão e Estruturação do SUS

Elemento:

Red. 71- 31.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.448.000,00

SOMA R\$ 2.448.000,00

Art. 16. A suplementação que se refere o Artigo 15 desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

Red. 210 -33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 240.000,00

Red. 208 - 31.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Projeto/ Atividade: 2117 - Aniversário do Município de Palhoça

Elemento:

Red. 194- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

22:00 - SECRETARIA DE TURISMO CULTURA ESPORTE E LAZER

22:01 - SECRETARIA DE TURISMO CULTURA ESPORTE E LAZER

Projeto/ Atividade: 1131- Construção do Ginásio de Esportes

Elemento:

Red. 245- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 138.000,00

Projeto/ Atividade: 2081 - Func. E Manut. Do turismo

Elemento:

Red. 223- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$

20.000,00  
 Red. 222 - 31.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
 Projeto/ Atividade: 2082 - Func. E Manut. Do esporte e Lazer  
 Elemento:  
 Red. 225- 44.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 Red. 226 - 31.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 230.000,00  
 02:00: GABINETE DO PREFEITO  
 02:01: GABINETE DO PREFEITO  
 Projeto/ Atividade: 2024 - Criação da Guarda Municipal  
 Elemento:  
 Red. 11- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 04:00: GABINETE DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
 04:01: GABINETE DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
 Projeto/ Atividade: 2013 - Func. E Manut. Do Gab. De Plan. E Orçamento  
 Elemento:  
 Red. 28- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
 05:00: PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO  
 05:01: PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO  
 Projeto/ Atividade: 2051 - Func. E Manut. Da Procuradoria  
 Elemento:  
 Red. 42- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 950.000,00  
 Projeto/ Atividade: 2067 - Encarg. Com Execuç. De Sentenças Judiciais  
 Elemento:  
 Red. 44- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
 08:00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 08:01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 Projeto/ Atividade: 2015 - Serviços públicos Concedidos  
 Elemento:  
 Red. 54- 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
 SOMA R\$ 2.448.000,00

Art.17. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social, até, R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Projeto/ Atividade: 2036 - Assistência a Criança e ao Adolescente - Casa Lares  
 Elemento:  
 Red. 10 - 33.90.00.00.00.00.01.0066 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00  
 SOMA R\$ 35.000,00

Art. 18. A suplementação que se refere o Artigo 17 desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Projeto/ Atividade: 2036 - Assistência a Criança e ao Adolescente - Casa Lares  
 Elemento:  
 Red. 11 - 44.90.00.00.00.00.01.0066 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 Projeto/ Atividade: 1029- Aquisição de Equip. e Mat. Permanente

#### Elemento:

Red. 20 - 44.90.00.00.00.00.01.0066 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
 SOMA R\$ 35.000,00

Art. 19. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar crédito adicional especial de reforço na dotação do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça até R\$ 722.000,00 (Setecentos e vinte e dois mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

11.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
 11.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
 Projeto/ Atividade: 2022 - Funcionamento e Manut. Da Educação Infantil  
 Elemento:  
 Red. 142 - 31.90.00.00.00.00.01.0017 - Aplicações Diretas R\$ 410.000,00  
 Red. 144 - 31.91.00.00.00.00.01.0017- Aplicações Diretas R\$ 312.000,00  
 SOMA R\$ 722.000,00

Art. 20. A suplementação que se refere o artigo 19 desta Lei correrá por conta do excesso de arrecadação do FUNDEB Fr. 01.0017 R\$ 722.000,00. (Setecentos e vinte e dois mil reais)

Art. 21. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar crédito adicional suplementar de reforço na dotação do orçamento fiscal da Águas de Palhoça, até R\$ 2.760.000,00 (Dois milhões, setecentos e sessenta mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

24.00 - ÁGUAS DE PALHOÇA  
 24.01 - ÁGUAS DE PALHOÇA  
 Projeto/ Atividade: 2136 - Saneamento p/ Todos  
 Elemento:  
 Red. 10- 33.90.00.00.00.00.01.0108 - Aplicações Diretas R\$ 2.760.000,00  
 SOMA R\$ 2.760.000,00

Art. 22. A suplementação que se refere o Artigo 21 desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

24.00 - ÁGUAS DE PALHOÇA  
 24.01 - ÁGUAS DE PALHOÇA  
 Projeto/ Atividade: 1028 - Implant. Abast. Aguas Munic. Palhoça-Pinheira  
 Elemento:  
 Red. 01- 44.90.00.00.00.00.01.0108 - Aplicações Diretas R\$ 2.760.000,00  
 SOMA R\$ 2.760.000,00

Art. 23. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar um crédito adicional especial, no orçamento do Instituto de Previdência Social - IPPA, por conta do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, até R\$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil reais) as dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

17:00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
 17:00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
 Proj/Atividade: 2072 - Pagamentos de Inativos e Pensionistas  
 Elemento:  
 Red.7 33.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00  
 SOMA R\$ 370.000,00





Art. 24. A suplementação que se refere o Artigo 23 desta Lei correrá por conta das anulações de dotação do orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça nas dotações abaixo discriminadas:

#### ANULA

14.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

14.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Projeto/ Atividade: 0002 - Amortização e Encargos da Dívida Interna

Elemento:

Red. 214 - 33.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00

SOMA R\$ 370.000,00

Art. 25. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, até, R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

#### SUPLEMENTA

15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Projeto/ Atividade: 2141 - Atenção Básica a Saúde

Elemento:

Red. 81- 33.90.00.00.00.00.00.01.00040- Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

SOMA R\$ 100.000,00

Art. 26. A suplementação que se refere o Artigo 25 desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

#### ANULA

15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/ Atividade: 2141 - Atenção Básica a Saúde

Elemento:

Red. 81- 33.90.00.00.00.00.00.01.0040 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

SOMA R\$ 100.000,00

Art. 27. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 18 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3.555, de 18 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.555, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUXÍLIO. Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio aos pescadores a-tingidos pelas enxurradas e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir os materiais descritos no art. 2º desta Lei, mediante procedimento licitatório com a finalidade de doar aos pescadores que tive-ram suas embarcações naufragadas, diante da intempérie climática ocorrida neste Município nos dias 04 e 05 de setembro de 2011, conforme a localidade descrita na Notificação Preliminar de Desastre, constante em Anexo a presente Lei.

Art. 2º O auxílio será destinado à aquisição dos seguintes materiais:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Rede 0,60x65x30 ship	pc	93,00

02	Rede 0,60x65x30 azul	pc	35,00
03	Rede 0,45x45x100 ship	pc	40,00
04	Rede 0,45x42,5x100 verde ship	pc	14,00
05	Rede 0,45x40x100 ship	pc	67,00
06	Chumbo para rede	kg	1895,00
07	Bóia corvina plástica	unid	5562,00
08	Bóia robalo I	unid	2000,00
09	Bóia corvina III	unid	2400,00
10	Bóia robalo II	unid	6350,00
11	Fio de encala de nylon 210/36 branco	kg	43,00
12	Corda poliamida [PA] 1,5mm	kg	51,00
13	Cabo PP 16mm torcida [carregadeira]	kg	72,00
14	Cabo PP 19mm torcida [carregadeira]	kg	50,00
15	Cabo PE trançada 06mm	kg	20,00
16	Cabo p/ espia (corda PE 12 torcida)	kg	300,00
17	Cabo PE torc. 10mm	kg	24,00
18	Cabo PE trançada 10mm	kg	477,00
19	Cabo PE trançada 12mm	kg	945,00
20	Nylon 250g Araty 0,60	kg	2,00
21	Nylon 250g Araty 0,45	kg	7,00
22	Pisca para rede 02	pc	8,00
23	Nylon 250g grilon topflex	kg	10,00
24	Pisca para rede 01	pc	2,00
25	Colete marinha	pc	12,00
26	Bomba porão 2000GPH	pc	4,00
27	Automático p/ bomba de porão	pc	4,00

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta de dotação es-pecífica do orçamento vigente, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar por conta de remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento corrente Lei nº 3.388, de 30 de dezembro de 2010:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

Projeto/ Atividade; Programa Municipal de Defesa Civil

Elemento:

Red. 9 - 33.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Art. 5º A suplementação que se refere o Artigo 4º desta Lei correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

Projeto/ Atividade; Programa Municipal de Defesa Civil

Elemento:

Red. 9 - 44.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposi-ções contrárias.

Palhoça, em 18 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

### Extrato de Ata N.º096/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º096/2010 - Pregão Presencial n.º137/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a



empresa JR EHLKE CIA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo laboratorial. DATA: 17/11/2010 a 17/11/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	01	CX	Multicubetas para analisador de bioquímica para aparelhos Mindray BS - 120/200, caixa com 4x1.250 (5.000) unidades.	mindray	R\$ 2.254,00	R\$ 2.254,00
14	6	FRS	Reagente M-30 EZ Cleanser 100 ml.	mindray	R\$ 113,00	R\$ 678,00

VALOR TOTAL R\$ 2.932,00

### Extrato de Ata N.º097/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º097/2010 - Pregão Presencial n.º138/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de material permanente e consumo odontológico, enfermagem e fisioterapia. DATA: 18/11/2010 a 18/11/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	8	PÇ	Barra Paralela; Feita em aço carbono; Barras com regulagem de altura e largura, com piso anti-derrapante; 01 par de corrimão; Desmontável; medindo aproximadamente C x L x A x P - 2,51 m x 1,26 m x 1,10 m; Piso em madeira para barra paralela; desmontável; durabilidade e resistência. Certificação da ANVISA, Garantia; Manual.	ISSP Dirce S. Zani	R\$ 1.152,23	R\$ 9.217,84
5	10	PÇ	Cama elástica; feita em aço carbono; peso máximo suportado: 135Kg; desmontável; molas laterais duplas com capa de proteção, base em nylon resistente, pés removíveis com ponteira emborrachada antiderrapante, com diâmetro aproximado de 1 m, altura aproximada de 22 cm. Garantia; Certificação da ANVISA; Manual.	ISSP Dirce S. Zani	R\$ 298,57	R\$ 2.985,70

13	8	PÇ	Escada em "L" com 3 Degraus - Adulto e infantil em madeira envernizada com rampa antiderrapante e corrimão de madeira com medidas aprox. de 2,16 x 1,30 x 1,36cm. (Comp. x Alt. x Larg.). Ajuste das barras (3 níveis) para utilização infantil; Feita em madeira de lei; Certificação da ANVISA; Garantia; Manual.	ISSP Dirce S. Zani	R\$ 1.160,36	R\$ 9.282,88
24	10	PÇ	Maca/Divã Baixo Tablado para Fisioterapia Neurológica e Reabilitação, de madeira revestido em courvin com espuma de 5 cm. Medindo aproximadamente: 1,80m x 1,30m x 51,00cm, pesando aproximadamente 39 kg.	ISSP Dirce S. Zani	R\$ 664,40	R\$ 6.644,00
26	30	UN	Régua antropométrica pediátrica, com as especificações mínimas: de madeira, escala de 100 cm graduação em milímetros numeradas a cada centímetro, marcador removível, garantia contra defeitos de fabricação.	Cirúrgica Brasil	R\$ 34,41	R\$ 1.032,30
28	10	PÇ	Tábua de Equilíbrio para Propriocepção em Fisioterapia; Tipo meia cana, fabricada em madeira de lei envernizada (marfim), com piso revestido de borracha anti-derrapante. Medidas aprox.: 60 x 40cm x 10 cm (comp x larg x altura).	ISSP Dirce S. Zani	R\$ 77,43	R\$ 774,30

VALOR TOTAL R\$ 29.937,02

### Extrato de Ata N.º098/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º098/2010 - Pregão Presencial n.º138/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA EPP. OBJETO: aquisição de material permanente e consumo odontológico, enfermagem e fisioterapia. DATA: 18/11/2010 a 18/11/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	15	UN	Bandeja de aço com tampa - tamanho aproximado de 16x20 cm.	Fami Ita	R\$ 97,68	R\$ 1.465,20



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

2	15	UN	Bandeja de aço com tampa - tamanho aproximado de 30x24 cm.	Fami Ita	R\$ 129,00	R\$ 1.935,00
9	20	PÇ	Cunha de posicionamento/triângulo.	Carci	R\$ 82,00	R\$ 1.640,00
10	20	UN	Divã/Mesa ginecológico.	Metalic	R\$ 458,00	R\$ 9.160,00
12	20	UN	Escada de 02 degraus, armação em tubos redondos, epóxi.	Metalic	R\$ 56,00	R\$ 1.120,00
14	8	PÇ	Espalдар regulável / Barra de ling; Fabricada em madeira de lei envernizada;	Carci	R\$ 441,00	R\$ 3.528,00
15	26	PÇ	Exercitador de Mão Dedos, Punhos e Antebraços; emborrachado.	IMC	R\$ 81,00	R\$ 2.106,00
16	26	UN	Halter emborrachado de 01 kg, tipo bola, cores variadas .	Carci	R\$ 9,20	R\$ 239,20
17	26	UN	Halter emborrachado de 02 kg, tipo bola, cores variadas.	Carci	R\$ 19,00	R\$ 494,00
18	26	UN	Halter emborrachado de 03 kg, tipo bola, cores variadas.	Carci	R\$ 27,70	R\$ 720,20
19	26	UN	Halter emborrachado de 04 kg, tipo bola, cores variadas.	Carci	R\$ 40,50	R\$ 1.053,00
20	26	UN	Halter emborrachado de 5 kg, tipo bola, cores variadas.	Carci	R\$ 50,60	R\$ 1.315,60
23	30	UN	Maca de exame clínico leito em estofado courvin.	Caumaq	R\$ 290,00	R\$ 8.700,00
29	10	UN	Tens/Fes clínico 4 canais - Parâmetros programáveis.	Carci	R\$ 1.123,70	R\$ 11.327,00
30	16	UN	Ultra-som com as seguintes especificações mínimas: tecnologia de operação microcontrolada; Frequência de 1 e 3 MHz.	HTM	R\$ 860,00	R\$ 13.760,00

VALOR TOTAL R\$ 58.473,20

**Extrato de Ata N.º099/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º099/2010 - Pregão Presencial n.º138/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA. OBJETO: aquisição de material permanente e consumo odontológico, enfermagem e fisioterapia. DATA: 18/11/2010 a 18/11/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
11	1	UN	Eletrocardiógrafo Portátil.	Bionet	R\$ 5.600,00	R\$ 5.600,00

VALOR TOTA R\$ 5.600,00

**Extrato de Ata N.º100/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º100/2010 - Pregão Presencial n.º138/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. OBJETO: aquisição de material permanente e consumo odontológico, enfermagem e fisioterapia. DATA: 18/11/2010 a 18/11/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
7	2	CJ	Conjunto odontológico:cadeira, mocho.	Olsen	R\$ 6.500,00	R\$ 13.000,00

VALOR TOTAL R\$ 13.600,00

**Passo de Torres****PREFEITURA****Lei Nº 780/2011**

LEI Nº.780 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres , Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Município de Passo de Torres, até o valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 2.010: Manut. Das Ações de Saúde Pública

Modalidade: 3.1.90.00.0118(32) - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB acumulados até o mês de outubro e pelo provável excesso de arrecadação dos meses de novembro e dezembro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança

**Lei Nº 781/2011**

LEI Nº. 781 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

# ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Município de Passo de Torres, até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 01 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito  
Atividade 2.003: Manut. Do Gabinete do Prefeito, Vice-prefeito e Assessorias  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(05) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 03 Secretaria de Administração e Finanças  
Atividade 2.007: Manutenção de Secretaria de Administração e Finanças  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(10) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
Modalidade: 4.4.90.00.0100(13) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura  
Atividade 2.010: Manutenção do Ensino Regular  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(31) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 08 Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social  
Atividade 2.034: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(78) - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Órgão 09 Secretaria da Agricultura  
Atividade 2.044: Manutenção de Secretaria de Agricultura  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(90) - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Órgão 11 Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico  
Atividade 2.046: Manutenção de Secretaria de Administração e Finanças  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(10) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 13 Encargos Especiais  
Atividade 0.0055: Manutenção de Encargos Especiais  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(141) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 Secretaria de Transportes e Obras  
Atividade 2.048: Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(131) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.  
EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finança

## Lei Nº 782/2011

LEI Nº 782 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 15 Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 2.031: Manut. Das Ações de Saúde Pública  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(10) - Aplicações Diretas R \$ 20.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 15 Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 2.031: Manut. Das Ações de Saúde Pública  
Modalidade: 3.3.90.00.0100(15) - Aplicações Diretas R \$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.  
EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finança

## Lei Nº 783/2011

LEI Nº 783, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 01 Câmara de Vereadores  
Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo  
Modalidade: 3.3.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R \$ 4.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 01 Câmara de Vereadores  
Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo



Modalidade: 3.1.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R \$  
4.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança

### Decreto Nº 178/2011

DECRETO Nº.178 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 780/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Município de Passo de Torres, até o valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura  
Atividade 2.010: Manut. Das Ações de Saúde Pública  
Modalidade: 3.1.90.00.0118(32) - Aplicações Diretas R \$  
125.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB acumulados até o mês de outubro e pelo provável excesso de arrecadação dos meses de novembro e dezembro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança

### Decreto Nº 179/2011

DECRETO Nº. 179 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 781/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento do

Município de Passo de Torres, até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 01 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito  
Atividade 2.003: Manut. Do Gabinete do Prefeito, Vice-prefeito e Assessorias  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(05) - Aplicações Diretas R \$  
10.000,00

Órgão 03 Secretaria de Administração e Finanças  
Atividade 2.007: Manutenção de Secretaria de Administração e Finanças  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(10) - Aplicações Diretas R \$  
30.000,00  
Modalidade: 4.4.90.00.0100(13) - Aplicações Diretas R \$  
10.000,00

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura  
Atividade 2.010: Manutenção do Ensino Regular  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(31) - Aplicações Diretas R \$  
20.000,00

Órgão 08 Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social  
Atividade 2.034: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(78) - Aplicações Diretas R \$  
18.000,00

Órgão 09 Secretaria da Agricultura  
Atividade 2.044: Manutenção de Secretaria de Agricultura  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(90) - Aplicações Diretas R \$  
8.000,00

Órgão 11 Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico  
Atividade 2.046: Manutenção de Secretaria de Administração e Finanças  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(10) - Aplicações Diretas R \$  
2.000,00

Órgão 13 Encargos Especiais  
Atividade 0.0055: Manutenção de Encargos Especiais  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(141) - Aplicações Diretas R \$  
2.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 Secretaria de Transportes e Obras  
Atividade 2.048: Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras  
Modalidade: 3.1.90.00.0100(131) - Aplicações Diretas R \$  
100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança

**Decreto Nº 180/2011**

DECRETO N.º 180 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 782/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 15 Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.031: Manut. Das Ações de Saúde Pública

Modalidade: 3.1.90.00.0100(10) - Aplicações Diretas R \$ 20.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 15 Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.031: Manut. Das Ações de Saúde Pública

Modalidade: 3.3.90.00.0100(15) - Aplicações Diretas R \$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança

**Decreto Nº 181/2011**

DECRETO Nº 181, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 783/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 01 Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo

Modalidade: 3.3.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R \$ 4.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 01 Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo

Modalidade: 3.1.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R \$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### Controle da Origem e dos Gastos com Ensino Mês de Outubro de 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

#### CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MES DE OUTUBRO DE 2011

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	128.933,17
1.2 - ITBI	16.796,00
1.3 - ISS	952.355,28
1.4 - FPM	3.898.840,04
1.5 - IRRF	95.604,31
1.6 - ICMS	2.313.322,84
1.7 - IPI	44.170,89
1.8 - IPVA	389.419,91
1.9 - ITR	7.887,36
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	18.456,04
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	20.255,97
1.12 - Multas e Juros de Mora	12.375,64
<b>TOTAL</b>	<b>7.898.417,45</b>

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.974.604,36
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.535.004,98
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	11.843,04
2.3 - Convênios	532.399,86
<b>TOTAL</b>	<b>4.053.852,24</b>

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal ( 1 )	Realizada ( 2 )	Diferença ( 3 )
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.334.419,42	1.334.417,36	-2,06
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	928.108,81	964.049,43	35.940,62
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	618.739,21	431.595,31	-187.143,90
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	640.184,95	706.296,16	66.111,21
3.5 - Convênios e Transferências	532.399,86	396.148,78	-136.251,08
<b>TOTAL</b>	<b>4.053.852,24</b>	<b>3.832.507,04</b>	<b>-221.345,20</b>

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Paulo Lopes, 16 de novembro de 2011.

**% APLICADO : 25,84%**

Aplicado a maior : 66.109,16

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**CONTROLE da ORIGEM e DOS GASTOS COM SAÚDE MÊS de Outubro de 2011****PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**  
**MÊS DE OUTUBRO DE 2011**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	128.933,17
1.2 - ITBI	16.796,00
1.3 - ISS	952.355,28
1.4 - FPM	3.898.840,04
1.5 - IRRF	95.604,31
1.6 - ICMS	2.313.322,84
1.7 - IPI	44.170,89
1.8 - IPVA	389.419,91
1.9 - ITR	7.887,36
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	18.456,04
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	20.255,97
1.12 - Multas e Juros de Mora	12.375,64
<b>TOTAL</b>	<b>7.898.417,45</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	1.184.762,62
2.2 - Rendimento de Aplicação	7.394,12
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	743.655,18
<b>TOTAL</b>	<b>1.935.811,92</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal ( 1 )</b>	<b>Realizada ( 2 )</b>	<b>Diferença ( 3 )</b>
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	1.184.762,62	1.562.755,40	377.992,78
3.2 - Convênios e Transferências	751.049,30	596.695,46	-154.353,84
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.935.811,92</b>	<b>2.159.450,86</b>	<b>223.638,94</b>

% aplicado = 19,79%  
 Aplicado a maior = 377.992,78

Paulo Lopes, 16 de novembro de 2011.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

**RELATÓRIO da GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO da DESPESA COM PESSOAL Novembro/2010 A Outubro/2011**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.757.345,64	0,00
Pessoal Ativo	5.573.444,68	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	183.900,96	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.792,81	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.792,81	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.753.552,83</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>5.753.552,83</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>11.943.647,59</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>48,17</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>6.449.569,70</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>6.127.091,21</b>	
<b>FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 16/11/2011

\_\_\_\_\_  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
GILDO ARCELINO DE SOUZA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Diretor de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
NILTON BATISTA RAUPP  
Contador

# RELATÓRIO RESUMIDO da EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO Janeiro A Outubro 2011/BIMESTRE Setembro - Outubro

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.209.200,00	12.457.015,33	1.747.498,86	10.382.295,75	1.954.330,12	9.315.710,67	100,00	74,78	3.141.304,66
Legislativa	700.000,00	700.000,00	105.155,19	489.730,30	105.155,19	489.730,30	5,26	69,96	210.269,70
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	105.155,19	489.730,30	105.155,19	489.730,30	5,26	69,96	210.269,70
Administração	2.373.000,00	2.416.765,98	164.164,51	2.069.522,91	381.218,85	1.499.106,53	16,09	62,03	917.659,45
Administração Geral	2.056.000,00	2.123.765,98	120.551,17	1.860.766,71	338.931,17	1.301.240,44	13,97	61,27	822.525,54
Administração Financeira	317.000,00	293.000,00	43.613,34	208.756,20	42.287,68	197.866,09	2,12	67,53	95.133,91
Assistência Social	292.000,00	301.000,00	38.700,81	230.061,64	47.323,61	224.746,97	2,41	74,67	76.253,03
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	-2,84	23.997,16	4.397,16	21.997,16	0,24	87,99	3.002,84
Assistência à Criança e ao Adolescente	77.000,00	72.000,00	7.727,01	44.833,45	8.767,61	43.822,80	0,47	60,86	28.177,20
Assistência Comunitária	190.000,00	204.000,00	30.976,64	161.231,03	34.158,84	158.927,01	1,71	77,91	45.072,99
Saúde	2.789.000,00	2.659.000,00	455.112,54	2.256.969,98	453.682,13	2.195.792,29	23,57	82,58	463.207,71
Atenção Básica	2.789.000,00	2.659.000,00	455.112,54	2.256.969,98	453.682,13	2.195.792,29	23,57	82,58	463.207,71
Educação	3.025.200,00	3.234.843,71	686.864,43	2.869.645,32	519.827,64	2.641.031,06	28,35	81,64	593.812,65
Alimentação e Nutrição	108.000,00	108.000,00	25.782,33	100.025,05	26.053,64	91.423,07	0,98	84,65	16.576,93
Ensino Fundamental	2.437.200,00	2.626.843,71	551.092,21	2.358.354,53	404.202,06	2.170.432,75	23,30	82,63	456.410,96
Educação Infantil	452.000,00	452.000,00	89.989,89	364.406,75	66.572,99	333.340,75	3,58	73,75	118.659,25
Educação Especial	28.000,00	48.000,00	20.000,00	46.858,99	22.998,95	45.834,49	0,49	95,49	2.165,51
Cultura	80.000,00	78.000,00	10.277,08	46.214,63	13.477,08	44.614,63	0,48	57,20	33.385,37
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	79.000,00	77.000,00	10.277,08	46.214,63	13.477,08	44.614,63	0,48	57,94	32.385,37
Urbanismo	607.000,00	616.000,00	0,00	565.000,00	105.311,39	504.413,44	5,41	81,89	111.586,56
Infra-Estrutura Urbana	40.000,00	49.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.000,00
Serviços Urbanos	565.000,00	565.000,00	0,00	565.000,00	105.311,39	504.413,44	5,41	89,28	60.586,56
Transportes Coletivos Urbanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Habitação	97.000,00	106.000,00	6.896,98	84.243,12	6.997,40	83.404,18	0,90	78,68	22.595,82
Habitação Urbana	97.000,00	106.000,00	6.896,98	84.243,12	6.997,40	83.404,18	0,90	78,68	22.595,82
Saneamento	93.000,00	80.000,00	20.258,64	63.527,73	19.310,71	62.157,38	0,67	77,70	17.842,62
Saneamento Básico Rural	89.000,00	78.000,00	20.258,64	63.527,73	19.310,71	62.157,38	0,67	79,69	15.842,62
Saneamento Básico Urbano	4.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	271.000,00	359.000,00	44.846,46	229.811,33	42.880,40	217.684,79	2,34	60,64	141.315,21
Extensão Rural	271.000,00	359.000,00	44.846,46	229.811,33	42.880,40	217.684,79	2,34	60,64	141.315,21

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.209.200,00	12.457.015,33	1.747.498,86	10.382.295,75	1.954.330,12	9.315.710,67	100,00	74,78	3.141.304,66
Indústria	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transporte	1.270.000,00	1.295.405,64	127.785,72	1.134.501,98	194.743,79	1.039.522,74	11,16	80,25	255.882,90
Transporte Rodoviário	1.270.000,00	1.295.405,64	127.785,72	1.134.501,98	194.743,79	1.039.522,74	11,16	80,25	255.882,90
Desporto e Lazer	124.000,00	123.000,00	11.888,55	68.964,72	9.830,73	66.294,11	0,71	53,90	56.705,89
Desporto Comunitário	124.000,00	123.000,00	11.888,55	68.964,72	9.830,73	66.294,11	0,71	53,90	56.705,89
Encargos Especiais	462.000,00	462.000,00	75.547,95	274.102,09	54.571,20	247.212,25	2,65	53,51	214.787,75
Serviço da Dívida Interna	332.000,00	332.000,00	35.547,95	144.102,09	35.547,95	144.102,09	1,55	43,40	187.897,91
Outras Transferências	130.000,00	130.000,00	40.000,00	130.000,00	19.023,25	103.110,16	1,11	79,32	26.889,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	12.209.200,00	12.457.015,33	1.747.498,86	10.382.295,75	1.954.330,12	9.315.710,67	100,00	74,78	3.141.304,66

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 16/11/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA  
 Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
 Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP  
 Contador

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# RELATÓRIO RESUMIDO da EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ORÇAMENTOS FISCAL e da SEGURIDADE SOCIAL

## Janeiro A Outubro 2011/BIMESTRE Setembro - Outubro

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>2.044.778,12</b>	<b>16,75</b>	<b>10.411.536,50</b>	<b>85,28</b>	<b>1.797.663,50</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.409.200,00</b>	<b>11.409.200,00</b>	<b>1.927.572,29</b>	<b>16,89</b>	<b>9.917.912,52</b>	<b>86,93</b>	<b>1.491.287,48</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.743.000,00	1.743.000,00	218.070,89	12,51	1.324.680,07	76,00	418.319,93
IMPOSTOS	1.532.000,00	1.532.000,00	212.216,88	13,85	1.193.688,76	77,92	338.311,24
TAXAS	211.000,00	211.000,00	5.854,01	2,77	130.991,31	62,08	80.008,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	315.000,00	315.000,00	51.401,11	16,32	247.158,22	78,46	67.841,78
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	315.000,00	315.000,00	51.401,11	16,32	247.158,22	78,46	67.841,78
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	23.348,68	0,00	118.742,74	0,00	-118.742,74
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	22.768,68	0,00	115.502,74	0,00	-115.502,74
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	580,00	0,00	3.240,00	0,00	-3.240,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.000,00	3.000,00	9.741,50	324,72	22.439,40	747,98	-19.439,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.945.200,00	8.945.200,00	1.620.058,90	18,11	8.142.662,11	91,03	802.537,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.945.200,00	8.945.200,00	1.620.058,90	18,11	8.142.662,11	91,03	802.537,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	403.000,00	403.000,00	4.951,21	1,23	62.229,98	15,44	340.770,02
Multas e Juros de Mora	49.000,00	49.000,00	3.378,73	6,90	28.489,18	58,14	20.510,82
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	88.000,00	88.000,00	1.367,48	1,55	33.302,36	37,84	54.697,64
RECEITAS DIVERSAS	266.000,00	266.000,00	205,00	0,08	438,44	0,16	265.561,56
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>117.205,83</b>	<b>14,65</b>	<b>493.623,98</b>	<b>61,70</b>	<b>306.376,02</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	117.205,83	14,65	241.311,18	30,16	558.688,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	800.000,00	800.000,00	117.205,83	14,65	241.311,18	30,16	558.688,82
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	252.312,80	0,00	-252.312,80
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	252.312,80	0,00	-252.312,80
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>2.044.778,12</b>	<b>16,75</b>	<b>10.411.536,50</b>	<b>85,28</b>	<b>1.797.663,50</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>2.044.778,12</b>	<b>16,75</b>	<b>10.411.536,50</b>	<b>85,28</b>	<b>1.797.663,50</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.209.200,00	12.209.200,00	2.044.778,12	16,75	10.411.536,50	85,28	1.797.663,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	123.815,33	—	—	58.049,35	—	—
Superávit Financeiro	—	123.815,33	—	—	58.049,35	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>247.815,33</b>	<b>12.457.015,33</b>	<b>1.747.498,86</b>	<b>10.382.295,75</b>	<b>1.954.330,12</b>	<b>9.315.710,67</b>	<b>74,78</b>	<b>3.141.304,66</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.942.700,00</b>	<b>77.149,35</b>	<b>10.019.849,35</b>	<b>1.529.398,18</b>	<b>8.729.629,42</b>	<b>1.708.195,37</b>	<b>8.450.810,86</b>	<b>84,34</b>	<b>1.569.038,49</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.892.000,00	-49.000,00	5.843.000,00	1.029.704,22	4.971.180,62	1.029.704,22	4.971.180,62	85,08	871.819,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	0,00	2.000,00	190,98	1.076,97	190,98	1.076,97	53,85	923,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.048.700,00	126.149,35	4.174.849,35	499.502,98	3.757.371,83	678.300,17	3.478.553,27	83,32	696.296,08
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.261.500,00</b>	<b>170.665,98</b>	<b>2.432.165,98</b>	<b>218.100,68</b>	<b>1.652.666,33</b>	<b>246.134,75</b>	<b>864.899,81</b>	<b>35,56</b>	<b>1.567.266,17</b>
INVESTIMENTOS	1.931.500,00	170.665,98	2.102.165,98	182.743,71	1.509.641,21	210.777,78	721.874,69	34,34	1.380.291,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	35.356,97	143.025,12	35.356,97	143.025,12	43,34	186.974,88
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>247.815,33</b>	<b>12.457.015,33</b>	<b>1.747.498,86</b>	<b>10.382.295,75</b>	<b>1.954.330,12</b>	<b>9.315.710,67</b>	<b>74,78</b>	<b>3.141.304,66</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>247.815,33</b>	<b>12.457.015,33</b>	<b>1.747.498,86</b>	<b>10.382.295,75</b>	<b>1.954.330,12</b>	<b>9.315.710,67</b>	<b>74,78</b>	<b>3.141.304,66</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.095.825,83	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.209.200,00</b>	<b>247.815,33</b>	<b>12.457.015,33</b>	<b>1.747.498,86</b>	<b>10.382.295,75</b>	<b>1.954.330,12</b>	<b>10.411.536,50</b>	<b>74,78</b>	<b>3.141.304,66</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 15.417,13

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 16/11/2011

\_\_\_\_\_  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
GILDO ARCELINO DE SOUZA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Diretor de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
NILTON BATISTA RAUPP  
Contador

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Audiência Pública COMUNICADO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através do Prefeito Municipal Sr. EUZEBIO CALISTO VIECELI, convida toda população de Pinheiro Preto para participarem da Audiência Pública para emenda de iniciativa popular junto ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 2012, no dia 25/11/2011, às 09:30hs, na Sala de reuniões do Posto de Saúde Municipal, sito na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, Centro de Pinheiro Preto.

Atenciosamente

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Edital N.º 011/2011**  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL N.º 011/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto, as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para função de servente.

Data período da inscrição: 22/11/2011 a 09/12/2011  
Horário: Das 07:30horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas  
Local: Setor de Recursos Humanos, na sede do Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Costa e Silva, 111, em Pinheiro Preto.

Centro Administrativo, 18 de novembro de 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 039/2011 LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2011

"Altera a redação do caput do artigo 188 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo - SC - Lei Complementar nº 1/1990 e dá outras providências". Autores: Vereadores João Paulo Serpa, Eduardo Prado, Joel Orlando Lucinda, Elias Cabral, Aílto Neckel de Souza e Eliana Mendes.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O Caput do Artigo 188 da Lei Orgânica do Município de

Porto Belo, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 188. As elevações existentes acima da conta de cinquenta (50) metros sobre o nível do mar, no âmbito do perímetro urbano do Município e de suas matas nativas, são patrimônio da cidade, destinadas à preservação de reservas ecológica, biológica e natural, nelas sendo vedadas quaisquer atividades ou obras que possam alterar suas características topográficas que venham a introduzir situações de comprometer a integridade das condições que justifiquem sua preservação.

Inciso I - As elevações existentes entre as cotas de 20 (vinte) e 50 (cinquenta) metros acima do nível do mar, somente poderão ser alteradas suas características topográficas e, ou obras autorizadas, caso tenham suas inclinações, vegetações e solo considerados adequados pelos órgãos ambientais competentes, devendo ainda atender os parâmetros de utilização e ocupação definidos em lei específica."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, e em especial o caput do artigo 188 da Lei Orgânica do Município.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2011.  
ALBERT STADLER  
Prefeito

## Porto União

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato 129/2011

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 129/2011

Partes: Município de Porto União e Fenix Informatica e Telefonia Ltda  
Objeto: fornecimento de equipamentos de informática diversos  
Valor total: R\$ 11.232,50 ( onze mil duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)  
Vigência: 10 de dezembro de 2011 ou a retirada total do material licitado  
Base legal Pregão Presencial 056/2011 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 11 de novembro de 2011  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

FENIX INFORMATICA E TELEFONIA LTDA  
Contratada

#### Portaria Nº 054/2011

PORTARIA Nº 054, de 11 de novembro de 2011.  
Dispõe sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico no Município de Porto União.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determina a abertura de Processo Administrativo de Consulta Pública e Audiências Públicas referente ao Plano Municipal de Saneamento Básico, com relação aos serviços de abastecimento

de água potável e esgotamento sanitário no Município de Porto União - SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### **Processo Licitatório 019/2011 FAS Homologação**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 019/2011FAS

Pregão Presencial 010/2011 FAS

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico Izabel Cardoso.

Porto União SC, 25 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Processo Licitatório 019/2011 FAS Revogação**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 19/2011 FAS

Pregão presencial 010/2011 FAS

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no art 64 da lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Processo Licitatório 034/2011 Educação Homologação**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 034/2011 EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 018/2011

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Jackiw & Jackiw Ltda, Mercado Koserá Ltda, Ade Comercio de Frutas e Verduras Ltda, Integra Comercial Ltda, Cleide Bahniuk Schwaab ME.

Porto União SC, 16 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Processo Licitatório 035/2011 EDUCAÇÃO Homologação**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 035/2011 EDUCAÇÃO

Pregão presencial 019/2011 EDUCAÇÃO

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Divosul Industria e Comercio de Peças e Veículos Ltda.

Porto União SC 17 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Processo Licitatório 094/2011 Homologação**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 094/2011

Pregão Presencial 056/2011

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa: Lider Suprimentos para Informática Ltda, Fenix Informática e Telefonia Ltda, Dalgallo Music Center Ltda.

Porto União SC, Porto União SC, 11 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Processo Licitatório 095/2011 Homologação**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 095/2011

Pregão Presencial 057/2011

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Re-cier Jose Gregorio ME, Gislean de Oliveira Cardoso, Leonor Pontes Com de Artigos Esportivos Ltda ME.

Porto União SC, 17 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Processo Licitatório 098/2011 Dispensa de Licitação 010/2011**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatorio 098/2011

Dispensa de Licitação n.º 010/2011

Caracterização da Situação: o Município, necessita de um sistema para efetuar o registro eletrônico do movimento do ISSQN do município.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação do sistema de Controle de Livro Eletrônico, que fará o registro eletronicamente do movimento do ISSQN por meio digital e com acesso do usuário ON-LINE.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Betha Sistemas Ltda, tendo em vista que o município já faz a locação do sistema de software dessa empresa.

Do Preço: Para implantação do sistema será paga o valor de R\$ 2.000,00 ( dois mil reais) e R\$ 1.550.00 ( hum mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, com o Sistema totalmente integrado ao Sistema de Tributos.

Dotação Orçamentária

Órgão 0200 Poder Executivo Porto União

Unidade 0205 Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade

Atividade 2008 Manutenção Secretaria de Finanças e Contabilidade

Modalidade 3390100 - Aplicações Diretas

Complementação 33903911 Software

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 03 de novembro de 2011.

CLÁUDIO MICHALIZYN

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 543/2011

### **Extrato de Contrato 078/2011 EDUCAÇÃO**

MUNICÍPIO de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de contrato 078/2011 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda

Objeto: fornecimento de produtos para merenda escolar

Valor total: R\$ 33.375,83 ( trinta e três mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos)

Base legal Pregão Presencial 018/2011 e lei 10.520/02

Vigência: 31 de janeiro de 2012 e a retirada total do material licitado

Porto União SC, 16 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

JACKIW & JACKIW LTDA

Contratada

### **Extrato de Contrato 079/2011 EDUCAÇÃO**

MUNICÍPIO de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de contrato 079/2011 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda

Objeto: fornecimento de produtos para merenda escolar

Valor total: R\$ 31.012,97 ( trinta e um mil, doze reais e noventa e sete centavos)

Base legal Pregão Presencial 018/2011 e lei 10.520/02

Vigência: 31 de janeiro de 2012 e a retirada total do material licitado

Porto União SC, 16 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA

Contratada

### **Extrato de Contrato 080/2011 EDUCAÇÃO**

MUNICÍPIO de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de contrato 080/2011 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Ade Comercial de Frutas e Verduras Ltda

Objeto: fornecimento de produtos para merenda escolar

Valor total: R\$ 18.203,84 ( dezoito mil duzentos e três reais e oitenta e quatro centavos)

Base legal Pregão Presencial 018/2011 e lei 10.520/02

Vigência: 31 de janeiro de 2012 e a retirada total do material licitado

Porto União SC, 16 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ADE COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS LTDA

Contratada

### **Extrato de Contrato 081/2011 EDUCAÇÃO**

MUNICÍPIO de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de contrato 081/2011 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Integra Comercial Ltda

Objeto: fornecimento de produtos para merenda escolar

Valor total: R\$ 7.816,95 ( sete mil oitocentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos)

Base legal Pregão Presencial 018/2011 e lei 10.520/02

Vigência: 31 de janeiro de 2012 e a retirada total do material licitado

Porto União SC, 16 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

INTEGRA COMERCIAL LTDA

Contratada

### **Extrato de Contrato 082/2011 EDUCAÇÃO**

MUNICÍPIO de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de contrato 082/2011 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Cleide Bahniuk Schwaab ME

Objeto: fornecimento de produtos para merenda escolar

Valor total: R\$ 24.841,42 (vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos)

Base legal Pregão Presencial 018/2011 e lei 10.520/02

Vigência: 31 de janeiro de 2012 e a retirada total do material licitado

Porto União SC, 16 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB ME

Contratada

### **Extrato de Contrato 083/2011 EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 083/2011 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Divosul Industria e Comercio de Veículos Ltda

Valor total: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)

Objeto: fornecimento de dois veículos zero km, modelo Kombi 2011/2012

Vigência: 12 meses

Base legal Pregão Presencial 019/2011 Educação

Porto União SC, 17 de novembro de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

DIVOSUL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Contratada

**Extrato de Contrato 130/2011**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 130/2011

Partes: Município de Porto União e Líder Suprimentos para Informática Ltda  
Objeto: fornecimento de equipamentos de informática diversos  
Valor total: R\$ 10.029,00 (Dez mil e vinte e nove reais)  
Vigência: 10 de dezembro de 2011 ou a retirada total do material licitado  
Base legal Pregão Presencial 056/2011 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 11 de novembro de 2011  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA  
Contratada

**Extrato de Contrato 131/2011**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 131/2011

Partes: Município de Porto União e Dalgallo Music Center Ltda  
Objeto: fornecimento de equipamentos de informática diversos  
Valor total: R\$ 1.123,22 (Hum mil cento e vinte e três reais e vinte e dois centavos)  
Vigência: 10 de dezembro de 2011 ou a retirada total do material licitado  
Base legal Pregão Presencial 056/2011 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 11 de novembro de 2011  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

DALGALLO MUSIC CENTER LTDA  
Contratado

**Extrato de Contrato 132/2011**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 132/2011

Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda  
Objeto: fornecimento de licença de uso do Sistema de Modulo Web de Escrituração Fiscal do INSS  
Valor total 5.100,00 (cinco mil e cem reais)  
Vigência: 02 (dois) meses  
Base legal art 24 inciso II da lei 8.666/93

Porto União SC, 11 de novembro de 2011  
BETHA SISTEMAS LTDA  
Contratada

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

**Rio do Sul****PREFEITURA****Resolução Nº 023 de 18 de Novembro de 2011**

RESOLUÇÃO Nº 023 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

"DESIGNA MEMBROS PARA ANALISAR E INSTRUIR PEDIDOS DE PENSÃO".

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas e, tendo em vista o disposto no artigo 54 da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam designados os Conselheiros Fernando Guedes, Márcia Eliana Chiquetti, a servidora do FAP Cleonira Cecília Thiesen do Nascimento e Assessora Jurídica do FAP Dra. Vanessa Cristina Bauer, para em comissão promoverem a análise exarada através dos protocolos nº 130184/2011 e 130498/2011 dos pedidos de pensão do aposentado Senhor MANOEL MEDEIROS, que veio a Óbito no dia 24/10/2011.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de 30 dias contados a partir da presente data, para a conclusão dos trabalhos mencionados no artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de Novembro de 2011.

TÂNIA REGINA DE MORAIS

Presidente do FAP

**Resolução Nº 024 de 18 de Novembro de 2011**

RESOLUÇÃO Nº 024 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. "NEUSA TERESINHA GIRARDI"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição - Especial de Magistério a servidora Sra. Neusa Teresinha Girardi, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 1.222.657-2 e CPF nº 821.632.869-91, matrícula nº 16357/01, domiciliada e residente na Rua João Fronza, 785, Bairro Taboão em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, nível 3, classe D, com proventos integrais e adicional de tempo de serviço de 25 %, com paridade, a partir de 1º de Dezembro de 2011.

Art. 2º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 16 de novembro de 2011 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de Novembro de 2011.



TÂNIA REGINA DE MORAIS  
Presidente do FAP

**Portaria N. 0724/2011**  
PORTARIA N. 0724/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º Reconhecer e Efetuar a averbação de tempo de serviço, ao servidor EDSON LUIS FRONZA, matrícula n. 1147/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Agrônomo, nos termos do Protocolo nº 129272/2011, de três anos, oito meses e vinte e seis dias, do período compreendido entre 11/04/2005 e 31/12/2008, no qual o servidor exerceu mandato de vereador e por decorrência incluir este período no computo para concessão do Adicional de Tempo de Serviço e demais direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O efeito financeiro do Adicional de Tempo de Serviço (Triênio/Anuênio) será devido a partir de janeiro de 2009, e o pagamento retroativo ocorrerá em folha de pagamento do mês 11/2011, destacado como Diferença de Vencimentos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

**Portaria Nº. 0725/RH**  
PORTARIA Nº. 0725/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização "Lato Sensu", em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Ênfase em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, à servidora municipal LUCIANE KIRCHNER, matrícula n. 20761/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 27/10/2011, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

**Portaria Nº. 0726/RH**  
PORTARIA Nº. 0726/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de

Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização "Lato Sensu", em Metadisciplinaridade em Educação Infantil, Inclusiva e Anos Iniciais, à servidora municipal GREICE APARECIDA DA CONCEIÇÃO, matrícula n. 24961/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 05/10/2011, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

**Edital de Tomada de Preços 133/2011**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 133/2011

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 2 5 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de repavimentação asfáltica da rua João Ledra, bairro Taboão, com área de 5.050 m<sup>2</sup> e execução de ciclofaixa na rua João Ledra, bairro Taboão, com área de 8.750 m<sup>2</sup>, em Rio do Sul, com fornecimento de material e serviço em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 14:30 horas do dia 08 de dezembro de 2011, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 15:00 horas do dia 08 de dezembro de 2011, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Extrato de Edital 26/2011 FMS**

Prefeitura de Rio do Sul  
Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras  
EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2011 FMS

**OBJETO:** Aquisição de móveis, equipamentos hospitalares e materiais para atender necessidade desta secretaria.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Até as 09:30 horas do dia 02/12/2011.

**CREDENCIAMENTO e SESSÃO DE LANCES:** As 10:00 horas do dia 02/12/2011, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do edital, o decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, centro, Divisão de Suprimentos - Setor de Compras, fone (47) 3531 1437, nos seguintes horários: das 07:30 às 11:30, e das 12:30 às 16:30 horas, pelo e-mail [licitacao.saude@hotmail.com](mailto:licitacao.saude@hotmail.com) ou no no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br).

Rio do Sul (SC), 21 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

**RELAÇÃO de INSCRITOS Edital de Processo Seletivo 14/2011 - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS**

**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 1/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**

202 LINGUA PORTUGUESA

	Inscr.	Nome
1.	0462	ANDERSON CANDIDO CUNHA
2.	0235	CRISTIANI SCHMITZ
3.	0385	EDINEIA BOEHME
4.	1015	ELIANA RONCHI
5.	0982	FRANCIELLI LODI
6.	0163	GABRIELA FAGUNDES PADILHA
7.	0961	GINEIDE MENDES DE AMORIM
8.	0160	JULIANA DA SILVA RODRIGUES
9.	0431	MARCIA PERFOLL
10.	0977	MARINEIDI ZVETZCH
11.	0440	NATANE GUIMARAES
12.	0153	NEIVA FERRARI
13.	0437	NILZA PIERITZ
14.	0238	PATRICIA MUNIZ
15.	0395	PRISCILA BORK
16.	0420	RICARDO VOLTOLINI
17.	0971	SUELY CRISTINA FIGUEIREDO



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 2/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**

301 MATEMATICA

	Inscr.	Nome
1.	0997	ALEXANDRE SCHOT
2.	1000	ANDRESA LAURETT
3.	0145	ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO
4.	0435	CAROLINE FRIDEL
5.	0452	CASSIA LEDA PETRY
6.	0430	DAIANA ESSER
7.	0454	DIRCEU RECH
8.	0984	FERNANDO ROBINSON SELHORST
9.	0464	FRANCIANE BIANCHET
10.	1008	GIOVANY DAROLT
11.	0442	GISELE GONÇALVES
12.	0230	JOANES MONTIBELLER
13.	0443	JUCELIA MOTTIM
14.	0232	JULIANO DIAS
15.	0988	MAURICIO MARCHI
16.	0993	NATANAEL COSTA SPINDOLA
17.	0154	REGIANE DA SILVA FLORIANO
18.	1003	SILVIA APARECIDA BATISTA
19.	0233	VERIDIANA FARIAS
20.	0456	VIVIANE DA SILVA
21.	0458	ZENILDE FRAINER MACHADO



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 3/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**  
302 GEOGRAFIA

	Inscr.	Nome
1.	0433	AMAURO DE BARROS JR
2.	0149	ANDERSON DE AVILA CHECHI
3.	1005	IVANIO CARLOS DE MEDEIROS
4.	0450	JOSEMIR ISIDORO KUSZKOWSKI
5.	0144	LEONICE DA SILVA CAMARGO
6.	0999	LUANA PEREIRA DA SILVA SCHOT
7.	0231	LUIZ EDUARDO VIEIRA
8.	1010	MAURICIO MUTSCHLER
9.	0162	MONICA DE SOUZA
10.	0393	RICARDO HAMES



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 4/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**  
304 HISTORIA

	Inscr.	Nome
1.	0436	ALINE WEIERS
2.	0421	DIUVANI STEFFENS
3.	0441	ELAINE PROCHNOW
4.	0425	ELIAS JACINTO ALBERTO
5.	0157	JANAINE MURIEL MOZZER
6.	0972	JARDEL GORES
7.	0143	JOAO PAULO ROBERTI JUNIOR
8.	0497	JUCELIA DENISE HARDT
9.	0476	JULIANA MORETTI
10.	0986	ROSELES MARIA GONÇALVES
11.	1002	SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR
12.	0444	SICLENE ALVES DE ASSUNÇÃO
13.	0156	SIMONE HINTEMANN CAPISTRANO
14.	0987	SIMONE SERAFIM
15.	0985	TATIANE SANCHES
16.	0427	TIAGO CORADINI





**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 5/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**

307 EDUCACAO FISICA

	Inscr.	Nome
1.	0405	ALANA MARQUEZ CAPISTRANO
2.	0978	ANA PAULA BATISTA
3.	0155	CRISTIANE STRINGARI
4.	0471	CYBELLE DOEDERLEIN SOARES SCHLEMPER
5.	0992	EDIO SCHNEIDER
6.	0467	ELIANE MARTINS
7.	0394	ELSON ALEX GRACIOLI
8.	0995	ISABEL CRISTINE DEPINE
9.	0237	JACIARA CAETANO
10.	0147	JANAINA BORGES DOS SANTOS
11.	0488	JENILSON WEISS
12.	0494	JOAO CARLOS TRUPPEL
13.	1009	JONAS ANDRE
14.	1001	JOSIANE TRISTAO CAMARGO
15.	0151	JOSUE ANGELO ARNOLD EDUARDO
16.	0460	LEANDRO LEDRA
17.	0422	MARIANE HELENA GUIMARAES
18.	0428	MARIO DAGOBERTO SANTANA
19.	0463	MATEUS MARCOS BRANDL
20.	0423	NIELSON ADEMIR FERREIRA
21.	0164	NILVO DA SILVA
22.	0239	RAQUEL DOS SANTOS
23.	0980	RENATO STEINKE STIEBE
24.	0228	RODRIGO CENSI
25.	0990	TAISE KAMER
26.	0158	TATHIANY MARIA RODE GOEBEL
27.	0419	TIAGO NUNES
28.	0234	TIARA CAROLINA KOERICH
29.	0989	VANESSA CAMPREGHER
30.	1072	VIVIANE GUBERT MIRANDA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 6/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**

319 LINGUA ESTRANGEIRA-INGLES

	Inscr.	Nome
1.	0466	CLEONICE AVI
2.	1004	ELIANE JARROZ
3.	1006	JANE FRONZA
4.	0994	JOANA PAULA ORLANDI
5.	0449	RAIMUND ESSER
6.	0983	ROSANE ELIZABETTI SCHUTZE LOPES
7.	0146	SARA EMELINE DA SILVA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 7/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**

611 ENSINO RELIGIOSO

	Inscr.	Nome
1.	1012	ADRIANA SCHMIDT DE SOUZA
2.	0236	LUCIANE MARIA ZIMMERMAN



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 8/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**  
612 CIENCIAS

	Inscr.	Nome
1.	0429	ANA LUCIA CAMARGO
2.	0426	ANA MARIA DE OLIVEIRA BAUMANN
3.	0451	CELECINA FERRABOLI
4.	0150	CLAUDIA FELAU
5.	0148	CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER
6.	0240	DARLIN OLIVA FRANÇA
7.	0976	DIEGO DOMINGOS VENTURA
8.	0979	GLAUCIANE BACKES
9.	0975	IASMINE PEDROSO
10.	0457	JANAINA GESSER
11.	0439	JERUZA PIASSON DA CRUZ
12.	0996	JOICE SABINA MAY
13.	0448	JULIANO LUIS BACK
14.	1007	LIDIANE DE MENECH DA SILVA
15.	0159	LUCIA FERREIRA
16.	0483	LUCILENE RIBEIRO DE ARAUJO
17.	0455	MARCOS ADRIANO HANG
18.	1011	MYRIAN ROGERIA BRASIL
19.	0473	NADIA FATIMA STOLF
20.	0991	OSMAR DE ALMEIDA
21.	0974	ROSANE AMANCIO
22.	0465	ROSEMARI DE MELO
23.	0459	SANDRA CRISTIANE IATZAC
24.	0161	SIMONE MULLER
25.	0447	SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 9/9  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Disciplina:**  
**628 ARTES**

	Inscr.	Nome
1.	0434	CRISTIANA LOSI DEMARCHI
2.	1014	DANIELY DEMARCHI
3.	1013	DANUBIA APARECIDA CORREIA
4.	0152	ELISANGELA MAFRA
5.	0453	ERICLEIA BECKER GOEDERT
6.	0490	FABIO REZENDE
7.	0461	GISELE MARA POSSAMAI JASPER
8.	0229	JACQUES FARIAS
9.	0432	JOSEANY BRASIL
10.	0981	JULIANA TAISE DOS SANTOS PINHEIRO
11.	0438	JULIANA WEHMUTH
12.	1070	KISIANE CORDOVA GARBIN
13.	0396	MARISSOL CORREIA MALHEIROS
14.	0424	SIMONE APARECIDA COELHO CHAVES
15.	0446	SIMONE CORADINI
16.	1071	TAIZE DOS SANTOS BATISTTI

**RELAÇÃO de INSCRITOS Processo Seletivo 14/2011 - PEDAGOGO**

**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 1/1  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**PEDAGOGO**

**Cargo:**  
**PEDAGOGO**

	Inscr.	Nome
1.	0220	ANDREIA TEIKOSKI
2.	0416	EDYCLEYA SILVERIO
3.	0417	ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA
4.	0382	ELIZABETE DEMARCHI SIEVES
5.	0415	EUCARIS DE PIN
6.	0217	IVANA CATARINA FISCHER
7.	0411	JAIR O AIRES DE BARROS
8.	0412	JANDIRA TERESINHA POSSAMAI
9.	0410	JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU
10.	0381	KATIWRSSULA MARIA DE ALBUQUERQUE
11.	0413	MARIA BERNADETE BACK
12.	0218	MARIBEL MARIA PEREIRA
13.	0216	OLGA CRISTINA LEITE
14.	0959	PATRICIA NAHRING WERNKE
15.	0383	RUTE APARECIDA CASAGRANDE
16.	0418	SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA
17.	0219	SILVIA FERREIRA
18.	0414	VERA LUCIA MENDES LENZI



**RELAÇÃO de INSCRITOS Processo Seletivo 14/2011 - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS**

**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 1/2

Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS**

**Cargo:**

PROFESSOR REGENTE

	Inscr.	Nome
1.	0409	ADENILSON ISAIAS CAMPESTRINI
2.	0139	ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL
3.	0398	ANA PAULA PEREIRA HAASE
4.	0165	ANGELA MARIA ANGIOLETTI
5.	0973	ANGELA PAULA DE MORAES
6.	0969	ASTA HEIBER
7.	0142	AUCELY MARIA OTTO ROBERTI
8.	0401	DALVA JACINTO PEDROSO
9.	0397	DANYARA MARCHETTI
10.	0962	DENISE CARDOSO
11.	0403	DIUVANA CORRÊA
12.	0391	EDILSON MACHADO
13.	0404	ELAINI DOS SANTOS
14.	0402	ELISA THEIS REINERT
15.	0225	ELZA NASATO
16.	0400	ESTER MARIAN SANTOS
17.	0141	GILDETE LULA PEREIRA
18.	0140	GYZELE DO ROCIO FIRMINO SAMPAIO
19.	0445	INES FORNARA DALL OGILIO
20.	0222	JOSE FILIPONI
21.	0966	JOSIANE VANESSA SATURNO
22.	0227	LETICIA PATRICIA CONTI
23.	0407	LIANE SOFIA GUCKERT
24.	1016	LOURDES MOSER NIEHUES
25.	0392	MARCIA FERREIRA
26.	0968	MARGARETE ROCHA DE ALCANTARA CUNHA
27.	0386	MARILENE TEREZINHA STINGHEN TONET
28.	0970	MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI
29.	0408	MILEIDE MARIAN
30.	0963	NOELI MARIA FINARDI FLORIANI DOS SANTOS
31.	1018	PRISCILA APARECIDA THEIS
32.	0224	RAQUEL MARIA MENEL
33.	0166	REGIANE APARECIDA ESPINDOLA
34.	0389	RITA RASSWEILER
35.	0388	ROSANA MATHIUSSI CLAUDINO
36.	0226	ROSIMERI FATIMA SILVEIRA
37.	0138	SANDRA CLAUDIANO SEMPTIKOVSKI
38.	0399	SANDRA MARIA SESTREN
39.	0221	SANDRA REGINA DOS SANTOS
40.	0965	SAYONARA CHIQUETTI
41.	0223	SCHEILA MARIA PIRES VIANA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 2/2  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS**

**Cargo:**  
PROFESSOR REGENTE

	<b>Inscr.</b>	<b>Nome</b>
42.	0387	SONIA MARA BIANCHET
43.	0390	SONIR LUZIA WEISS
44.	1017	VANESSA CRISTIANE DE OLIVEIRA
45.	0406	VIVIAN SUHELEN PIVA
46.	0964	VIVIANE BATISTA DA SILVA DE MEDEIROS
47.	0967	ZILDA ANTUNES

**RELAÇÃO de INSCRITOS Processo Seletivo 14/2011 - EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 1/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
1.	1032	ADAIR KOERICH
2.	0512	ADELAINE SCHAFFER NAU
3.	0641	ADELAINE SOARES
4.	0084	ADELVANIA KUHLMAN CAETANO
5.	0742	ADRIANA HOFFMANN BLASIU
6.	0652	ADRIANA MARTINS
7.	0579	ADRIANE RAMOS LOPES
8.	1024	ADRIELE FOSTER
9.	0213	ALANA JASPER ZUNINO
10.	0285	ALEKSSANDRA SIMONE DALMARCO ZANDONAI
11.	0936	ALESSANDRA DE SOUZA
12.	1047	ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS
13.	0342	ALESSANDRA OSTERNA
14.	0341	ALEXANDRA BERRI SCHULTZ
15.	0498	ALEXANDRA MENDES
16.	0927	ALINE CRISTINA SCOZ
17.	0659	ALINE HOFFMANN
18.	0647	ALINE MICAELA SCHAFFER
19.	0601	ALONIR ZOBOLI SAMAGAIA
20.	0530	AMANDA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA
21.	0326	AMANDA MENDES PEREIRA
22.	0653	AMARILDA HAMES
23.	0278	ANA CAROLINA MEES
24.	0052	ANA CLAUDIA MORAIS
25.	0640	ANA CLAUDIA RIBEIRO MACHADO DE SOUZA
26.	0551	ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS
27.	0773	ANA LUCIA DE MATOS
28.	0618	ANA MARIA MARTINS
29.	0930	ANA PAULA CIRILO
30.	0094	ANA PAULA DIECKMANN
31.	0095	ANA PAULA FINARDI
32.	0099	ANA PAULA KAMMERS DOS SANTOS
33.	0668	ANA PAULA PILZ DE SOUSA
34.	0625	ANA PAULA ROSA COSTA
35.	0622	ANA PAULA SCOTINI
36.	0205	ANA PAULA SOBIERANSKI COELHO
37.	0529	ANDIARA MARCHIORO
38.	1031	ANDREA CUNHA CARVALHO
39.	0502	ANDREIA FERRARI
40.	0670	ANDREIA REGINA GALDINO
41.	0740	ANDREIA SILVEIRA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 2/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
PROFESSOR

	Inscr.	Nome
42.	0620	ANDRESSA CATIUCIA CUNHA
43.	0588	ANDREZA DE OLIVEIRA
44.	0093	ANELITA KNAUL
45.	1048	ANGELA APARECIDA SILVA
46.	0103	ANGELA MARIA RECH
47.	1038	ANGELA PAULA DE MORAES
48.	1037	ANGELICA PEDROZO
49.	0078	ANTONIA ARAUJO DE LIMA
50.	0660	APARECIDA BAUNER BOELL
51.	0303	AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN
52.	0759	BARBARA EVARISTA
53.	0556	BERENICE CARDOSO ISAIAS
54.	0057	BERNARDETE CANDIDO NUNES
55.	0629	BIANCA JANINE SCOZ
56.	0060	BRUNA EMANUELI SENS
57.	0495	BRUNA RAFAELA FACHINI
58.	0785	CAMILA APARECIDA BUENO
59.	0525	CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS
60.	0190	CARLA APARECIDA COELHO
61.	0671	CARLA CLEA DE SOUZA
62.	0571	CARLA FRANCYELE SOUZA
63.	0573	CARLA RODE KIRCHNER
64.	1043	CAROLINE GONÇALVES BOGO
65.	0637	CAROLINE MARIA RIBEIRO VIEIRA
66.	0072	CATIA FORSTER
67.	0570	CATIA STALOGH
68.	0314	CELIA FUZARIS DE OLIVEIRA
69.	0520	CELIA MARIA DE OLIVEIRA DREHER
70.	0061	CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO
71.	0201	CINEIDE MARILEIA MOSER
72.	0482	CINTIA LUSIA BATISTI
73.	0528	CLARICE APARECIDA HANG PARMA
74.	0273	CLARINDA KUSTER SOARES
75.	0066	CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS
76.	0736	CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS
77.	0564	CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS
78.	0274	CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES
79.	0632	CLEIDE DE FATIMA DIAS NASCIMENTO
80.	0468	CLEIDE SCHEREIBER
81.	0054	CLENIR TEREZINHA GIANLUPPI RAMBO
82.	0203	CLEUZA TEREZINHA MAY SEHNEM



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 3/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
83.	0536	CRISTIANE DALMONICO
84.	0503	CRISTIANE LEONHARTD HERBST
85.	0663	CRISTIANE NIENKOTTER PARMA
86.	0337	CRISTIANE ODERDENG
87.	0302	CRISTIANI BECKER
88.	0574	DAIANA BINI
89.	0636	DAIANA DA CUNHA MORAES
90.	0626	DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA
91.	1036	DAIANA RAMOS DA SILVA
92.	0191	DAIANA VALIATI
93.	0920	DAIANE COELHO DE AGUIAR
94.	0939	DAIANE GOEDERT DOS SANTOS
95.	1023	DAIANE MICHELS
96.	0518	DAIANE SCHLICHTING
97.	0932	DANIELA BIANCHET
98.	0549	DANIELA CARLA STOPPAZZOLI
99.	0051	DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS
100.	0516	DANIELA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI
101.	0064	DANIELA PAUL
102.	0343	DANIELE CRISTINE LEHMANN
103.	0276	DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER
104.	0097	DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA
105.	0291	DANUBIA SILVEIRA
106.	0108	DARCIANE APARECIDA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
107.	0323	DEBORA CEOLIN
108.	0113	DEBORA COMIATTO
109.	0782	DEISE HELLMANN
110.	0279	DEISI SCHRODER
111.	0116	DELCI APARECIDA MEURER MARCHI
112.	0050	DENISE DOS SANTOS
113.	0115	DEONILDE CLERIA PERRARO ALVES
114.	0104	DIANDRA ROCHA ZUCATELLI
115.	0921	DIARA RUBIA VANUNCCI
116.	0271	DILVA NAZARIO FRANCO
117.	0777	DIRLEI DE FATIMA CORDEIRO
118.	0624	DIUVANIA CONCEICAO STEFFENS SCHULA
119.	0567	DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES
120.	0305	EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS
121.	0748	EDELTRAUT ARAGAO
122.	0745	EDENIR SCHLUP BORGONHA
123.	0611	EDINEIA ROHLING NEUMANN



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 4/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
PROFESSOR

	Inscr.	Nome
124.	0063	EDITE BORGHEZAN ULLER
125.	0289	EDITE CARDOSO
126.	0049	EDNA KOCH SCHOWAMBACH
127.	0585	EDNA SOARES GUTZ
128.	0540	EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA GOEDERT
129.	0296	ELAINE DEMETRIO
130.	1045	ELAINE HAVERROTH
131.	0532	ELAINE HUGEN MATOS KLAUMANN
132.	0384	ELAINE PATRICIA SILVA
133.	0507	ELENICE DE JESUS
134.	0657	ELIANA GIOVANELLA MAZERA
135.	0672	ELIANE ANDRZEJEUSKI
136.	0316	ELIANE FRANCISCA DA SILVA
137.	0334	ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH
138.	0290	ELIETE LESSA
139.	0741	ELISABETE DE SOUZA MUNIZ
140.	0194	ELISANA CAPISTRANO SERRÃO MENDES
141.	1020	ELISANGELA PEREIRA MACHADO
142.	0202	ELIZA CRISTIANE MARTINS
143.	0664	ELIZETE MARTENDAL DOLSAN
144.	0534	EMANUELLA MURIEL CUNHA
145.	0295	ERIKA RIBEIRO SCHMOEGEL DE ALCANTARA
146.	1019	EVANILDE DEMETRIO
147.	0048	FABIANA FACHINI SCHEIDT
148.	0480	FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO
149.	0321	FABIANE ANDREA DA SILVA AVI
150.	0098	FABIOLA ALMEIDA DOS SANTOS
151.	0754	FABIOLA FACHINI
152.	0317	FABRICIA APARECIDA HINCKEL
153.	0306	FATIMA AUGUSTA MARLOCH
154.	0929	FERNANDA WAGNER
155.	0331	FRACIANE KNOPF
156.	1028	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA
157.	0739	FRANCIELLA ARAGAO
158.	0311	FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA
159.	0587	FRANCISCA ERLETI MARTINS TOMAZ
160.	1034	GABRIELA DALFOVO
161.	0509	GEANE KUSTER PEREIRA
162.	0667	GEANI CRISTINA GODOY LANGE
163.	1029	GEORGIA EMANUELA COSTA
164.	1044	GERLANA APARECIDA LAURENTINO KOPP





**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 5/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
165.	0747	GISLAINE APOLINARIO KISSNER
166.	1021	GISLAINE BACK
167.	0082	GISLAINE CAPISTRANO HUNTEMANN
168.	0288	GISLAINE SCHWAMBACH
169.	0738	GRACIANI FARIAS KNISS
170.	0320	GRASIELE CATTONI
171.	0089	GRAZIELE CRISTINA GORAL
172.	0096	HELENIR HOLLER
173.	1027	IARA REGINA SIEWERS
174.	0560	ILVANIA GONÇALVES
175.	0924	IRIA JANAISA MUTSCHLER
176.	0282	IRIA RITA MONTAGNA DEPINE
177.	0339	IRINEIA EGER KNUPFER
178.	0768	ISABEL SCHRAMM BRITO
179.	0309	IVANIR DA SILVA CASAGRANDE
180.	0081	IVONE INES SAWICKI
181.	0053	IVONETE DO PRADO
182.	1046	IVONETE SCHLESSER
183.	0639	IZABEL MULLER
184.	0107	JACIARA PEREIRA
185.	0760	JAIANI CRISTINA RODERMEL
186.	1160	JAMILE DE OLIVEIRA
187.	0561	JANA ISIS BUZZI ROSA
188.	0069	JANAINA APARECIDA DA SILVA
189.	0056	JANAINA APARECIDA DOS SANTOS
190.	0076	JANAINA SENS EICHHOLZ
191.	0500	JANAINA ZANIS
192.	0068	JANAINA ZIMMERMANN RIBEIRO
193.	0071	JANE PEREIRA MAGNANI
194.	0272	JANETE ANA BUZZI POSSAMAI
195.	0281	JANETE RODRIGUES CARDOSO CHIROLLI
196.	0499	JANIA CARLA DOS SANTOS
197.	1068	JANICE DOERNER BERNARDO
198.	0197	JANINE CLARA MARHOLD
199.	0542	JAQUELINE DALCASTAGUE
200.	0301	JAQUELINE MARCHI
201.	0634	JEANE FERREIRA
202.	0193	JESSICA DEMETRIO MARTINS
203.	0338	JESSICA MAZZINI
204.	0207	JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI
205.	0583	JOCELIA APARECIDA PATRICIA STEDILE



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 6/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
PROFESSOR

	Inscr.	Nome
206.	0335	JOCELITA DOLSAN
207.	0208	JOCEMARA BILL DE SOUZA
208.	0277	JOELMA FELBER LEANDRO
209.	0628	JOELMA GAZANIGA MAFLI
210.	0489	JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA
211.	1022	JOICE BUZZI SUCHARA
212.	0775	JOICE MARA GASTAO FERREIRA
213.	0522	JOICE MARA SCHMITZ
214.	0080	JOICE OSSEMER
215.	0332	JOSANE APARECIDA SCHMIDT AVI
216.	0110	JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI
217.	0607	JOSIANE CRISTINE WEBER
218.	1026	JOSIANE DA CUNHA
219.	0569	JOSIANE DO NASCIMENTO
220.	0553	JOSIANE DO NASCIMENTO
221.	0481	JOSIANE GOES
222.	0469	JOSIANE KRIEGER
223.	0067	JUCELIA SALES HEESCH
224.	0937	JULIANA APARECIDA FARIAS
225.	0931	JULIANA BLUNING
226.	0079	JULIANA DA SILVA RODRIGUES
227.	0312	JULIANA DANIELI SCHIOCHETT
228.	0506	JULIANA FELICIANO
229.	0090	JULIANA KURTZ
230.	0109	JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA
231.	0940	JULIANA NASARIO SPINDOLA
232.	0776	JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ
233.	0926	JUSSARA MACHADO DE OLIVEIRA
234.	0543	JUSSIARA HOEGEN
235.	0092	KATIA DE LIMA
236.	0593	KATIA LENA PETRY
237.	0605	KATIA REGINA WEBER DAMANN
238.	0088	KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER
239.	0493	KEIDIMA CASSIA DE MELO GARDIOLI
240.	0308	KEILA CRISTINA BREVE DA SILVA
241.	0105	KELI CARLA RIBEIRO
242.	0781	KELLY APARECIDA BUZZI
243.	0085	KELLY DA SILVA
244.	0600	KEROLIN DUANE BILK
245.	0297	KETLIN BIANCA BILK
246.	0477	KETRIN BOSCO



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 7/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
247.	0531	KEYLA DIAS DO NASCIMENTO
248.	0788	LACI PEREIRA DA SILVA
249.	0336	LAIS MARCOS DA SILVA
250.	0650	LEANE MARINEI SANT ANA TASCHNER
251.	0609	LEILA BEATRIS MANNRICH DOS SANTOS
252.	0195	LENIR PETRY DA SILVA
253.	0283	LUCIA FELIPONI CAETANO
254.	0523	LUCIANA APARECIDA NEVES LENZI
255.	1033	LUCIANA DE MATOS
256.	0631	LUCIANA MACHADO
257.	0558	LUCIANA MARA BARBOSA PASSING
258.	0764	LUCIANE ELIAS CORREA
259.	0504	LUCIARA JULIA AVI
260.	0762	LUCIARA KUHL
261.	0765	LUCIENE BARTH ERRATH
262.	0750	LUCILENE SCHLICKMANN PARMA
263.	0324	LUCIMAR CRISTINA ZIMMERMAN
264.	0086	LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT
265.	0555	LUIZA CAROLINA SAMAGAIA
266.	1040	MAGALI CRISTINA SCHON
267.	0919	MAGDA KLAUMANN
268.	0602	MAIARA CRISTINA WEISS
269.	0492	MAIARA DOS SANTOS
270.	0772	MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA
271.	0789	MALIZE SCHREIBER
272.	0112	MARCIA BOLL CARDOSO
273.	0735	MARCIA REGINA DOS SANTOS DIEL
274.	0209	MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA
275.	0928	MARGARETE PINTO NASATO
276.	0651	MARGARETH CREUTZBERG
277.	0280	MARI TEREZINHA MONTOANELLI
278.	0938	MARIA APARECIDA FELIPPE
279.	0786	MARIA BENTA BONACOLSI
280.	0333	MARIA CARME MERINI
281.	0925	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG
282.	0496	MARIA DA CONCEIÇÃO APARECIDA COSTA
283.	0766	MARIA DAILANE FERREIRA RODRIGUES
284.	0548	MARIA DE FATIMA RAMOS SANTANA
285.	0604	MARIA GORETTI WALTRICH
286.	0310	MARIA MARLENE FERRARI NASATO
287.	1042	MARIA SALETE ALEXANDRE ANTUNES



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 8/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
288.	0214	MARILEA LUMKE
289.	0192	MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS
290.	0649	MARILEIA CUSTODIO DOS SANTOS
291.	0613	MARILEIA RENZI
292.	0526	MARILISE SCHWARTZ
293.	0643	MARILU HELENA BONETTI VARGAS
294.	0645	MARISETE LEHMKUHL RADOLL
295.	0484	MARISETE LOOZ
296.	0212	MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA
297.	0294	MARLENE GERALDA KLEHM GASTÃO
298.	0307	MARLENE MAGNESKI BARBETTA
299.	0077	MARLI DE ANDRADE
300.	0923	MARLI MAKOSKI
301.	0934	MARLI TATIANE KANTOVICK
302.	0633	MARLI TEREZINHA FRONZA SOARES
303.	0527	MARTINA STAROSKY HENN
304.	0073	MARY LEIDE KAMMER
305.	0770	MERIANE DOS SANTOS
306.	0319	MICHELE DALU LEDRA
307.	0328	MICHELE MARCELINO HARBS
308.	0199	MICHELLE CRISTIANE LOSI
309.	0487	MIRIAN BRODWOLF PADILHA
310.	0612	MONICA RITA TONET
311.	0630	MONIQUE NOVAK
312.	0083	MYRIAN HOLLER KNAESEL
313.	0111	NACA CLAUDINO DOS SANTOS
314.	1067	NAYARA CRISTINA CAETANO SACHT
315.	0577	NEIVA COSTA
316.	0286	NEIVA WEISS
317.	1035	NELCIMAR APARECIDA TRZIMAJEWSKI
318.	1030	NERLI ALVES DA SILVA
319.	0646	NEUCI FABIANE GIACOMOZZI
320.	0327	NEUSA KLAUMANN
321.	0198	NILVA MARIA MIGUEL
322.	0293	NOELI STEINHEUSER
323.	0767	ODETE APARECIDA VEIGA
324.	0538	ORIANE PISETTA
325.	0472	PAMELA SELHORST
326.	0340	PATRICIA KOHLS VON PARASKI
327.	0478	PATRICIA MELLO SORDI
328.	0055	PATRICIA SOARES



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 9/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
329.	0933	PATRICIA STUPP
330.	0546	PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA
331.	0330	PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA
332.	0669	RAQUEL DELA JUSTINA
333.	0665	REGIANE MARIA SENES FRANZ
334.	0100	REGINA DUMKE VERLICK
335.	0617	ROBERTA BITENCOURT ROPELATO SACANI
336.	0580	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS
337.	0621	ROSALINA BRANDL
338.	0648	ROSANA DELA JUSTINA
339.	0769	ROSANA MARIA KORB
340.	0329	ROSANA VANESSA VANDRESEN
341.	0070	ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA
342.	0318	ROSANE DUMKE MARCIANO
343.	1066	ROSANGELA DA SILVA
344.	0635	ROSANGELA ESPINDOLA
345.	0211	ROSELENE BAGATOLI
346.	0196	ROSELETE AURORA MARHOLD
347.	0598	ROSELI CALBUCH
348.	0300	ROSELI CARMEN ZIMMERMAN
349.	0204	ROSELITA MARIA SEBOLD
350.	0666	ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT
351.	1041	ROSEMARI VARGAS
352.	0117	ROSEMERY LEHMKUHL
353.	0114	ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NILSEN
354.	0545	ROSENILDA APARECIDA BOEIRA ZANIS
355.	0298	ROSILENE DUMKE PETRI
356.	0562	ROSINHA SOARES
357.	0210	RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI
358.	0304	RUBIANA MUTSCHLER
359.	0737	SABRINA COELHO
360.	1069	SALETI ALVES
361.	0590	SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA
362.	0749	SANTILIA DO ANJOS
363.	0491	SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER
364.	0275	SCHEILA APARECIDA MEDEIROS
365.	0287	SIDELMA SIMAO ARSENO KIEPER
366.	0935	SIDIANE LAURETE KNEIDL
367.	0058	SILVANA APARECIDA DEMETRIO NEUBER ZELINSKI
368.	0485	SILVANA DA SILVA
369.	0582	SILVANA INES WEBER PITZ



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 10/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
370.	0479	SILVIA OROSINA SILVEIRA
371.	1039	SIMONE APARECIDA DA SILVA
372.	0513	SIMONE APARECIDA MENDES
373.	0284	SIMONE MAFAZZOLLI CORREA
374.	0102	SIMONE STOCK
375.	0065	SINTIA LUCIANO
376.	0075	SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO
377.	1025	SOLANGE APARECIDA LAGUNA DA SILVA
378.	0200	SOLANGE REGINA ROSSETTI MENZ
379.	0752	SONIA DE FATIMA GOMES
380.	0658	SONIA REGINA POLI
381.	0106	SORAIA FERRARI
382.	0599	SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL
383.	0215	SULAMITA BATISTA CORREA
384.	0655	SUSANA MARIA FERREIRA
385.	0474	SUSANNER MACEDO REIKDAL
386.	0486	SUZETE DA SILVA MORASTONI
387.	0325	TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER
388.	0299	TALITA HARBS
389.	0292	TAMIRES VALLE
390.	0734	TANIA MARCIA BURATO CATAFESTA
391.	0087	TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA
392.	0591	TATIANA DA SILVA ZWICKER
393.	0062	TATIANA SALLA
394.	0922	TEREZINHA FRANCIELE DOS SANTOS PESSOA CAMPOS
395.	0501	THIARA WOLF
396.	0470	VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA
397.	0315	VALDETE MARIA AVI PONTICELLI
398.	0673	VALQUIRIA CLASEN MOHR
399.	0566	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK
400.	0206	VANESSA DA ROCHA
401.	0313	VANESSA FELTRIN
402.	0576	VANESSA GUILZ
403.	0091	VANESSA LETICIA LINO
404.	0322	VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA
405.	0779	VERA MARCIA HELLMANN NIEHUES
406.	0778	VIVIAN MARILDA MAYER
407.	0101	VIVIANA PEREIRA DAMASCENO
408.	0918	VIVIANE EGER BITTENCOURT
409.	0475	VIVIANE KRIEGER
410.	0059	VIVIANE SEBOLD





**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 11/11  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cargo:**  
PROFESSOR

	Inscr.	Nome
411.	0615	VIVIANE VIEIRA POSSAMAI
412.	0344	ZILMA KLOPPPEL SEBOLD
413.	0674	ZILMA SILVEIRA RAMOS
414.	0074	ZONEIDE DE SOUZA

**RELAÇÃO de INSCRITOS Processo Seletivo 14/2011 - EDUCAÇÃO INFANTIL FÉRIAS**

**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 1/8  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL FERIAS**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
1.	0693	ADELAINE SOARES
2.	0356	ADELINE SCHAFER NAU
3.	0701	ADRIANA MARTINS
4.	1050	ADRIELE FOSTER
5.	0185	ALANA JASPER ZUNINO
6.	0003	ALDEVANIA KUHLMAN CAETANO
7.	0249	ALEKSSANDRA SIMONE DALMARCO ZANDONAI
8.	0953	ALESSANDRA DE SOUZA
9.	1065	ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS
10.	0375	ALESSANDRA OSTERNO
11.	0374	ALEXANDRA BERRI SCHULTZ
12.	0707	ALINE HOFFMANN
13.	0364	AMANDA MENDES PEREIRA
14.	0703	AMARILDA HAMES
15.	0245	ANA CAROLINA MEES
16.	0039	ANA CLAUDIA MARAIS
17.	0586	ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS
18.	0744	ANA LUCIA DE MATOS
19.	0018	ANA LUCIA KAMMERS DOS SANTOS
20.	0949	ANA PAULA CIRILO
21.	0013	ANA PAULA DIECKMANN
22.	0713	ANA PAULA PILZ DE SOUSA
23.	0685	ANA PAULA ROSA COSTA
24.	0682	ANA PAULA SCOTINI
25.	0714	ANDREIA REGINA GALDINO
26.	0175	ANDREIA SBORZ
27.	0733	ANDREIA SILVEIRA
28.	0124	ANDREIA TEIKOSKI
29.	0680	ANDRESSA CATIUCIA CUNHA
30.	0638	ANDREZA DE OLIVEIRA
31.	0012	ANELITA KNAUL
32.	0584	ANGELA APARECIDA SILVA
33.	0505	ANGELA MARCELINA PERINI CORREIA
34.	0122	ANGELA MARIA RECH
35.	1057	ANGELA PAULA DE MORAES
36.	0021	ANTONIA ARAUJO DE LIMA
37.	0010	AUCELY MARIA OTTO ROBERTI
38.	0263	AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN
39.	0589	BERENICE CARDOSO ISAIAS
40.	0043	BERNARDETE CANDIDO NUNES
41.	0687	BIANCA JANINE SCOZ



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 2/8  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL FERIAS**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
42.	0554	BRUNA RAFAELA FACHINI
43.	0791	CAMILA APARECIDA BUENO
44.	0568	CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS
45.	0167	CARLA APARECIDA COELHO
46.	0597	CARLA FRANCYELE SOUZA
47.	0606	CARLA RODE KIRCHNER
48.	0726	CASSIA LEONORA DE SOUZA
49.	0784	CASSIA LEONORA DE SOUZA
50.	0036	CATIA FORSTER
51.	0627	CELECINA FERRABOLI
52.	0559	CELIA MARIA DE OLIVEIRA DREHER
53.	0045	CHARLENE RSSAWELER PINHEIRO
54.	0172	CINEIDE MARILEIA MOSER
55.	0535	CINTIA LUSIA BATISTI
56.	0372	CIRSTIANE ODERDENG
57.	0241	CLARINDA KUSTER SOARES
58.	0030	CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS
59.	0242	CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES
60.	0510	CLEIDE SCHREIBER
61.	0040	CLENIR TEREZINHA GIANLUPPI RAMBO
62.	0176	CLEUZA TEREZINHA MAY SEHNEM
63.	0709	CRISTIANE NIENKOTTER PARMA
64.	0262	CRISTIANI BECKER
65.	0608	DAIANA BINI
66.	1056	DAIANA RAMOS DA SILVA
67.	0168	DAIANA VALIATI
68.	0691	DAIANE DA CUNHA MORAES
69.	0955	DAIANE GOEDERT DOS SANTOS
70.	0557	DAIANE SCHLICHTING
71.	0614	DALVA JACINTO PEDROSO
72.	0950	DANIELA BIANCHET
73.	0028	DANIELA PAUL
74.	0376	DANIELE CRISTINE LEHMANN
75.	0243	DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER
76.	0016	DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA
77.	0253	DANUBIA SILVEIRA
78.	0127	DARCIANE APARECIDA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
79.	0360	DEBORA CEOLIN
80.	0134	DEBORA COMIATTO
81.	0189	DELCI APARECIDA MEURER MARCHI
82.	0038	DENISE DOS SANTOS



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 3/8  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL FERIAS**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
83.	0136	DEONILDE CLERIA PERRARO ALVES
84.	0123	DIANDRA ROCHA ZUCATELLI
85.	0379	DILVA NAZARIO FRANCO
86.	0619	DIUVANA CORREA
87.	0684	DIUVANIA CONCEICAO STEFFENS SCHULA
88.	0596	DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES
89.	0265	EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS
90.	0721	EDELTRAUT ARAGÃO
91.	0511	EDINEIA BOEHME
92.	0661	EDINEIA ROHLING NEUMANN
93.	0027	EDITE BORGHEZAN ULLER
94.	0252	EDITE CARDOSO
95.	0037	EDNA KOCH SCHOWAMBACH
96.	0679	EDYCLEYA SILVERIO
97.	0578	EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA GOEDERT
98.	0260	ELAINE DEMETRIO
99.	0351	ELENICE DE JESUS
100.	0014	ELENIR HOLLER
101.	0706	ELIANA GIOVANELLA MAZERA
102.	0715	ELIANE ANDRZEJEVSKI
103.	0268	ELIANE FRANCISCA DA SILVA
104.	0366	ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH
105.	0250	ELIETE LESSA
106.	0795	ELISANGELA DE OLIVEIRA
107.	0129	ELISANGELA MAFRA
108.	0711	ELIZETE MARTENDAL DOLZAN
109.	0174	ENEDI FRONZA
110.	0257	ERIKA RIBEIRO SCHMOEGEL DE ALCANTARA
111.	1049	EVANILDE DEMETRIO
112.	0137	FABIANA FACHINI SCHEIDT
113.	0017	FABIOLA ALMEIDA DOS SANTOS
114.	0269	FABRICIA APARECIDA HINCKEL
115.	0267	FATIMA AUGUSTA MARLOCH
116.	0948	FERNANDA WAGNER
117.	1061	FRANCIANE BIANCHET
118.	0369	FRANCIANE KNOPF
119.	1052	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA
120.	0732	FRANCIELLA ARAGÃO
121.	0623	FRANCISCA ERLETE MARTINS TOMAZ
122.	0009	GABRIELA FAGUNDES PADILHA
123.	0353	GEANE KUSTER PEREIRA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 4/8  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL FERIAS**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
124.	1064	GERLANA APARECIDA LAURENTINO KOPP
125.	0720	GISLAINE APOLINARIO KISSNER
126.	0001	GISLAINE CAPISTRANO HUNTEMANN
127.	1159	GRASIELA FERNANDA VIEIRA MACHADO
128.	0359	GRASIELE CATTONI
129.	1051	IARA REGINA SIEWES
130.	0603	INES FORNARA DALL OGLIO
131.	0944	IRIA JANAISA MUTSZHLER
132.	0958	ISABEL CRISTINE DEPINE
133.	0728	ISABEL SCHRAMM BRITO
134.	0246	IVANA CATARINA FISCHER
135.	0002	IVONE INES SAWICKI
136.	0692	IZABEL MULLER
137.	0033	JANAINA APARECIDA DA SILVA
138.	0042	JANAINA APARECIDA DOS SANTOS
139.	0024	JANAINA SENS EICHHOLZ
140.	0346	JANAINA ZANIS
141.	0032	JANAINA ZIMMERMANN RIBEIRO
142.	0035	JANE PEREIRA MAGNANI
143.	0380	JANETE ANA BUZZI POSSAMAI
144.	0247	JANETE RODRIGUES CARDOSO CHIROLI
145.	0345	JANIA CARLA DOS SANTOS
146.	0729	JANIA MARCIA BURATO CATAFESTA
147.	0261	JAQUELINE MARCHI
148.	0563	JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU
149.	0169	JESSICA DEMETRIO MARTINS
150.	0373	JESSICA MAZZINI
151.	0179	JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI
152.	0541	JOCELIA APARECIDA PATRICIO STEDELE
153.	0180	JOCEMARA BILL DE SOUZA
154.	0244	JOELMA FELBER LEANDRO
155.	0686	JOELMA GAZANIGA MAFEI
156.	0565	JOICE MARA SCHMITZ
157.	0026	JOICE OSSEMER
158.	0533	JOSEANE GOES
159.	0131	JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI
160.	0751	JOSIANE VANESSA SATURNO
161.	0717	JUCELIA DENISE HARDT
162.	0031	JUCELIA SALES HEESCH
163.	0954	JULIANA APARECIDA FARIAS
164.	0025	JULIANA DA SILVA RODRIGUES



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 5/8  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL FERIAS**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
165.	0008	JULIANA KURTZ
166.	0130	JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA
167.	0957	JULIANA NASARIO SPINDOLA
168.	0942	JULIANA TAISE DOS SANTOS PINHEIRO
169.	0011	KATIA DE LIMA
170.	0508	KATIURSSULA MARIA DE ALBUQUERQUE
171.	0007	KAUANA KRAUZE DA SILVEIRA XAVIER
172.	0125	KELI CARLA RIBEIRO
173.	0004	KELLY DA SILVA
174.	0753	KELY APARECIDA BUZZI
175.	0654	KEROLIN DUANE BILK
176.	0517	KETRIN BOSCO
177.	0371	LAIS MARCOS DA SILVA
178.	0699	LEANE MARINEI SANT ANA TASCHNER
179.	0170	LENIR PETRY DA SILVA
180.	0797	LUANA PEREIRA DA SILVA SCHOT
181.	1054	LUCIANA DE MATTOS
182.	0688	LUCIANA MACHADO
183.	0592	LUCIANA MARA BARBOSA PASSING
184.	0725	LUCIANE ELIAS CORREA
185.	0361	LUCIANE MARINA ZIMMERMAN
186.	0350	LUCIARA JULIA AVI
187.	0727	LUCIENE BARTH ERRATH
188.	0710	LUCILENE RIBEIRO DE ARAUJO
189.	0362	LUCIMAR CRISTINA ZIMMERMAN
190.	0005	LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT
191.	1058	MAGALI CRISTINA SCHON
192.	0656	MAIARA CRISTINA WEISS
193.	0552	MAIARA DOS SANTOS
194.	0743	MAISA ADRIANA CARVALHO FRAÇA
195.	0133	MARCIA BOLL CARDOSO
196.	0377	MARCIA FERREIRA
197.	0181	MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA
198.	0947	MARGARETE PINTO NASATO
199.	0700	MARGARETH CREUTZBERG
200.	0731	MARIA BENTA BONACOLSI
201.	0370	MARIA CARME MERINI
202.	0946	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG
203.	0266	MARIBEL MARIA PEREIRA
204.	0695	MARIKU HELENA BONETTI VARGAS
205.	0118	MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS





**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 6/8  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL FERIAS**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
206.	0697	MARILEIA CUSTODIO DOS SANTOS
207.	0719	MARILEIA DE ASSUNÇÃO SEWALD
208.	0186	MARILEIA LUMKE
209.	0676	MARILEIA RENZI
210.	0572	MARILISE SCHWARTZ
211.	0537	MARISETE LOZZ
212.	0184	MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA
213.	0256	MARLENE GERALDA KLEHM GASTAO
214.	0023	MARLI DE ANDRADE
215.	0952	MARLI TATIANE KANTOVICK
216.	0689	MARLI TEREZINHA FRONZA SOARES
217.	0019	MARY LEIDE KAMMER
218.	0941	MERI TEREZINHA MONTANELLI
219.	0128	MICHELE DALU LEDRA
220.	0368	MICHELE MARCELINO HARBS
221.	0544	MIRIAN BRODWOLF PADILHA
222.	0662	MONICA RITA TONET
223.	0132	NACA CLAUDINO DOS SANTOS
224.	0723	NEIDE SCHMIDT
225.	0550	NEIMARA BURG
226.	1055	NELCIMAR APARECIDA TRZIMAJEWSKI
227.	1053	NERLI ALVES DA SILVA
228.	0696	NEUCI FABIANE GIACOMOZZI
229.	0367	NEUSA KLAUMANN
230.	0171	NILVA MARIA MIGUEL
231.	0015	NILVO DA SILVA
232.	0255	NOELI STEINHEUSER
233.	0581	ORIANE PISETTA
234.	0514	PAMELA SELHORST
235.	0521	PATRICIA MELLO SORDT
236.	0945	PATRICIA NAHRING WERNKE
237.	0041	PATRICIA SOARES
238.	0951	PATRICIA STUPP
239.	0798	PRISCILA GOIS DE OLIVEIRA
240.	0998	RAQUEL PAVESI LOTERIO
241.	0046	REGIANE DA SILVA FLORIANO
242.	0119	REGINA DUMKE VERLICK
243.	0349	RITA RASSWEILER
244.	0678	ROBERTA BITENCOURT ROPELATO SACANI
245.	0681	ROSALINA BRANDL
246.	1060	ROSANE AMANCIO



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 7/8  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL FERIAS**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
247.	0034	ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA
248.	0270	ROSANE DUMKE MARCIANO
249.	0365	ROSANE VANESSA VANDRESEN
250.	0358	ROSANGELA DA SILVA
251.	0183	ROSELENE BAGATOLI
252.	0519	ROSELETE AURORA MARHOLD
253.	0644	ROSELI CALBUCH
254.	0956	ROSELI CARMEN ZIMERMANN
255.	0177	ROSELITA MARIA SEBOLD
256.	0712	ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT
257.	0188	ROSEMERY LEHMKUHL
258.	0135	ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NILSEN
259.	0258	ROSILENE DUMKE PETRI
260.	1059	ROSIMARI VARGAS
261.	0594	ROSINHA SOARES
262.	0182	RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI
263.	0264	RUBIANA MUTSCHLER
264.	0730	SABRINA COELHO
265.	1063	SALETI ALVES
266.	0722	SANTILIA DOS ANJOS
267.	0547	SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER
268.	0251	SIDELMA SIMAO ARSENO KIEPER
269.	0044	SILVANA APARECIDA DEMETRIO NEUBER ZELINSKI
270.	0539	SILVANA DA SILVA
271.	0616	SILVANA INES WEBER PITZ
272.	0524	SILVIA OROSINA SILVEIRA
273.	0357	SIMONE APARECIDA MENDES
274.	0248	SIMONE MAFAZZOLLI CORREA
275.	0121	SIMONE STOCK
276.	0029	SINTIA LUCIANO
277.	0022	SOLANGE APARECIDA DEMETRIO
278.	0173	SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ
279.	0724	SONIA DE FATIMA GOMES
280.	0347	SONIA MARA BIANCHET
281.	0352	SONIR LUZIA WEISS
282.	0126	SORAIA FERRARI
283.	0187	SULAMITA BATISTA CORREA
284.	0704	SUSANA MARIA FERREIRA
285.	0683	SUZETE DA SILVA MORASTONI
286.	0363	TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER
287.	0259	TALITA HARBS



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 8/8  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2011**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL FERIAS**

**Cargo:**  
**PROFESSOR**

	Inscr.	Nome
288.	0254	TAMIRES VALLE
289.	0006	TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA
290.	0642	TATIANA DA SILVA ZWICKER
291.	0047	TATIANA SALLA
292.	0943	TEREZINHA FRANCIELE DOS SANTOS PESSOA
293.	0348	THIARA WOLF
294.	0575	VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA
295.	0716	VALQUIRIA CLASEN MOHR
296.	0354	VANESSA CLAUDINO DOS SANTOS PERUZZOLO
297.	0595	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK
298.	0178	VANESSA DA ROCHA
299.	0610	VANESSA GUILZ
300.	0355	VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA
301.	0746	VIVIAN MARILDA MAYER
302.	0120	VIVIANA PEREIRA DAMASCENO
303.	1062	VIVIANE GUBERT MIRANDA
304.	0515	VIVIANE KRIEGER
305.	0677	VIVIANE VIEIRA POSSAMAI
306.	0675	ZENILDE FRAINER MACHADO
307.	0378	ZILMA KLOPPPEL SEBOLD
308.	0718	ZILMA OLIVEIRA RAMOS
309.	0020	ZONEIDE DE SOUZA

**RELAÇÃO de INSCRITOS Processo Seletivo 15/2011 - ESCOLA MODELO**

**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 1/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**  
16 TEATRO

	Inscr.	Nome
1.	0846	BRUNA ALINE MORAES
2.	1155	DANUSA APARECIDA CORREIA
3.	0864	ERICLEIA BECKER GOEDERT
4.	0897	GISELE MARA POSSAMAI JASPER
5.	0796	JOSEANY BRASIL
6.	1154	PAULA CRISTINA FERREIRA
7.	1082	PRISCILA APARECIDA THEIS
8.	0848	SICLENE ALVES DE ASSUNÇÃO
9.	0876	TAIS CRISTOVAO DA SILVA
10.	0878	TUANE CRISTOVAO DA SILVA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 2/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

18 EDUCACAO AMBIENTAL E ALIMENTAR

	Inscr.	Nome
1.	0851	AMAURO DE BARROS JR
2.	0787	ANA LUCIA DE CAMARGO
3.	0758	ANA MARIA DE OLIVEIRA BAUMANN
4.	0862	CELECINA FERRABOLI
5.	0823	CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER
6.	1105	DANIELA REUTER KOPP
7.	0815	DARLIN OLIVIA FRANÇA
8.	1074	DEISE FERNANDA ROSA
9.	0840	DEISE SALOME DA SILVA
10.	1099	DIEGO DOMINGOS VENTURA
11.	1095	DJANNA ZITA FONTANIVE
12.	1122	GABRIELI SOUZA
13.	1102	GLUACIANE BACKES
14.	0783	JANICE POCKSZEWNICKI
15.	0860	JERUZA PIASSON DA CRUZ
16.	1158	JOICE SABRINA MAY
17.	0867	JOSE AIRES DE BARROS
18.	1132	JOSIANE MARIA KOCH
19.	0837	LUCIA FERREIRA
20.	0916	LUCILENE RIBEIRO DE ARAUJO
21.	0879	MARCOS ADRIANO HANG
22.	1093	NELCIMAR APARECIDA TRZIMAJEWSKI
23.	1124	OSMAR DE ALMEIDA
24.	1135	REGINA PEREIRA DA SILVA SCHOT
25.	0858	ROSANE AMANCIO
26.	0906	ROSEMARI DE MELO
27.	0893	SANDRA CRISTIANE IATZAC
28.	0868	SIMONE CORADINI
29.	0838	SIMONE MULLER
30.	0870	SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL
31.	0763	TIAGO CORADINI
32.	0705	TUANE TEIXEIRA DE SOUZA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 3/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

30 EMPREENDEDORISMO

	Inscr.	Nome
1.	0904	FRANCIANE BIANCHET
2.	0909	INDAIR SCHULZ
3.	1145	JULIANA DE OLIVEIRA
4.	1140	OSNI VALENCIO DA SILVA
5.	1085	THAIS FERRARI





**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 4/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**  
43 ARTESANATO I

	Inscr.	Nome
1.	0855	ALINE WEIERS
2.	0803	ANA CAROLINA MEES
3.	0917	ANA PAULA PILZ DE SOUSA
4.	0898	ANDRESSA CATIUCIA CUNHA
5.	0845	BRUNA ALINE MORAES
6.	0843	DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA
7.	0863	ERICLEIA BECKER GOEDERT
8.	0896	GISELE MARA POSSAMAI JASPER
9.	0849	INES FORNARA DALL OGLIO
10.	0834	JANAINA ZIMMERMANN RIBEIRO
11.	0799	JOSEANY BRASIL
12.	1109	JULIANA TAISE DOS SANTOS PINEIRO
13.	0903	KISIANE CORDOVA GARBIN
14.	0913	NEUCI FABIANE GIACOMOZZI
15.	1083	PRISCILA APARECIDA THEIS
16.	1073	PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA
17.	0847	SICLENE ALVES DE ASSUNÇÃO
18.	1096	SIMONE APARECIDA DA SILVA
19.	0869	SIMONE CORADINI
20.	1119	TAISE KAMER



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 5/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

202 LINGUAGEM E LETRAMENTO

	Inscr.	Nome
1.	0899	ANDERSSON CANDIDO CUNHA
2.	0806	CRISTIANI SCHMITZ
3.	0842	GABRIELA FAGUNDES PADILHA
4.	1078	LOURDES MOSER NIEHUES
5.	0888	MARILEIA RENZI
6.	0825	MAROLEA LUMKE
7.	0828	MICHELE DALU LEDRA
8.	0809	ROSELI CARMEN ZIMMERMAN
9.	0960	ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER
10.	1150	SANTILIA DOS ANJOS
11.	0820	SARA EMELINE DA SILVA
12.	1116	SAYONARA CHIQUETTI
13.	1097	SIMONE APARECIDA DA SILVA
14.	1092	SUELY CRISTINA FIGUEIREDO
15.	0890	VIVIANE VIEIRA POSSAMAI



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 6/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

307 EDUCACAO FISICA

	Inscr.	Nome
1.	0873	ALANA MARQUEZ CAPRISTANO
2.	1101	ANA PAULA BATISTA
3.	1104	ANGELA ADRIANA SEMPTICOSKI
4.	1126	EDIO SCHNEIDER
5.	0912	ELAINE MARTINS
6.	1134	FERNANDA ANTUNES RAFAELI
7.	0915	FRANCIELE GRACIANE FRAÇA
8.	1129	ISABEL CRISTINE DEPINE
9.	0811	JACIARA CAETANO
10.	0821	JANAINA BORGES DOS SANTOS
11.	0812	JEISON ROBERTO LONGO
12.	0690	JOAO CARLOS TRUPPEL
13.	1142	JORGE BATISTA DA SILVA
14.	0793	JORGE LUIZ RAMOS PORTO THIMOTHEO
15.	0826	JOSUE ANGELO ARNOLD EDUARDO
16.	0702	KATIURSSULA MARIA DE ALBUQUERQUE
17.	0816	LAUDIR ARNOLD
18.	0894	LEANDRO LEDRA
19.	0900	MATEUS MARCOS BRANDL
20.	0755	NIELSON ADEMIR FERREIRA
21.	1107	RENATO STEINKE STIEBE
22.	0801	RODRIGO CENSI
23.	1118	TAISE KAMER
24.	0835	TATHIANY MARIA RODE GOBEL
25.	0829	TIAGO NUNES
26.	0882	TIARA CRISTOVAO DA SILVA
27.	1117	VANESSA CAMPREGHER
28.	1075	VIVIANE GUBERT MIRANDA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 7/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

320 LINGUA ESTRANGEIRA-ESPANHOL

	Inscr.	Nome
1.	0908	CLEONICE AVI
2.	0857	NILZA PIERITZ
3.	0808	ROSELI CARMEN ZIMERMAN
4.	1091	SUELY CRISTINA FIGUEIREDO
5.	0830	VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 8/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

322 LINGUA ESTRANGEIRA-ITALIANO

	Inscr.	Nome
1.	1081	AROLDO JOSE TAMBOSI
2.	0805	LUCIA FELIPONI CAETANO
3.	0827	MICHELE DALU LEDRA
4.	0881	MONICA RITA TONET



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 9/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**  
535 INFORMATICA

	Inscr.	Nome
1.	0794	ANDRE DIOGO LUDVIG
2.	1147	DEGORA CLAUDE DOLZAN
3.	0810	GISLAINE BECKER
4.	1084	JESSICA ZEFERINO COSTA DOS SANTOS
5.	0872	JULIANO LUIS BACK
6.	1110	MAICON CAPISTRANO
7.	0832	PATRICIA AVANCINI
8.	0833	RODRIGO SALVALAGIO



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 10/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**  
536 FILOSOFIA

	Inscr.	Nome
1.	0854	ALINE WEIERS
2.	1098	ANDRE AGUIAR LISBOA
3.	0844	DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA
4.	1094	DJANNA ZITA FONTANIVE
5.	0756	ELIAS JACINTO ALBERTO
6.	0850	INES FORNARA DALL OGLIO
7.	0817	JOAO PAULO ROBERTI JUNIOR
8.	0914	JULIANA MORETTI
9.	0807	LUCIANE MARIA ZIMMERMAN
10.	1156	ROSANGELA MACIEL DOS SANTOS
11.	1113	ROSELES MARIA GONÇALVES
12.	1136	SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR
13.	1114	SIMONE SERAFIM
14.	0761	TIAGO CORADINI





**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 11/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

956 MATEMATICA FINANCEIRA

	Inscr.	Nome
1.	1131	ALEXANDRE SCHOT
2.	1111	ANA LUCIA PITTELKOW
3.	0818	ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO
4.	0853	CAROLINE FRIEDEL
5.	0865	DIRCEU RECH
6.	0905	FRANCIANE BIANCHET
7.	1121	FRANCIELE HOEPERS
8.	1146	FRANCIELLA ARAGAO
9.	0771	GEANE KUSTER PEREIRA
10.	1151	JUCILEIA MOTTIN
11.	1127	NATANAEL COSTA SPINDOLA
12.	1138	SILVIA APARECIDA BATISTA
13.	0884	VIVIANE DA SILVA
14.	0886	ZENILDE FRAINER MACHADO



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 12/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

1517 GESTAO EMPRESARIAL

	Inscr.	Nome
1.	1130	ALEXANDRE SCHOT
2.	1148	DEGORA CLAUDE DOLZAN
3.	0910	INDAIR SCHULZ
4.	1144	JULIANA DE OLIVEIRA
5.	0831	NEUMAN HEBER MAURENTE FERRO JUNIOR
6.	1088	NEYZE MULLER
7.	1141	OSNI VALENCIO DA SILVA
8.	1137	SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR
9.	1086	THAIS FERRARI



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 13/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

518 LOGICA E CALCULO

	Inscr.	Nome
1.	0819	ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO
2.	0852	CAROLINE FRIEDEL
3.	1089	CLEIDE FRONZA
4.	1120	FRANCIELE HOEPERS
5.	0774	GEANE KUSTER PEREIRA
6.	1079	LOURDES MOSER NIEHUES
7.	0889	MARILEIA RENZI
8.	1128	NATANAEL COSTA SPINDOLA
9.	1139	SILVIA APARECIDA BATISTA
10.	0885	VIVIANE DA SILVA
11.	0891	VIVIANE VIEIRA POSSAMAI
12.	0887	ZENILDE FRAINER MACHADO



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 14/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

519 MUSICA/CORAL

	Inscr.	Nome
1.	0901	ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA
2.	1077	RAMON FRANCO SEZERINO
3.	1115	SAYONARA CHIQUETTI
4.	0902	SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 15/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

520 MUSICA/INSTRUMENTO

	Inscr.	Nome
1.	0800	JAQUES FARIAS
2.	1108	JULIANA TAISE DOS SANTOS PINEIRO
3.	1112	LUCIANO GONÇALVES
4.	1076	RAMON FRANCO SEZERINO



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 16/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

521 SAUDE QUALIDADE DE VIDA

	Inscr.	Nome
1.	0694	ADENILSON ISAIAS CAMPESTRINI
2.	0874	ALANA MARQUEZ CAPRISTANO
3.	0790	ANA LUCIA DE CAMARGO
4.	0757	ANA MARIA DE OLIVEIRA BAUMANN
5.	1080	ANGELO RAFAEL ARAUJO ARISTIDES
6.	1153	CLEIDE MARTINS
7.	0698	CLEIDE SCHREIBER
8.	0824	CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER
9.	1106	DANIELA REUTER KOPP
10.	0814	DARLIN OLIVA FRANÇA
11.	0841	DEISE SALOME DA SILVA
12.	1100	EDILSON HENRIQUE KOTH
13.	0911	ELAINE MARTINS
14.	1123	GABRIELI SOUZA
15.	1103	GLUACIANE BACKES
16.	1149	HELIANA DA SILVA
17.	0822	JANAINA BORGES DOS SANTOS
18.	0780	JANICE POCKSZEWNICKI
19.	0813	JEISON ROBERTO LONGO
20.	0861	JERUZA PIASSON DA CRUZ
21.	1157	JOICE SABRINA MAY
22.	1143	JORGE BATISTA DA SILVA
23.	0792	JORGE LUIZ RAMOS PORTO THIMOTHEO
24.	0866	JOSE AIRES DE BARROS
25.	1133	JOSIANE MARIA KOCH
26.	0895	LEANDRO LEDRA
27.	0804	LUCIA FELIPONI CAETANO
28.	0836	LUCIA FERREIRA
29.	0880	MARCOS ADRIANO HANG
30.	1152	MICHELE SOUZA
31.	1087	NEYZE MULLER
32.	1125	OSMAR DE ALMEIDA
33.	0802	RODRIGO CENSI
34.	0859	ROSANE AMANCIO
35.	0907	ROSEMARI DE MELO
36.	0892	SANDRA CRISTIANE IATZAC
37.	0856	SIMONE HASCKEL
38.	0839	SIMONE MULLER
39.	0871	SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL
40.	0875	TAIS CRISTOVAO DA SILVA
41.	1090	TAMARA KARINA THEIS



**Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Página: 17/17  
Data: 21/11/2011

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 15/2011**  
**ESCOLA MODELO**

**Disciplina:**

521 SAUDE QUALIDADE DE VIDA

	<b>Inscr.</b>	<b>Nome</b>
42.	0883	TIARA CRISTOVAO DA SILVA
43.	0877	TUANE CRISTOVAO DA SILVA
44.	0708	TUANE TEIXEIRA DE SOUZA



**Pauta de Julgamento Nº 008/2011**

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES  
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 008/2011

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 09 de Dezembro de 2011, às 09hs00, no auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do protocolo: Protocolo Nº 128785/2011

Nome do Recorrente: Banco ABN AMRO REALS/A

Nº do Recurso: 021/11

Relator: Cons Roberto Budag

Procuradores: Jucélia Correa, Rodrigo de Carvalho, Henrique Lago da Silveira e Guilherme Trilha Philippi

Número do protocolo: Protocolo Nº 128786/2011

Nome do Recorrente: Banco ABN AMRO REALS/A

Nº do Recurso: 022/11

Relator: Cons Roberto Budag

Procuradores: Jucélia Correa, Rodrigo de Carvalho, Henrique Lago da Silveira e Guilherme Trilha Philippi

Rio do Sul, 18 de Novembro de 2011.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria Nº 613**

PORTARIA No 613, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010,

**RESOLVE:**

Nomear, FERNANDO BEIRÃO SCHMITZ, para exercer o cargo de provimento efetivo de Advogado - Padrão 5, Grau I, Classe A, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, em virtude da nomeação sem efeito de Andréia Adriano de Souza Teixeira, dada pela Portaria nº 598, de 26 de julho de 2011.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara

---

**Salto Veloso**

---

---

**PREFEITURA**

---

**Decreto Nº 094/2011**

DECRETO Nº 094/2011, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova parcelamento de solo urbano.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade

com o artigo 23, alínea h, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado o parcelamento de imóvel de propriedade dos Senhores Mansueto Donadel, inscrito no CPF sob o nº 021.807.749-15 e Clair Martins, inscrito no CPF sob o nº 540.497.339-00, pessoas físicas, conforme Termo de Verificação nº. 008/2011 e Autorização de Desmembramento nº. 08/2011, constantes do Processo Administrativo autuado nesta Municipalidade sob o nº. 217/2011.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, em 21 de Novembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Geral de Planejamento

**Portaria Nº. DP00402/2011**

PORTARIA Nº. DP00402/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

**RESOLVE,**

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Novembro de 2011 a 20 de Dezembro de 2011, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARIA DO CARMO TASCA NAVA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 15/02/2009 a 15/02/2010, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 21 de Novembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

---

**São Bento do Sul**

---

---

**FUNDAÇÕES**

---

**Extrato de Aditivo Contratual 02/2011**

DA ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA REFERENTE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA COBERTURA DO CENTRO CULTURAL DR. GENÉSIO TURECK, DE Nº. 012/2011 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA 3D CONSTRUÇÕES LTDA, EM 28 DE JULHO DE 2011, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 02/2011.

Tendo em vista que durante a execução da obra houveram períodos

de chuva, bem como dificuldades na remoção do madeiramento a fim de melhor reaproveitá-lo, e tais eventos atrapalharam os trabalhos da Contratada. O aditivo baseia-se no art. 57, § 1º, II, da Lei 8.666/93, onde cita-se que a prorrogação é permitida no caso de "superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato".

Fica prorrogado o Contrato nº. 012/2011 por mais 40 (quarenta) dias, a contar de 08 de novembro de 2011 a 19 de dezembro de 2011.

São Bento do Sul, 08 de novembro de 2011.

Ass: PEDRO MACHADO DE BITENCOURT, pela Fundação Cultural  
DIEGO DANIEL DIONÍZIO, pela Contratada

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 4.308, de 21 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.308, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação, no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002	
05	Aplicação Direta R\$ 150.000,00
13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0064	
09	Aplicação Direta R\$ 35.000,00
13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064	
10	Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de novembro de 2011.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 4.309, de 21 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.309, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, criando-se as modalidades de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
13.01.10.302.4506.2.021.3.3.71.00.00.00.00.0.3.0065	
36	Aplicação Direta R\$ 45.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de novembro de 2011.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação 143/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/12/2011, às 10:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO EM LUMINÁRIAS. Informações licitacoes@saoulourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitações 142/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/12/2011, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA EBM SANTA MARIA GORETTI. Informações licitacoes@saoulourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 042/2011,

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 042/2011, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA DIÉLI HOFFMANN.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº. 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado Senhora DIÉLI HOFFMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob Nº 066.458.469-16, residente e domiciliada a Rua Ataufo Alves, nº 294 - Roçado - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 042/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 042/2011 até o dia 16/12/2011.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 18 de novembro de 2011.  
MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 03/2011

RESOLUÇÃO nº 03/2011

De Autoria da Mesa Diretora

"Institui o Diário Oficial dos Municípios como órgão de publicação legal da Câmara de Vereadores"

MARCOS RODRIGO REITZ, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas nos artigos 19 e 121 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de São Pedro

de Alcântara.

Parágrafo único. A partir do dia 15 de novembro de 2011, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos passarão a ter validade somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 09 de novembro de 2011.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Carta Convite Nº. 03/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 03/2011-FMS

PROCESSO Nº. 29/2011 - FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa de Serviço de Assessoria e Consultoria para treinamento e Supervisão das Equipes, controle e avaliação de sistema de atenção básica para a Estratégia Saúde de Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder (SC)

Recebimento dos Envelopes até: 01 de dezembro de 2011 às 15h45min.

Abertura do Processo: 01 de dezembro de 2011 às 16h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 22 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Carta Convite Nº. 11/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) site: <http://www.schroeder>



sc.gov.br  
AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 11/2011-FAS  
PROCESSO Nº. 47/2011-FAS  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de profissional Instrutor de Skate para atender ao Projeto Oficina de Skate do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC

Recebimento dos Envelopes até: 02 de dezembro de 2011 às 15h45min.

Abertura do Processo: 02 de dezembro de 2011 às 16h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.  
A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 22 de novembro de 2011.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços No 18/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER/ SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 18/2011 - FMS  
PROCESSO Nº. 31/2011-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material para divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de dezembro de 2011 às 08h45min.

Abertura do processo: 09 de dezembro de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 22 de novembro de 2011.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Dispensa Nº 52/2011-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 52/2011 - DL****Processo Nr.:** 159/2011  
**Data:** 17/11/2011

Folha: 1/5

**Fornecedor:** CONTROLLER TECNOLOGIA E SIST. DE INFORMATICA LTDA**Código:** 12013**Endereço:** RUA MAJOR NAVARRO LINS 692**Cidade:** JOINVILLE - SC**CNPJ:** 04.072.953/0001-16**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para cessão de uso de sistemas informatizados integrados para gestão escolar na Rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.**ITENS**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 52/2011 - DL

Processo Nr.: 159/2011

Data: 17/11/2011

Folha: 2/5

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
3	1,00	<p>Licenças de uso e Implantação do Sistema para uma nova unidade escolar descrita abaixo, da Secretaria de Educação; Capacitação dos servidores da unidade escolar, sendo:</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA</b> -Requisitos obrigatórios do Sistema</p> <p>1 -O Sistema deverá ser acessado inteiramente por internet, sem emulação de terminais tipo WTS, VPN ou similares</p> <p>2 - A empresa deverá prover hospedagem do banco de dados e sistema em data center especializado, com controle de incêndio, geradores para falhas de energia elétrica, climatização, protocolos de cópias de segurança e protocolos de segurança contra intrusos. Os custos de hospedagem correrão por conta da empresa.</p> <p>3 - A empresa deverá disponibilizar central de atendimento via internet, com atendimento normal em horário comercial, com abertura de chamados a qualquer hora do dia ou da noite, mantendo registro histórico dos chamados.</p> <p>4 - A empresa deverá fornecer Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou privado, comprovando o atendimento de, pelo menos, uma rede de ensino com características semelhantes à Rede Municipal de Ensino.</p> <p>5 - O Sistema deverá manter registro de todas as atividades exercidas pelos usuários, de forma que se possa identificar quem realizou qualquer tarefa, e, preferencialmente, se possa restaurar a informação original.</p> <p>6 - O Sistema deverá ser multi-unidade, com base única, permitindo que cada escola veja apenas os dados referentes a ela e que a Secretaria de Educação acesse, com senha específica, os dados de todas as unidades.</p> <p>7 - O acesso às áreas do Sistema, seus menus e relatórios deverá ser qualificado por usuário, permitindo a criação de perfis reutilizáveis.</p> <p>8 - O cadastro de pessoas deverá ser unificado, de forma que uma mesma pessoa, seja ela aluno, responsável, funcionário ou professor, tenha somente uma entrada no cadastro de pessoas.</p> <p>9 - Os parâmetros curriculares (disciplinas e matrizes curriculares) deverão ser unificados e centralizados, de forma que a mantenedora possa parametrizá-los e aplicá-los para todas as unidades da rede.</p> <p>Este cadastro deverá permitir o registro das cargas horárias, quantidade de aulas semanais, classificação de Base Nacional Comum e Parte Diversificada, além dos itens da proposta pedagógica para cada disciplina.</p> <p>10 - Todas as terminologias como nomes de cursos, séries, bimestres, provas finais, recuperação, situações de matrícula, disciplinas, turmas e períodos letivos, devem ser parametrizáveis pelos administradores da Secretaria de Educação.</p> <p>11 - O Sistema deverá cobrir as modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, bem como dar suporte a turmas de correção de fluxo e turmas multisseriadas.</p> <p>12 - O Sistema deverá atender integralmente a geração dos layouts de migração para o EDUCACENSO, sem necessidade de qualquer entrada manual de dados.</p> <p>13 - Deverá permitir, além do registro de notas de forma numérica, o registro de conceitos e, concomitantemente, o registro de textos de avaliações descritivas para cada matéria ou disciplina.</p> <p>14 - Deverá permitir o lançamento de notas parciais, como provas e trabalhos, constituintes da média bimestral.</p> <p>15 - Deverá possuir mecanismo de vinculação automática das disciplinas que pertencem ao professor de turma nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil.</p> <p>16 - Deverá arredondar, automaticamente, as médias bimestrais finais para valores de 0,5 em 0,5.</p> <p>17 - Deverá permitir o lançamento de recuperação paralela bimestral, bem como exame de recuperação final, com fórmulas parametrizáveis para o cálculo da média final do aluno e conseqüente aprovação/reprovação.</p> <p>18 - Deverá disponibilizar área do professor, acessível via internet e em tempo real.</p> <p>19 - Deverá disponibilizar, na área do professor, a foto dos alunos, a consulta de todas as notas dos alunos, mesmo em outras disciplinas, assim como o lançamento de ocorrências e agenda de provas e trabalhos.</p> <p>20 - Deverá disponibilizar, na área do professor, a impressão de seus diários de classe e mapas de notas.</p> <p>21 - Deverá permitir a inclusão de vários períodos letivos dentro de um mesmo ano calendário, para controle, pro exemplo, de períodos semestrais, com parametrização das datas de início e fim do período letivo, seus recessos e também de cada bimestre.</p> <p>22 - Deverá controlar, por unidade escolar, o calendário escolar e possibilitar a classificação de dias úteis e letivos, permitindo, por exemplo, que se insiram feriados locais e também sábados letivos, quando for o caso.</p>	MÊS	500,00	500,00





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
**Nr.: 52/2011 - DL**
**CNPJ: 83.102.491/0001-09**
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**
**C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**
**Processo Nr.: 159/2011**
**Data: 17/11/2011**

Folha: 4/5

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
		<p><b>EDUCACENSÔ.</b></p> <p>47 - Permite, para alunos, a matrícula, vinculação de outros responsáveis, indicando seu grau de parentesco.</p> <p>48 - Permite, para alunos, o registro de Colégio/Escola de procedência</p> <p>49 - Permite, para alunos, o registro de tipo de transporte escolar</p> <p>50 - Permite, para alunos, o registro de Bolsa Família</p> <p>51 - Permite, para alunos, o registro de data de matrícula e origem da matrícula, para fins estatísticos.</p> <p>52 - Permite o controle do fluxo de movimentações dos alunos (transferência, evasão, mudanças de turmas, entre outros), com controle de fechamento de movimento, não permitindo qualquer movimentação ou inclusão de matrículas em períodos já fechados, ou ainda não abertos.</p> <p>53 - Emite relatórios do fluxo de movimentações por unidade escolar e por rede de ensino.</p> <p>54 - Permite, para alunos, o registro de atendimento educacional especializado</p> <p>55 - Permite, para alunos, o registro de informações sócio-econômicas</p> <p>56 - Permite o controle de espera de vagas.</p> <p>57 - Controla ocorrência disciplinares e pedagógicas dos alunos</p> <p>58 - Controla documentos/itens exigidos na matrícula e não entregues pelos alunos</p> <p>59 - Permite a rematricula automática dos alunos, ao final do período letivo, promovendo os alunos aprovados e mantendo os reprovados ou reprovados em suas séries originais</p> <p>60 - Permite a definição, por unidade escolar, dos critérios de promoção dos alunos, indicando, para cada série, para qual curso/série ocorrerá a promoção, possibilitando que, no caso do Ensino Fundamental, por exemplo, se permita a promoção do regime seriado para o regime de anos automaticamente.</p> <p>61 - Gera, automaticamente, os históricos escolares, ao final de cada período letivo.</p> <p>62 - Permite pesquisar, por disciplina, alunos com notas em intervalos definidos pelo usuário, permitindo identificar alunos abaixo ou acima da média, demonstrando além da relação nominal dos alunos, seus quantitativos e percentual de incidência nas suas turmas.</p> <p>63 - Permite o registro diário de faltas, consolidando seus totais mensais, bimestrais e anuais.</p> <p>64 - Permite o registro dos quadros de horários de cada turma, informando as disciplinas/matérias ofertadas em cada horário, seus professores, totalizando, automaticamente, a partir do calendário escolar, a quantidade de aulas dadas em cada disciplina.</p> <p>65 - Permite o registro de eventos (passeios, trabalhos, provas, entre outros) por turma ou por unidade escolar.</p> <p><b>UNIDADES ESCOLARES A RECEBEREM O SISTEMA</b></p> <p>Unidade Escolar - Endereço</p> <p>01 - EM Profª. Sarita Beck Rezende + JI Crescer e Aprender Rua Dom Pedro, 820, Rio Hern, (47) 3276 3866</p> <p>02 - EM Prof. Emílio da Silva + JI Pingo de Gente Rua Paulo Janh, 215, Centro, (47) 3374 2251</p> <p>03 - EM Frida Hein Krause + JI Branca de Neve Rua Marechal Castelo Branco, 8382, Schroeder III, (47) 3273 7023</p> <p>04 - EM Prof. Santos Tomaselli + JI Pequeno Príncipe Rua Cândido Tomaselli, 884, Tomaselli, (47) 3374 0408</p> <p>05 - EM Profª. Clarice Lange Jacobi Rua: Lateral da Rio de Janeiro, Schroeder I, (47) 3374-0721</p> <p>06 - EM Rui Barbosa Rua: 23 de março, 3028, Itoupava Açu, (47) 3274 8001</p> <p>07 - EM Kismara Lislei Walkinir Moreira + JI Chapeuzinho Vermelho Rua 03 de Outubro, 261, Centro, Telefone: (47) 3370 1698</p> <p>08 - JI Abelhinha Feliz Rua Erich Frohener, 4013, Schroeder I, (47) 3374-5827</p> <p>09 - Centro de Educação Infantil Municipal Girassol Rua Guilherme Zastrow, 36, Centro, (47) 3374-1338</p> <p>10 - Centro de Educação Infantil Municipal Profª. Cristiane Inês Zerbin Rua Mario Zerbin, Rio Hern, (47) 3374 5472</p> <p>11 - Novo Centro de Educação Infantil Municipal (Schroeder I) Rua Guaramirim, sn, Schroeder I</p> <p>11(*) EM Castro Alves + JI Cantinho Alegre Rua: Estrada Duas Mamas, 3000, Duas Mamas, (47) 30557707</p> <p>12(*) EM Profª. Vali Jorck Voigt + JI Flor do Campo Rua Gustavo Streit, 4426, Rancho Bom, (47) 30557795</p> <p>13(*) EM Profª. Leonete Bauer Walz + JI Bondinho Alegre Rua Marechal Castelo Branco, 11076, Bracinho, (47) 30557887</p> <p>*OBS: As informações das escolas Multisseriadas 11, 12 e 13 estarão concentradas na Secretaria de Educação.</p>			
4	12,00	Manutenção mensal e Suporte à utilização do Sistema	UN	477,38	5.728,56



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 52/2011 - DL****Processo Nr.: 159/2011****Data: 17/11/2011**

Folha: 5/5

**JUSTIFICATIVA:****Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do incís artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**TEXTO**

Sistema para gestão escolar da Rede Municipal de Ensino de maneira descentralizada, com manutenção e relatórios emitidos diretamente nas escolas, onde a Secretaria de Educação apenas gerencia as informações. A solução será toda via internet. Com a descentralização do sistema, agiliza-se a emissão de documentos para alunos, pais, professores, pois toda a documentação continua sendo emitida nas escolas.

SCHROEDER, 17 de Novembro de 2011

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 11 de Novembro de 2011

**Valor da Despesa:**

6.228,56 (seis mil duzentos e vinte e oito reais e  
cinquenta e seis centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Contrato Nº. 32/2011-FAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Contrato nº. 32/2011-FAS

Inexigibilidade de Licitação nº. 06/2011-FAS

Processo nº. 46/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SEMINA PRODUTOS EDUCTIVOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 04.115.617/0001-03, na Rua Maracá, nº 652, Vila Guarani, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.313-2010.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de material específico para psicologia para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, sendo:

Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	<p>Boneco Família Colchete Avulso - bonecos avulsos agregados para representação de relações familiares no trato de violência sexual doméstica intra familiar ou da "nova família". Bonecos homem e mulher: adultos, jovens, adolescentes e idosos. Nas cores negro, moreno e branco. Esses bonecos só podem ser adquiridos, na compra da família completa (Família Colchete Sexuada). Este boneco deverá ser utilizado por um profissional responsável (adulto) que deve estar preparado para lidar com estas situações de identificação e transferência no jogo dos bonecos "ludoterapia", com o reconhecimento do que está sendo interpretado (seja pela criança, adolescente ou adulto), e saber como tratar o cuidado, a prevenção e o seguimento da situação apresentada, com o encaminhamento ao profissional/instituição especializados se necessário for.</p> <p>Medidas: 43 cm, 37 cm, 27 cm e 9 cm</p> <p>Peso: 0,120 Kg</p>	4	UNIDADE	69,00	276,00

02	<p>Família Colchete Negra, Branca, Mista ou Indígena - bonecos de pano sexuais com colchetes para simulação no comportamento sexual, articulados, representando uma família extensa com nove bonecos.</p> <p>Saiba Mais: A família é composta: mãe, pai, bebê, casal de idosos, casal de jovens, bebê e adolescente. Utilizado para aplicação individual ou em grupos de saúde sexual, reprodutiva e prevenção de DST/AIDS com jovens, adolescentes, crianças e adultos. Aplicado como instrumento para ludoterapia e em temas sobre a violência doméstica e sexual. Acompanha sacola e instruções de uso. Nas cores branca, negra, mista e indígena.</p> <p>Estes bonecos deverão ser utilizados por um profissional responsável (adulto) que deve estar preparado para lidar com estas situações de identificação e transferência no jogo dos bonecos "ludoterapia", com o reconhecimento do que está sendo interpretado (seja pela criança, adolescente ou adulto), e saber como tratar o cuidado, a prevenção e o seguimento da situação apresentada, com o encaminhamento ao profissional/instituição especializados se necessário for.</p> <p>Medidas: 43 cm, 37 cm, 27 cm e 9 cm</p> <p>Peso: 1,082 g</p>	02	UNIDADE	460,00	920,00
VALOR TOTAL R\$				1.196,00	

Valor do contrato: total R\$ 1.196,00 (Um mil, cento e noventa e seis reais).

Data da Assinatura: 21/11/2011 – Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Contrato Nº. 33/2011-FAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Contrato nº. 33/2011-FAS

Modalidade Pregão Presencial nº. 17/2011 - FAS

Processo de licitação nº. 37/2011 -FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 74.111.428/0001-48, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5685, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente a aquisição de material para oficinas do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social, setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Perfurador - tamanho médio - capacidade de perfuração o 8 folhas - diâmetro do furo 6mm, próprio para fazer um furo	2	Unidade	7,45	14,90
03	Pincel simples infantil para tinta guache tamanho nº0, formato redondo.	5	Unidade	1,30	6,50
04	Pincel simples infantil para tinta guache tamanho nº1, formato redondo	5	Unidade	1,40	7,00
05	Pincel simples infantil para tinta guache tamanho nº11, formato redondo.	10	Unidade	1,80	18,00
06	Pincel simples infantil para tinta guache tamanho nº12, formato redondo.	10	Unidade	2,00	20,00
07	Elástico fino, material látex, na cor cru, utilizado para prender máscaras.	30	Metros	0,48	14,40
08	Cola Colorida, auto relevo, caixa com 6 unidades de cores, embalagem com 25g cada, não toxico.	5	Unidade	4,35	21,75
09	Alfinete para mapas. - caixa com 50 peças.	50	Unidade	2,90	145,00
10	Não tecido TNT liso, largura 1,40m, bobina com 50 metros de comprimento. Nas cores branca, creme, bege, marrom, amarela, laranja, salmão, rosa, pink, lilas, roxo, vinho, vermelho, azul bebê, azul claro, azul royal, azul marinho, verde claro, verde limão, verde bandeira, verde musgo, cinza claro, cinza escuro e preto	20	Metros	1,40	28,00
11	Bomba de ar manual para inflar balões e bexiga, de plástico, tam. 29 x 5 cm	1	Unidade	9,70	9,70
12	Balão de ar, em látex, liso, em forma de espaguete, cores sortidas, tamanho 05x25 cm, pacote com 50 unidades.	5	Unidade	6,75	33,75

13	Balão de ar, em látex, liso, em forma de espaguete, cores sortidas, tamanho 10x10 cm, pacote com 50 unidades.	5	Unidade	6,75	33,75
15	Prato de material de papelão, 200 mm de diâmetro, liso, cor branca.	150	Unidade	0,35	52,50
20	Régua plástica transparente c/ 30 cm - reforçada	5	Unidade	1,35	6,75
21	Pistola para cola quente pequena (para bastão fino)	10	Unidade	5,85	58,50
22	Bastão de cola termoplástica branca para pistola tamanho pequeno.	50	Unidade	0,55	27,50
23	Caneta marcador permanente, ponta fina 1.0mm na cor preta	10	Unidade	2,70	27,00
24	Tesoura Média de Inox (o tamanho total da peça é de aproximadamente 17,5cm própria para corte de tecido), corte em formato "ondas"	1	Unidade	48,80	48,80
25	Tesoura Média de Inox (o tamanho total da peça é de aproximadamente 17,5cm própria para corte de tecido)	3	Unidade	7,90	23,70

VALOR TOTAL R\$ 597,50

Valor do contrato: R\$ 597,50 (Quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 21/11/2011 - Vigência: 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Contrato Nº. 65/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 65/2011-FMS

Dispensa de Licitação nº. 08/2011-FMS - Processo nº 30/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.225.894/0001-70, estabelecida na Rua Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 320, salas 17 e 18, centro na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-700.

Objeto: Constitui o presente contrato para a Contratação de empresa especializada para manutenção e aluguel da central telefônica para a Unidade de Saúde Centro, da Secretaria de Saúde e de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, para o período de 06 (seis) meses., sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Manutenção e aluguel da central telefônica para a Unidade de Saúde Centro, localizada na Rua Paulo Jahn, nº 147, Centro, no Município de Schroeder /SC, sendo Corp 16000 com 08 troncos, 32 ramais, placa de atendimento digital e 02 terminais inteligente 730.	06	Mês	345,00	2.070,00

Total R\$ 2.070,00

Valor do contrato: R\$ 2.070,00 (Dois mil e setenta reais).

Data da Assinatura: 21/11/2011 - Vigência: 30/06/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Nº. 182/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 182/2011-PMS

Dispensa de Licitação nº 53/2011-PMS - Processo nº 162/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottkar Doerffel, 899, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001.

Objeto: Constitui o presente contrato de Contratação de empresa para Limpeza de Rua, bem como capina e varrição mecanizada, recolhimento mecanizado e carregamento em veículos caçamba cedido pelo Município de Schroeder/SC.

Item	Descrição	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Capina e Varrição mecanizada linear de vias com recolhimento e carregamento mecanizado em caçamba fornecida pelo município, através de equipamento Minicarregadeira com engates rápidos para intercalação de capinadeira e varredeira mecânica. Incluso mão de obra qualificada através de operador de máquina, fornecimento de combustível e todos os materiais de desgaste como cerdas, cabos de aço, peças de reposição, sinalização, água para depósito anti pó	KM	15,00	480,00	7.200,00

VALOR TOTAL R\$ 7.200,00

Data da Assinatura: 18/11/2011 - Vigência: 31/12/2011  
Valor do contrato: R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais).

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 183/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 183/2011-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 65/2011-PMS - Processo nº. 144/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.785.417/0001-20, estabelecida na Rua 13 de maio, nº. 400, fundos, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-370.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	ÁLCOOL LÍQUIDO HIDRATADO (92,8° INPM) 1 LITRO	2156	Unidade	4,42	9.529,52
03	AMACIANTE DE ROUPAS, COM 2 LTS.Composição: Tensoativo catiónico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Cloreto de diaquil dimetil amônio.	348	Unidade	3,18	1.106,64
06	Caixa de Palito de fosforo c/ 240un com 5cm, com fosforo clorado de potássio e aglutinantes.	118	Caixa	3,17	374,06
08	COPOS DESCARTÁVEIS BRANCOS DE 180 ML NORMATIZADO PELO INMETRO COM 100 UNID.	5200	Unidade	2,90	15.080,00



09	COPOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTES DE 400 ML COM 100 UNIDADES CADA.	525	Unidade	5,90	3.097,50
11	DESODORIZADOR EM AEROSOL DE AMBIENTE NO MÍNIMO 400 ML, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS, COMPOSTO ÁLCOOL ETILICO, PROPILENOGLICOL, ANTIOXIDANTES, FRAGRÂNCIA E PROPOLENTE.	160	Unidade	7,90	1.264,00
13	ESCOVA COM CERDAS PLÁSTICAS PARA LAVAR ROUPA COM NO MÍNIMO 102 mm x 260 mm.	57	Unidade	1,70	96,90
14	ESCOVÃO COM CERDAS DE PLÁSTICO COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 30CMX8CM	51	Unidade	4,49	228,99
16	Esponja de limpeza dupla face multiuso, com espuma de poliuretano com agente antibacterias e fibra sintética abrasiva, medindo 110mmX75mmX20mm.	1925	Unidade	0,49	943,25
20	LIMPA VIDROS COM NO MÍNIMO 500 ML, EM EMBALAGEM COM GATILHO.	465	Unidade	3,87	1.799,55
21	LIMPADOR / DESENGRAXANTE DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES (para remoção de óleos, graxas impregnadas e sujeiras diversas de piso, vidros, mármore, banheiros, máquinas, fôrnicas, metais, estofados e carpetes) diluição máxima de 10% em água. Galão 5 litros.	30	Unidade	20,00	600,00
23	Lixeiro com tampa basculante com capacidade de 50 litros	30	Unidade	62,55	1.876,50
25	LUVAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO M - CAIXA COM 100 PARES	325	Caixa	24,90	8.092,50
29	MULTI-INSETICIDA AEROSOL - FRASCO C/ NO MÍNIMO 300ML	120	Unidade	6,63	795,60
32	PANO DE CHÃO ALVEJADO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,90 CM	390	Unidade	3,07	1.197,30
33	PANO DE CHÃO CRU COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,90 CM	190	Unidade	2,53	480,70
34	PANO DE PRATO GRANDE, NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 44 X 77 CM	560	Unidade	2,04	1.142,40
40	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA COM NO MÍNIMO 25 G COM HASTE - AROMAS DIVERSOS	705	Unidade	0,87	613,35
42	Repelente creme hidratante contra insetos para crianças menores de 6 meses, frasco com 200ml.	370	Unidade	6,49	2.401,30

53	SAPONÁCEO LIQUIDO CREMOSO - FRASCO 200 ML	360	Unidade	2,30	828,00
55	VASSOURA DE PALHA REFORÇADA COM CABO DE MADEIRA	298	Unidade	13,33	3.972,34
TOTAL R\$	55.520,40				

Data da Assinatura: 18/11/2011 - Vigência: 18/11/2012

Valor do contrato: RS 55.520,40 (Cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte reais e quarenta centavos).

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 184/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 184/2011-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 65/2011-PMS - Processo nº. 144/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.164/0001-00, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº. 279, Ceramarte, na Cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89295-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Luiz Amarildo Mueller, inscrito no CPF sob o nº. 516.501.429-00, portador da carteira de identidade nº. 21R1.646.471-SSP-SC.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ÁGUA SANITÁRIA C/ CLORO ATIVO - GALÃO C/ 5 LITROS	965	Galão	5,40	5.211,00
04	BALDE PLÁSTICO COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS NA COR VERDE.	69	Unidade	3,24	223,56
05	Borracha substituível para rodo de alumínio de 60cm.	25	Unidade	9,15	228,75



07	Cera líquida incolor com polímero acrílico, emulsão de polietileno, antiderrapante, surfactante, plastificantes, dispersantes, conservante, essência e água. Frasco 750ml	350	Unidade	3,77	1.319,50
10	DESINFETANTE DE 05 LITROS, EUCALIPTO OU LAVANDA COM GERMECIDA E BACTERICIDA	1036	Galão	8,87	9.189,32
12	Detergente líquido neutro com 500 ml. Ideal para louças, talheres e utensílios domésticos. Com fórmula concentrada e biodegradável.	3610	Unidade	1,37	4.945,70
15	Espanja de lã de aço com agente antibactericida, fibra 100% virgem, peso 60gr e 8 unidades por pacote.	530	Pacote	1,85	980,50
17	Guardanapos 100% fibras naturais, tamanho 30cmX32,5cm, pacote c/ 50und.	700	Pacote	1,12	784,00
19	Lenço de Papel, cor branca, medindo 14,8 x 21,5cm, embalagem com 50 unidades, produzido com matéria prima 100% natural. Ideais também para limpeza de objetos delicados, como cubetas.	300	Pacote	7,85	2.355,00
22	LIMPADOR MULTI-USO C/ 500ML, VARIAS FRAGÂNCIAS. COMPOSIÇÃO: Tensioativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Cloreto de diaquil dimetil amônio.	100	Unidade	2,72	272,00
24	LUSTRA MOVEIS CREMOSO, FRAGRÂNCIA DE JASMIM, QUE PROJETA DE MANCHAS DE ÁGUA - FRASCO COM 200ML	230	Unidade	2,95	678,50
26	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. G (PAR)	105	Par	2,52	264,60
27	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. M (PAR)	156	Par	2,52	393,12

28	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. P (PAR)	31	Par	2,52	78,12
30	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO, 20CMX30CM	45	Unidade	1,86	83,70
31	PANO CRU PARA TIRAR PÓ NA COR BRANCA, MEDINDO 40CMX20CM	370	Unidade	0,88	325,60
35	PAPEL HIGIÊNICO ESPECIAL, SUPERBRANCO, FOLHA DUPLA, NEUTRO COM NO MÍNIMO 30 M - FARDOS COM 64 ROLOS.	520	fardo	60,48	31.449,60
38	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES SUPER-BRANCO PARA TOALHEIRO, FOLHAS COM NO MÍNIMO 21X24,5 CM - CAIXA COM NO MÍNIMO 4.800 FOLHAS.	195	Caixa	59,70	11.641,50
39	PAPEL TOALHA FOLHAS DUPLAS SUPER ABSORVENTE PARA COZINHA, BOBINAS COM NO MÍNIMO 60 FOLHAS PICOTADAS. EMBALAGEM COM 2 BOBINAS.	45	Pacote	3,00	135,00
41	Removedor de cera e de impermeabilizante, com princípio ativo butil glicol. Frasco 5lts	50	Galão	56,20	2.810,00
43	Rodo para passar cera (2 em 1) com cabo	20	Unidade	4,85	97,00
45	Sabão em pasta biodegradável, com 500gr. Composição: ácidos graxos, hidróxido de potássio, sal sódico do edna, corante, fragância e água.	100	Unidade	2,83	283,00
46	SABÃO EM PEDRA GLICERINADO, PACOTE COM 200 G - 5 UNIDADES POR EMBALAGEM.	230	Pacote	1,29	296,70
48	SABONETE LÍQUIDO CONCENTRADO PEROLADO, CREMOSO, VARIAS FRAGÂNCIAS PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, GALÃO 05 LITROS	265	Galão	14,80	3.922,00
49	SACO PLÁSTICO BRANCO DE LIXO, 20 LITROS (38X52X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE, C/ 100 UND.	120	Pacote	6,56	787,20
50	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 100 LITROS (73X87X0,07) 7 MICRAS ESPESURA, C/ 100 UND.	342	Pacote	29,93	10.236,06
51	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 30 LITROS (39X52X0,04) C/ 100 UND.	195	Pacote	8,79	1.714,05



52	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 60 LITROS (62X75X0,07) C/ 100 UND.	182	Pacote	14,42	2.624,44
54	VASSOURA COM CERDAS PIACAVA SINTETICA PLUMADA COM CABO DE MADEIRA.	110	Unidade	7,45	819,50

TOTAL R\$ 94.149,02

Data da Assinatura: 18/11/2011 - Vigência: 18/11/2012

Valor do contrato: RS 94.149,02 (Noventa e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e dois centavos).

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 185/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 185/2011-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 65/2011-PMS - Processo nº. 144/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TAF DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.017.350/0001-98, estabelecida na Rua Vidal Procópio Lohn, nº 155, Distrito Industrial, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88104-810.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
37	Papel toalha cor branca (22,5X21) com 2 dobra, pacote com 1250 und.	1600	pacote	10,51	16.816,00

TOTAL R\$ 16.816,00

Data da Assinatura: 18/11/2011 - Vigência: 18/11/2012

Valor do contrato: R\$ 16.816,00 (dezesseis mil, oitocentos e dezesseis reais).

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº. A70/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A70/2011 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 146/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: CLEITON ANDRÉ WELDT ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.561.966/0001-11, estabelecida na Rua Joaquim Francisco de Paulo, nº. 477, Bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-710, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Cleiton André Weldt, inscrito no CPF sob o nº. 035.205.319-41, portador da Carteira de Identidade no 15/C 3.885.285-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 146/2011-PMS, celebrado em 09 de setembro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 108/2011 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 49/2011 – PMS, para contratação de empresa especializada em locação e manutenção de impressoras multifuncionais para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 11.866,80 (onze mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), para o ano de 2012.

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária 10, 14, 37, 41, 197 e 256 do ano de 2012.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos da cláusula décima quarta do mesmo contrato, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 02 aditivada a quantidade de 271.200 cópias, totalizando o valor do item R\$ 10.486,40 (dez mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), no item 03 aditivada a quantidade de 138.000 cópias, totalizando o valor do item R\$ 5.336,00 (cinco mil e trezentos e trinta e seis reais) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 15.822,40 (quinze mil e oitocentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITA- DA	UNID.	QTDE. ADITI- VADA	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR ADITIVA- DO R\$ TOTAL
	<p>05 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 22.600 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 90.400 páginas para o período de 4 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 25 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser Monocromático. Resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas,</p>					

	<p>alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) ou 2ª bandeja e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver / Emulação para Windows PostScript. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p>					
02	<p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Especificações de Fax: Velocidade de transmissão de fax: 33,6 Kbps. Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0), Fax RJ11</p> <p>A serem instaladas nos seguintes locais: Secretaria de Educação / Posto de Saúde Centro – Farmácia / Planejamento / RH / Vigilância Sanitária</p>	90.400	Cópia	271.200	0,029	7.864,80

03	01 Impressora Laser Preto/Branco para consumo de 11.500 páginas/mês – Total de 46.000 páginas para o período de 4 Meses Requisitos Técnicos: A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 45 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser Monocromático. Resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 500 folhas. Impressão frente e verso (duplex) automático (próprio do modelo ou como adicional opcional), disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) ou 2ª bandeja e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v. Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0) A ser instalada no seguinte local: Prefeitura Contabilidade	46.000	Cópia	138.000	0,029	4.002,00
VALOR TOTAL R\$				3.955,60		11.866,80

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 146/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 146/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de novembro de 2011.  
CONTRATADA:

CLEITON ANDRÉ WELDT ME  
CLEITON ANDRÉ WELDT  
CPF no 035.205.319-41

CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch  
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

#### Termo Aditivo Nº. A71/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A71/2011 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 145/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: CC CÓPIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.149.939/0001-73, estabelecida na Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 289, Bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89065-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Almir Daufenbach, inscrito no CPF sob o nº. 637.139.509-20, portador da Carteira de Identidade nº. 1.896.738-8-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 1452011-PMS, celebrado em 09 de setembro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 108/2011 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 49/2011 – PMS, para contratação de empresa especializada em locação e manutenção de impressoras multifuncionais para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 34.761,60 (trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), para o ano de 2012.

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária 05,10, 14, 47, 56, 79, 112, 164, 184, 197, 213 e 327 do ano de 2012.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos da cláusula décima quarta do mesmo contrato, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01 aditivada a quantidade de 1.022.400 cópias, totalizando o valor do item R\$ 34.761,60 (trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor

do contrato para R\$ 46.348,80 (quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	UNID.	QTDE. ADITIVADA	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR ADITIVA- DO R\$ TOTAL
	<p>23 Multifuncionais Jato de Tinta Colorida para consumo de até 85.200 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 340.800 páginas para o período de 4 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão preto(rascunho, A4) deve ser de no mínimo 35 páginas por minuto e colorido(rascunho, A4) mínimo de 34 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Jato de Tinta. Resolução de impressão preto ótimo de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 35 folhas. Opções de impressão frente e verso automático. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p>					

Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Resolução ótica de digitalização: mínimo 4800 dpi. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4.

Especificações da copiadora: Velocidade de cópia (preto, qualidade de rascunho, A4): mínimo de 35 cópias por minuto. Resolução de cópia (texto em preto): mínimo 1200 x 600 dpi. Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.

Especificações de Fax: Velocidade de transmissão de fax: 33,6 Kbps (3 seg. por página). Páginas guardadas na memória: mínimo 125 páginas.

Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0), Fax RJ11 e Leitor de Cartão de Memória.

01	Sistema de abastecimento: as impressoras deverão estar adaptadas com "sistema de alimentação contínua" preto/color para grande autonomia de impressão. A serem instaladas nos seguintes locais: Agricultura / Águas de Schroeder / Biblioteca / Conselho Tutelar / CRAE / CRAS / CREAS / Escola Municipal Clarice Lange Jacobi / Escola Municipal Emílio da Silva / Escola Municipal Frida Hein Krause / Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira / Escola Municipal Rui Barbosa / Escola Municipal Santos Tomaselli / Escola Municipal Sarita Beck Rezende / Jardim Abelhinha Feliz / Posto de Saúde Centro – Administração / Posto de Saúde de Marisol / Posto de Saúde de Schroeder I / Prefeitura Administração/Recepção / Prefeitura Compras e Licitações / Prefeitura Contabilidade / Secretaria de Educação / Setor de Cultura	340.800	Cópia	1.022.400	0,034	34.761,60
VALOR TOTAL R\$		11.587,20				34.761,60

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 145/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 145/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de novembro de 2011.  
CONTRATADA:  
CC CÓPIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
Almir Daufenbach  
CPF no 637.139.509-20

CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch  
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

### Mudança do Local das Provas do Processo Seletivo Nº 02/2011 - SECEL

#### COMUNICADO

#### ALTERAÇÃO DO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER (SC), através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, COMUNICA que devido a quantidade de inscritos no Processo Seletivo de Serventes e Professores para atuarem na Educação Especial, Educação Infantil e no Ensino Fundamental Municipal de Schroeder fica ALTERADO O LOCAL para aplicação das provas objetivas, que será:

Data	Local	Horário
27 de novembro de 2011	Escola de Educação Básica Miguel Couto, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 1864 - Centro - Schroeder - SC	Das 08h30m às 11h30m

Schroeder (SC), 21 de novembro de 2011.  
Comissão de Concurso Público

## Siderópolis

### PREFEITURA

#### Licença Ambiental

A Prefeitura Municipal de Siderópolis, CNPJ nº82.929.407/0001-62, torna pública que requereu à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, Licença Ambiental previa e de instalação para a atividade de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, que será desenvolvido no Município de Siderópolis. Foi solicitado um relatório ambiental prévio - RAP.

## Timbó

### PREFEITURA

#### Ata de Julgamento Carta Convite n.º 55 2011

ATA DA LICITAÇÃO Nº 00055/2011 - SAMAE

Às oito horas e trinta minutos do décimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº.1747, de 10 de janeiro de 2011, sob a presidência do Sr. Sergio Alberto Barreto Filho,



estando presentes os membros Jean Messias Rodrigues Vargas e Benno Adam Netto, para o ato de julgamento das propostas da carta convite nº. 00055/2011SAMAE, que tem por objetivo a execução de serviços técnicos de engenharia para revisão, atualização e apresentação do sistema do sistema de coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário. Da análise das propostas a comissão emitiu o seguinte julgamento: Classificar a propostas da empresa M.P.B SANEAMENTO LTDA, RASTELO CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, HABITARK ENG. LTDA, PAULO MACHADO ENGENHARIA LTDA EPP, SICON ASSESSORIA E CONSTRUÇÃO AMBIENTAL LTDA - ME, AGROSIG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA ME, SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP. A empresa HABITARK ENG. LTDA e SICON ASSESSORIA E CONSTRUÇÃO AMBIENTAL LTDA - ME. Considerando o empate fictício contido na lei 123/06 a comissão intimou as empresas HABITARK ENG. LTDA e SICON ASSESSORIA E CONSTRUÇÃO AMBIENTAL LTDA - ME, na ordem de classificação a apresentar nova proposta com valor menor que a empresa RASTELO CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA que apresentou a proposta de menor valor sendo R\$ 98.000,00. A empresa HABITARK ENG. LTDA fazendo uso do seu direito de micro-empresa reapresentou proposta no valor de R\$ 97.950,00, porém conforme edital o valor apresentado é inexequível considerando que é inferior a setenta por cento do valor orçado pela administração. A Comissão julgou então vencedora a empresa RASTELO CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA com sua proposta original de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais). O Julgamento será publicado na imprensa oficial do Município de Timbó no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br). Ficam os presentes convocados a apresentarem recurso nos termos da Lei a contar da publicação do julgamento proferido pela Comissão. Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais.

Assinaturas:

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Presidente

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS  
Secretário

BENNO ADAM NETTO  
Membro

#### **Extrato Dispensa 4-2011FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE DISPENSA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2011FMAS

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó  
CONTRATADO: POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.  
OBJETO: DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA CONSTRUÇÃO DA 1ª PARTE DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇOS).  
VALOR TOTAL: R\$ 199.841,73 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos).  
PRAZO: 120 corridos.

Timbó, 18 de novembro de 2011  
DARCISIO BONA  
Prefeito de Timbó em Exercício

#### **Extrato Contrato 01\_2011 ABELAM**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/001

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TIMBÓ  
CONTRATADO: COML. ABELAM LTDA  
OBJETO: FORNECIMENTO DO BRINDE NATALINO.  
PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS  
VALOR TOTAL: R\$ 43.040,00 (QUARENTA E TRÊS MIL E QUARENTA REAIS)

TIMBÓ, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
JOSÉ ROGACIANO DOS SANTOS  
Presidente da ASPMT

#### **Extrato Contrato n.º 200 2011 FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/200

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.  
CONTRATADO: AVAJ Produções Artísticas Ltda ME.  
OBJETO: Apresentação artística/show (MUSICAL) de MOACYR FRANCO E BANDA, sob a responsabilidade e representação exclusiva da CONTRATADA, acompanhado de todos os músicos e demais componentes da equipe (inclusive de natureza técnica e de produção) junto à Avenida Getúlio Vargas defronte à Paróquia Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, como atração integrante da programação natalina da FUNDAÇÃO.  
VALOR TOTAL: R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).  
PRAZO: 17/11/2011 até 24/12/2011.

JORGE RIVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente FCT

### **SAMAE**

**Aviso Carta Convite 00059-2011 Objetivando Aquisição de Condicionadores de Ar e Frigobar**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EDITAL CARTA CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS  
Nº 00059/2011 AVISO DE LICITAÇÃO

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "CARTA CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS", do tipo Menor Preço, por item para AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR E FRIGOBAR DESTINADOS A SEDE ADMINISTRATIVA, ATERRO SANITÁRIO E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA.

O edital deverá ser solicitado ao Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou por e-mail [bea-tris@samaetimbo.com.br](mailto:bea-tris@samaetimbo.com.br).

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 01 de dezembro de 2011, até as 08h50 minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 18 de novembro de 2011.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

## Vargeão

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: ARIELTON NAZARENO DENTI & CIA LTDA  
OBJETO: Contratação de empresa para realização de Show Artístico com a Banda Essência do Som na abertura das comemorações Natalinas no Município de Vargeão, SC.  
VALOR: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 151/2011.

Vargeão, SC, 18 de novembro de 2011.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Termo de Rescisão de Contrato

##### EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Termo de Rescisão do Contrato nº 098/2010, celebrado entre o Município de Vargeão, SC e a Sra. Olivia Pinheiro Siqueira, com fundamento nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Oitava do Contrato, a partir de 18/11/2011.  
Objeto: um imóvel sem edificação de propriedade da Prefeitura Municipal de Vargeão.

Vargeão, SC, 18/11/2011.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão do Contrato nº 101/2010, celebrado entre o Município de Vargeão, SC e o Sr. Silvano Siqueira, com fundamento nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Oitava do Contrato, a partir de 18/11/2011.  
Objeto: um imóvel sem edificação de propriedade da Prefeitura Municipal de Vargeão.

Vargeão, SC, 18/11/2011.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

#### Extratos de Contratos

##### EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: FERVARGEÃO LTDA - EPP  
OBJETO: Aquisição de materiais de construção para a execução de 02 (duas) casas do projeto "O Natal da Gente".  
VALOR: R\$ 15.124,90 (quinze mil cento e vinte e quatro reais e noventa centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 149/2011.

Vargeão, SC, 18 de novembro de 2011.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: AVELINO BRAGAGNOLO S.A. IND. E COM.  
OBJETO: Aquisição de materiais de construção para a execução de

02 (duas) casas do projeto "O Natal da Gente".  
VALOR: R\$ 9.080,60 (nove mil e oitenta reais e sessenta centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 150/2011.

Vargeão, SC, 18 de novembro de 2011.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2.651/11

LEI Nº 2.651/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.181,50 (um mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social  
01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Aplicações Diretas 1.181,50

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.181,50

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social  
01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2.070 - Assistência ao Idoso  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Aplicações Diretas 1.181,50

TOTAL DA ANULAÇÃO 1.181,50

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

#### Lei Nº 2.652/11

LEI Nº 2.652/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Homologa o Convênio nº 003/2011, que entre si celebram o Município de Videira, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Município de Salto Veloso, para atendimento a programa sócio-assistencial.



O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 003/2011, que entre si celebram o Município de Videira, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Município de Salto Veloso, para atendimento a programa sócio-assistencial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

### **Lei Nº 2.653/11**

LEI N.º 2.653/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Homologa o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação nº 022/2010, autorizado pela Lei nº 2.355/10.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação nº 022/2010, autorizado pela Lei nº 2.355/10, o qual visa aditar a vigência prevista na "Cláusula Quarta - Do Prazo e da Vigência".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

### **Lei Nº 2.654/11**

LEI N.º 2.654/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI e a repassar-lhe subvenção social que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, nos termos da minuta anexa que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2012.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 17 de novembro de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício  
MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
LEI Nº 2.654/11

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 83.830.182/0001-55, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 034/82, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2011, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI, resolvem, nos termos da Lei nº /11, celebrar o presente convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;  
II- repassar a subvenção social aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI**

I- Aprimorar o canto e o teatro com recursos próprios e com a colaboração dos órgãos do Poder Público e outras entidades;  
 II- Abrilhanter e promover festividades religiosas, cívicas e comunitárias do município;  
 III- Participar de encontros de corais em âmbito regional;  
 IV- Promover atividades culturais como palestras, reuniões e campanhas;  
 V- Cooperar com a comunidade na conservação dos estabelecimentos em uso pela Associação;  
 VI- Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da Associação Cultural Rondinha Videira, os recursos provenientes de subvenções, doações e arrecadações da entidade;  
 VII- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2012 e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, .. de ..... de 2011.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ASSOC. CULTURAL RONDINHA VIDEIRA

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### Lei Nº 2.655/11

LEI Nº 2.655/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com o Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com o Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção do Lar O Bom Samaritano.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2012.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2012.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 2.655/11

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por sua Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº , celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;  
 II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;  
 III - repassar o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

I - colaborar com o Município na área social, amparando os idosos

abandonados;

II - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;

III - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;

IV - proporcionar aos idosos condições para que tenham:

- crescimento pessoal com fraternidade cristã;
- alimentação adequada;
- controle de doenças e tratamento das mesmas;
- cuidado com medicamentos usados;
- assistência médica e dentária;
- orientação e controle da higiene;
- controle de vacinação;
- recreação e exercícios físicos;
- incentivo aos trabalhos manuais;
- orientação e cultivo da horta;
- participação em encontros da 3ª idade.

V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2012 e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de                      de                      .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LAR O BOM SAMARITANO

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### Lei Nº 2.656/11

LEI Nº 2.656/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Institui no Calendário Oficial do Município de Videira, o Dia da "Reforma".

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira - SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no calendário oficial do Município de Videira, o Dia da "Reforma", a ser comemorado, anualmente, no dia 31 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

#### Lei Nº 2.657/11

LEI Nº 2.657/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar grupo especial de trabalho para apuração e análise dos cadastros e pastas funcionais dos servidores públicos municipais detentores de cargo de provimento efetivo, por tempo determinado, autoriza o pagamento de gratificação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar Grupo Especial de Trabalho - GET, para apuração e análise dos cadastros e pastas funcionais dos servidores públicos municipais efetivos para subsidiar a confecção de projeto de lei de atualização do Plano de Cargos e Salários.

Parágrafo Único - O período de duração dos trabalhos do GET será de 01/10/2011 a 31/11/2011.

Art. 2º O GET será composto de 05 (cinco) membros indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal, que deverá observar a participação obrigatória mínima de:

I - um Procurador da Fazenda Municipal - Dra. Renata Christina Melillo;

II - dois servidores do Departamento de Recursos Humanos - Ana Cláudia Cagnin e Leandro Antonio Dal Pizzol;

III - dois servidores do Departamento de Expediente - Dionísio Robaskewicz Neto e Karolina Borsatti.

Parágrafo Único - Os membros do GET deverão possuir conhecimentos da organização administrativa e funcional da Administração Municipal e, preferencialmente, formação em Ciências Jurídicas.

Art. 3º Os trabalhos do GET serão realizados em horário diverso ao do expediente normal.

Parágrafo Único - O exercício das atividades em horário diverso ao do expediente normal não acarretará, sob nenhuma hipótese, o pagamento de hora-extra.

Art. 4º São atribuições do GET:

I - apurar os dados cadastrais dos servidores efetivos, contidos nos cadastros eletrônicos e nas pastas funcionais;

II - analisar a legislação municipal, relativa ao funcionalismo especialmente quanto ao número de vagas existentes, criadas, ocupadas e vagas, bem como quanto a atual carga horária desenvolvida;

III - analisar as pastas funcionais, com a emissão de pareceres nos casos em que se verificar desconformidade com o contido na legislação municipal;

IV - propor o reenquadramento dos cargos, cujas situações e atribuições são divergentes da legislação municipal;

IV - emitir parecer conclusivo:

a) relatando os dados da apuração realizada;

b) opinando e sugerindo medidas para a regularização de casos em que se verificar desconformidade com o contido na legislação municipal;

c) contendo a sugestão de reenquadramento dos cargos cujas situações e atribuições são divergentes da legislação municipal.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a pagar uma gratificação individual a cada um dos membros do GET, detentores de cargo de provimento efetivo, correspondente a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por mês de atividade, a serem pagos nos meses de novembro e dezembro de 2011.

Parágrafo Único - O valor da gratificação indicado no caput:

I - não será incorporado à remuneração para nenhum efeito;

II - não será base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias vertidas para o INPREVID;

III - não será utilizado para efeito de pagamento de férias ou Décimo-Terceiro salário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2011.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

### **Decreto Nº 9.856/11**

DECRETO Nº 9.856/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Retifica o Decreto nº 9.374/2010, nos termos do relatório de audiência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 020/2011,

DECRETA

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º do Decreto nº 9.374/2010, em face do contido no Relatório de Audiência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nº 01457/2011, nos seguintes termos:

“Art. 1º Fica concedido o benefício de Pensão por Morte, em face do óbito da servidora SCHIRLEY SALETE BRANDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e matrícula funcional nº 8970, ex-inscrita no CPF nº 223.526.430-15, em caráter integral, nos termos do inciso II do § 7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 041/2003 e dos arts. 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, à dependente presumida NATHALIA BRANDO HOFFMANN SCHEIMANN.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do inciso II do § 7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi

dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total, posicionado em agosto de 2.009, de R\$ 591,83 (quinhentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Parágrafo Único - A filha menor perderá a condição de dependente quando completar 21 (vinte um) anos, na forma do parágrafo único do art. 39 da Lei Complementar Municipal nº 023/2.002.” (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24/08/2009, data do óbito da servidora, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

### **Decreto Nº 9.857/11**

DECRETO Nº 9.857/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.651/11, de 17 de novembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.181,50 (um mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Aplicações Diretas 1.181,50

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.181,50

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.070 - Assistência ao Idoso

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Aplicações Diretas 1.181,50

TOTAL DA ANULAÇÃO 1.181,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.



MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

**Decreto Nº 9.858/11**

DECRETO Nº 9.858/11, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a regulamentação da coleta dos Efluentes Domésticos (esgoto) no Município de Videira, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72 da Lei Orgânica e à vista do contido na Lei Complementar Municipal nº 64/2008, bem como na Lei Federal nº 11.145/07, de 05 de janeiro de 2007,

Considerando que o serviço de coleta e tratamento do esgoto doméstico, constitucionalmente, é obrigação do Poder Executivo Municipal;

Considerando que o município de Videira passou a concessão dos serviços de saneamento para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, através de convênio no ano de 1978 e renovado em 2008, por meio da Lei Complementar nº 64/08 e, até o presente, a Empresa está ainda na fase de elaboração do projeto para a captação de recursos para a implantação da rede coletora e da estação de tratamento do esgoto;

Considerando que no Município de Videira a totalidade das residências possui o sistema de tratamento de esgoto individual com fossa, filtro e sumidouro;

Considerando as características geológicas e topográficas do Município de Videira onde em muitas áreas do perímetro urbano existe o afloramento de rochas, impedindo a infiltração dos efluentes líquidos no solo e subsolo tratados através do sistema de tratamento individual;

Considerando a importância de se evitar o escoamento do esgoto a céu aberto no Município, ou seja, o transbordamento e suas implicações na saúde pública;

Considerando que é de responsabilidade do Município promover, através da prestação de serviços com máquinas e equipamentos da Administração Pública Municipal, mecanismos que evitem o problema dos efluentes domésticos;

Considerando que, para assegurar a continuidade da prestação dos referidos serviços com a qualidade e generalidade possíveis, é necessário que se edite regulamentação e a fixação dos preços (tarifas) cobrados pelos serviços que assegurem a manutenção e a operacionalização dos serviços;

**DECRETA**

Art. 1º Fica regulamentada a prestação do serviço de coleta e a disposição final dos efluentes domésticos, com caráter social, exclusivamente residencial, conforme os critérios estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal responsável pela realização de serviços de coleta e disposição final dos efluentes em propriedades particulares, utilizando máquinas e equipamentos do Município ou através de contratação de Empresas especializadas, nas seguintes condições:

I - serão atendidas somente residências unifamiliares;

II - que a metragem dos imóveis residenciais a serem atendidos neste decreto não tenham área construída superior a 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), conforme consta no IPTU, (em conformidade com a isenção do ISS, parâmetro adotado pelo Município);

III - Não serão atendidas pessoas jurídicas, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

Art. 3º Os serviços possibilitados pelo presente decreto podem compreender:

I - O esvaziamento dos tanques sépticos residenciais através de caminhão com bomba de sucção e tanque/depósito, próprio do Município ou contratado de Empresa Especializada;

II - O transporte dos efluentes drenados dos tanques sépticos para estação de transbordo de propriedade do Município ou de terceiros e/ou para o destino final em estação de tratamento própria do Município ou de terceiros;

III - Todos os equipamentos, tanto para a sucção, transporte e destino final dos efluentes domésticos devem estar licenciados junto aos órgãos ambientais em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º Os serviços serão executados pelas máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, destinados a esses fins, mediante o pagamento dos preços e condições abaixo especificados:

I - O valor da taxa para o esgotamento de uma fossa, já incluído o custo do destino final, será de 44 (quarenta e quatro) UFM(s);

II - As residências que estejam localizadas em áreas do perímetro urbano, cujas condições geológicas, atestadas pela vigilância sanitária, não possuam condições de infiltração dos efluentes líquidos, pagarão 22 (vinte e dois) UFM(s) para o esgotamento de uma fossa;

III - As famílias enquadradas na situação de vulnerabilidade social, em conformidade com o Cadastro Único da Assistência Social, serão isentas do pagamento de taxa, devendo assinar ato declaratório de vulnerabilidade social afirmando pertencer ao cadastro único, sob as penas da lei em caso de falsidade, (anexo I)

Art. 5º Os interessados deverão dirigir-se pessoalmente a Secretaria Municipal de Agricultura, munidos do carnê de IPTU, RG e CPF.

**Parágrafo Único** - Caso o requerente seja locatário do imóvel, além dos documentos constantes no caput deste artigo, este deverá informar os dados do proprietário do imóvel para que possa ser consultado no cadastro municipal.

Art. 6º O pagamento dos serviços serão realizados através de boleto bancário, que será expedido na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, utilizando-se de Convênio específico com o Banco do Brasil S.A., sendo que os recursos oriundos da cobrança das taxas reverterão para a conta do Fundo Municipal de Saneamento, devendo os pagamentos ser realizados em até 30 (trinta) dias, contados da data da realização do serviço, junto a estabelecimento bancário expressamente autorizado.

Art. 7º Fica expressamente vedada a prestação de qualquer serviço ao cidadão que esteja em débito com o Município por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 8º A prestação dos serviços será realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, podendo haver a concessão ou contratação do serviço, caso haja a necessidade, desde que os interessados cumpram todos os requisitos previstos no presente Decreto, mediante licitação.

§ 1º Todos os serviços deverão ser solicitados pessoalmente pelos

interessados junto à servidor municipal designado pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, devendo preencher todos os requisitos do presente decreto antes da confirmação do pedido do serviço em formulário próprio. Após a homologação dos pedidos pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente e a conseqüente realização dos serviços, a ordem de serviço expedida em três vias deverá ser assinada pelo munícipe recebedor do serviço (usuário) e pelo Servidor Municipal que prestou o serviço.

§ 2º Na hipótese de contratação do serviço junto à empresa especializada, a Contratada deverá estar acompanhada por um servidor municipal que também assinará a ordem de serviço.

§ 3º As três vias da ordem de serviço terão a seguinte destinação: 1ª via- usuário; 2ª via - Secretaria de Agricultura; 3ª via - permanecerá no bloco.

§ 4º Os beneficiários que se enquadrarem na isenção e/ou redução, deverão ter as suas ordens de serviço validadas pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente e pelo servidor responsável pelo cadastramento do pedido do serviço.

§ 5º Serão mantidos pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, dois controles de serviços prestados: um controle dos serviços cobrados e outro referente aos serviços total ou parcialmente isentos, sendo estes atestados pelo servidor responsável pelo cadastro da solicitação e pelo Secretário.

§ 6º Os operadores deverão registrar os serviços cobrados e os isentos em blocos separados, anotando, além dos dados de identificação do beneficiário e do local, o volume retirado, o tipo de serviço executado e o horímetro de início e término do trabalho quando couber.

§ 7º Para todos os serviços prestados, em qualquer enquadramento, deverá ser assinado, pelo usuário e pelo servidor/prestador, a competente ordem de serviço;

§ 8º Na hipótese de contratação dos serviços previstos neste decreto, as despesas correrão por conta do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

§9º Por ocasião da prestação do serviço, em quaisquer circunstâncias, há a necessidade da presença de um servidor municipal da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 9º Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente elaborar mensalmente a tabela com os beneficiários dos serviços, cobrados ou não, por região ou localidade do Município, constando o nome completo, o seu endereço e a época da prestação do serviço.

Parágrafo Único - A tabela, a que se refere o caput deste artigo, com o respectivo relatório ou notas explicativas, deverá ser encaminhada à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, até o dia 15 do mês seguinte ao de referência.

Art. 10 A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente manterá controle dos serviços prestados, elaborando mensalmente relatório contendo os nomes dos usuários dos serviços total ou parcialmente pagos, com o demonstrativo dos valores em reais, enviando-o ao Fundo Municipal de Saneamento Básico para o devido controle.

Art. 11 Os recursos de que trata este Decreto serão depositados e mantidos no Banco do Brasil, na Agência nº 0403-0, conta específica nº 387203-3 - PMV - Fundo Municipal de Saneamento Básico e somente poderão ser utilizados pelo Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

### **Portaria Nº 0846/11**

PORTARIA nº 0846/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14591/2011,

#### **RESOLVE**

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0400/11, que nomeou CRISTIANE TEDESCO DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

### **Portaria Nº 0847/11**

PORTARIA nº 0847/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14593/2011,

#### **RESOLVE**

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0553/11, que nomeou SILVANA TOCCOLINI, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0848/11**

PORTARIA nº 0848/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14592/2011,

**RESOLVE**

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0551/11, que nomeou JULIA ALVES BARRETO, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0849/11**

PORTARIA nº 0849/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14594/2011,

**RESOLVE**

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0414/11, que nomeou CRISTIANA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0850/11**

PORTARIA nº 0850/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de novembro de 2011 a 30 de novembro de 2011, o gozo de férias do servidor DIONISIO ROBASKEWICS NETO, ocupante do cargo

efetivo de Técnico de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 05 de novembro de 2009 até 04 de novembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Pregão Presencial Nº 28/2011-FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2011-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 28/2011 - FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA SEREM INSTALADOS NA CASA LAR MENINO JESUS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 17:00 horas do dia 06 de Dezembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 17:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 18 de Novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Pregão Presencial Nº 76/2011-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2011 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 76/2011-FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FRALDAS PARA SEREM FORNECIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE AOS PACIENTES ACAMADOS, PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, IDOSOS E PESSOAS COM PROBLEMAS DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 07 de Dezembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30 hrs. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 18 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



**Extrato do Termo Aditivo n. 0089/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0089/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS  
CPF: 065.636.589-70  
VIGÊNCIA: de 17 de setembro até 16 de novembro de 2011  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo n. 0100/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0100/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FABIANI BREZOLIN  
CPF: 944.553.339-91  
VIGÊNCIA: de 17 de setembro até 16 de novembro de 2011  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo n. 0195/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0195/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULHANA CRISTINA DE MATTOS  
CPF: 004.890.049-46  
VIGÊNCIA: de 17 de setembro até 16 de novembro de 2011  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo n. 0385/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0385/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO  
CPF: 947.183.429-53  
VIGÊNCIA: de 11 de setembro até 10 de outubro de 2011  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo n. 0462/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0462/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KELLY APARECIDA BRANCALIONE  
CPF: 044.275.099-40  
VIGÊNCIA: de 17 de setembro até 09 de dezembro de 2011  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo n. 0548/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0548/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDIANA DE OLIVEIRA PINTO DOMINGUES  
CPF: 016.388.179-01  
VIGÊNCIA: de 17 de setembro até 16 de novembro de 2011  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo n. 0621/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0621/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MÁRCIA SIMONE GUZZI RIGO  
CPF: 949.597.579-49  
VIGÊNCIA: de 13 de outubro até 07 de novembro de 2011  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Convenio de Cooperação N º 026/11**

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 026/11  
LEI Nº 2.655/11

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por sua Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos 17 dias do mês de novembro de 2011, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº 2.655/11, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;  
II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;  
III - repassar o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO**

I - colaborar com o Município na área social, amparando os idosos abandonados;  
II - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;  
III - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;  
IV - proporcionar aos idosos condições para que tenham:  
- crescimento pessoal com fraternidade cristã;  
- alimentação adequada;  
- controle de doenças e tratamento das mesmas;  
- cuidado com medicamentos usados;  
- assistência médica e dentária;  
- orientação e controle da higiene;  
- controle de vacinação;  
- recreação e exercícios físicos;  
- incentivo aos trabalhos manuais;  
- orientação e cultivo da horta;  
- participação em encontros da 3ª idade.  
V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2012 e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes

aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 17 de novembro de 2011.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LAR O BOM SAMARITANO

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### **Convênio de Cooperação Nº 025/11**

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 025/11

LEI Nº 2.654/11

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 83.830.182/0001-55, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 034/82, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos 17 dias do mês de novembro de 2011, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI, resolvem, nos termos da Lei nº 2.654/11/11, celebrar o presente convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II- repassar a subvenção social aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI**

I- Aprimorar o canto e o teatro com recursos próprios e com a colaboração dos órgãos do Poder Público e outras entidades;

II- Abrilhanter e promover festividades religiosas, cívicas e comunitárias do município;

III- Participar de encontros de corais em âmbito regional;

IV- Promover atividades culturais como palestras, reuniões e campanhas;

V- Cooperar com a comunidade na conservação dos estabelecimentos em uso pela Associação;

VI- Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da Associação Cultural Rondinha Videira, os recursos provenientes de subvenções, doações e arrecadações da entidade;

VII- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2012 e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 17 de novembro de 2011.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ASSOC. CULTURAL RONDINHA VIDEIRA

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### **Edital Nº 005/11 - Educação**

EDITAL Nº 005/11 - EDU

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Município de Videira, no uso de suas atribuições legais e considerando a possibilidade de alteração de carga horária temporária, conferidas na Lei Complementar nº 007/97 e suas alterações, através do presente edital, torna público para conhecimento dos membros do Quadro Efetivo dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, quadro de vagas e carga horária, que poderão ser solicitadas, mediante requerimento para alteração temporária de carga horária, de conformidade com as normas deste Edital, para suprir aulas excedentes no ano letivo de 2012.

#### **1. Das vagas para Alteração Temporária da Carga Horária**

1.1-As vagas de alteração temporária de carga horária, são aquelas existentes em razão de eventuais aulas excedentes para o ano de 2012, nas devidas áreas de atuação, conforme habilitação apresentada.

1.2- As vagas serão oferecidas de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação para as Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino.

#### **DAS VAGAS E CARGA HORÁRIA POR ESCOLA:**

Disciplina	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal
Escola de Educação Básica Municipal Criança do Futuro- Caic		
Língua Inglesa	1	20 horas
Matemática	1	10 horas

Artes	1	20 horas
Escola de Educação Básica Municipal Fidélis Antônio Fantin		
Artes	4	10 horas
Ciências	3	10 horas
Geografia	1	10 horas
Geografia	1	20 horas
História	1	10 horas
Língua Inglesa	1	10 horas
Língua Portuguesa	1	20 horas
Matemática	1	20 horas
Escola de Educação Básica Municipal Joaquim Amarante		
Artes	1	20 horas
Língua Portuguesa	1	10 horas
Matemática	1	10 horas
Matemática	1	20 horas
Escola de Educação Básica Municipal Paulo Fioravante Penso		
Língua Inglesa	1	10 horas
Língua Portuguesa	1	20 horas
Língua Portuguesa	1	10 horas
Matemática	1	20 horas
Escola de Educação Básica Vilson Pedro Kleinubing		
Língua Inglesa	1	10 horas
Língua Portuguesa	1	10 horas
Língua Portuguesa	1	20 horas
Matemática	2	20 horas
Matemática	1	10 horas
Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Waldemar Kleinubing		
Artes	1	10 horas
Artes	1	20 horas
Ciências	1	10 horas
História	1	10 horas
Língua Inglesa	1	10 horas
Língua Inglesa	1	20 horas
Língua Portuguesa	1	10 horas

## 2. Dos Requisitos:

2.1- Ser membro do quadro efetivo dos Profissionais da Educação do Município.

## 3. Do Requerimento e Documentos:

3.1- O Profissional da Educação interessado deverá formalizar o requerimento junto à Secretaria Municipal de Educação, nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2011, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Saul Brandalise, nº 519, Bairro Centro, Videira - SC, no horário das 8h30m às 11h30m e das 13h30m às 17h30m;

3.2- O Requerimento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I- Xerox do Diploma de Graduação ou habilitação na área de atuação.

II- Certidão comprobatória de tempo de serviço público municipal como profissional efetivo, devendo ser considerado como data fim 30/10/2011.

III- Xerox da Portaria de Nomeação para o cargo efetivo para o qual prestou Concurso Público.

IV- O profissional deverá revisar o requerimento e verificar a exatidão das informações nele contidas tornando-se após a assinatura, responsável pelas mesmas.

## 4. Critérios para Classificação

4.1 - Serão adotados pela ordem, os seguintes critérios para cada grupo, para efeito de classificação:

I - Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino, dedicado exclusivamente à educação;

II - Possuir habilitação específica para a área ou disciplina de atuação.

4.2- Em caso de empate entre um ou mais candidatos para a mesma vaga, adotar-se-à os seguintes critérios:

I- Maior carga horária em cursos de aperfeiçoamento realizados entre janeiro/2009 a outubro/2011;

II- Requerente de maior idade;

III- Maior número de filhos, menores de 18 (dezoito) anos.

## 5. Das Disposições Gerais

5.1 - A Secretaria Municipal de Educação divulgará até o dia 09 de dezembro de 2011 a classificação resultante do disposto no item 4, a ser publicada no Mural da Secretaria Municipal de Educação, bem como no Diário Oficial dos Municípios, no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br).

5.2 - A contar do dia 09 de dezembro de 2011, o candidato terá dois dias úteis (12/12/2011 e 13/12/2011) para solicitar reconsideração quanto ao resultado. A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data de inscrição não sendo aceita a inclusão de nova documentação.

5.3 - A não aceitação da vaga oferecida implicará na perda do direito da alteração temporária de forma irrevogável no ano letivo de 2012.

5.4 - A homologação do pedido de alteração temporária de carga horária, será efetivada através de ato do Prefeito Municipal, e a escolha ocorrerá em data a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Educação, obedecendo a classificação resultante do disposto no item 4.1 deste Edital.

5.5 - O pedido de alteração temporária de carga horária, via requerimento, importará na aceitação das normas deste Edital.

5.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Videira, 16 de novembro de 2011.

ROBERTO MARASCHIN PRIMO

Secretário Municipal de Educação

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Sr. WILMAR CARELLI

Videira - SC

Requerimento

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF \_\_\_\_\_, funcionária Efetiva da Prefeitura Municipal de Videira, ocupante do cargo de Professor(a), venho por meio deste solicitar alteração de carga horária, de \_\_\_\_\_ horas para \_\_\_\_\_ horas, na E.E.B.M \_\_\_\_\_, na disciplina de \_\_\_\_\_.

Para tanto, anexa a documentação solicitada e, nestes termos pede e aguarda deferimento.

Videira, \_\_\_\_\_ de dezembro de 2011.

Nome legível: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Portaria Nº 209/2011**

P O R T A R I A Nº 209/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
**EXONERAR:**

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JULIANA SENS

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 154/2011, de 15 de agosto de 2011, 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de novembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Portaria Nº 210/2011**

P O R T A R I A Nº 210/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
**EXONERAR:**

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LAISLA KARIME BARBETTA

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 183/2011, de 07 de outubro de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Consórcios****AGIR****Adiamento Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR**

ADIAMENTO:

REUNIÃO ORDINÁRIA

JONAS LUIZ DE LIMA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 43 do Estatuto Social, informa aos conselheiros titulares que a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizaria no dia 23 de novembro de 2011, às 09h00min, está ADIADA, em razão da necessidade de aguardar mais elementos para complementação de pauta. Desta forma, nova data será remarcada, publicada e divulgada aos conselheiros.

Blumenau (SC), em 21 de novembro de 2011.

JONAS LUIZ DE LIMA

Presidente do Comitê de Regulação

**CIS/AMMVI****Extrato de Contrato**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2011

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI

CONTRATADA: Sandra Mara Nadal

OBJETO: Prestação de serviços de consulta médica na especialidade de angiologia, a ser desenvolvido na Secretaria de Saúde de Indaial - SC, na quinta-feira, no horário compreendido entre 08:00h e 14:00h, garantindo atendimento aos pacientes oriundos da Rede Básica dos Municípios do Médio Vale do Itajaí.

VALOR: O preço para os serviços objeto deste Contrato fica estabelecido da seguinte forma: a) R\$ 40,00 (quarenta reais) para cada consulta eletiva; b) R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada consulta pré-cirúrgica ou pós-cirúrgica.

PRAZO: O presente contrato vigorará de 17 de outubro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Blumenau, 17 de outubro de 2011.

CONTRATANTE

Presidente do CISAMVI

PAULO MAURICIO PIZZOLATTI

CONTRATADA

SANDRA MARA NADA

ANUENTE

SECRETARIA DE SAÚDE DE INDAIAL

ENILSON ERLEI DE FREITAS